

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS**

LUIZA NASCIMENTO DOS REIS

**O CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA: INTERCÂMBIO ACADÊMICO E CULTURAL ENTRE BRASIL E
ÁFRICA (1959-1964)**

Salvador – BA
2010

LUIZA NASCIMENTO DOS REIS

**O CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA: INTERCÂMBIO ACADÊMICO E CULTURAL ENTRE BRASIL E
ÁFRICA (1959-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBa), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientador: Prof. Drº. Jocélio Teles dos Santos.

Salvador – BA
2010

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que se esforçam em melhor conhecer o continente africano.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão a diversas pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste trabalho.

A Jocélio Santos agradeço a orientação recebida, o estímulo para o longo trabalho nos arquivos, a confiança em mim depositada para a realização da pesquisa. Cláudio Pereira compartilhou comigo seu interesse pela história do CEAO oferecendo-me importantes elementos para a compreensão de tão longa trajetória. Jéferson Bacelar apresentou importantes textos que me permitiram leituras indispensáveis e somente possíveis por se tratar de outro guardião de memórias da instituição alvo desta pesquisa. Agradeço a todos a participação no Exame de Qualificação.

Sou grata a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia por me conceder uma bolsa de estudos ao longo do curso; à Fundação Pierre Verger por permitir a consulta a seus arquivos; igualmente a Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores e ao Arquivo do Senado. À bibliotecária Solange e aos funcionários Graça e Ari, do Centro de Estudos Afro-Orientais, sou grata pela paciência em permitir o acesso a tão vasto acervo. A Lindinalva Barbosa, secretária da Pós-Graduação, agradeço a presença animadora.

Das personalidades cujas vidas são abordadas direta ou indiretamente nestas páginas, agradeço aos que me concederam entrevistas: Pedro Agostinho, Waldir Oliveira, Paulo Farias, Anani Dzidzienyo.

Agradeço enormemente aos professores e colegas participantes das reuniões da linha de pesquisa em Estudos Africanos durante o ano de 2008/2009 que instigaram o desenvolvimento da pesquisa. Importantes contributos foram oferecidos pelos professores Jacques Depelchin, Nicolau Parés, Elisée Soumonni. Pude compartilhar do interesse, diálogo e amizade de colegas como Orlando Santos, Simão Jaime, Lia Laranjeira, Fernanda Galo, Fábio Baqueiro.

Impossível não destacar o cuidado com que Fernanda Gallo esteve disponível para auxiliar-me nas diversas demandas surgidas ao longo do trabalho especialmente aquelas referentes às traduções da língua francesa. Com seu auxílio entrevistei o professor Soumonni, traduzimos documentos escritos em francês. Quando o volume de cartas parecia impossível de ser trabalhado, Fernanda ajudou-me no enfadonho trabalho de transcrição e digitalização, ao que agradeço profundamente.

Fábio Baqueiro, sempre interessado no crescimento e aprofundamento da pesquisa, discutiu e alertou para aspectos relevantes, emprestou livros, sugeriu contatos, estimulou a difícil realização de entrevistas. Sob seu intermédio pude ter acesso a uma das mais significativas contribuições para esta investigação: uma entrevista com Paulo Farias. Fábio colaborou ainda para traduções do inglês.

Juvenal de Carvalho foi um acurado interlocutor responsável pelo empréstimo de livros, leituras dos originais, aprofundamento de discussões. Muniz Ferreira discutiu o texto do exame de qualificação, emprestou e sugeriu leituras fundamentais para a análise aqui desenvolvida, compartilhou contatos que permitiram ampliar a rede de informantes da história do CEAO. Agradeço a Johny que me fez conhecer mais da história de Gana.

Agradeço aos colegas de curso com as quais compartilhei a experiência de estar em Salvador, ao tempo em que comigo discutiram – ou somente escutaram – os percalços, descobertas e meandros dessa pesquisa, tornando-se amigos e amigas. Agradeço a Valdinéa Sacramento, a Tatiana Raquel Reis, a Adriana Cerqueira, a Ana Rita Machado. Viviane Barbosa e Evaldo Barros compartilharam momentos cruciais para a redação final do texto estimulando-me e tranquilizando-me. Washington Jesus cuidou com inestimável profissionalismo os dados inseridos nos dois computadores que falharam na reta final desta jornada.

Meus agradecimentos àqueles que, fazendo parte de minha trajetória anterior ao curso do mestrado, estimularam-me a aceitar novos desafios. Sou grata ao estímulo de Laila Brichta e Flávio Gonçalves que impulsionaram o desenvolvimento da pesquisa desde os anos finais da graduação em História, na Universidade Estadual de Santa Cruz. Sou grata a Rosenice do Rosário, Aline Areia, Ana Paula Araújo, Silvio Pinto, Andréa Sousa, Margareth Santana, Marcelo Loyola, Ronaldo Cruz pela amizade e estímulo.

Minha família ofereceu-me o apoio incondicional para que minha vida transcorresse o mais tranquilamente possível durante a realização deste curso. Meus profundos agradecimentos aos meus pais Elisa Maria Nascimento e José Tibúrcio dos Reis. Às minhas irmãs Sarah e Juliana Reis. Às minhas tias maternas Joana Maria e Maria José Nascimento. À Marília, minha sobrinha, agradeço a compreensão pelas ausências. Ivanilton Santos (Freeza) revelou-me os significados que a palavra companheirismo pode assumir, acompanhando-me com amor, paciência e criatividade nesta dinâmica diversa que um curso de pós-graduação requer.

Com tod@s compartilho a alegria de finalizar este trabalho.

RESUMO

Este trabalho investiga a instalação e funcionamento do Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade (Federal) da Bahia, na promoção do intercâmbio acadêmico com países do continente africano, entre os anos de 1959 e 1964. A criação do CEAO, representa um marco no país, já que foi a primeira instituição acadêmica com objetivo de dedicar-se ao conhecimento da África. Seus objetivos perpassavam pela difusão destes conhecimentos no país, além de atuar como um instrumento político de ligação entre o Brasil e os países do continente africano. Dentre outros fatores, o CEAO era resultado de uma aproximação oficial com países africanos empreendida pelo governo brasileiro, cuja formalização – através da Política Externa Independente – ocorreu dois anos depois, em 1961. O fomento ao intercâmbio acadêmico, com ênfase na difusão de expressões culturais, entre países africanos e a Bahia, movimentando pesquisadores, professores e estudantes, constituiu a principal ação prevista pelo CEAO, de acordo com os direcionamentos do diretor-fundador luso-brasileiro George Agostinho da Silva. Destaca-se nesse período a atuação de pesquisadores como Vivaldo da Costa Lima, Waldir Freitas Oliveira, Pierre Verger, Guilherme Souza Castro e Yeda Pessoa de Castro.

ABSTRACT

This work investigates the installation and operation of the Center for Afro-Oriental Studies at the University (Federal) of Bahia, in the promotion of academic exchanges with African countries, between the years 1959 and 1964. The creation of CEAO, represents a milestone in the country, since it was the first academic institution in order to devote himself to the knowledge of Africa. Pass by their goals through the dissemination of such knowledge in the country, besides acting as a political tool of connection between Brazil and African countries. Among other factors, CEAO was the result of an official approach to African countries undertaken by the Brazilian government, whose formalization – through independent foreign policy – came two years later in 1961. Fostering the academic, with emphasis on the dissemination of cultural expressions, between African countries and Bahia, moving researchers, teachers and students, is the principal action planned by CEAO, according to the directions of the director-founder Luso-Brazilian George Augustine's Silva. Outstanding feature of this period the work of researchers like Vivaldo da Costa Lima, Waldir Freitas Oliveira, Pierre Verger, Guilherme Souza Castro and Yeda Pessoa de Castro

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC:	Arquivo do CEAO
AT:	Jornal A Tarde
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAA:	Centro de Estudos Afro-Asiáticos
CEAO:	Centro de Estudos Afro-Orientais
CDO:	Centro de Documentação e Originais
DIAMANG:	Companhia de Diamantes da Angola
DN:	Diário de Notícias
EB:	Estado da Bahia
EP:	Escola Politécnica
FACEB:	Faculdade de Ciências Econômicas
FAMED:	Faculdade de Medicina
FLDB:	Faculdade Livre de Direito da Bahia
FF:	Faculdade de Filosofia
FPV:	Fundação Pierre Verger
IBEAA:	Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos
IBECC:	Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciência
IFAN:	Instituto Francês da África Negra
INEP:	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
JB:	Jornal da Bahia
MAFRO:	Museu Afro-Brasileiro
MPLA:	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE:	Ministério das Relações Exteriores
PEI:	Política Externa Independente
SENAI:	Serviço Nacional de Apoio a Indústria
UBa:	Universidade da Bahia
UFBA:	Universidade Federal da Bahia
UCI:	University College Ibadan/ Universidade de Ibadan
UNESCO:	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/Organização das Nações Unidas para saúde, Educação e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade da Bahia (UBa) - (1959-1960)	17
1.1 A idéia de um Centro de Estudos Afro-Orientais em Salvador.....	19
1.2 Conexões entre a fundação do CEAO e a Política Brasileira para a África.....	21
1.3 A Bahia nos anos 1950: Edgard dos Santos, a criação da Universidade da Bahia e do Centro de Estudos Afro-Orientais.....	32
1.4 As primeiras atividades do CEAO.....	39
1.5 Em busca da instalação de um “museu didático”	46
1.6 O incentivo a criação de Centros de Estudos Brasileiros na África.....	49
1.7 Intercâmbio de professores para ensino de línguas	61
1.8 Os primeiros “missionários culturais” do CEAO na África.....	68
2. O Centro de Estudos Afro-Orientais e a política africana do governo brasileiro (1961)	73
2.1 O CEAO e a política africana do governo Jânio Quadros.....	79
2.1.1 O CEAO e o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos	87
2.1.2 A missão do navio-escola Custódio de Mello.....	92
2.2 Primeiros leitores brasileiros na África Ocidental.....	93
2.2.1 O trabalho de Pedro Moacir Maia no Senegal.....	93
2.2.2 Itinerários de Vivaldo Costa Lima na África Ocidental.....	97
2.2.3. Imagem racial do Brasil e aproximação com Gana.....	103
2.2.4 O caso dos bolsistas angolanos.....	106
2.3 África para o Centro de Estudos Afro-Orientais e África para a política externa brasileira.....	111
3. Intercâmbio no Centro de Estudos Afro-Orientais na Política Externa Independente (1961-1964)	124
3.1 Propostas, articulações para bolsas a estudantes africanos no CEAO.....	126
3.1.1 O desembarque na Bahia.....	134
3.1.2 Estudantes africanos na África baiana.....	139
3.1.3 “Entrevistas com os africanos”: colonialismo, relações com o Brasil.....	145

3.1.4	Negociações para um convênio entre Universidade da Bahia e o Itamarati.....	151
3.1.5	O segundo grupo de estudantes africanos no Brasil.....	158
3.1.6	Vivências da democracia racial na “civilização” baiana.....	164
3.2	“o caso” dos leitores Souza Castro	172
3.2.1	A viagem à Nigéria.....	174
3.3	O “Centro de Estudos Dahomey-Brasil”	183
	CONCLUSÃO	194
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	198

INTRODUÇÃO

Esta dissertação surgiu da tentativa de compreender o interesse que levou pesquisadores baianos em direção a países do continente africano nas décadas de 1960 e 1970. O ponto de partida havia sido uma obra literária de 1971 (*Luanda, Beira, Bahia* de Adonias Filho, 1971). Um breve mapeamento desse período evidenciou o surgimento e atuação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade da Bahia (UBa)¹ como uma instituição chave para compreender as relações acadêmicas entre Brasil e África.

A criação do CEAO, em 1959, representa um marco no país, já que foi a primeira instituição acadêmica voltada para a produção e difusão de conhecimento sobre África. O fomento a um intercâmbio acadêmico, com ênfase na propagação de expressões culturais, entre países africanos e a Bahia, movimentando pesquisadores, professores e estudantes constituiu uma das principais ações previstas com a criação do CEAO. Entre seus objetivos perpassava a difusão deste conhecimento no Brasil, além da atuação como um instrumento político de ligação com países do continente africano.

A instituição era reflexo de uma efervescência cultural afro-baiana na cidade de Salvador, expressa através da valorização de determinados terreiros de candomblé; da institucionalização da Universidade da Bahia, reunindo as diversas faculdades existentes, sob as gestões consecutivas de Edgard Santos; e de uma aproximação oficial com países africanos empreendida pelo governo brasileiro, cuja formalização – através da denominada Política Externa Independente (PEI) – ocorreu dois anos depois, em 1961.

George Baptista Agostinho da Silva, diretor-fundador do CEAO, não aguardou uma política formalizada do governo federal em relação à África para por seus planos em prática. As primeiras viagens que inauguraram o trânsito de pesquisadores baianos para países africanos e de um pesquisador nigeriano para o Brasil, custeadas pela Universidade da Bahia, foram ações que, somadas a outros discursos entoados, especialmente, mas não somente, por diplomatas brasileiros, forçavam o governo brasileiro a repensar sua postura em relação ao continente africano. Daí que esse

¹ Nome da universidade à época. Atualmente, Universidade Federal da Bahia (UFBA).

trabalho reserva considerável atenção às discussões trazidas pelas relações internacionais entre Brasil e países africanos. Foi exatamente pensando em novas relações formais entre Brasil e África que intelectuais como Agostinho da Silva e diplomatas como Adolpho Justo Bezerra de Menezes clamavam repensar “o lugar da África” no Brasil. Uma política africana no Brasil era o que ambos preconizavam.

O pensamento de Agostinho da Silva, que entendia ser necessário reativar conexões culturais entre os países, para então desencadear relações políticas, convergiu com a política africana anunciada pelo Governo Jânio Quadros em 1961. Neste ano, considerado crucial para as relações Brasil-África contemporâneas, o pensamento do diretor do CEAO pôde ser apreciado pelo Presidente da República em reuniões que delinearão as novas ações federais para aproximação com aquele continente. Se naquele momento as relações econômicas tinham primazia, as relações culturais não estavam excluídas, exatamente com a função de apresentar o Brasil às nações africanas.

Assim, o intercâmbio acadêmico promovido pelo CEAO, que já se encontrava em curso, pode receber algum apoio e financiamento do Ministério das Relações Exteriores. Os diferentes estímulos que o Centro de Estudos Afro-Orientais recebeu, entre os anos de 1959 e 1964, estiveram direta ou indiretamente ligados a desígnios da política externa brasileira, que experimentava grandes redefinições em face de alterações no projeto de desenvolvimento brasileiro, sendo um de seus componentes a atenção dispensada à África. Neste sentido, argumento que o caráter marcadamente cultural² das atividades do CEAO funcionou como um instrumento para fortalecer a política internacional em curso. O recorte temporal traz como marco inicial o ano de 1959, data do surgimento do CEAO, e segue até 1964, ano da mudança brusca nos direcionamentos do estado brasileiro com a instituição do golpe civil-militar que, dentre as diversas alterações, mudou as ações postas em curso com a política para a África.

Para a realização desta pesquisa que discute intercâmbio acadêmico e cultural e relações internacionais entre Brasil-África existe uma riqueza de fontes disponíveis. A maioria da correspondência nos anos analisados encontra-se depositada no acervo do Centro de Estudos Afro-Orientais. Esse volume de material que totaliza cerca de três mil páginas datilografadas e manuscritas, aliadas a recortes de jornais disponíveis na

2 Neste trabalho o termo cultural é tomado tal como os agentes institucionais analisados, o CEAO e Ministério das Relações Exteriores no Brasil, o fizeram na década de 1960. Refere-se à expressões culturais que caracterizavam um povo como a língua, a religião, a cultura material.

hemeroteca virtual, entrevistas realizadas com alguns dos ex-pesquisadores do CEAO e documentos coletados no Centro de Documentação e Pesquisa do Ministério das Relações Exteriores (CDO) permitem explorar com certo nível de detalhes as ações de intercâmbio com países africanos promovidas pelo Centro de Estudos Afro-Orientais entre os anos de 1959 e 1964.

Os anos de 1959 e 1960 são investigados no primeiro capítulo. Aborda-se o processo para a fundação do Centro de Estudos Afro-Orientais, em 1959, discutindo a participação e diálogo de George Agostinho da Silva – o idealizador – com setores da sociedade intelectual baiana. A receptividade do reitor da Universidade da Bahia, Edgard Santos, foi imprescindível para que o luso-brasileiro radicado no Brasil pudesse se instalar em Salvador e dar vazão às suas idéias de aproximação do Brasil com países africanos.

Seu interesse na constituição de uma comunidade entre os povos de língua portuguesa dialogou com os interesses de pesquisadores localizados na Bahia em reativar conexões com países da África Ocidental, especialmente a Nigéria. As cartas expedidas e recebidas incessantemente pelo CEAO permitem acompanhar as redes de contatos pessoais e institucionais que foram mobilizados para dar conhecimento da nova instituição a diversos países, solicitar material didático e objetos para a constituição de um museu e estimular a criação de Centros de Estudos Brasileiros em países como Angola, Moçambique, Nigéria e Benin (antigo Daomé).

Pierre Verger, fotógrafo e pesquisador francês, que realizava pesquisas sobre as conexões coloniais entre a Bahia e o Golfo do Benin, foi importante colaborador de Agostinho da Silva. Desse diálogo foi possível viabilizar a ida de Vivaldo da Costa Lima à Nigéria, em dezembro de 1959. Em 1960 seguiria Pedro Moacir Maia para o Senegal e viria Ebenézer Latunde Lasebikam, natural da Nigéria e professor em Londres, para ministrar curso da língua iorubá no CEAO.

É importante ressaltar que a Bahia, por sua expressiva religiosidade de matriz africana, cujo maior exemplo é o candomblé, vivia um momento de afirmação da identidade africana respaldada numa ancestralidade creditada aos povos iorubá, oriundos de Nigéria, Benin. Esse contexto, não apenas permitiu uma maior receptividade às ideias de Agostinho da Silva como estimulou jovens pesquisadores baianos, ligados às ciências sociais, humanidades, lingüística, artes e interessados em melhor compreender as ligações Brasil – África, a partir dessa religiosidade, a realizarem pesquisas de campo no continente africano. Sobre essa experiência, Vivaldo

da Costa Lima caracterizou como seu “rito de iniciação africana”³. Paulo Fernando de Moraes Farias, um dos pesquisadores que potencializou seu interesse pela história africana a partir do trabalho no CEAO nesse período, assim sintetiza

Uma das grandes ideias que tinha o CEAO naquela época era enviar, ou ajudar a enviar, à África uma vanguarda de baianos que pudesse aprender a estudar o continente africano lá mesmo. Dessa maneira, o CEAO queria fazer que os estudos africanos na Bahia passassem de uma fase de consumo dos conhecimentos já existentes sobre a África para uma nova fase, na qual pesquisadores e pesquisadoras baianos participassem, na própria África, da produção de novos conhecimentos sobre o continente, e do reexame crítico do conhecimento já acumulado (Paulo Farias, 2010).

Com os contatos portugueses, Agostinho da Silva articulou a criação de Centros de Estudos Brasileiros nas colônias portuguesas, cuja experiência mais significativa, o Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiro, no Lobito, em Angola, sob a direção de Maria da Conceição Nobre Basílio Príncipe. A professora expôs o interesse no Brasil e uma pequena parte das contradições de uma sociedade colonial.

O segundo capítulo debruça-se no ano de 1961. Ano do anúncio da política africana do governo Jânio Quadros e de intensa discussão e mobilização por parte de Agostinho da Silva para levar suas idéias de aproximação ao governo federal e garantir ações de natureza cultural para o reatamento de contatos institucionais entre Brasil e África. A documentação analisada revela com bastante ênfase o diálogo entre o diretor do CEAO e funcionários ligados a Presidência da República, como José Aparecido de Oliveira, secretário do presidente Jânio Quadros ou Wladimir Murtinho, chefe do departamento cultural do Itamaraty.

O esforço de Agostinho da Silva era garantir que as ações de intercâmbio postas em curso recebessem financiamento direto do governo federal. Assim, Vivaldo da Costa Lima e Pedro Moacir Maia passaram a receber um subsídio do Itamaraty como leitores brasileiros. Na definição de Costa Lima, “o leitorado não implica em cursos regulares nem nada, mas em presença, palestras e vários departamentos, escolas secundárias, ocasionais projeções de filmes e slides e pequenas conferências, Lectures sobre cultura e História do Brasil”⁴. Costa Lima foi ainda designado como adido cultural para a

3 Depoimento de Vivaldo da Costa Lima num DVD anexo a *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Amândio Silva e Pedro Agostinho (Orgs.). Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2007.

4 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 20 de setembro de 1962.

primeira embaixada brasileira na África Subsaariana, em Acra, Gana. Silva articulou ações como o estabelecimento de um acordo cultural entre o Brasil e Senegal⁵. Era necessário ainda garantir que as ações ligadas à cultura ficassem sob responsabilidade do CEAO, já que outros grupos se disponibilizaram para levar a cabo tais demandas, como o grupo que assumiria o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA). Destaca-se a designação do CEAO para recepcionar os estudantes bolsistas africanos que viriam a cargo do Itamaraty, cursar língua portuguesa e depois se desdobrariam para universidades brasileiras. Sob essa articulação, para que a Bahia recebesse parte significativa de recursos federais, o argumento da africanidade baiana ganhou relevo nos diálogos mantidos por Agostinho da Silva. A política africana, que estava em grande parte direcionada para os países da África ocidental, convergia com os interesses de pesquisa dos leitores brasileiros.

Agostinho da Silva trabalhava para que o próprio CEAO fosse considerado como uma instituição diretamente vinculada ao governo federal, com objetivos de intercâmbio cultural, já que o IBEAA não ficou sob sua chefia, como previa. Edgard Santos que deu apoio incondicional ao CEAO foi substituído por Albérico Fraga, novo reitor que não era dos mais afeitos às atividades pensadas no Centro. Ante a essa conjuntura desfavorável, a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, e a crise política que se seguiu, diminuiu as possibilidades de que o Brasil mantivesse o mesmo empenho na aproximação com o continente africano, e que o CEAO tivesse financiamento para suas custosas atividades. Em setembro de 1961, Agostinho da Silva afastou-se da direção do CEAO, indicando Waldir Freitas Oliveira como o novo diretor.

A direção de Waldir Oliveira entre os meses finais de 1961 e o início de 1964 é analisada no terceiro capítulo. Ao jovem professor de geografia coube a tarefa de levar a cabo ações que já haviam sido designadas no governo Jânio Quadros, como a vinda dos bolsistas africanos. Selecionados entre Nigéria, Gana e Senegal os estudantes passariam alguns meses no CEAO aprendendo a língua portuguesa e depois seguiriam para outras universidades, a fim de realizarem seus cursos superiores. As mudanças e falta de informações advindas da alteração do governo geraram enorme indefinição. Esse projeto se efetivou muito mais por conta da articulação de Costa Lima, designado para

5 Um acordo cultural entre o Brasil e o Senegal, primeiro acordo com um país da África Subsaariana, foi assinado em 1964, quando o presidente Leolpold Sedar Senghor visitou oficialmente o Brasil.

selecionar e preparar os estudantes para virem ao Brasil, do que pelo Ministério das Relações Exteriores⁶.

Na Bahia, a receptividade aos estudantes foi marcada por situações ambíguas que iam do interesse de terreiros de candomblé em reativar o intercâmbio religioso com os iorubás à resistência de faculdades da Universidade que não apoiavam tais alunos. Da primeira turma composta por 15 alunos, cerca de metade inicialmente resolveu continuar seus estudos na Bahia; do segundo grupo, chegado em 1962, nenhum permaneceu no Estado. A recuperação de parte do itinerário desses estudantes na Bahia, além de revelar a configuração das relações raciais no estado e na Universidade, oferece mais elementos para compreender os impasses da política externa brasileira do período, em que a palavra indefinição parece bastante adequada.

A permanência de Costa Lima entre Gana e Daomé e a ida de Guilherme Augusto de Souza Castro como leitor brasileiro acompanhado de sua, então, esposa Yêda Antonita Pessoa de Castro rumo à Nigéria, mostram o lado africano do intercâmbio com a África, entre os anos de 1962 e 1963. Os difíceis momentos passados pelo casal Castro, desde as dificuldades de instalação à difícil adaptação, com uma constante limitação de recursos, promoveram dramáticos momentos para o casal que retornou, assim como Vivaldo da Costa Lima, ante a um ultimato do reitor que não via produtividade em situações tão adversas.

De volta à Bahia, esses pesquisadores teriam oportunidade de escrever em seus textos as experiências na África, incluindo Waldir Oliveira que teve a oportunidade de passar um mês em Angola, inaugurando pesquisas que, posteriormente, seriam publicadas na revista *Afro-Ásia*, criada em 1965.

A documentação trabalhada para a construção desta dissertação revela a importância de trazer à tona redes, através da correspondência institucional e de sujeitos envolvidos na construção do Centro de Estudos Afro-Orientais, o que pode contribuir para a análise do papel de instituições acadêmicas e/ou estatais em determinadas conjunturas políticas, neste caso, o Centro de Estudos Afro-Orientais, a Universidade da Bahia e o Ministério das Relações Exteriores durante a vigência da Política Externa Independente.

⁶ Uma das alterações que o projeto sofreu foi a inclusão de estudantes de outros países não programados como Camarões, Cabo Verde e Guiné Bissau.

1. A criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade da Bahia (UBa) - (1959-1960)

Adolpho Justo Bezerra de Menezes foi o destinatário de uma correspondência do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), escrita em 8 de setembro de 1959. O remetente informava ao “ilustríssimo amigo” acerca da recém-criação de um Centro destinado a “Estudos Africano e Oriental”, cujo objetivo primeiro, seria a divulgação do “conhecimento entre nós das culturas africanas e orientais, com o possível ensino de suas línguas e a organização de serviços de biblioteca, museu, discoteca etc”. O segundo passo seria levar a presença do Brasil para aquelas áreas, não restrita aos territórios de língua portuguesa, incluindo “países sudaneses” e da “área extremo-oriental”, por “meio dos Centros de Estudos Brasileiros, dos quais um, o de Lourenço Marques⁷, já está em bom funcionamento e o outro, o de Timor, já está iniciado”. Antes de finalizar seu texto, solicitando colaborações e sugestões de contato com pessoas e instituições em países da África ou Ásia, o remetente, não poderia deixar de mencionar que aquelas ações decorriam “inteiramente” do livro de Bezerra de Menezes, “notável contribuição para o planejamento de uma nova *política internacional* do Brasil”⁸.

Ao redigir esta carta, George Agostinho da Silva exercia sua primeira atividade como diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais que acabava de ser criado na Universidade da Bahia. Português de nascimento e luso-brasileiro por opção, Agostinho da Silva, como era chamado, foi o fundador do primeiro Centro de Estudos no país dedicado ao aprofundamento de conhecimentos e promoção de intercâmbio com países africanos e asiáticos. Sua carta a Bezerra de Menezes nos informa os principais objetivos e intenções da nova instituição, a busca de uma sintonia com a política externa brasileira do período e, mais ainda, a necessidade de repensar *o lugar da África* no Brasil em fins dos anos 1950. Este capítulo traça um histórico da atuação do CEAO na promoção de ações que desencadearam um intercâmbio acadêmico entre a Bahia e países do continente africano nos anos iniciais de funcionamento, entre 1959 e 1960.

7 Atual Maputo, capital de Moçambique.

8 Carta de Agostinho da Silva enviada a Adolpho Justo Bezerra de Menezes em 08 de setembro de 1959. Grifo meu. A maioria da correspondência analisada foi encontrada no Acervo do Centro de Estudos Afro-Orientais. As exceções são indicadas no rodapé.

Se nosso marco inicial é o ano de 1959, assinalado pelo surgimento do Centro de Estudos Afro-Orientais, o ano seguinte, 1960, é o das independências africanas, segundo a ONU o “ano da África”, quando 17 países tornaram-se livres da dominação colonial europeia. Neste contexto, marcado por intensas redefinições no panorama mundial, o governo brasileiro não tardaria a mudar radicalmente sua postura em relação à África buscando aproximação, após cerca de setenta anos de silenciamento e distâncias (Sombra Saraiva, 1996, p. 60-7). Em 1961 foi eleito o presidente Jânio Quadros, responsável por colocar em funcionamento a Política Externa Independente que, dentre outras diretrizes, anunciou uma política africana, com uma série de medidas para estabelecer relações com países da África. São, portanto, anos muito intensos em relação à postura que o Brasil deveria manter em direção à África nutrindo um debate entre políticos e intelectuais. Agostinho da Silva, cujo pensamento se materializava no funcionamento do CEAO, manteve um diálogo profícuo com Quadros durante o curto período em que presidente esteve no poder.

Na Bahia a aproximação com África partia de outras bases. Este estado, marcado por sua majoritária população negra, vivia desde os anos 1930 um despertar de interesse da cultura de matriz africana expressa, especialmente, nos terreiros de candomblé⁹. A valorização da “africanidade” baiana foi um importante elemento para a conformação, por parte de Agostinho da Silva, da idéia de um centro de estudos africanos¹⁰ no estado. Essa África, alimentada por raízes ancestrais iorubanas, localizadas na África ocidental, teve valor decisivo para a configuração da religiosidade baiana entre o início e meados do século passado. Seus sacerdotes, babalorixás e yalorixás, sonhavam em poder visitar as terras de seus parentes ancestrais, na África, para reforçar a “pureza” de seus terreiros. E alguns o fizeram de fato (Bacelar, 2001, p. 128-131).

A África ancestral iorubana, buscada pelo povo de santo baiano e a África em descolonização, alvo da política externa brasileira, confluíam no pensamento de Agostinho da Silva, para o qual, ao propor ações de intercâmbio acadêmico e cultural fortaleceria ambas as concepções. E mais, havia ainda a ideia da África portuguesa,

⁹ Para a mais atualizada abordagem acerca da marcante presença dos terreiros em Salvador ver Jocélio Teles dos Santos (coord.) *Mapeamento dos Terreiros de Salvador*. Salvador, CEAO, UFBA, 2008. Disponível também no site www.terreiros.ceao.ufba.br.

¹⁰ Inicialmente Agostinho da Silva pensou na criação de um Centro de Estudos Africanos. Ver “O nascimento do CEAO”. *Afro-Ásia*, 1995, p. 5-8. A inclusão de estudos dedicados a Ásia deu-se por conta da sugestão do reitor da Universidade da Bahia, Edgard Santos.

pensada através da formação de uma comunidade entre os portugueses e suas (ex)colônias, para o nosso diretor, a que mais lhe interessava aproximar.

1.1 A idéia de um Centro de Estudos Afro-Orientais em Salvador

A carta destinada a Bezerra de Meneses indica que o Centro de Estudos Afro-Orientais começou a funcionar em setembro de 1959. George Agostinho da Silva havia chegado a Salvador para instalar um novo Centro, desta vez dedicado às “culturas africana e oriental”. A relação entre Agostinho da Silva e a criação de novos espaços para estudos e pesquisas no Brasil já não era nova. No país desde 1944, auto-exilado por conta da ditadura salazarista portuguesa, sua trajetória foi marcada, como um incessante andarilho, pela instalação e trabalho em diversas instituições de pesquisa em diferentes estados do nosso país.

No Brasil, Agostinho da Silva lecionou e participou da fundação de várias instituições de ensino e pesquisa superior, como as Faculdades de Filosofia das atuais Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Santa Catarina, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses da Universidade de Brasília e o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás (Silva, 2009, p. 11).

As definições para as atividades que realizava também perfazem uma lista extensa. Latinista e filólogo por formação na Universidade do Porto destacou-se como “educador, ensaísta, tradutor, poeta, biógrafo, ficcionista, divulgador e conferencista, professor e pensador”. Interessou-se ainda pela “entomologia e pela pintura, cerâmica e azulejaria; trabalhou em história, e interessou-se por línguas, filosofia, teologia, matemáticas e outras ciências exatas e naturais”. Embora recusasse o título de filósofo, os diversos depoimentos a seu respeito ressaltam como principal distinção a intensidade do *pensar e o agir*¹¹. Na definição de seu filho, Pedro Agostinho, “foi, acima de tudo,

11 Ver Pedro Agostinho. “Agostinho da Silva: pressupostos, concepção e ação de uma política externa do Brasil com relação à África”. *Afro-Ásia*, n 16, 1995, pp 9-23; Manuel Pina, na introdução de Agostinho da Silva. *Pensamento à solta: um manuscrito autógrafa*. Salvador, EDUFBA, 2006; ver ainda diversos textos In. Amândio Silva e Pedro Agostinho (orgs.) *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2007 e *Nova Águia: revista de cultura para o século XXI*, n 3, 2009.

desafiador de pessoas para uma liberdade e ousadia plenamente vividas” (Agostinho, 1995, p. 9).

A vasta obra de Agostinho da Silva aos poucos vem sendo conhecida, difundida e discutida. Após o centenário de seu nascimento, comemorados em 2006, cada vez mais se tem publicado no Brasil e em Portugal sobre o referido autor. Este capítulo, cuja ênfase reside no trabalho desenvolvido no Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade da Bahia, não tem como objetivo investigar o pensamento de Agostinho da Silva. Contudo, a partir de suas ações no CEAO conheceremos parte de suas concepções, especialmente no que se refere às contribuições para a política internacional do Brasil para países africanos, um aspecto que vem sendo destacado em sua trajetória neste país, mas não tem sido alvo de pesquisas sistemáticas.

A idéia da criação de um Centro de Estudos Africanos na Bahia surgiu quando estava em Santa Catarina, entre 1958 e 1959. Segundo narrou o próprio Agostinho da Silva (1995), após conversa com o desembargador Henrique Fontes, lamentou que “se soubesse tão pouco do que fora África antes e depois da chegada dos portugueses e, sobretudo, do que era a África nossa contemporânea e do que poderia ser ela no futuro...” (Silva, 1995, p. 5). Ocorreu-lhe, então, enviar uma pergunta ao reitor da Universidade da Bahia, Edgar Santos, apresentado como “um príncipe do Renascimento” (Risério, 1995, p. 50), através do professor de Filosofia Eduardo Lourenço que passava por Santa Catarina. Tendo ouvido sobre as realizações do reitor, perguntou se “estaria ele disposto a estudar o criar-se em sua universidade um centro de estudos africanos que seria o primeiro da América do Sul; e das outras até o México” (Silva, 1995, p. 5).

A resposta não lhe veio de imediato, entretanto a idéia estava lançada e haveria outras oportunidades para tratar do assunto. Agostinho da Silva refere-se a um convite especial feito por Edgar Santos para vir à Bahia, em agosto de 1959, conversar pessoalmente sobre a proposta. No diálogo com Agostinho da Silva, o reitor pediu que esperasse alguns dias para lhe dar a resposta, a qual veio afirmativa acompanhada de outra indagação: “[...] não podia ser o centro não só de estudos africanos mas também de estudos orientais”? (Silva, 1995, p. 6)

Entre a pergunta trazida por Eduardo Lourenço e a nova conversa com Agostinho da Silva havia ocorrido a vinda a Salvador do embaixador do Brasil junto a UNESCO, Roberto de Assunção, que falou a Edgar Santos do interesse da instituição “em difundir para o geral o conhecimento do Oriente e se pensara que seria a

universidade bom veículo quanto ao Brasil” (Silva, 1994, p.6). Conjugando-se os interesses de Agostinho da Silva, do reitor Edgar Santos e do representante da UNESCO, um Centro de Estudos Africanos e Orientais na Universidade da Bahia seria o resultado.

Quando conheceu Waldir Freitas Oliveira, seu futuro colaborador na Bahia, durante o IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, Agostinho da Silva falou sobre essa ideia que possuía:

Então ele foi de bonde - naquele tempo tinha bonde - foi de bonde comigo até o Largo do Tororó, onde eu morava, conversando sobre uma idéia que ele possuía de criar na Bahia um centro de estudos onde se pudesse estudar... Um centro de estudos onde se pudesse levar a sério o relacionamento entre África e Brasil. Tentando descobrir, identificar as raízes culturais africanas que participam da cultura brasileira, de outro ângulo. Porque até então todos que haviam trabalhado sobre o negro brasileiro tinha trabalhado aqui no Brasil sobre os descendentes de africanos. Mas, nenhum historiador tinha se deslocado para o outro lado do oceano, para as terras africanas, para ver como era a vida dos africanos antes de vir para cá. Ele queria tentar estabelecer uma ponte entre um passado do brasileiro e um passado africano. Queria que se estudasse como seria a África ao tempo da... do tráfico negreiro. E, principalmente identificar que laços poderiam se estabelecer entre essas duas sociedades, entre essas duas culturas (Oliveira, 2004b).

Essa idéia foi posta em prática através do Projeto Ocidente-Oriente da UNESCO¹² junto à Universidade da Bahia. Desde já, fica explícita a influência do contexto nacional e internacional para criação desse Centro de Estudos.

1.2 Conexões entre a fundação do CEAO e a política brasileira para a África

A preocupação de Agostinho da Silva em conhecer e difundir conhecimento sobre a África no Brasil estava relacionada à necessidade de conhecimento de nossa história, o passado de relações, como ressaltou em sua conversa com Waldir Oliveira. Porém, seu pensamento reservava sempre grande ênfase no futuro dessas relações. Era necessário saber “sobretudo, do que era a África nossa contemporânea e do que poderia

¹² Os escritos sobre o CEAO sempre se referem ao Projeto Ocidente-Oriente da UNESCO que teria dado suporte financeiro para o início das atividades. No entanto, na documentação consultada no acervo do Centro não há informações mais detalhadas. Ver PEREIRA, C. L.; SANSONE, L. (Orgs.) *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: Edufba, 2007.

ser ela no futuro, já que era a vizinha de frente do Brasil e talvez se tornasse, por conhecimento e cooperação a estabelecer, sua ótima companheira para todo o Atlântico Sul” (Silva, 1995, p. 5). Sem desprezar seu histórico, na África contemporânea residia seu maior interesse.

Isso revela os motivos que levaram Agostinho da Silva a escolher Bezerra de Menezes como a primeira pessoa a ser informada acerca da existência do Centro de Estudos Afro-Orientais. O diplomata era o autor do livro *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano* (1960 [1956]) considerado um marco no rompimento do silêncio vigente no Brasil em relação à África, depois de cerca de meio século¹³. Adolpho Justo Bezerra de Menezes, diplomata brasileiro, participou como observador na Conferência de Bandung, Indonésia, realizada em 1955. A partir dessa experiência na qual representantes de países asiáticos e africanos reuniram-se para discutir sua condição frente aos chamados países de primeiro mundo, e se posicionaram como terceiro mundo, ou seja, fora da disputa entre Estados Unidos e União Soviética, o observador brasileiro entendeu como era fundamental o posicionamento do Brasil a favor da descolonização africana e asiática para uma conseqüente aproximação política e projeção internacional.

Seu texto expõe uma concepção de relações internacionais para o Brasil, não assegurada no alinhamento automático com a política norte-americana, como era vigente, mas na qual os países africanos e asiáticos fossem colaboradores significativos para que o Brasil se tornasse uma potência mundial dali a um século. O Brasil deveria aproximar-se das novas nações naquele momento para que, diante da reordenação da geopolítica mundial, ganhasse “admiradores”, os quais, “terão de pesar fortemente na balança mundial, em meados do século XXI, quando começaremos a figurar como grande país nos quadros mundiais” (Bezerra de Menezes, 1960, p. 7).

Os capítulos que compõem o referido livro destacam as configurações do colonialismo – e das novas nações - na Ásia e na África. Ante a impossibilidade dos países europeus manterem territórios coloniais - umas das conseqüências da Segunda Grande Guerra - os Estados Unidos e a União Soviética passaram a disputar influência

13 José Flávio Sombra Saraiva (1996) explica que desde a abolição da escravatura (1888) o Brasil afastou-se oficialmente do continente. Somente em meados do século XX, motivado pelas mudanças no panorama internacional como os processos de descolonização, é que as relações com a África passariam a interessar funcionários do governo brasileiro.

sobre as novas nações. Caberia ao Brasil, portanto, inaugurar uma nova fase nas suas relações internacionais, aproximando-se dessas nações e exercendo sobre elas sua influência. É necessário rememorar que tal situação revela o questionamento do mito da superioridade européia frente aos outros povos do mundo.

Há cinco séculos que o Ocidente vem estabelecendo contatos (a maior parte deles forçados), com o resto do mundo. Há cinco séculos que esse resto do mundo vem sendo considerado como uma espécie de apêndice, como um quilantejo baldio para ser disposto e dividido ao bel-prazer europeu (Bezerra de Menezes, 1960, p. 31).

Em relação à Ásia, destacava sua importância econômica, especialmente no tocante a suas reservas petrolíferas. Sobre a África, que no ano da primeira publicação do livro ainda encontrava-se em grande parte sob jugo colonial, Bezerra de Menezes esforçava-se para desfazer as imagens que dizem da inviabilidade de desenvolvimento do continente africano baseadas em argumentos como a tribalização e fragmentação de suas populações, da inexistência de culturas e civilizações, dos defeitos do caráter africano como a preguiça, a falta de higiene, a propensão a doenças endêmicas. O autor utilizou o exemplo das populações indígenas latino-americanas para mostrar como seria possível superar os problemas de tribalização. Sobre a preguiça lembrou que “o vasto império industrial que ali esta[ia] surgindo não poderia existir se não fôra o braço negro” e que “o europeu que os acusa de preguiça é o mesmo que se sente incapaz de qualquer esforço físico maior” (Bezerra de Menezes, 1960, p.51).

Sobre a ausência de cultura e civilização, disse:

É verdade que a África, de todos os continentes, é o único que não demonstra arqueologicamente a presença de uma civilização passada. Por isso mesmo, maior oportunidade terá ela, agora, de tornar-se teatro de tal movimento. O filho do solo é perfeitamente adaptável e pode competir de igual para igual com o representante de qualquer outra civilização. As demonstrações já dadas por africanos e por semi-africanos na América Latina e nos Estados Unidos da América, sejam no campo científico, sejam no artístico, são por demais expressivas para que necessitem ser lembradas. Ademais é um sofisma do cientista europeu dizer que o continente negro não foi berço de civilização. Certo, a grande civilização egípcia não abrangia todo o imenso triângulo africano mas, em seu apogeu acompanhava o Nilo através do atual Sudão, terra a dentro, quase até a seus confins. A civilização semítica-cartaginesa é outro exemplo bem forte” (Bezerra de Menezes, 1960, p. 50-1).

Acredito que o autor esforçava-se por fazer crer aos brasileiros que o processo de descolonização era irreversível e que o estabelecimento de relações políticas e econômicas era indispensável para o crescimento futuro do Brasil. Algumas fotografias ilustrando modernas construções em cidades do continente africano foi outra maneira de mostrar sua civilização acompanhada de referências como “Paisagem que muitos brasileiros não concebem possa existir na África: uma vista de Nairóbi, com seus edifícios ministeriais, cinema e estação” ou “África de hoje: Hospital da Universidade de Ibadan (Federação da Nigéria) cujas atividades se iniciaram em 1957, o maior e mais moderno da África Ocidental e um dos mais completos do mundo” (Bezerra de Menezes, 1960, p. entre 78 e 79).

Quando se referiu à “África portuguesa”, Bezerra de Menezes destacou o diferencial daquelas regiões em relação ao “redemoinho de experimentações coloniais” verificados nos outros países africanos: “uma área existe onde o sismógrafo nada acusa: províncias de Angola e Moçambique, a Guiné e as ilhas portuguesas do Atlântico”. A “África Portuguesa” mesma vizinha de países como a “reacionária União [Sul africana]” mostrava a seus vizinhos “a maneira de poder o homem branco viver em paz, e com a possibilidade real de participar de igual pra igual com o nativo, para sempre, nas novas nações que vêm surgindo no Continente Negro” (Bezerra de Menezes, 1960, p. 87).

Esse “fato curioso” seria resultado de “uma completa ausência de discriminação baseada na cor”. A miscigenação não seria um problema para os portugueses. Para explicá-la, Bezerra de Menezes recorreu à natureza portuguesa resultante da ocupação árabe e da tradição romana que os fazia, na África ou em outros lugares, não estabelecerem distinção “entre branco e preto, entre branco e amarelo, apenas entre bárbaro e civilizado”. A assimilação do nativo era um processo que demonstrava como o “negro bárbaro” poderia alcançar “um padrão de vida bem acima do nível tribal”. No caso de Angola 140 mil seriam assimilados, em Moçambique 5% de um total aproximado de 5.730.000 habitantes (Bezerra de Menezes, 1960, p. 87).

Para o autor, um problema para essas províncias portuguesas era a proximidade com a África do Sul, que tinha a economia ligada a Moçambique. O sociólogo Gilberto Freyre já havia notado essa influência em sua visita a Lourenço Marques em 1952 (Bezerra de Menezes, 1960, p. 88). Mesmo que Bezerra de Menezes mostrasse como algo negativo a existência de rodovias, ferrovias, linhas aéreas, portos em movimento

em Moçambique devido à economia da União Sul Africana, lembrou a estagnação e o pouco investimento português na região decorrente do pensamento de que deste modo esses territórios seriam melhor mantidos. Um reflexo era o descuido com a educação na colônia. Concluiu seu capítulo sobre o colonialismo português ressaltando-o. “Não parece dúvida que o sistema colonial português é o mais adequado e único que poderia vingar e de fato construir uma ponte de amizade entre a Europa e o vulcão africano, prestes a entrar em ebulição” (Bezerra de Menezes, 1960, p. 94).

O Brasil e o Mundo Ásio-Africano dedica ainda mais atenção específica aos diversos países asiáticos, às colônias portuguesas na Ásia – Goa, Gamao e Diu – e às conferências realizadas àqueles anos por dirigentes africanos e asiáticos dentre as quais destacava-se a de Bandung, em 1955. Os capítulos finais são reservados ao posicionamento que o Brasil deveria tomar frente àqueles países. Neste ponto, explicou como nosso país encontrar-se-ia numa posição de destaque para este trabalho já que, ao contrário dos norte-americanos, o Brasil não viveria os problemas decorrentes da segregação racial. O que mais tarde ficaria conhecido como democracia racial brasileira, baseado na obra do sociólogo Gilberto Freyre, era o argumento principal para a aproximação do Brasil com países africanos. “Mercê de sua formação étnica, o Brasil goza de uma posição privilegiada para aplacar antigos ódios e evitar a formação de novos” (Bezerra de Menezes, 1960, p. 305).

Assim, extrapolando as limitações portuguesas, o Brasil poderia expandir-se pela Ásia e África e construir com Portugal e seu Ultramar¹⁴ uma comunidade com vantagens políticas e econômicas. Para este fim, citava uma série de medidas práticas a serem tomadas pelo governo brasileiro como aumento da representação diplomática nos referidos países, ampliação de cobertura jornalística, maior conhecimento por parte de intelectuais brasileiros, envio de professores brasileiros para ensinar em universidades africanas, vinda de estudantes africanos para nossos colégios e universidades, divulgação através de música, futebol, exposições, arquitetura, incentivo ao comércio. Tudo isto realizado naturalmente com a presença e participação de mestiços e mulatos.

Ao término da leitura justifica-se com mais intensidade os motivos que levaram Agostinho da Silva a escrever imediatamente para Adolpho Justo Bezerra de Menezes.

14 A partir de 1951 os portugueses passaram a se referir aos territórios africanos sob sua colonização como *províncias ultramarinas*, com o intuito de desvincular a presença dos mesmos com a colonização, reforçando a idéia da existência de um império português.

O Brasil e o Mundo Ásio-africano oferecia argumentos que o professor tomava como referência para pensar em novas relações entre Brasil, África e Portugal.

Segundo demonstra José Flávio Sombra Saraiva (1996), entre os anos de 1946 e 1961, foi sendo rompido lentamente o silêncio no Brasil em relação à África nas instâncias oficiais. Esse “renascimento” do interesse brasileiro tinha relação com a busca de projeção internacional na América do sul e de vantagens econômicas com os Estados Unidos. Não havia consenso a esse respeito. Nas reuniões das Nações Unidas opiniões divergentes foram apresentadas por representantes brasileiros que iam desde a não “ofensa aos estados administradores” ao temor da concorrência africana aos produtos brasileiros. Outra preocupação era decorrente da percepção que os países africanos estariam aptos a receberem influências comunistas (Sombra Saraiva, 1994, p. 269-271). Na diplomacia brasileira, embora o tema da descolonização fosse de interesse menor, haviam “vozes dissidentes” que se declaravam a favor das independências africanas e da aproximação brasileira.

Adolpho Justo Bezerra de Menezes era uma dessas vozes. Seu texto, construído em meados dos anos 1950, estabeleceu uma crítica a aproximação com a África do Sul, que tomara fôlego no final dos anos 1940. Estava preocupado com o desenvolvimentismo econômico brasileiro, pensamento vigente naquela década. O diplomata, após sua experiência na Indonésia, defendia que o Brasil assumisse uma postura anti-colonialista frente aos povos afro-asiáticos de modo a conquistá-los para futuramente exercer sobre os mesmos uma liderança. Sua preocupação residia no reordenamento da política mundial após as independências e da perda de oportunidade do Brasil em obter grandes vantagens econômicas. Então, delineou sugestões para diplomacia brasileira no sentido de efetivar aproximações especialmente políticas e econômicas, sem excluir as de natureza cultural.

Agostinho da Silva tomava aquele livro como inspiração para pensar e agir em prol de novos rumos das relações entre Brasil e África. Seu pensamento convergia com o apresentado pelo diplomata especialmente no ponto referente à constituição de uma comunidade luso-afro-brasileira ou simplesmente luso-brasileira. Embora com perspectivas e intenções diferenciadas, ambos entendiam que Portugal, Brasil e os territórios africanos sob colonização portuguesa deveriam estar aglutinados em torno de uma comunidade. Para o diplomata teríamos proveitos econômicos e políticos (ainda que mais este do que aquele). Agostinho da Silva pensava com primazia no estabelecimento de relações culturais.

O pensamento do professor Agostinho da Silva veio a público no IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, realizado na Universidade da Bahia, entre os dias 10 e 21 de agosto de 1959, portanto antes do início do funcionamento do Centro de Estudos Afro-Orientais. Naquela oportunidade, reuniram-se autoridades e intelectuais portugueses e brasileiros, para discutirem “problemas de interesse luso-brasileiro”. Segundo Fátima Maria Maia Ribeiro (1999), o signo da comunidade proposta por Gilberto Freyre era a questão nuclear desse colóquio. Neste evento, Agostinho da Silva articulava contatos locais, nacionais e internacionais que mais tarde o auxiliariam nas ações propostas pelo CEAO.

A apresentação do professor luso-brasileiro fugiu ao “silêncio” que havia se estabelecido entre os participantes do colóquio por conta das divergências ideológicas entre os salazaristas e seus opositores. Suas intervenções polarizaram o debate na medida em que expôs suas idéias sobre a constituição da Comunidade Luso-Brasileira com “uma reflexão desestabilizadora da prática e do discurso coloniais” em contraposição às falas do ex-ministro do Ultramar, Marcelo Caetano que ratificava “as benesses do colonialismo português” (Ribeiro, 2003, p. 34).

Em *Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira*, comunicação apresentada no Colóquio, Agostinho da Silva falava de uma comunidade em sua dimensão utópica, uma comunhão entre povos europeus e não-europeus, sem uma perspectiva de desigualdade. É possível visualizarmos através de seu texto o misticismo, sempre presente em suas ações e pensamentos. O eixo norteador da comunidade seria dado por uma missão portuguesa no mundo, não o Portugal atual, mas o dos tempos medievais aglutinados por valores culturais como a unidade de origem. Agostinho da Silva considerava os territórios de língua oficial portuguesa como elos que, interligados, poderiam ser agentes aglutinadores, por excelência, dos povos e países meridionais. Pensando na distribuição do poder mundial sob a perspectiva norte-sul, ao invés de leste-oeste, como vigorava até então, acreditava que os povos de língua portuguesa teriam um importante papel e o Brasil ocuparia uma posição central (Agostinho: 1995, p. 16).

Atentemos para trechos de sua exposição:

A Comunidade Luso-Brasileira tem de ser, quando existir, não outra qualquer espécie e Império, uma força concorrendo com outras forças, uma outra centralização que siga a monótona corrente das centralizações, mas realmente o começo de uma vida nova para a

Humanidade, o primeiro passo seguro para a reconquista de um Paraíso que só tem estado em espírito de teólogos ou filósofos ou de poetas, mas que jamais entrou nas cogitações de políticos; a linha mística e religiosa tem de ser aqui mais importante do que as argúcias dos realistas que manejam homens como se eles não fossem à imagem e semelhança de Deus: e nenhuma economia, nenhuma sociologia, nenhum ato humano verdadeiramente criador tem de ser considerado senão como o sinal, a manifestação e a indicação de que está na vontade divina, na própria estrutura do evoluir do mundo, que ele siga pelos caminhos a que a Comunidade o pode dirigir. (Silva: 2009, pp. 25-6)

[...] Portugal e Brasil têm de restabelecer o poder municipal em toda a sua plenitude, entregando-lhe o fundamental da máquina administrativa, da economia e da educação; *nenhum território pode estar sujeito a qualquer espécie de metrópole*, nenhum traço de colonialismo pode subsistir, por mais tênue que seja, quer se trate dos territórios ultramarinos portugueses, quer, por exemplo, do Nordeste brasileiro em relação aos Estados do Sul; e a primeira missão que tem de ser confiada à *grande língua comum* é a de livremente poder dizer a todos os governantes a opinião de quem a fala [...] (Silva, 2009, p. 27. Grifos meus)

[...] Temos efetivamente de nos não esquecer que não cabe à Comunidade bater-se por fórmulas econômicas, políticas ou pedagógicas que tarde ou cedo o mundo encontrará ou, no caso especial, reencontrará, desde que tenha conseguido impregnar-se das idéias essenciais que estão subjacentes a toda transformação positiva que tiver de vir; economias, políticas e escolas são apenas instrumentos mais ou menos cômodos ou mais ou menos adaptados às tarefas que se tiverem em vista; e se o objetivo for economia, política ou pedagogia, e não o homem nas suas relações fundamentais com Deus e por aí com os outros homens, o risco que se corre é o de olhar a Humanidade como um meio e não como um fim; acaba por se ter gente para servir um sistema, não um sistema para servir gente: ou melhor para a capacitar ao serviço de Deus (Silva, 2009, p. 32)

Um diferencial fundamental na concepção de comunidade luso-brasileira apresentada por Agostinho da Silva está na rejeição ao colonialismo, a nenhum tipo de sujeição. Este assunto dividia, naqueles anos finais da década de 1950, os intelectuais, políticos e diplomatas que advogavam uma aproximação com o continente¹⁵. O Brasil deveria priorizar relações com os portugueses ou com os africanos? Não seria mais interessante chegar à África através de Portugal? A ação portuguesa na África era mesmo colonialista? Interrogações como estas evidenciam um debate entre a aproximação a África através da manutenção das relações diplomáticas com Portugal ou

15 Sombra Saraiva (1996, p. 43) cita nomes como Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, Gilberto Amado, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Meneses, Eduardo Portella. Cabe, portanto, incluir nessa lista o nome de Agostinho da Silva.

o questionamento da ação colonialista portuguesa e aproximação direta com nações africanas, ou ainda a defesa dos valores culturais portugueses na África sem se posicionar a respeito do colonialismo. Enfim, parecia consenso entre os interessados que para o estabelecimento de laços com o continente africano era necessário manter os valores portugueses nos territórios colonizados cujo maior expoente era a língua portuguesa¹⁶.

Os debates em torno da formação de uma comunidade entre Brasil-África ou Brasil-Portugal-África estavam embasados nas concepções sistematizadas a partir da obra sociológica de Gilberto Freyre¹⁷, convidado de honra no Colóquio. Em 1940, Freyre publicou *O mundo que o português criou*, obra que ampliava a análise da mestiçagem aplicada a sociedade brasileira para estendê-la a todos os territórios sob colonização lusa. Freyre entendia existirem valores culturais portugueses nas terras por eles colonizadas, em que resultavam sociedades mestiças étnica e culturalmente. Sua obra evidenciou a suposta habilidade única do povo português para administrar a interpenetração de raças, línguas e culturas e deu vazão à idéia de uma civilização tropical criada em suas obras de colonização no Brasil e África. Dotados de características de integração, o contato entre povos mediado pelos portugueses só podia resultar numa miscigenação benéfica. Além do colonialismo, subjazia a este pensamento racismo, evolucionismo, determinismo geográfico. A mistura das raças nesses países não criava conflitos ou reivindicações como as que estouravam na África e diáspora, sendo os Estados Unidos e a África do Sul os exemplos que estavam na

16 Abdias do Nascimento, importante ativista em favor da população negra no Brasil desde os anos 1940, declarava em 1977, no Segundo Festival de Artes Negras ocorrido na Nigéria, que a língua portuguesa não poderia ser excluída das línguas oficiais daquele evento. Ver entrevista concedida por Abdias do Nascimento ao *Sunday Observer* com o título “The plight of blacks in Brazil”. Recorte de jornal anexo a ofício enviado da embaixada de Lagos ao Brasil em 03 de março de 1977.

17 Em *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933, Gilberto Freyre reconheceu a contribuição africana e indígena na constituição da sociedade brasileira. Esta obra ofereceu as bases para tese da existência da democracia racial brasileira. Em *O mundo que o português criou* (1940) Freyre estendeu a análise dos supostos efeitos da colonização portuguesa aos territórios africanos sob colonização portuguesa. Suas ideias foram muito bem recebidas pelo governo português que patrocinou viagens ao continente africano resultando em novas publicações que confirmavam a obra da colonização portuguesa *in loco*: *Aventura e rotina* (1953) e *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953).

ordem do dia¹⁸. Configurava-se a tese do luso-tropicalismo, de uma colonização benéfica realizada pelos portugueses em terras tropicais.

A idéia de democracia racial brasileira que embasava o luso-tropicalismo era entendida como o nosso melhor contributo a ser ensinado às outras nações. Passaria, então, a ganhar cada vez mais importância na imagem internacional do Brasil tornando-se seu argumento principal, especialmente em relação aos países africanos como sugeria *O Brasil e o mundo Ásio-africano*. Segundo o diplomata deveríamos ter um “persistente trabalho de sedução das massas africanas e asiáticas por meio de uso de nossa principal arma político-diplomática – igualdade racial e social quase perfeita existente no Brasil” (Bezerra de Menezes, 1960, p. 315). “*Casa Grande e Senzala* (1933) e *O mundo que o português criou* (1940) foram clássicos lidos e estudados pelas elites, pelos formadores de opinião pública e pelos diplomatas brasileiros” (Sombra Saraiva, 1996, p. 53)

A postura do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), que não havia estabelecido uma política externa voltada para o continente africano, foi “ambígua” em relação ao colonialismo (Penna Filho, 1998, p. 117). Embora internacionalmente tivesse inaugurado uma nova postura nas relações internacionais apoiada em princípios como a não-intervenção, a soberania, o nacionalismo e a democracia representativa,¹⁹ apoiou o regime autoritário português e a manutenção do seu sistema colonial mesmo, que isso

18 Para valorizar a ação portuguesa na África, Bezerra de Menezes utilizou como contraponto exatamente as disputas e conflitos de natureza racial existentes nos Estados Unidos (Bezerra de Menezes, 1960, p. 299-313). Jocélio Teles dos Santos refere-se como a “posição refratária ao apartheid na África do Sul” tomada pelo governo Kubitschek, em 1960, que teve grande repercussão nacional e internacional (Santos, 2005, p. 32-3).

19 A política externa do governo Kubitschek inaugurou com a Operação Pan-Americana (OPA) uma nova concepção de relações internacionais que buscava alterações no relacionamento com os demais países em função do desenvolvimento nacional. A OPA intencionou chamar a atenção dos Estados Unidos para o subdesenvolvimento da América Latina. Ver Cervo e Bueno. *História da política exterior do Brasil*, 2002, p. 269-307.

não significasse ganhos políticos, culturais, sociais ou econômicos²⁰ (Rampinelli, 2005, p. 87-8).

As relações do Brasil com Portugal, caracterizadas por sentimentos de “afinidades históricas e tradicionais” (Penna Filho, 1998, p. 122), de “fraternidade e paternalismo” (Sombra Saraiva, 1996, p. 51), tiveram nas teses freyrianas uma consolidação. O governo português, cada vez mais isolado internacionalmente, devido às críticas dos organismos internacionais e por conta da insistência na manutenção de colônias, além de apoiar-se na argumentação da produção freyriana estreitava as relações com o Brasil para obter seu apoio na Organização das Nações Unidas. Até 1960, o Brasil ratificou seu apoio a Portugal nas reuniões da ONU (Penna Filho, 1998, p. 123)²¹.

Anos antes, durante o governo Vargas, em 1953, foi assinado entre os dois países um Tratado de Amizade e Consulta que estabelecia consulta mútua em todas as matérias internacionais e consagrava o nascimento jurídico da Comunidade Luso-Brasileira (Sombra Saraiva, 1994, p. 287). Em relação às colônias portuguesas, o tratado, de igual modo, estabelecia consulta mútua entre os dois países, ou seja, o Brasil subordinava a Portugal suas relações com as então colônias portuguesas. Esse tratado “foi largamente utilizado pela diplomacia portuguesa como mecanismo de pressão no apoio à manutenção de suas colônias” (Rampinelli, 2005, p. 84).

Sobre esse tratado, regulamentado em 1960, Kubitschek afirmou:

procurarei apressar a regulamentação desse instrumento diplomático que está presentemente confiado a uma comissão interministerial. Farei isso para que os portugueses gozem de todos os direitos dos brasileiros, com as únicas restrições, é claro, expressas na constituição brasileira (Kubitschek, 1956: 5, 23 jan. *Apud* Rampinelli, p. 86).

20 Segundo Waldir José Rampinelli (2005), quatro motivos teriam levado a aproximação de Juscelino Kubitschek com o governo salazarista: a posição anticomunista que repercutiu favoravelmente nas relações com o Estados Unidos e com Portugal; a tese da afetividade histórica que assumiu um discurso nacionalista com conteúdo ideológico conservador que se ajustava ao regime salazarista; razões de ordem eleitoral, pois a comunidade portuguesa no Brasil tinha um considerável peso político e, por fim, a razão de ordem religiosa, pois a alta hierarquia da Igreja Católica viveu um longo período de ajuda mútua com o Estado Novo salazarista.

21 Nestas reuniões o Brasil seguia o princípio anticolonialista, porém quando estava em questão as colônias portuguesas a representação brasileira argumentava, embasado no argumento lusotropicalista, que Portugal não mantinha colônias, mas territórios ultramarinos. Ver Sombra Saraiva, 1996, p. 41- 43.

Aos que se opunham a primazia das relações com os portugueses, em detrimento dos africanos, estava Álvaro Lins. Embaixador brasileiro em Lisboa, entre junho de 1957 e outubro de 1959, o diplomata renunciou a continuidade do cargo naquele ano por concluir que o Brasil deveria estabelecer relações mais próximas política, econômica e culturalmente com Angola e Moçambique e, portanto, estava em desacordo com o apoio brasileiro a ditadura salazarista nas questões coloniais (Sombra Saraiva, 1994, 283-4). Problematizava, assim, a Comunidade Luso-Brasileira que não incluía diretamente os territórios de expressão portuguesa (Penna Filho, 1998, p. 123).

As ambigüidades na postura do governo brasileiro em relação à África e até mesmo a Portugal ficaram evidentes com a alocução do chefe da Divisão Cultural do Itamaraty, o embaixador Meira Pena, que, no Colóquio Luso-Brasileiro, não conseguiu expressar apoio ao mundo luso, quiçá ao afro. “Talvez o luso deva ser posto a parte. O que nos interessa é salientar a comunidade Pan-Americana” (Meira Pena *apud* Ribeiro, 1999, p. 274).

Debates e embates entre os que apoiavam ou não o governo salazarista certamente permearam a organização e realização do IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros na Bahia. Em seu depoimento, Waldir Freitas Oliveira que participou apresentando uma comunicação sobre a transferência da capital federal para Brasília, foi terminantemente contrário àqueles que enquadraram o Colóquio como um evento de sustentação ao salazarismo. Segundo esse participante, embora o governo português e a Universidade da Bahia fossem os patrocinadores, o comitê organizador, onde figurava o jornalista do *Jornal da Bahia* Heron de Alencar, que além de amigo “era comunista”, aproveitaram o evento para dar oportunidade a não-salazaristas de se expressarem sem se comprometerem abertamente, “ficando como se diz na gíria, em cima do muro” (Oliveira, 2004b)²².

Houve uma espécie de estratégia política, não sei determinado por quem [...] No sentido de realizar o colóquio e utilizar o colóquio no sentido de dar voz àqueles que fossem contra o regime salazarista,

22 Maria de Fátima Maia Ribeiro, convergindo com o depoimento de Waldir Oliveira, explica que os organizadores utilizaram-se da estratégia de impedir discussões políticas no colóquio, já que muitos de seus participantes e organizadores eram portugueses e anti-salazaristas. Um exemplo é Eduardo Lourenço, professor da Universidade da Bahia. Vale lembrar que, por conta dessas divergências políticas, muitos intelectuais portugueses instalaram-se no Brasil, caso de Agostinho da Silva (Ribeiro, 2005).

dentro de uma estrutura na qual eles não se identificassem ou não identificassem o conclave como se fosse um conclave anti-salazarista. Mas também sem que tenha sido um conclave salazarista. [...] E, pelo menos eu, nunca fui salazarista! (Oliveira, 2004b)

Basta citar duas personalidades de orientação política opostas que participaram do Colóquio. De um lado, o professor Agostinho da Silva, que estava no Brasil por conta de sua divergência com a política exercida em Portugal. Do outro, Marcelo Caetano, ex-ministro do Ultramar português e professor da Universidade de Lisboa que proferiu o discurso de abertura e recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* entregue por Edgard dos Santos, o reitor fundador da Universidade da Bahia.

1.3 A Bahia nos anos 1950: Edgard Santos, a criação da Universidade da Bahia e do Centro de Estudos Afro-Orientais

O IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em agosto de 1959, em Salvador, oferece uma dimensão das realizações da Universidade da Bahia daquela década. Vários intelectuais de renome e autoridades, portugueses e brasileiros se reuniram por cerca de dez dias, sob o patrocínio da referida universidade e da UNESCO, para discutirem questões dentro do que chamavam de Comunidade Luso-Brasileira. Tamanha envergadura deste evento é um ponto de partida para conhecer a dimensão das realizações da UBa em meados do século.

Em 1959, a Universidade da Bahia tinha pouco mais de uma década de existência. Sob a gestão de Edgard dos Santos, sua fundação ocorreu em 1946 com a reunião das escolas profissionais tradicionais, Faculdade de Medicina (Famed), Escola Politécnica (EP), Faculdade Livre de Direito da Bahia (FLDB), junto a Faculdade de Filosofia da Bahia (FF) e a Faculdade de Ciências Econômicas (Faceb). Neste contexto a Bahia foi marcada por um grande dinamismo nos planos político, econômico, artístico e cultural. Para André Luis Mattedi Dias (2005) a atuação de Edgard Santos na UBa não deve estar dissociada do jogo político entre os principais grupos oligárquicos que disputavam o poder sob o discurso de modernização, a seu ver, conservadora, pois “as lideranças e os grupos oligárquicos disputaram entre si a primazia de empunhar essa bandeira e de conduzi-la na direção que julgavam mais apropriada ou conveniente, conforme as concepções que lhes eram próprias” (Dias, 2005, p. 131).

Com o processo judicial necessário à sua efetivação na Faculdade de Medicina em 1926,

Edgard Santos conheceu desde cedo e bem de perto as regras do jogo político da época, no qual dominavam os grupos oligárquicos que ocupavam os espaços públicos e dividiam seus territórios em zonas de influência, segundo as quais as decisões sempre eram tomadas de acordo com os interesses dos chefes e em atenção às reivindicações de seus correligionários. Um modelo análogo dominava também o ambiente acadêmico da Famed, da Faculdade Livre de Direito da Bahia (FLDB) e da Escola Politécnica (EP), onde os catedráticos exerciam o poder nas suas áreas de conhecimento, tal como os chefes oligárquicos faziam nos seus territórios políticos (Dias, 2005, p. 127).

Assim, de acordo com Dias, a gestão de Santos na Universidade da Bahia deve ser entendida em um movimento que articulava intelectuais e políticos para redirecionar os rumos políticos e econômicos do estado²³.

Em suma, durante a gestão do reitor Edgard Santos, desde o seu início, a UBa esteve na vanguarda daqueles movimentos que buscavam redirecionar os rumos políticos e econômicos da Bahia. Na sua freqüente interlocução ou interação com lideranças políticas, intelectuais e científicas, como Clemente Mariani, Rômulo Almeida, Thales de Azevedo, Anísio Teixeira, Luiz Viana Filho e tantos outros, Edgard Santos atuou muitas vezes em favor da realização de uma série de empreendimentos fundamentais para a elaboração, defesa e implantação do referido projeto regionalista de Modernização conservadora (Dias, 2005, p. 129).

É nesse contexto que a Universidade da Bahia promoveu uma série de investimentos no plano artístico-cultural, no qual está incluído o surgimento do Centro de Estudos Afro-Orientais. Antonio Risério (1995) bem documentou essa série de acontecimentos, e que configuraram um verdadeiro *avant-gard* no estado. “Aqueles foram tempo de uma ação cultural ampla, vigorosa e inventiva” (Risério, 1995, p.23). Com o dinheiro resultante das articulações internacionais, a exemplo da Fundação

23 Com a ascensão de Otávio Mangabeira ao governo do estado (1947-1951) foram efetivados projetos científicos com vistas a influenciar os direcionamentos políticos. Exemplo foi a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia (1951), que proporcionou o convênio entre o Estado da Bahia e a Columbia University com a participação da UBa. No plano econômico, grupos exportadores, bancários e industriais articulavam a implementação na Bahia de atividades de exploração e refino de petróleo incentivando uma série de estudos sobre a situação econômico-financeira do estado. Destaque para a atuação de Clemente Mariani. Ver André Luiz Mattedi Dias, “A Universidade e a modernização conservadora na Bahia: Edgard Santos, O Instituto de Matemática e Física e a Petrobrás”, *Revista da SBHC*, v. 3, n. 2, dez 2005, pp 125-145.

Rockfeller, Santos “investiu muito – e bem no campo estético e extraestético” (Risério, 1995, p. 23). Lina Bo Bard estava em Salvador a convite de governador Otávio Mangabeira dirigindo o Museu de Arte Moderna da Bahia. Da Áustria, Edgard dos Santos trouxe Hans Koellreutter para organizar os Seminários de Música da Bahia. Yanka Rudzca, vinda da Polônia, criou na UBa a Escola de Dança, o primeiro curso de nível superior na área. A escola de Teatro passou a ser dirigida por Martim Gonçalves. Edgard dos Santos “Comprou a idéia do pensador português Agostinho da Silva, montando o CEAO” (Risério, 2004, p. 528).

O vanguardismo desse grupo residia nas concepções modernas das artes e cultura que puderam ser trabalhadas na Universidade da Bahia e no Museu de Arte Moderna e propiciaram o desenvolvimento de movimentos culturais que influenciariam a cultura nacional como a Tropicália e o Cinema Novo. A música era a clássica, a dança moderna, no teatro encenava-se Brecht, no CEAO a valorização da cultura africana. “Lina Bard, por sua vez, embora plantada no terreno da arquitetura, do desenho industrial e da arte moderna, era portadora de uma reflexão geral sobre a dimensão da cultura, consciência sócio-antropológica... (Risério, 2004, p. 528). A esse grupo juntaram-se nomes como o fotógrafo Pierre Verger, o cineasta Glauber Rocha, o escultor Mário Cravo, o lingüista Nelson Rossi, o jurista e sociólogo Machado Neto, o geógrafo Milton Santos, o cineasta Walter da Silveira, o crítico de arte Clarival Valladares, o pintor e arquiteto Diógenes Rebouças, o antropólogo Vivaldo da Costa Lima (Risério, 1995, p. 15).

Essa equipe, trabalhando de maneira articulada, como se observa na experiência do Centro de Estudos Afro-Orientais, compunha as novas Escolas e Centros da Universidade da Bahia e, por serem estabelecidos na gestão de Edgard Santos, prestavam-lhe grande apoio. Esse desenvolvimento cultural promovido por Edgard Santos tem sido destacado como a principal característica de sua gestão nos sucessivos mandatos²⁴. No entanto, André Luiz Mattedi Dias nos faz ver que a melhor característica de sua gestão foi o empreendimento de mudanças na Universidade ante a oposição dos diretores das escolas tradicionais que “não admitiam a transferência de recursos e poder para setores emergentes, que teriam sido, de uma forma ou de outra, privilegiados pelo

24 RISÉRIO, Antônio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995; PINHEIRO, Juçara B. M. *Edgard Santos e a origem da escola de dança da Universidade Federal da Bahia*. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

reitor” (Dias, 2005, p. 131) Ressalta no reitor-fundador suas qualidades no jogo político que, mais do que saber jogar, “foi um dos melhores” (Dias, 2005, p. 128)²⁵.

As habilidades políticas de Edgar Santos puderam ser conhecidas na realização do IV Colóquio. Além de articular financiamento, intelectualidade e políticos internacionais, o evento teve a participação de intelectuais brasileiros e de terreiros baianos. Se de cultura Edgard pouco entendia, afirmou Risério, de religiosidade afro-brasileira menos ainda. No entanto o espaço foi aberto e os terreiros Axé Opô Afonjá e o Alaketu participaram da programação oficial do evento. Como isso foi possível?

Terreiros dentro das instâncias acadêmicas não era algo corriqueiro no final dos anos 1950. Ao contrário, na esteira do que ocorreu ao longo da primeira metade do século, sua existência ainda era marcada pela repressão oficial, pela invisibilidade. Na Bahia não seria diferente, a perseguição continuava. A mudança verificava-se exatamente nas leituras ambíguas que passaram a ser feitas em relação ao candomblé, explica Jocélio Teles dos Santos (2008). A presença de um representante do governo federal no aniversário da ialorixá do Opô Afonjá, Mãe Senhora, em 1952, “aponta para o reconhecimento e também legitimação de uma religião afro-brasileira” (Santos, 2008, p. 57) que paulatinamente seria elevada a condição de patrimônio nacional.

Por seu turno, o interesse de pesquisadores por candomblés, na Bahia, vinha de longa data. Importantes estudos foram realizados ao longo da primeira metade do século por intelectuais que, contribuindo para o prestígio dado aos terreiros, colaboraram para o revivalismo nagô²⁶. Nessa “Escola Baiana” insere-se a intelectualidade baiana na década de 1950. Mais do que escrever sobre o candomblé, os intelectuais estavam ali inseridos e, exatamente por isso, ao participarem da organização de um Colóquio internacional que discutiria, mesmo tangencialmente, problemas africanos e a dimensão africana da Bahia, ou seja os terreiros, não poderiam estar excluídos²⁷.

A relação entre intelectuais baianos e candomblés pode ser melhor compreendida através do discurso do escritor Jorge Amado proferido na abertura da

25 Dias ressalta que Edgard Santos ocupou durante 25 anos ininterruptos os dois principais cargos federais na Bahia: primeiro como diretor da Famed e depois como reitor fundador da Universidade da Bahia. Dias, 2005, p. 128.

26 Os maiores expoentes foram Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edson Carneiro.

27 Embora a articulação entre terreiros e universidade não fosse algo recorrente, cabe citar o I e II Congresso Afro-Brasileiro realizados, respectivamente, em Recife em 1935 e na Bahia em 1937, como duas importantes experiências que inauguraram esse diálogo.

feira organizada no terreiro Axé Opô Afonjá, na qual foram especialmente convidados os participantes do IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros.

Na minha qualidade de Otun Obá Arolu deste Axé Opô Afonjá, tenho a honra e a alegria de receber, em nome de todas as iyawô, Ogan e Obá, em nome de Senhora, nossa mãe e mãe deste terreiro, sucessora da inesquecível Aninha, aos membros e convidados do IV Colóquio Luso-Brasileiro. Sede bem-vindos a esta casa de Xangô e que as graças dos orixás protejam vosso amor à cultura e vossa dedicação a estudos tão importantes para nós, brasileiros. [...] Estais em vossa casa porque este terreiro de Xangô, este candomblé de Senhora, tem sido - permanentemente e sempre - uma casa da cultura e da inteligência baiana. [...] Aqui passaram e estudaram Martiniano do Bomfim, babalaô desta casa, nosso Edson Carneiro, o feiticeiro Pierre Verger, e hoje nós, homens de cultura, somos defensores de seu segredo e de sua grandeza. [...] Sim, é necessário que se saiba e se proclame nosso orgulho baiano e brasileiro das raízes africanas sobre as quais estamos plantados [...] (Amado *apud* Santos, 1988, pp 24-7) .

Mestre Didi, que registrou esse discurso “de enorme repercussão” em seu livro (1988), completou a lista das “personalidades eminentes da vida intelectual baiana” reunidas por mãe Senhora (que ocupavam cargos na hierarquia do terreiro): “Caribé, Vasconcelos Maia, Antonio Olinto, Moyses Alves, Vivaldo e Sinval Costa Lima, Zora Seljan, Zélia Amado, Lênio Braga, Rubem Valentim”. A lista estende-se quando cita os nomes dos que por lá passaram: Dorival Caymmi, Mario Cravo, Mirabeau Sampaio, James Amado, Beatriz Costa, Clarival Valladares, Waldeloir Rego, Rui Antunes, Milton Santos, Ramiro Porto Alegre, Heron de Alencar. Não podia esquecer os internacionais como Roger Bastide, Sartre e Simone de Beauvoir (Santos, 1988, p. 27-8). Enfim, muitos intelectuais e artistas na Bahia, senão diretamente ligados, estavam pelo menos próximos do terreiro de Mãe Senhora. Parte dos nomes acima citados, já trabalhavam na Universidade da Bahia e pouco tempo depois integrariam equipe de trabalho no CEAO. Ao abrir espaço para as tradições de matriz africana na UBa, fosse momentaneamente no IV Colóquio de Estudos Luso Brasileiros ou institucionalmente através da instalação do Centro de Estudos Afro-Orientais, o reitor Edgar dos Santos sabia que ganhava como aliados grandes nomes do cenário baiano. Nesse evento Agostinho da Silva se pôs a explicar e amadurecer suas idéias²⁸.

28 No IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, Agostinho da Silva conheceu Waldir Oliveira, Vivaldo da Costa Lima e Pierre Verger, seus principais colaboradores no trabalho inicial do CEAO. Ver entrevistas de Waldir Oliveira, 2004b e Vivaldo Costa Lima, 2004.

Nesse contexto, a proposta de um Centro de Estudos Africanos feita por Agostinho da Silva ao reitor da Universidade, teve terreno fértil para se desenvolver. Entre Agostinho da Silva e Edgar Santos começaria, a partir de então, colaboração e apoio mútuos. Os escritos de Agostinho da Silva que se referem a Edgar Santos vêm sempre acompanhados de elogios. Em *O nascimento do CEAO* (1995) disse da “iniciativa e habilidade política” (p. 5). Em *Da existência do CEAO* (2009) falou “da capacidade de imaginação, a pronta inteligência e o interesse de realizar que punha em tudo que significasse desenvolvimento de espírito para a Bahia” (p. 128). Certamente se identificou com esse outro homem de grande “visão e inteligência criadora” (Farias, 2010), depositava grande energia para concretizar ações que a maioria das pessoas não acreditavam àquela época. No seu *Pensamento à solta* (2006) revelou “Bem diferentes éramos Edgar Santos e eu: ligava-nos, porém, uma secreta obediência aos deuses” (p. 66).

Agostinho da Silva solicitou licença da Faculdade de Filosofia da Universidade de Santa Catarina e da direção da Secretaria Geral de Cultura daquele Estado para instalar e dirigir o Centro. Sua ligação com a Universidade da Bahia não estaria restrita ao novo cargo, sob pena de malogrando-se a iniciativa, perdesse facilmente o novo colaborador. Melhor que recebesse por uma disciplina “como não havia nenhuma adequada, propus eu, e o aceitaram o reitor e a Escola de Teatro, recentemente fundada, que nela se introduzisse o que iria inventando e que se chamaria Filosofia do dito Teatro” (Silva, 1995, p. 6-7).

Se o reitor enfrentava grande oposição dos grupos tradicionais na Universidade, não seria diferente com o CEAO. Em relação a um espaço que buscava contatos com a África e dialogava com os terreiros baianos, há que se destacar o racismo, que seria melhor expressado quando da vinda de estudantes africanos. Outra estratégia para que concretizar o nascimento do CEAO foi o de só ser anunciado quando estivesse em pleno funcionamento. “Agostinho ficaria no porão da reitoria planejando o que viria a ser o CEAO, mas trabalhando na moita, de modo a não antecipar reações” (Risério, 1995, p. 50) Com sua carteira e máquina datilográfica, junto a uma secretária chamada Cira, o CEAO começou a funcionar nos “subterrâneos da reitoria”. Ali, como lembrou Waldir Oliveira, buscando relativizar o significado negativo que esse termo pode suscitar no imaginário de contemporâneos, funcionavam também outras escolas como a de

biblioteconomia²⁹. Mas, Agostinho refere-se à recomendação de que o CEAO “não saísse muito do subterrâneo em que ele funcionaria”, diante do pouco interesse do Conselho Universitário. Assim, principiou-se o trabalho do Centro

sem que o reitor desse ouvidos a quem achava o empreendimento fora de contexto numa nação em que não havia nem africanistas nem orientalistas e em que apareciam como remotas ou inexistentes quaisquer relações com os então ainda longínquos países de África e de Ásia. (Silva, 2009, p. 129)



Foto de Agostinho da Silva. Acervo do CEAO, nº 204

1.4 As primeiras atividades do CEAO

²⁹ Palestra proferida pelo professor Waldir Oliveira no *Colóquio dos 50 anos do CEAO*. Salvador, outubro de 2009.

Naqueles meses finais de 1959, Agostinho da Silva e sua secretária dedicaram-se a redigir cartas anunciando a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais para diversas instituições no país e no exterior. A tônica inicial era a mesma da carta enviada ao embaixador Bezerra de Meneses. Agostinho da Silva não se dispunha a ensinar África “porque a não sabia e nem convinha inventá-la” (Silva, 1995, p. 7). Seu trabalho inicial consistiu em divulgar a existência daquele novo organismo, informar seus principais objetivos e solicitar material de informação e novos contatos, como pode ser observado no ofício enviado ao diretor dos serviços culturais da Legação do Egito.

Interessado num intercâmbio cultural, informou suas áreas de interesse, a princípio, lingüística, literatura e história geral da cultura. Desenvolvimento científico e resolução de problemas técnicos eram conhecimentos que poderiam ter maior utilidade prática e, portanto, despertar maior interesse para os países recém-independentes. Outros objetivos que estavam presentes desde a fundação do Centro foi a constituição de espaços de documentação. “É propósito criar biblioteca, salas de exposição, filmoteca e discoteca.” Para tanto, passava a mobilizar os destinatários de suas correspondências, previamente de seu conhecimento ou desconhecidos, a partir de busca de endereços institucionais. Solicitava a colaboração dos mesmos para o envio de materiais diversos como livros. A informação do vínculo direto entre o CEAO e a reitoria da Universidade da Bahia revelava o status de maior autonomia do Centro recém criado.

Texto idêntico foi enviado a diferentes endereços. No âmbito nacional primeiro aos serviços culturais das diversas embaixadas, ou representações de países africanos e asiáticos instaladas no Rio de Janeiro, então capital do país. Ao observar quais eram esses países é muito mais significativa a presença de países asiáticos. Poucos países africanos eram independentes naquele ano de 1959. Receberam, além do Egito, a União Sul-africana, a Etiópia e a República de Gana. Em seguida os destinatários foram os serviços culturais de países europeus que ainda eram metrópoles coloniais, como os da França, Inglaterra, Bélgica e Espanha. Além dessas instituições formais, muitas correspondências a particulares.

Salvador, 8 de setembro de 1959

19/59

Exmo. Sr.

Tenho a honra de comunicar a V.S. que a Universidade da Bahia acaba de criar, subordinando-o diretamente a sua Reitoria, o Centro de Estudos Afro-Orientais.

Destina-se este Centro ao estudo das culturas de áreas africana e oriental, no que se refere aos campos da linguística, literatura, história geral da cultura, desenvolvimento científico e resolução de problemas técnicos.

É propósito do Centro criar um serviço de documentação que compreenda uma biblioteca, salas de exposição e serviços de discoteca e filmoteca.

Nestes termos muito desejaríamos poder contar com a valiosa cooperação de V. Excia., quer pelo envio de material de informação destinados aos serviços acima mencionados, quer pondo-nos em ligação com os serviços culturais de seu país que V. Excia. julgar mais interessados em relacionar-se com o nosso Centro.

Aguardando a resposta de V. Excia. apresento a V. Excia. muito atenciosas saudações.

9

George Agostinho da Silva
D^o
Diretor

Exmo. Sr.
Diretor dos Serviços Culturais
Legação do Egito
Rio de Janeiro

Modelo de correspondência que foi enviado a diversos endereços no Brasil e no exterior anunciando a fundação do Centro de Estudos Afro-Orientais

Escrever cartas era uma das maneiras utilizadas por Agostinho da Silva para, por um lado conhecer novas pessoas, ter contato com novas instituições. Por outro ativava a rede de conhecidos que tinha no Brasil e no Exterior para fortalecer suas novas empreitadas acadêmicas no Brasil. Certamente, se quisermos construir um parâmetro para as cartas enviadas pelo CEAO, assinadas por seu primeiro diretor, entre 1959 e 1961, a regra foi o desconhecimento das pessoas e instituições com as quais se correspondeu do que o contrário. No caso da carta endereçada a Bezerra de Menezes a assertiva é verdadeira. Se a primeira carta escrita no CEAO, em 08 de setembro, era destinada ao diplomata, a carta seguinte seguiu para a senhora Maria de Vilhena, no Instituto Rio Branco. Nesta o diretor solicitava duas vias dos endereços de embaixadas diplomáticas localizadas no Rio de Janeiro e o endereço de Bezerra de Menezes cuja carta também lhe remetia em anexo para que a senhora Vilhena postasse no endereço correto, pois ele não o conhecia. Apenas indica que enviasse a Escola Superior de Guerra, caso o diplomata ainda estivesse por lá. Ela, surpresa com a criação e direção da nova instituição, enviou o endereço correto. No dia 03 de dezembro, quase três meses depois, o diretor do CEAO escrevia novamente a Maria de Vilhena perguntando-lhe se seria muito incômodo se ela telefonasse ao Bezerra de Menezes para saber se havia recebido a carta, pois não havia obtido qualquer resposta. Não sabemos se o diplomata recebeu a carta ou se Agostinho da Silva conheceu-o pessoalmente. Não há registro, nesses anos iniciais, de qualquer correspondência do mesmo ao CEAO. Mais adiante saberemos que tomou conhecimento da existência do Centro de Estudos.

Agostinho da Silva sabia que a construção e manutenção de contatos era fundamental para a “levar a cabo o CEAO”, como disse ao senhor Dinis Xavier de Andrade³⁰, da escola de Agronomia, na Paraíba, Estado em que esteve e trabalhou antes de ir para Santa Catarina. Mobilizava assim velhos e novos conhecidos assim como desconhecidos, para fortalecer seu novo trabalho.

Entre os conhecidos, aos quais tratava muitas vezes por “prezadíssimo ou prezadíssima” encontra-se o engenheiro Dinis Xavier Andrade que acabava de chegar de Lourenço Marques, em Moçambique, onde havia pronunciado palestra e o

30 Carta enviada por Agostinho da Silva a Dinis Xavier em 07 de outubro de 1959.

“Reverendíssimo senhor Frei Joao Batista Se-tsen KAO do convento do Santo Antônio no Rio de Janeiro”, a quem convidou para dar aulas de chinês no CEAO. Ao professor Henrique da Silva Fontes, diretor da Faculdade de Filosofia de Santa Catarina, de onde havia se afastado para vir à Bahia, solicitava uma cadeira para o amigo português, o senhor Montezuma de Carvalho, que dizia ser especialista em língua portuguesa e estava interessado em passar pelo Brasil³¹.

Ao enunciar o uso da correspondência para a construção e manutenção das redes, as cartas trocadas em torno de Montezuma de Carvalho revelam sua importância. Agostinho da Silva solicitou uma colocação para esse professor na Faculdade de Filosofia, em Assis, São Paulo³². No entanto, como não obtinha respostas concretas, disse ao amigo que se quisesse sair imediatamente de Portugal era melhor arriscar-se, concluiu, num trabalho incerto³³. E como não havia trabalho na faculdade em São Paulo, voltou a escrever solicitando “alguma colocação”, pois “o homem está ansioso para sair de Portugal”³⁴. Não se pode esquecer que vigorava em Portugal um regime político autoritário, sob a chefia de Oliveira Salazar, e a saída para o Brasil ou as colônias africanas era a alternativa encontrada por muitos intelectuais, como indica o caso citado. Montezuma acabou por seguir para Moçambique, estabelecendo-se em Inhambane e criando lá um Centro de Estudos Brasileiros do qual não há maiores informações.

Da secretaria de cultura de Santa Catarina, onde Agostinho da Silva havia sido diretor, após um pedido, comprometeu-se a solicitar aos países africanos e asiáticos material de informação e documentação para ser reproduzido e circulado ao máximo naquele Estado³⁵. Trabalho que realizou enviando várias cartas aos diversos endereços que havia informado do surgimento do CEAO. Neste momento, preocupado com a divulgação dessas informações, evidencia-se uma problemática. Pedia Agostinho

31 Carta enviada por Agostinho da Silva a Henrique da Silva Fontes em 09 de outubro de 1959.

32 Em 09 de outubro de 1959, Agostinho da Silva enviou correspondência a Antonio Soares Amora, diretor da Faculdade de Filosofia em Assis, São Paulo, perguntando-lhe sobre possibilidades de Montezuma de Carvalho assumir a cadeira de Literatura Hispano-Americana.

33 Carta enviada por Agostinho da Silva a Montezuma de Carvalho em 22 de outubro de 1959.

34 Carta enviada por Agostinho da Silva a Soares Amora em 10 de dezembro de 1959.

35 Carta enviada por Agostinho da Silva a Abelardo Sousa em 23 de outubro de 1959.

preferencialmente textos em língua portuguesa às embaixadas do Japão ou da Bélgica? Difícil naquele momento. Isto expôs ao novo diretor que uma das dificuldades para a divulgação de conhecimentos acerca de países africanos e asiáticos era a ausência de publicações. Se pouco havia de material sobre África e Ásia, mais ainda em língua portuguesa.

Agostinho da Silva enviou cartas ao recém empossado chefe da Divisão Cultural do Itamaraty, Wladimir Murtinho. Em 08 de outubro de 1959, fez a apresentação do CEAO e seus objetivos, falou do contato com o Centro de Moçambique e sugeriu uma colaboração com aquela divisão. Esta proposta havia sido enviada a Murtinho desde Santa Catarina quando “Pensou-se que a Divisão Cultural do Itamaraty pudesse estar diretamente interessada no assunto, mas nenhuma resposta aos expedientes enviados ainda quando estava na Diretoria de Cultura do estado de Santa Catarina”. O diretor do CEAO expunha como seus planos eram amplos e buscavam influenciar a política do estado brasileiro. “Parece-nos que uma colaboração entre nosso Centro e a Divisão Cultural seria extremamente útil para a definição de uma política cultural do Brasil nas áreas africanas e orientais”³⁶.

No setor de correspondência internacional, Agostinho da Silva enviou carta de apresentação do Centro priorizando instituições em Portugal e nos “territórios do ultramar”, como fez ao diretor do Instituto de Lingüística Africana e Oriental da Escola Superior de Estudos Ultramarinos em Lisboa para onde, além das informações de praxe para apresentação do CEAO, o professor ressaltou o interesse no conhecimento das “línguas faladas nos domínios portugueses” e na construção de uma comunidade: “Cremos que será nestes estudos de intercâmbio e de conjunto que se poderá encontrar mais sólido alicerce para estabelecimento de uma comunidade cultural luso-brasileira”. Aguardava resposta³⁷.

Na seqüência escreveu a uma série de institutos em Portugal, Angola, Moçambique, tais como a Agência Geral do Ultramar, em Portugal, ao Rotary Club de Angola, ao Núcleo de Arte em Lourenço Marques, ao diretor da Divisão de Propaganda e Informação da Imprensa Nacional, em Cabo Verde. O texto insistia na divulgação do

36 Carta enviada por Agostinho da Silva a Wladimir Murtinho em 08 de outubro de 1959. Nenhuma resposta havia recebido o diretor do CEAO, pois grafou equivocadamente o nome de Wladimir com ‘V’.

37 Carta enviada por Agostinho da Silva a Diretor do Instituto de Lingüística africana e oriental da Escola Superior de Estudos Ultramarinos em 09 de setembro de 1959.

CEAO e na importância das relações culturais entre esses territórios. “Dada a intensidade e o valor das relações culturais entre Portugal e o Brasil, consideramos de alta importância poder ter a disposição de estudiosos brasileiros uma documentação tão completa quanto possível sobre os territórios portugueses do ultramar”³⁸.

Nos territórios coloniais portugueses, as cartas seguiram em grande medida para diretores de jornais. Não poderia ser de modo muito diferente, pois não havia institutos de educação superior ou pesquisa nessas localidades. Os portugueses não investiam na educação na colônia informava *O Brasil e o mundo ázio-africano*³⁹. Outra evidência dessa situação foi a ausência de intelectuais africanos no IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros realizado na Bahia. Somente em Portugal é que pessoas oriundas dessas localidades podiam realizar seus estudos superiores tornando-se os assimilados. A lista de entidades contatadas por Agostinho é significativa e vale a pena citá-la demonstrando o esforço de comunicação empreendido pelo professor luso-brasileiro. Em menor medida, havia entidades em Cabo Verde, Guiné Bissau e em Macau (na China), Díli (no Timor Leste), todos pertencentes à comunidade portuguesa como enfatizava com letras garrafais no endereço a ser enviado: “África Portuguesa”, “China Portuguesa” ou “Timor Português”.

Diretor dos serviços de Instrução e saúde, Repartição de instrução, Gôa;
 Presidente da Sociedade Cultural de Angola, Luanda;
 Presidente do Centro de arte e música de Sofala, Beira;
 Diretor de *O Oriente* Lourenço Marques;
 Diretor de *O Arauto*, Tipografia das Missões, Bissau;
 Diretor dos Serviços de portos, caminhos de ferro e transporte de Moçambique, Lourenço Marques;
 Diretor da *Imprensa Nacional*, Cabo Verde;
 Júlio Gomes Ferreira, Cônsul do Brasil em Lourenço Marques, Moçambique;
 Júlio Gonçalves, Secretário Geral da Sociedade de Geografia de Lisboa;
 Diretor de *Notícias de Macau*;
 Diretor do *Jornal de Notícias*, Lourenço Marques;
 Diretor do *Jornal de Benguela*, Benguela;
 Diretor do *Jornal de Angola*, Angola;
 Diretor da *Província de Angola*, Angola;
 Jornal *O Lobito*, Lobito;
 Jornal *O apostolado*;
Gazeta dos advogados da relação de Angola, Luanda

38 Carta de Agostinho da Silva a Junta de investigações Ultramarinas, Ministério do Ultramar, Lisboa, em 14 de setembro de 1959.

39 Ver Bezerra de Menezes, 1960, 92-3.

Presidente do Centro de estudos da Guiné Portuguesa, Bissau
 Diretor do *ABC*, Diário de Angola;
 Nuno Bernades, Beira
 Presidente do Automóvel e tourino clube de Angola;
Jornal da Huíla, Angola
Jornal O Bolamense, Guiné
 Diretor colégio dos Irmãos Maristas, Alvor
 Diretor colégio dos Irmãos Maristas, Mamaacha
 Diretor colégio dos Irmãos Maristas, Beira
 Diretor da Fílmoteca Ultramarina portuguesa, Lisboa
 Diretor de Serviços Culturais da Câmara Municipal de Nova Lisboa, Angola
 Diretor do Centro Colonial, Lisboa
 Diretor do Arquivo Histórico e Museu de Angola, Luanda, Angola
 Diretor da *Imprensa Nacional*, São Tomé
 Diretor da *Imprensa Nacional*, Bissau;
 Diretor *Imprensa Nacional*, Luanda;
 Diretor da *Imprensa Nacional*, Lourenço Marques;
 Diretor da *Imprensa Nacional*, Goa;
 Diretor da *Imprensa Nacional*, Díli, “Timor Português”;
 Diretor da *Imprensa Nacional*, Macau.

Destinatários de correspondências enviadas pelo CEAO, em outubro de 1959, a Portugal e aos territórios coloniais portugueses⁴⁰

Outra importante rede com a qual Agostinho da Silva dialogou no intuito de efetivar as trocas culturais entre países africanos sob colonização portuguesa foi a dos Colégios Maristas em Angola e Moçambique. O irmão José Marques Ferreira, do Colégio Cristo-Rei, em Luanda, respondeu entusiasmado ante o contato do CEAO. Sentia-se “feliz e orgulhoso” em levar à universidade alguns tópicos da vida dos africanos de Angola, cujo contato não dispensava, e se disponibilizou a enviar objetos de arte. “O indígena tem grande inclinação para a música e o desenho.” E esperava receber fitas de música brasileiras “onde se constate a influência do indígena africano”. Ressaltou a importância de ligações mais próximas entre os dois países em relação à representação diplomática e as relações comerciais. Escreveu:

Estimo muito o Brasil e espero ver dentro em breve realizado o sonho desse grande País, sobre Angola, a saber: a criação do Consulado do Brasil em Luanda, a carreira da Panair, ligando o Rio a Luanda e o intercâmbio comercial entre esta província e o Brasil. Tudo isto está em estudo e deve ser em breve uma grande realidade.⁴¹

⁴⁰ Cartas enviadas por Agostinho da Silva nos dias 01, 20 e 21 de outubro de 1959.

⁴¹ Carta enviada a Silva por José Marques em 07 de novembro de 1959

Para o exterior enviou cartas aos ministérios da Educação de diversos países africanos⁴², para alguns institutos de pesquisa ou universidades africanas como ao Instituto Francês da África Negra (IFAN) em Abidjã e Dakar e à Universidade Lovanium, no Congo Belga.

Desses contatos com instituições e entidades no país ou no exterior conseguiu remessa de livros como as anunciadas por José Redinha, no Museu de Angola⁴³, por Carlos Moreira Rato, responsável pela direção de serviços de economia e estatística geral em Lourenço Marques, Moçambique⁴⁴, e por Dr. Manuel Correa Henriques, adjunto geral do Ultramar que mandou uma série de obras e informou que o CEAO receberia publicações permanentemente⁴⁵. No país as contribuições vieram em grande parte das embaixadas e representações dos países asiáticos⁴⁶.

1.5 Em busca da instalação de um “museu didático”

Para a instalação do “museu didático”, Agostinho da Silva solicitava material para exposição ao responder às cartas inicialmente recebidas. Sua ideia era organizar salas de exposição relativas aos diferentes países africanos e asiáticos. Ao responder a embaixada da Espanha, em 06 de outubro de 1959, escreveu “teria o maior gosto em ter todas as informações sobre os referidos territórios espanhóis e ainda por ventura em obtermos material para uma pequena exposição de caráter didático sobre o assunto”. Seu interesse residia em “fotografias, quadros estatísticos de produção, trajos regionais,

42 Em 01 de outubro de 1959 Agostinho da Silva enviou carta de apresentação do CEAO para o Ministério de Educação em diversos países africanos tais como Tunísia, Etiópia, Egito. Em 12 de outubro enviou a outros como Senegal, República do Níger, Costa do Marfim, República do Congo, República Centro Africana, República Malgache, Daomé (atual Benin).

43 Carta enviada por José Redinha a Agostinho da Silva em 10 de novembro de 1959.

44 Carta enviada por Carlos Moreira Rato a Agostinho da Silva em 02 de novembro de 1959.

45 Carta enviada por Manuel Correa Henriques a Agostinho da Silva em 07 de outubro de 1959.

46 A embaixada da Índia enviou 19 livros para o CEAO. Carta enviada pela Embaixada da Índia a Agostinho da Silva em 12 de novembro de 1959. A interlocução com essa embaixada resultou na realização de uma exposição de arte chinesa, que inicialmente estava instalada no Rio de Janeiro e seguiu ao Museu de Arte Moderna da Bahia, sob a direção de Lina Bo Bard.

qualquer espécie de arte popular, selos, moedas, receitas de cozinha, etc⁴⁷” Para cada contato que respondia, solicitava material para representar o referido país. Neste ponto o professor expressa seu desejo em bem representar a cultura de Angola e Moçambique, as duas maiores colônias portuguesas na África.

Uma das primeiras cartas da secção internacional – a segunda mais precisamente - é enviada ao Comandante Ernesto de Vilhena, Presidente da Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG) e residente em Lisboa, em 09 de setembro de 1959. Apresentou o Centro de Estudos Afro-Orientais que seria a contribuição da Bahia ao projeto Oriente-Occidente da UNESCO. Interessava-se em receber publicações da referida Companhia “não só os que dizem respeito propriamente à etnologia ou história da arte, mas também os que se referem a pesquisas científicas nos vários domínios”. Passou a elogiar a exposição feita pela companhia durante o IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros.

[...] a alta qualidade do material exposto, a técnica de mostrar, o valor cultural deste empreendimento da Companhia [...] a exposição do museu do Dundo aqui efetuada durante o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, constituiu certamente o êxito marcante de todas as exposições. Embora o local da instalação não fosse de modo a suscitar grande interesse se massa, o número de visitantes foi muito louvável e em todos eles desper[ou] a exposição não só o interesse pela arte e condições de vida dos povos da Lunda, como também pela obra cultural e humana que a Companhia está levando a cabo.⁴⁸

Após tamanho êxito da exposição, o CEAO solicitava à Companhia uma exposição permanente “de material artístico e etnográfico da região da Lunda” numa cidade que existe “uma influência tão elevada de elementos africanos e uma tão grande curiosidade de tudo quanto diz respeito à África”. Como alternativa às peças originais sugeriu fotografias, cópias de pintura de parede, peças de esculturas e objetos de uso comum. Mas não descartava a possibilidade de expor algumas máscaras. Na verdade seria uma pequena mostra do Museu do Dundo, a partir da qual poder-se-ia informar “a obra da Companhia na região”.

47 Para Manuel Sassot, Embaixada da Espanha, em 06 de outubro de 1959.

48 Carta de Agostinho da Silva a Ernesto de Vilhena, Portugal, em 09 de setembro de 1959.

Seria uma honra para a Universidade colaborar com a Companhia num mais amplo conhecimento de sua ação e poder albergar uma exposição que seria única no Brasil e daria bem a medida do que tem sido a superior orientação da Companhia em seus serviços culturais.⁴⁹

Finalizou felicitando-o novamente pela exposição no evento e apresentando respeitosa saudação. Com esta correspondência, cheia de elogios à obra da DIAMANG, em Angola, Agostinho da Silva levou ao presidente Ernesto de Vilhena seu interesse em executar uma atividade de intercâmbio e divulgação da cultura dos povos quíoccos na Bahia, estendendo uma ação que a Companhia lá realizava. Em nenhum momento o professor problematizou a ação econômica desta empresa que detinha o monopólio da extração dos diamantes à custa da exploração do trabalho dos nativos. Certamente havia muito desconhecimento em relação às práticas coloniais, mas não apenas isso justifica o interesse de Agostinho da Silva pela cultura em detrimento de outras questões. Talvez a aproximação dessa natureza fosse uma possibilidade de conhecer melhor tais povos para daí se pensar em ações num plano político. O fato é que sua carta promovia grandes louvores à ação cultural realizada pela DIAMANG em Angola.

A partir dessa carta inicia-se um diálogo entre as duas partes no sentido de pensar como se efetivaria tal empreitada. Ernesto de Vilhena respondeu que “quer[ia] contribuir na medida do possível para a constituição de uma sala ao nosso museu do Dundo” e perguntava quais as dimensões da sala que dispunha⁵⁰. Agostinho da Silva respondeu que “a sala de que dispomos atualmente tem uma superfície de paredes disponíveis num total de 40 metros quadrados. As estantes que podemos utilizar imediatamente tem prateleiras de cerca de 40 centímetros de profundidade, mas rapidamente podemos fazer executar as que forem mais adequadas, desde que V. Excia. possa ceder alguns objetos ou cópias”⁵¹. Mais tarde mencionava que poderiam ocupar uma sala no Convento de Santa Tereza ou na Fortaleza Santa Maria da Barra e solicitava que aguardasse a resposta sem demora destes trâmites com a marinha brasileira⁵². Por

49 Carta enviada por Agostinho da Silva a Ernesto de Vilhena em 09 de setembro de 1959.

50 Carta enviada por Ernesto de Vilhena a Agostinho da Silva em 06 de novembro de 1959.

51 Carta enviada por Agostinho da Silva a Ernesto de Vilhena em 19 novembro de 1959.

fim, sem definição a respeito de um espaço adequado para instalação de uma sala do Museu do Dundo, as correspondências cessaram.

O cônsul honorário do Brasil em Lourenço Marques, Júlio Gomes Ferreira, se dispôs a colaborar para as salas de exposição que Agostinho da Silva pretendia instalar no Centro de Estudos Afro-Orientais. Certamente já se conheciam. A troca de correspondência se inicia com uma carta enviada por Júlio Gomes, datada de 12 de setembro, onde diz ter recebido notícias referentes ao Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros. Lamentava que a idéia da realização do próximo colóquio em Moçambique não ganhasse relevo, pois assim Agostinho poderia ver a “irmã, o cunhado, os intelectuais e ex-alunos”⁵³. Também informava sobre a idéia do Cônsul em Moçambique em fazer funcionar um centro de estudos brasileiros numa sala anexa⁵⁴. Do CEAO, a primeira carta enviada é uma apresentação formal. Em 07 de outubro, Agostinho da Silva agradeceu a correspondência do dia 12 e deu notícias sobre o Museu que pensava instalar em breve.

Gostaria a este respeito de receber sugestões suas quanto a material de Moçambique, objetos de interesse etnográfico, amostras de produtos, fotografias, arte indígena, moedas, selos etc, por exemplo até exemplares de herbários ou coleções de insetos. Dedicaríamos uma sala para Moçambique. Lembrei-me de que um dos pontos de interesse de uma sala deste gênero poderia ser um receituário de alguns pratos típicos de Moçambique que pudessem ser preparados com ingredientes brasileiros⁵⁵.

52 Carta enviada por Agostinho da Silva em 31 dezembro 1959. A ideia de Agostinho da Silva e Edgar Santos era instalar o CEAO nas dependências de um forte em Salvador. Numa correspondência enviada em 16 de setembro de 1959, Edgar Santos escreveu ao Capitão dos Portos do Estado da Bahia, “...a Universidade tem o maior interesse em instalar este centro na histórica Fortaleza de Santa Maria, dado o valor cultural e simbólico de tal instalação e considerando o fato de não haver outro monumento que ofereça as seduções do velho forte”. Disse ainda que a Universidade se dispunha a adaptação, conservação, mudança para o pessoal residente, aquisição de móveis e solicitava que o pedido fosse encaminhado ao Ministério da Marinha “convicto que estou de que a elevada sensibilidade dos homens do mar para os problemas de ordem histórica e cultural permitira favorável acolhida a ideia”.

53 A pesquisa realizada não aponta mais informações a respeito dos parentes de Agostinho da Silva em Moçambique e como indica a citação, de sua passagem por esse país.

54 Carta enviada por Júlio Gomes a Agostinho da Silva em 12 de setembro de 1959.

55 Carta de Agostinho da Silva a Júlio Ferreira, Moçambique, em 07 de outubro de 1959.

Disposto a colaborar, o cônsul preparou volumes contendo objetos para a sala dedicada a Moçambique⁵⁶. Esses objetos – moedas, selos, levariam quase um ano para chegar a Salvador, depois de muita negociação e mobilização de Agostinho da Silva, para liberar os tais pacotes presos na alfândega do Rio de Janeiro com a desconfiança de tratar-se de contrabando⁵⁷. O interessante desta história é que os pacotes haviam sido enviados pelo Cônsul em Moçambique e estavam endereçados à Universidade da Bahia. Os funcionários da Alfândega deveriam estar muito marcados pelas práticas de comércio ilegal para acreditarem num intercâmbio notoriamente oficial, ou a burocracia para efetivar a transação era mesmo muito rígida.

1.6 O incentivo a criação de Centros de Estudos Brasileiros na África

Quando Agostinho da Silva concebeu o Centro de Estudos Afro-Orientais não o pensou isoladamente. Com o intuito de efetivar o estreitamento de laços culturais entre os países imaginou-o como um ponto de difusão cultural. Constava como um dos objetivos principais levar a presença brasileira aos demais países. A criação de Centros de Cultura Brasileira nos países alvos do intercâmbio seria, portanto, imprescindível para fortalecer e solidificar as trocas. Assim informou ao professor Anísio Teixeira no dia 18 de setembro. A carta escrita a Bezerra de Meneses informava que este “segundo passo” já estava em andamento. A presença do Brasil seria levada “por meio de Centros de Estudos Brasileiros, dos quais um, o de Lourenço Marques, já está em bom funcionamento e o outro, o de Timor, já está iniciado”.

Sobre o Centro de Estudos Brasileiros em Moçambique, a troca de correspondência aos poucos foi elucidando sua configuração. A carta já citada de Júlio Gomes Ferreira, Cônsul Honorário do Brasil em Lourenço Marques, datada de 12 de setembro de 59, além das informações sobre o Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros trouxe uma breve informação sobre o Centro de Moçambique. Disse que o Senhor Itajuba de Almeida Rodrigues queria fazer o Centro de Estudos Brasileiros funcionar

⁵⁶ Carta enviada por Júlio Gomes a Agostinho da Silva em 03 de dezembro de 1959.

⁵⁷ Em 02 de agosto 1960, Agostinho da Silva escreveu ao Inspetor da Alfândega, no Rio de Janeiro, explicando minuciosamente todo o processo – ofícios, cartas – em torno da liberação dos pacotes.

numa sala anexa ao Consulado e comentava a palestra lá realizada pelo doutor Dinis Xavier de Andrade.

Em 07 de outubro de 1959, Agostinho da Silva respondeu⁵⁸ agradecendo o ofício recebido e os recortes de jornais que noticiavam a palestra do professor Dinis Andrade. Noticiaria a atividade à Itajuba Meneses e ao novo chefe do departamento cultural do Itamaraty, o que fez no dia seguinte⁵⁹. Naquele mesmo dia escreveu ao engenheiro Andrade, o palestrante, informando-o das notícias elogiosas a respeito da conferência que fez em Moçambique. Estava feliz em saber do “regular funcionamento o Centro de Estudos Brasileiros ali fundado” e acrescentava: “Estamos atualmente empenhados em fazer que se inicie o trabalho de Centro idêntico na ilha de Timor e é nosso propósito o de criar outros Centros em várias regiões da África e da Ásia”⁶⁰.

Na carta ao Consulado Geral do Brasil em Lisboa, na pessoa de Itajuba de Almeida Rodrigues, Agostinho da Silva, informou entusiasmado saber da atividade realizada no Centro de Estudos Brasileiros em Lourenço Marques “cuja fundação tanto animei quando dela tive notícia ainda na Diretoria de Cultura do Estado de Santa Catarina”. Achou excelente a idéia de alojá-lo na futura sede do consulado de Lourenço Marques⁶¹.

Essa correspondência iniciada antes do funcionamento do CEAO indica que, tão logo pensou no CEAO, Agostinho da Silva pôs-se a buscar contatos, trocar idéias com quem pudessem auxiliá-lo na sua constituição. A situação se aplica ao cônsul Geral do Brasil Lisboa, o Dr. Itajuba de Almeida Rodrigues, e ao Cônsul Honorário do Brasil em Lourenço Marques, Júlio Gomes Ferreira. Mesmo que Agostinho da Silva já divulgasse a existência do Centro em funcionamento em Lourenço Marques, sua felicidade em saber da realização da palestra por lá indica que foi nessa oportunidade que teve uma notícia concreta sobre sua situação. Daí sua animação nestas cartas.

58 Carta enviada por Agostinho da Silva a Júlio Gomes Ferreira em 07 de outubro de 1959.

59 Os referidos recortes de jornais não foram encontrados no acervo do CEAO.

60 Carta enviada por Agostinho da Silva a Dinis Xavier de Andrade em 07 de outubro de 1959.

61 Carta enviada por Agostinho da Silva a Itajuba de Almeida Rodrigues em 08 de outubro de 1959.

Não poderia deixar de informar a Wladimir Murtinho, chefe do departamento cultural do Itamaraty.

Pelo que se refere ao segundo ponto, estamos em estreito contato com o Centro de Estudos Brasileiros de Lourenço Marques, que atualmente funciona como uma secção da Sociedade de estudos de Moçambique, mas para a qual seria extremamente interessante conseguir-se instalação especial, dado o alto interesse que a população tem demonstrado por assuntos brasileiros e a importância que haveria para o futuro na presença cultural do Brasil em Moçambique⁶².

No dia 10 de outubro voltou a escrever ao Júlio Gomes Ferreira para dizer que assistiu na Faculdade de Filosofia, a palestra de Dr. Manuel⁶³, sobre sua estada em Moçambique e África do Sul e, naturalmente, um dos pontos abordados foram as relações raciais “elogiosas” no país de colonização portuguesa⁶⁴. Pelo visto a percepção da necessidade de fortalecer laços culturais entre os países de língua portuguesa era compartilhada por muitas outras pessoas. Agostinho da Silva divulgou, como já fazia, a existência do Centro em Moçambique, como informou novamente a Anísio Teixeira, diretor do INEP, buscando estreitar relações com a instituição⁶⁵.

Em 12 de dezembro, a Sociedade de Estudos de Moçambique respondeu a um ofício⁶⁶ de Agostinho da Silva para esclarecer informações a respeito do referido Centro. A sociedade assim escreveu:

O ofício de V. Exa n 187/59, de 10 de Novembro findo dirigido ao “Director do Centro de Estudos Brasileiros – Lourenço Marques” veio ao conhecimento desta sociedade pelas razões que a seguir tenho que expor. *Não existe em Lourenço Marques nenhuma instituição denominada “Centro de Estudos Brasileiros”*. Existe, sim, Além do “Consulado do Brasil, a cargo do cônsul honorário Sr. Júlio Gomes Ferreira, nosso consórcio, Uma filial a Sociedade dos amigos da Comunidade Luso-Brasileira, cujo presidente é o Secretário Provincial de Moçambique Sr. Eng. Manuel Pimentel Pereira dos Santos. O ofício de V. Ex vindo, pois, ao conhecimento desta sociedade baixou para apreciação à nossa Secção de Estudos Brasileiros que o

62 Carta enviada por Agostinho da Silva a Wladimir Murtinho em 08 de outubro de 1959.

63 Não há maiores referências a esse palestrante.

64 Carta enviada por Agostinho da Silva a Júlio Gomes Ferreira em 10 de outubro de 1959.

65 Carta enviada por Agostinho da Silva a Anísio Teixeira em 24 de outubro de 1959.

66 Não encontrei este ofício enviado por Agostinho da Silva.

encaminhou para a 7 secção (Raças; sua coexistência) da Filial da S. A. C. Luso-Brasileira, cujo presidente, Sr. Dr. Victor Hugo Velez Grilo acaba de nos informar o seguinte, que tenho a honra de transmitir a V. Exa “A secção vai procurar prestar a informação solicitada”⁶⁷

Pelo exposto, o Centro de Estudos Brasileiros em Lourenço Marques estava mais no plano de seus idealizadores – Júlio Ferreira, Itajuba de Almeida Rodrigues e Agostinho da Silva. A correspondência ao longo dos anos subseqüentes não aponta contato com a Sociedade dos Amigos da Comunidade Luso-Brasileira em Moçambique. O diálogo com essa sociedade foi mais frutífero em Macau, onde negociou a instalação de um Centro de Estudos Brasileiros.

O incentivo do diretor do CEAO para a criação de Centros de Estudos Brasileiros teria uma experiência mais frutífera. Se o interesse maior de Agostinho da Silva residia nos países colonizados por Portugal, Angola ocupava um lugar de destaque. Nos contatos que estabeleceu com entidades angolanas, o professor enfatizou a importância de estreitar laços culturais entre os dois países e, por conseguinte, propunha a criação de núcleos ou centros de Estudos Brasileiros.

A Antonio Raúl, do Colégio São José, na Província de Silva Porto, explicou que teria o prazer em enviar publicações. Se ele organizasse um Centro de Estudos Brasileiros seria mais fácil⁶⁸. Ao reverendíssimo Irmão José Marques Ferreira Vicente, do Colégio Cristo-Rei em Luanda disse:

Quanto ao material a enviar daqui, proporia eu o seguinte: que o Colégio criasse um pequeno núcleo ou Centro de Estudos Brasileiros dirigido por exemplo pelo Irmão visto que já está em contato comigo, e ao qual enviaremos bibliografia brasileira, jornais e música gravada que obtivéssemos das várias regiões. O haver ai um Centro de Estudos Brasileiros nos facilitaria a obtenção e expedição deste material em caráter oficial e ainda possivelmente o apoio de instituições como o Ministério da Educação e o Itamarati⁶⁹.

67 Carta enviada a Agostinho da Silva pela Sociedade de Estudos de Moçambique em 12 de dezembro de 1959. Grifo meu. Dessa correspondência falta a segunda página que informaria a continuidade da resposta e a pessoa que assinou.

68 Carta enviada por Agostinho da Silva a Antonio Raul, Angola, em 17 de novembro de 1959.

69 Carta enviada por Agostinho da Silva a José Marques Ferreira Vicente em 16 de novembro de 1959.

Em 29 de dezembro, escreveu ao Diretor de Cultura em Luanda, após o recebimento de uma revista. “Por outro lado, interessa-nos muito poder levar ao conhecimento dessas regiões, principalmente das de língua portuguesa tudo que se faz no Brasil e que lhes possa ser de alguma espécie de atividade”. E completava “teremos o maior gosto em incluir no boletim toda a informação possível sobre desenvolvimento de Angola, cujas relações com o Brasil precisam de se tornar cada vez mais intensas e fraternais.” Falou sobre a possibilidade de instalar um Centro de Estudos, a exemplo do de Lourenço Marques⁷⁰.

Sua felicidade transbordava nas linhas da carta que escreveu ao Rotary Club de Luanda ao saber, através do *Jornal de Angola*, que naquele local havia sido criado o Núcleo de Estudos Brasileiros “o que muito me alegrou pelos benefícios múltiplos que nos poderia vir do melhor conhecimento de Angola no Brasil e do Brasil em Angola”. Falava das atividades desenvolvidas, do interesse em cursos de línguas de Angola e Moçambique... “[...] deste modo teríamos a maior urgência em receber comunicação oficial desse núcleo para que pudéssemos providenciar a remessa de bibliografia brasileira”⁷¹.

No mesmo dia escreveu a Péricles Madureira de Pinho, do Instituto Nacional de Estudos pedagógicos, no Rio de Janeiro. Agradeceu o envio de publicações daquela instituição para o Centro em Lourenço Marques e solicitava o igual envio para o Rotary Club de Luanda que havia patrocinado um Centro de Estudos brasileiros.

Temos a esperança que estes Centros de Estudos Brasileiros cuja criação estamos incentivando junto a entidades culturais de África e Ásia possa desempenhar para o futuro um papel importante na penetração cultural do Brasil nas áreas mencionadas. O de Lourenço Marques já e de algum modo um ponto de difusão da cultura brasileira e nele tem proferido palestras brasileiras de passagem por Moçambique. [...] Creio que seria necessário concertar uma ação conjunta dos Ministérios de Educação e das Relações Exteriores para que estes centros obtivessem forte apoio financeiro e cultural, de modo a poderem servir não só nas suas funções de representantes culturais do Brasil como ainda nas outras não menos importantes de serem o ponto de apoio e o fulcro da ação de estudiosos brasileiros

70 Carta enviada por Agostinho da Silva ao Diretor de Cultura em Angola em 29 de dezembro de 1959.

71 Carta enviada por Agostinho da Silva ao Diretor do Rotary Club De Luanda, em 31 de dezembro de 1959.

que ai pudéssemos enviar como bolsistas nossos ou dos próprios países onde os centros estivessem instalados.⁷²

No início do ano de 1960, Agostinho da Silva buscava informações sobre o Centro do Rotary Club de Angola e já o divulgava a outras pessoas no mesmo país, incentivando a formação de outros centros ou núcleos de cultura brasileira. Em 11 de janeiro escreveu ao *Jornal de Angola*, de onde tirara tal notícia. Dias depois respondeu ao contato de Maria Conceição Nobre, em Lobito, província em Angola⁷³. À professora divulgou o CEAO, o Centro do Rotary Club, o de Lourenço Marques e sugeriu: “Por outro lado temos o maior interesse em incentivar ou ajudar a formação de Centros ou Núcleos de Estudos Brasileiros em África e na Ásia, naturalmente com particular carinho pelas áreas de língua portuguesa [...] Nestes termos, gostaríamos de saber em que medida lhe interessaria organizar um desses Centros”.

De modo semelhante procedeu com Henrique Duarte Fonseca, vice-presidente da Sociedade Cultural de Angola. Após informar-lhe sobre o acontecimento no Rotary, explicou quão simples poderia ser o estabelecimento de um Centro de Estudos.

Um Centro de Estudos Brasileiros e, por agora e essencialmente uma Biblioteca em que fazemos o possível por reunir uma razoável documentação brasileira; precisa, por conseguinte apenas de uma sala ou parte de sala onde a Biblioteca se possa instalar. Juridicamente, parece-nos interessante que o Centro funcione como secção de uma entidade cultural já estabelecida; foi o que fizeram em Moçambique e o que agora vai fazer-se em Macau... Mais tarde, pensamos que o Centro poderá organizar cursos, com professores nossos e daí sobre assuntos brasileiros ou de interesse conjuntamente para Angola e Brasil⁷⁴.

Sobre o Centro fundado pelo Rotary Club de Angola há poucas informações. Do presidente Carlos Artur de Melo Vieira apenas uma carta em resposta a Agostinho da Silva confirmando a criação do Núcleo de Estudos Brasileiros. “E já tivemos ocasião de mandar para o Centro de Estudos Portugueses da Faculdade de Filosofia da Universidade de Florianópolis, um elevado lote de livros sobre Angola [...] Conte o

72 Carta enviada por Agostinho da Silva a Péricles Madureira Pinho em 31 de dezembro de 1959.

73 Carta enviada por Agostinho da Silva a Maria Conceição Nobre em 14 de janeiro de 1960.

74 Carta de Agostinho da Silva a Henrique Duarte Fonseca em 05 de fevereiro de 1960.

professor Agostinho da Silva com toda nossa colaboração para o bom êxito do CEAO”⁷⁵. No entanto, sem motivos aparentes, ao longo deste ano não há troca de correspondência entre o referido núcleo em Luanda e o CEAO.

Naquele momento encontrava-se em curso um diálogo com outra entidade angolana da qual resultaria um novo núcleo de estudos brasileiros. Maria Conceição Nobre Basílio Príncipe entrou em contato com Agostinho da Silva através de um amigo. Efetivamente, a primeira carta enviada pela professora, em fins de 1959, está encaminhada a “Exmos amigos”. Nesta, deu notícias sob o adiamento da exposição de poesia brasileira e de outras atividades que se fariam em 3 de maio. Informava que ainda não havia recebido publicações da UBa e listou bibliotecas em Angola pois “cursos superiores ainda não há em Angola”⁷⁶. A partir desta correspondência, Agostinho da Silva sugeriu a criação de um núcleo de estudos⁷⁷, ao que a professora remeteu resposta entusiasmada. Sobre o surgimento do CEAO desejava os melhores votos: “tão simpática [a idéia do centro] que de coração vos envio os meus mais sinceros votos de prosperidade e felicidades intelectuais. Que o mundo inteiro se una num fraternal abraço é meu desejo, se esse abraço for cultural, um sonho de oiro. Estreitar as relações entre a África e o Oriente, pois do Brasil quase um dever”. Do Brasil tinha as melhores impressões: “A minha simpatia pelo Brasil vem de longe desde pequena e não sei explicá-la porque não tenho na família ninguém brasileiro, nem conheço o Brasil; talvez influência da sua literatura, tão simpática por verdadeira, sem artificialismos ou impedimentos – livre.” Enviava imediatamente sua contribuição ao CEAO. “Minhas possibilidades econômicas são poucas, vivo do meu modesto trabalho, mas enviarei na medida do possível, objectos de arte indígena e livros angolanos. Segue em correio separado a primeira remessa.” De imediato, aderiu à idéia de criar Centro de Estudos Brasileiros.

Gostaria de fundar um centro aqui, com ramificações por todas as outras cidades para o que tenho possibilidades, pois conto numerosos amigos em todas as terras. [...] Independente disto informo que possuo na minha biblioteca particular cerca de 220 livros brasileiros,

75 Carta enviada por Carlos Artur de Melo Viera a Agostinho da Silva em 21 de março de 1960.

76 Carta enviada por Maria conceição Nobre destinada a “Exmos. Amigos”, em 01 de novembro de 1959.

77 Carta de Agostinho da Silva a Conceição Nobre em 14 de janeiro de 1960.

principalmente poesia, e que esta biblioteca foi tornada pública há cerca de dois meses. Nela figuram as publicações, aliás curiosíssimas que tem sido remetidas por essa Universidade. Espero ampliar a biblioteca e ficarei muito honrada se puder organizar *sob vossas ordens* um centro ou mais aqui⁷⁸.

As informações a respeito de Maria Conceição Nobre surgem através da correspondência que manteve com o CEAO. Seu interesse pela proposta do CEAO mostra um grande encantamento do que já nutria pelo Brasil e fortalece a argumentação em torno das trocas e influências literárias exercidas pelo Brasil em Angola. Diz ainda das redes estabelecidas entre intelectuais portugueses em Portugal, nas colônias portuguesas ou no Brasil, cuja articulação a atuação de Agostinho da Silva no CEAO traz à tona.

O diretor do CEAO reiterava a idéia de fundar um centro e solicitava que a mesma enviasse uma comunicação formal anunciando sua criação. Agostinho da Silva sinalizava a possibilidade de apoio por parte do Governo Brasileiro. “Creio que mais tarde, e na medida que o Ministério das Relações Exteriores nos puder apoiar, talvez se consiga outra espécie de auxílio que permita a V. Excia. ampliar a sua obra”⁷⁹. A notícia da criação do Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros foi anunciada em 16 de abril e, em 20 de maio, o CEAO enviou-lhe as melhores felicitações. “Devo dizer-lhe que nessa fundação me parece ser elemento essencial de pôr *Angolano-Brasileiro*: isso lança atenção sobre um campo de estudos inteiramente novo e que será ponto fundamental para a construção e compreensão do futuro cultural das áreas a volta do Atlântico Sul”. Pouco depois, o núcleo lhe enviou notícias da primeira reunião com recortes de jornal em anexo⁸⁰. O retorno do CEAO ressaltava a importância da ação para aproximação dos países. “É nossa convicção de que a fundação de seu Núcleo veio no exato momento histórico de aproximação de Angola e do Brasil”⁸¹.

78 Carta enviada por Maria Conceição Nobre a Agostinho da Silva em 05 de fevereiro de 1960.

79 Carta enviada por Agostinho da Silva a Conceição Nobre em 09 de março de 1960.

80 Carta enviada por Maria Conceição Nobre a Agostinho da Silva em 31 de maio de 1960.

81 Carta enviada por Agostinho da Silva a Maria Conceição Nobre em 23 de junho de 1960.

Além da divulgação da cultura brasileira, outras intenções da professora foram expostas em suas cartas. Logo na primeira carta encontrada no CEAO, Conceição Nobre referiu-se à ausência de ensino superior em Angola⁸². Na correspondência enviada em 12 de julho de 1960, o objetivo é informar da exposição de poesia brasileira, primeira atividade “concreta” do núcleo, na qual ocorreu a distribuição de livros enviados pela Universidade da Bahia. Fez uma série de perguntas a respeito de cursos por correspondência.

Há no Brasil uns cursos secundários por correspondência. São oficiais? Isto é, equivalem aos tirados (?) nas escolas secundarias, ou são apenas coisas particulares? O curso do vosso ginásio, nosso liceu, pode tirar-se por correspondência? [...] E algum curso universitário se poderá tirar por correspondência? Estamos a falar de cursos brasileiros que portugueses desejam tirar⁸³.

Conceição Nobre expôs suas apreensões com o ensino em Angola, ou mais especificamente o Lobito, onde morava. O sistema colonial português não permitia o desenvolvimento de escolas nas colônias. Suas preocupações estendiam-se às áreas técnicas na qual buscava colaboração. “Juntamos um recorte de técnicos brasileiros que desejam visitar Angola. O Núcleo põe-se à inteira disposição de quaisquer visitantes do país irmão e amigo.” A crítica ao sistema colonial está nas entrelinhas. Nesta carta ela anunciava o envio de livros e jornais e esclarecia: “Parece-nos que a imprensa, por vezes, é um razoável termômetro do nível econômico, literário e social das terras. Desculpem se não forem bem atualizados”. Em sendo um termômetro, a possível e provável desatualização dos jornais seria o reflexo da também desatualização daquela província de Angola. Desatualização pode ser um eufemismo para atraso.

Agostinho respondeu a esta carta informando que remeteria cópia para o embaixador do Brasil em Lisboa⁸⁴, e o fez alguns dias depois⁸⁵. Negrão de Lima, o embaixador que assumiu o cargo em substituição a Álvaro Lins, recebeu de Agostinho

82 Carta enviada por Maria Conceição Nobre, sem nome do destinatário em 01 de novembro de 1959.

83 Carta enviada por Maria Conceição Nobre a Agostinho da Silva em 12 de julho de 1960.

84 Carta enviada por Agostinho da Silva a Maria Conceição Nobre em 12 de agosto de 1960.

85 Carta enviada por Agostinho da Silva a Negrão de Lima em 16 de agosto de 1960.

da Silva um pedido enviado pelo Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros. “Mantêm-se o Núcleo em correspondência com as maiores figuras da intelectualidade brasileira e tem posto todo carinho em apoiar toda a presença de nossa cultura em territórios africanos”. O pedido diz da criação de um vice-consulado brasileiro em Angola. “... cremos que a criação de um vice-consulado só poderá desenvolver os laços de correspondência e a amizade que se estabeleceram entre os dois lados do Atlântico”. Há um nome sugerido. O senhor Sérgio Príncipe “é uma pessoa cujo trabalho no domínio a História, cujo interesse pelas coisas brasileiras e cuja posição de relevo na sociedade local o indicam para ocupar uma posição em que tanto poderia fazer pelos interesses brasileiros e pela fraternidade entre as duas partes”⁸⁶.

Relações mais efetivas entre Brasil e Angola, através do estabelecimento de um consulado, foi o teor da proposta formalizada pelo Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros e referendado por Agostinho da Silva. Ao longo das propostas de atividades do CEAO, sob a gestão de Agostinho da Silva, é evidente em diversos momentos o diálogo que buscava estabelecer ou sugerir com as instâncias oficiais do país responsáveis por uma política voltada para a aproximação com o continente africano. Até o ano de 1960 o governo brasileiro não havia formalizado uma postura de maior proximidade em relação ao continente africano, mesmo que intelectuais, políticos e diplomatas posicionassem a respeito dessa urgência. O diálogo entre as duas instituições, uma em Angola, outra no Brasil, explicitam algumas preocupações para os que lá residiam. Um intercâmbio acadêmico e cultural deveria favorecer o desenvolvimento educacional e técnico de Angola. Uma representação oficial brasileira seria um importante passo para trocas entre as duas partes. A resposta do embaixador foi objetiva: a carta foi recebida, o assunto seria oportunamente tratado pelo Itamaraty, a sugestão do nome Sr Sérgio Príncipe seria apresentada⁸⁷.

No final do ano de 1960, três cartas foram enviadas pelo Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros de Lobito. Numa delas, ao mapear a produção artística e cultural angolana, em função da solicitação de objetos para organização do museu no CEAO, Conceição Nobre nos oferece um panorama das condições de Angola sob domínio colonial. Seu depoimento diverge absolutamente do mundo lusotropical sob o qual

86 Carta enviada por Agostinho da Silva a Negrão de Lima em 16 de agosto de 1960.

87 Carta enviada por Francisco Negrão de Lima a Agostinho da Silva em 31 de agosto de 1960.

estava assentada a argumentação freyriana, o que norteava o olhar para aquelas colônias, incluindo Agostinho da Silva. Expõe aspectos das dificuldades vivenciadas no país. A crítica situação educacional é recorrente na argumentação da professora.

[...] Angola é culturalmente pobre, paupérrima e o pior é que os brancos não compreendem o valor da cultura que por isto mesmo não pode ser extensiva aos negros. Em todo caso funcionam em Angola, mercê de muitos esforços conjugados, liceus em todas as cidades importantes e muitas escolas primárias. Só o ensino universitário ainda cá não chegou. Esperamos tê-lo breve.[...] Os objectos de arte popular angolana, rareiam. Sobre o assunto, a arte em Angola, tenho um original que vou enviar breve. Só na Lunda existe uma escola de arte negra, cerâmica e escultura, mas é bastante difícil conseguir tais objetos por serem caros. A escola é explorada pela Companhia de Diamantes. No restante [da] Província, os negros limitam-se a fazer grosseiras esculturas (manipauços) ou pássaros ou peixes em chifre. [...] O núcleo é muito pobre. O Sr. Governador do distrito tinha-nos prometido um auxílio, mas *foi-se embora sem dar nada*. A sede tem uma dezena de sócios e cada delegacia não conta mais do que uma dezena também. O problema cultural, como atrás disse, é um problema por solucionar em Angola. *Só a muito boa vontade e até o sacrifício pessoal conseguem manter estas coisas*. Por isso não estranhem V. EXas. que lhe enviaremos o desejado a pouco e pouco. Desejamos que V. Exas. concretizem melhor a oferta que em tempos nos fizeram da possibilidade de irem estudar aí alguns alunos de Angola. Também agradecemos que nos elucidam sobre esses cursos por correspondência, se tem ou não validade oficial⁸⁸.

Neste texto, Conceição Nobre expôs mais explicitamente alguns problemas vivenciados por sua província, o Lobito. Ao referir-se a “pobreza cultural” de Angola, por um lado mencionou a produção artística das populações, cujo único incentivo encontrava-se limitado à escola mantida pela Companhia de Diamantes de Angola, o Museu do Dundo, na região da Lunda, cujos objetos “são caros”. De outra forma, a “pobreza cultural” era resultante do diminuto quadro de escolas primárias, cujo funcionamento era em grande parte, explicava a professora, resultado de esforços de moradores da província. Por fim, a “pobreza cultural” – no âmbito educacional e artístico – era resultado sobretudo da falta de investimento da administração portuguesa colonial. Ao dizer que “nada receberam do governador do distrito” depreende-se que diversas solicitações não atendidas se faziam presentes o que extrapolaria a cultura ou educação. Assim, sob o rótulo cultural, Conceição Nobre acabava por estabelecer uma

88 Carta enviada por Maria Conceição Nobre a Agostinho da Silva em 31 de agosto de 1960.

crítica ao governo colonial. Se as dificuldades educacionais faziam presentes para as populações locais, pelo exposto, afetava também os portugueses lá residentes, que apenas na metrópole poderiam realizar estudos. Talvez aí resida a insistência da interlocutora em reiterar a ausência de curso superior, a possibilidade de realizar cursos por correspondência e de mandar alunos angolanos para estudarem no Brasil.

Na correspondência enviada em 16 de outubro, novas ações para o intercâmbio foram informadas pela professora. Sua iniciativa, desta vez, concentrava-se em estabelecer, a partir do Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros, diálogo com outras províncias de Angola, com representantes em Benguela, a “velha e histórica inimiga do Lobito”, Sá Bandeira e Moçâmedes. A partir da sugestão de Agostinho da Silva “criou-se nesta cidade e em Sá Bandeira, cidade universitária [...] uma secção juvenil, de estudantes, que abraçaram a idéia de um intercâmbio com jovens do Brasil, cheios de alegria. Devem seguir breves cartas e objetos destes jovens”. Como segunda grande realização do Núcleo “resolveu-se criar aqui o Museu-Biblioteca Angola-Brasil”. Estimulando o surgimento de “qualquer coisa” idêntica no Brasil, enviou a primeira remessa de arte indígena. Por fim, informaria ao Governador do Distrito o estatuto do Núcleo cujo texto copiava: “Incube-me sua Exa. o Governador do Distrito de informar a V. Exa que tomou conhecimento dos preceitos reguladores do Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros e aprova a idéia de um modo geral”⁸⁹.

O Núcleo em Angola apresentava-se cada vez mais organizado, no firme intuito de favorecer as relações culturais entre Angola e Brasil. Sob a bandeira da promoção dos interesses culturais, Conceição Nobre evidencia uma articulação para aproximação e fortalecimento de províncias e distritos que, a exemplo da citação a Benguela, podiam nutrir rivalidades e distanciamentos que só os desfavoreceriam diante das dificuldades já apresentadas pela professora. A necessária aprovação das atividades pelo governador denuncia o regime político autoritário vivenciado em Portugal e suas colônias.

Em relação ao intercâmbio com Angola, o ano de 1960 termina com ótimas notícias para Agostinho da Silva e o CEAO. As ações por ele impulsionadas pareciam multiplicar-se. Prova disso foi o anúncio de um novo núcleo, desta vez em Benguela. Uma carta enviada em 20 de outubro divulgava a fundação, naquela localidade, de um Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros “diretamente ligado ao Centro de Estudos

89 Carta enviada por Maria Conceição Nobre a Agostinho da Silva em 16 de outubro de 1960.

Afro-Orientais da Universidade da Bahia”, o que denotava uma ampliação da atividade proposta inicialmente em Lobito. Revelar “todos os movimentos culturais de Angola [...] ao Brasil impõe-se-nos como um dos nossos principais objetivos”. A presidente Ana Rolão Preto Martins Abamo solicitava que o CEAO orientasse seus trabalhos.

Nos países africanos sob colonização portuguesa, alvo especial da atenção de Agostinho da Silva, a experiência de intercâmbio verificada em Angola, ao fim de 1960, foi a mais frutuosa. Com Moçambique, país com o qual Agostinho mantinha diálogo sobre intercâmbio desde antes da fundação do CEAO, o Centro de Estudos Brasileiros em Lourenço Marques, carro-chefe na divulgação, não passou de uma tentativa sem maiores conseqüências.

Agostinho da Silva tentou estabelecer contatos com Cabo Verde. Este país ocupava um lugar especial nas ideias de Comunidade Luso-Brasileira desenvolvida por Agostinho, pois “se pudesse haver um órgão consultivo ou deliberativo comum, este deveria estar em Cabo Verde – que, apesar de central nas rotas do Atlântico, jamais teria meios de dominar ninguém” (Agostinho, 1995, p. 18). Sem maiores contatos com instituições daquela colônia, Agostinho da Silva, junto com a equipe e colaboradores do CEAO, montou uma interessante atividade na Bahia. Em meados do mês de abril de 1960, Agostinho da Silva expediu correspondências a contatos em Cabo Verde e Portugal referindo-se a uma exposição que seria realizada na cidade de Feira de Santana, como a que enviou a Jorge Barbosa, diretor da alfândega na ilha do Sal, naquele país.

Ficou resolvido que se faria uma exposição das fotografias e mapas de Cabo Verde, quanto à paisagem, tipos humanos, habitações, produção etc; uma outra exposição de gravuras, desenhos ou pinturas de artistas; uma audição de música gravada; um recital de poesia cabo-verdiana; uma pequena amostra de selos e moedas de Cabo Verde; e que finalmente se solicitaria uma lista de alunos de cursos primários e secundários, inclusive Curso Normal, que pretendessem corresponder-se com alunos de Feira de Santana⁹⁰.

As atividades foram realizadas, como informou detalhadamente a Bento Levy, diretor da Imprensa Nacional de Cabo Verde em 09 de junho. Mas, previa desdobramentos. “Ao final alguns estudantes forneceram seus endereços para trocas filatélicas”. Como sugeriu a Conceição Nobre, em Angola, Agostinho da Silva pensava

90 Carta enviada por Agostinho da Silva a Jorge Barbosa em 13 de abril de 1960.

estimular trocas de cartas entre alunos de curso básico. Uma pergunta necessitava ser respondida. Para quais instituições educacionais seguiriam essas cartas? Ao contrário do discurso entoado pelas autoridades portuguesas, a exemplo de Marcelo Caetano na abertura do IV Colóquio de estudos Brasileiros, em relação às benesses da colonização portuguesa no ultramar, as carências educacionais eram gritantes. Um ano depois, o depoimento de Fidelis Cabral D'Almada, estudante guineense que conseguiu furar o bloqueio colonial para vir ao Brasil continuar seus estudos, revelaria à sociedade baiana as dificuldades impostas às populações locais para o acesso à escola.

Nesse momento emerge outra discussão. Se a grande maioria da população não tinha acesso às escolas como poderia a língua ser o principal fator de aglutinação? Na correspondência do CEAO não há referência alguma a correspondência que tenha vindo de estudantes oriundos de colônias portuguesas na África. Nem de Angola, onde os contatos eram mais profícuos, muito menos de Cabo Verde, onde o CEAO pouco estabeleceu contatos.

1.7 Intercâmbio de professores para ensino de línguas

A ideia do ensino de línguas para fortalecer o intercâmbio entre Brasil, África e Ásia era ponto de partida para Agostinho da Silva no CEAO. Basta reiterar que a comunidade luso-brasileira tinha como primeiro fator de aglutinação a língua portuguesa. Essa iniciativa vinha de discussões prévias realizadas no IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, como o diretor informa em correspondência ao pesquisador Pierre Verger explicitando suas idéias e confirmando o apoio do reitor Edgard Santos.

Teremos um problema concreto a decidir: foi proposta no Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros a criação na Faculdade de Filosofia do ensino de uma língua africana. A proposta foi aprovada e logo veio a idéia de que se ensinasse iorubá, ficando eu encarregado de promover as gestões sobre o assunto. Seria necessário, para evitar certas intervenções locais que o professor viesse daí mesmo e fosse uma pessoa com bastante conhecimento científico da língua e ao mesmo tempo com títulos que fossem indiscutíveis (...). Gostaria de saber com a possível urgência o que pensa de tudo isso e se haveria alguma possibilidade de já no próximo ano letivo termos aqui esse ensino (...). O mais interessante seria que a pessoa designada para esse ensino tivesse algum interesse em assuntos brasileiros: rapidamente lhe ensinaria a língua e êle poderia no regresso a Nigéria, tomar conta de

um Centro de Estudos Brasileiros. [...] Reitor está muito interessado e creio por conseguinte que não faltarão os meios materiais⁹¹.

Naquele ano, Verger viajava entre África, Europa e Brasil realizando pesquisas que trariam importantes contribuições para os estudos das relações entre a Bahia e o golfo do Benin⁹². Era reconhecido com um dos poucos que se dedicava a investigar as relações entre Brasil e África. Sua contribuição foi fundamental para o desenvolvimento do intercâmbio no CEAO. Obviamente que interessado nas trocas entre a Bahia e o Golfo do Benin, foi para lá que procurou estabelecer conexões acadêmicas. Na carta em resposta a Agostinho da Silva, se disse estar “feliz” pelo CEAO já ser uma realidade e sobre candidato o nigeriano para dar aulas na Bahia apresentava uma sugestão.

Pensei que o tal E. L. Lasebikam, autor de vários livros de ensino de Yoruba seria o mais indicado. Mandou-lhe já três livros dele que tenho em mãos. Não o conheço pessoalmente, vive no momento em Londres aonde é casado com uma inglesa. Parece ser um elemento de grande interesse, por ser, não somente um bom professor, porém também um intelectual de certa categoria que tomou parte relevante em congressos de escritores africanos como o que tive em Paris faz poucos anos. Ademais de suas qualidades de professor, tem sensibilidade, se interessa em poesia yoruba e parece que não é cortado das tradições antigas que tem interesse para a melhor compreensão da herança africana que a Bahia tem⁹³.

Nesse momento Verger revelava quais eram as qualidades que apreciava em um professor nigeriano para ministrar o ensino de iorubá em Salvador. Mergulhado na cosmogonia religiosa dos candomblés da Bahia e nos ritos tradicionais iorubanos, era deste ponto que olhava para a história e cultura iorubana. A língua iorubá mantida nos rituais do candomblé, não deveria ser ensinada por uma pessoa que desconhecesse seus valores ancestrais. Desde o início, Verger pensava num intercâmbio cultural e religioso entre Nigéria e Bahia, por via acadêmica, onde o povo-de-santo estivesse envolvido⁹⁴.

91 Carta de Agostinho da Silva a Pierre Verger em 16 de setembro de 1959. A carta não possui data. Essa dedução é resultante da resposta de Verger a Silva, em 12 de outubro de 1959, onde diz que recebeu uma carta oficial postada no dia 15 e uma carta informal, “amistosa” do dia 16 de setembro.

92 No Brasil os resultados dessas pesquisas foram publicadas no livro Pierre Verger. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX*. São Paulo, Corrupio, 1987.

93 Carta enviada por Pierre Verger a Agostinho da Silva em 16 de outubro de 1959.

[...] muitos intelectuais são ocidentalizados... não sabem “o ejemplo do prestígio que as manifestações dos cultos afro-brazileiros tem na boa terra es um ponto importante das relações entre Africa e Brazil [...] Seria sumamente desagradável ter um “sábio” que so queria ficar nas altas esferas da Universidade e não ter relações com essa gente nossa que por a fidelidade e a dignidade com quem han guardado as tradições de SUS antepassados africanos han podido fazer lãs dignas de interes...”⁹⁵

Verger acreditava – e não devia ser o único – que na África muito dos valores tradicionais estavam sendo preteridos em relação aos valores europeus, e que somente através da religiosidade os valores africanos entendidos como puros seriam mantidos. Já que na Bahia essa religiosidade era vivida com grande intensidade, que os nigerianos desafricanizados aqui viessem para reencontrá-la. Esse pensamento Verger expõe numa anedota enviada de Londres a Vivaldo da Costa Lima dois anos depois.

Hoje é domingo [um belo domingo inglês] que não se sabe o que fazer, felizmente estou esperando a visita de vários nigerianos que vou esforçar-me de reafricanizar um pouco. Já pensei em criar a ERIAD “Escola de Reafricanização para Intelectuais Africanos Desafricanizados”, com sede na Bahia e dona Senhora como Principal, e você encarregado de raspar a gente, e Jorge (da Rocha) de limpar o cocô⁹⁶.

Enebezer Latunde Lasebikam tinha a vantagem de ter títulos universitários, publicação de livros, mas Verger questionava se ele teria o conhecimento das tradições iorubanas tão importantes para o intercâmbio. Assim, sugeriu outro candidato: Olaiya Fagmagbe, do Peter College que não tinha tantos títulos, mas tinha “interes nas tradiçoens Youruba, e conhecer las bastante, o que se encontra dificilmente por agora dentro do medio dos universitarios ja tocados demais pela ensenhança ocidentalizada que han recebidos”⁹⁷. Ambos responderam entusiasmadamente, ante a possibilidade de vir à Bahia. Lasebikam disse:

94 Agostinho inicialmente havia pensado, para o curso de iorubá, em alunos como “boa preparação filológica” enviados por Nelson Rossi do Instituto de Fonética da UFBA. Carta de Agostinho da Silva a Verger em 16 de setembro de 1959.

95 Carta enviada por Pierre Verger a Agostinho da Silva em 16 de outubro de 1959.

96 Carta de Verger a Costa Lima, em 10 março de 1961. *Afro-Ásia*, 37, p. 248-9

97 Carta de Pierre Verger a Agostinho da Silva em 25 de outubro de 1959.

But, you see, Linguistic is a subject next to my heart, and, provide the conditions of service and reasonable, and there are prospects for me for the future. I will gladly consider taking up the appointment in the University of Bahia for some years at least, before finally retuning to Nigeria. I am sure to find great pleasure in teaching Youruba in Brazil⁹⁸.

Fagmagbe, em 30 dezembro de 1959, escreveu:

I have considered the request very carefully and I very shoud like to state that my motive for wishing to teach yorubá at your University is that I want to make use of the opportunity to popularize the Yoruba Culture which I love so much⁹⁹.

Entre o final do ano de 1959 e o início de 1960, várias correspondências foram trocadas entre Agostinho da Silva e os candidatos. Lasebikam e Fagmagbe enviaram informações sobre a trajetória acadêmica e receberam informações sobre as condições de trabalho na Bahia. Agostinho, dividido entre os candidatos, pensava na possibilidade de trazer os dois, apenas em momentos diferentes: “inclina-se o reitor para o Lasebikan e inclinam-se outros amigos para o Fagmagbe. A minha idéia que haveria de fazer as duas coisas, vindo sucessivamente a Bahia um e outro”¹⁰⁰. No início do ano seguinte reiterava sua inquietação ante a demora na resolução do professor: “gostaríamos bem de que o curso se iniciasse o mais depressa possível já que os outros nossos cursos, bem menos importantes para a Bahia já vão em bom andamento”¹⁰¹. Lasebikam, após

98 “Mas, veja você, a linguística é um tema de minha predileção, e sendo fornecidas condições viáveis e razoáveis, e há perspectivas para mim para o futuro. Considerarei com alegria assumir o posto na Universidade Federal da Bahia por alguns anos, pelo menos, antes de finalmente voltar à Nigéria. Estou certo de que encontrarei grande prazer em ensinar iorubá no Brasil.” Citação de Lasebikan retirada da Carta de Pierre Verger a Agostinho da Silva em 29 outubro de 1959. Tradução livre.

99 “Considerarei o pedido muito cuidadosamente, e eu gostaria verdadeiramente de expressar que meu motivo de desejar ensinar iorubá em sua universidade é que quero utilizar essa oportunidade para popularizar a cultura iorubá que amo tanto”. Carta de Fagmagbe a Agostinho da Silva em 30 de dezembro de 1959. Manuscrita.

100 Carta de Silva a Verger em 17 de novembro de 1959.

101 Carta de Silva a Verger em 14 de janeiro de 1960. Agostinho da Silva, mais interessado no intercâmbio com países do continente africano, referia-se ao curso de hebraico iniciado em 09 de novembro de 1959, como informava a Associação dos Israelitas na Bahia em 26 de outubro de 1959.

concordar com as condições de trabalho, foi escolhido para vir, cuja resposta positiva mandou em 01 de abril¹⁰². Já tomava aulas de português arriscando-se a escrever duas frases na nova língua a Agostinho¹⁰³. O curso, porém, não começaria de imediato. O professor escolhido precisou remarcar as datas. Não poderia vir em maio por conta de exames a serem realizados em Londres. Sairia de navio em 08 de julho e chegaria no dia 21 do mesmo mês¹⁰⁴. Certamente a inserção e titulação acadêmica de Lasebikam pesaram para sua vinda ao Brasil. O CEAO, em fase de instalação e sofrendo pressões por conta da oposição de setores dentro da Universidade, precisava legitimar-se academicamente e, para isso, os títulos se faziam importantes.

Essa ação marcou a Universidade da Bahia. Primeiro, pelo fato do professor ser um africano e por outro, porque seu curso foi disponibilizado a pessoas sem escolaridade, notadamente o povo-de-santo que, pela primeira vez na história da instituição, abria suas portas a população majoritariamente “bem humilde” (Silva, 1995, p. 7) e negra. Os terreiros estavam articulados com essa atividade e aguardavam ansiosos. Em 02 de abril de 1960, Jorge Manuel, da Federação do Culto Afro-Brasileiro, informava ao CEAO ter sido comunicado sobre o plano de intercâmbio Brasil-África e apoiava o curso de Lasebikam “cuja iniciativa essa Federação manifesta de logo seu apoio e propõe fazer sentir aos filiados dessa Federação a necessidade imprescindível do seu comparecimento para o aperfeiçoamento do idioma dos nossos antepassados”. Enviava a lista dos terreiros que faziam parte da Federação e solicitava ser informado da chegada do professor nigeriano com antecedência¹⁰⁵. Chateado por não ter recebido tal informação – a data da chegada do professor para homenageá-lo com uma recepção – o senhor Jorge Rocha, da Federação do Culto Afro-Brasileiro, reclamou a Agostinho da Silva, que, por sua vez, pediu explicações a Vivaldo da Costa Lima. Este, escrevendo num tom ácido, dizia não entender “porque o presidente da Federação devesse estar incluído naquele grupo”, revelando certamente uma divergência com o mesmo. “Deixo de repetir, aqui, a minha opinião pessoal sobre o referido cidadão e suas atividades junto

102 Carta de Lasebikam a Silva em 01 de abril de 1960.

103 Carta de Lasebikam a Silva em 15 março de 1960.

104 Carta de Lasebikam a Silva em 04 abril de 1960.

105 Carta de Jorge Manuel a Silva em 02 de abril de 1960.

às Casas de Santo da Bahia”, e solicitava que Agostinho da Silva respondesse tal “indiscrição e impertinência”¹⁰⁶

O professor Waldir Freitas Oliveira, integrado a equipe do CEAO como responsável pelo setor de cursos e intercâmbio, deixa entrever o impacto que as aulas de iorubá causaram na Universidade da Bahia, na comunidade de candomblé e nele próprio. Sua relativa distância do candomblé não o fez compreender o significado que a língua assumia para a identidade do povo-de-santo. O curso era resultado de uma articulação que incluía os terreiros, notoriamente os mais tradicionais que mantinham grande interlocução com intelectuais. Enxergou a iniciativa apenas como uma forma de prestígio, o que também acontecia.

Aliás, antes dele ir ele trouxe para Bahia um professor de língua iorubá, Ebenezer Latunde Lasebikan, que foi quem começou o curso de iorubá aqui na Bahia. E, logo depois do Lasebikan ter chegado já o Agostinho tinha ido embora e eu continuei o curso. E continuei o curso tendo uma surpresa porque no curso de iorubá, só se matricularam... Quando eu fui ver quem eram as pessoas que se matriculavam, não tinha nenhum estudante de letras, não tinha nenhum acadêmico, só tinha gente do candomblé que estava querendo aprender o iorubá para transformar o conhecimento da língua iorubá num canal de ascensão dentro do grupo de candomblé. Essa situação, inclusive, me fez ouvir uma coisa que a princípio eu me aborreci, mas depois eu concordei, do René Ribeiro, que era aquele antropólogo pernambucano. Uma vez a gente se encontrou no Rio de Janeiro, numa dessas reuniões do Itamarati referentes à relação Brasil e África, e disse: “como vai sua escola de pais-de-santos?” Me aborreci, mas, depois voltei para Bahia e compreendi que na realidade o curso de iorubá dado por Lasebikan era uma espécie de fortalecimento das casas de candomblé e não uma tentativa de compreensão da cultura africana. Porque o importante, a meu ver, naquela ocasião era, quando por exemplo, nós começamos os cursos [...] nós começamos a ensinar, sem exigir de quem se matriculasse qualquer tipo comprovação de instrução. Bastava saber ler e escrever, que podia se matricular no curso (Oliveira, 2004b).

As cobranças em torno da existência do curso de iorubá freqüentado pelo povo de candomblé na Universidade incomodavam ao professor Waldir Oliveira, ao ponto de afirmar, em outro depoimento que, após a citada fala maliciosa do Ribeiro, estudou “uma maneira de acabar com aquele curso” (Oliveira, 2004a). Para Lasebikan a experiência foi deveras marcante. Estudioso da língua, com livros publicados sobre o assunto, o impacto foi grande em trabalhar com um grupo que não estava interessado

106 Carta de Vivaldo da Costa Lima a Agostinho da Silva em 08 de setembro de 1960.

nas alterações que a língua sofreu, na maneira mais adequada de pronunciar as palavras ou suas regras gramaticais.

Brazilian Culture appears to me as a Culture of Cultures, constantly being further enriched by the development of the various aspects of the ethnic groups that go to make the Brazilian nation. The systematic study of African languages and cultures has only just started, and is bound to increase and development as time goes on. (...) What a further enrichment will be made of a Culture of Cultures! (Lasebikam, 1963, p. 79)¹⁰⁷.

Ao povo-de-santo interessava conhecer o significado daquela língua do jeito que se cantava nos terreiros e entender seu significado. Era a língua ritual, entoada nas músicas sagradas dos candomblés, não poderia ser simplesmente mudada a partir de novas regras. A língua, a semelhança do argumento em torno da comunidade de língua portuguesa, aparecia como elemento identitário poderoso na afirmação do povo-se-santo. O cuidado com que Mestre Didi, integrante da primeira turma do curso registrou cada lição, denota isso (Santos, 1988).

Não foi por falta de iniciativa e interesse que o iorubá foi a única língua africana ensinada nos primeiros anos do funcionamento do CEAO. Logo que se pôs a dialogar com as entidades e instituições em Portugal e Angola, Agostinho da Silva buscava contatos que pudessem atender os objetivos do Centro, aí incluído o ensino de línguas. Sua perspectiva de aproximação com a África visava a constituição de uma comunidade Luso-Brasileira. Logo, para o diretor as culturas oriundas dessas populações eram as mais caras. Nesse momento são reiteradas as dificuldades para o estabelecimento de relações com instituições educacionais, sem as quais tornava-se complicado encontrar estudiosos na área. O desconhecimento era tamanho que sequer referia-se a alguma língua em específico mas genericamente como “línguas bantas”

Doutor Sá Nogueira, filólogo, sub-diretor do Instituto de Línguas africanas e Orientais foi a pessoa indicada pelo secretário do Centro de Estudos Políticos e Sociais do Ultramar para tratar do ensino de línguas. Júlio Gonçalves solicitou que Agostinho da Silva endereçasse a carta a Moçambique pois o referido pesquisador lá estaria

107 “A cultura brasileira parece-me uma cultura de culturas, constantemente sendo enriquecida pelo desenvolvimento dos vários aspectos dos grupos étnicos que vêm a formar a nação brasileira. O estudo sistemático das línguas e culturas africanas apenas começou, e está destinado a aumentar e a desenvolver-se com o passar do tempo. (...) Quanto enriquecimento resultará para uma cultura de culturas!” Tradução livre.

cuidando da produção de um dicionário “Xi-ronga-português”¹⁰⁸. Após contato, Rodrigo de Sá Nogueira respondeu alertando que havia mais o que ensinar do que divulgar.

A África Banta, no seu aspecto lingüístico e etnográfico, é um riquíssimo manancial de elementos para o conhecimento da Humanidade. [...] Não como divulgação, mas como iniciação, com o objetivo de abrir o caminho a futuros investigadores, pode-se-ia abrir um curso de uma das línguas bantas mais estudadas, onde se mostrassem aos alunos as regras gerais da estrutura das línguas bantas. [...] Para isso é necessário encontrar bantista idôneo, e não sei se na Baía há bantistas. Aqui tem meu Amigo o que posso de momento dizer-lhe¹⁰⁹.

Agostinho animou-se com a possibilidade do ensino de uma das línguas banto. Escreveu ao vice-presidente da sociedade cultural de Angola, noticiando que queria criar o curso de banto “dado o interesse vivo que tal estudo representa não só para o conhecimento de um dos aspectos mais significativos da África mais ainda para o melhor entendimento de muitas das sobrevivências africanas entre nós”¹¹⁰. Mesmo sabendo que na Bahia “o interesse maior seja pelo iorubá”, sugeria que Sá Nogueira fosse “o inaugurador da atividade”. E, ciente da escassez de tempo, apresentava como alternativa a vinda de algum nativo: “haverá algum elemento banto nativo com cultura suficiente para ensinar sua língua no Centro”¹¹¹? Agostinho da Silva, considerando a possibilidade de trazer o referido pesquisador, conversou com o reitor, mas isso não resultou num acerto¹¹². Um curso de língua banto, mais precisamente o kikongo, só ocorreria na década de 1970, em uma conjuntura completamente diversa no CEAO¹¹³.

108 Carta enviada por José Júlio Gonçalves a Agostinho da Silva em 07 de outubro de 1959.

109 Carta de Rodrigo de Sá Nogueira a Agostinho da Silva 26 de outubro de 1959.

110 Carta enviada por Agostinho da Silva a Henrique Duarte Fonseca em 05 de fevereiro de 1960.

111 Carta enviada por Agostinho da Silva a Sá Nogueira em 21 de novembro de 1959.

112 Carta enviada por Agostinho da Silva a Sá Nogueira em 14 de janeiro de 1960.

113 O curso de Kikongo, ministrado por Kazadi Wa Mukuna, ocorreu no CEAO após a assinatura de um Acordo de Cooperação que envolvia o CEAO e o Ministério das Relações Exteriores, dentre outros parceiros, em 1974.

1.8 Os primeiros “missionários culturais” do CEAO na África

Fazer o Brasil conhecido na África era o “segundo passo” dos planos do CEAO, através da criação de Centros de Estudos Brasileiros e do envio de professores. Esse objetivo foi nutrido desde os primeiros momentos do funcionamento do Centro. Enquanto nos países de língua portuguesa, Silva estimulava a criação dos Centros de Estudos Brasileiros, nos países da África ocidental, cujo intercâmbio era animado por Verger, o impulso foi dado no sentido de enviar um professor brasileiro. Assim escreveu “o ideal seria que pudéssemos fazer conhecer o Brasil vários nigerianos, ao mesmo tempo que professores brasileiros pudessem ir a Nigéria” para articular outras ações. “Poderiam pensar depois em um ponto na Nigéria para um centro ou núcleo de estudos, para onde remeteríamos bibliografia, gravações, fotografias, etc.” E submetia suas idéias ao parecer de Verger. “Não se esqueça de dizer se esta idéia lhe parece exequível”

¹¹⁴.

Essa iniciativa logo se deu. Vivaldo da Costa Lima foi o primeiro a seguir ao continente africano para cumprir os objetivos do CEAO. O odontólogo, natural de Feira de Santana, havia se formado na Universidade da Bahia e seguido para São Paulo para curso de especialização e alguns anos de trabalho. De volta à Bahia, já insatisfeito com a profissão, resolveu mergulhar nas ciências sociais.

Enfim, não estava na odontologia as minhas expectativas existenciais e pessoais. Voltei para cá – para Salvador. Por coincidência, nessa época, comecei a me interessar por estudos de Candomblé, ler, freqüentar. Eu já lia muito sobre o assunto e tive a compreensão muito grande de meu pai, de minha família, que não se preocupou em financiar, em manter novamente novos custos. Então eu voltei a São Paulo para estudar Ciências Sociais, para fazer curso de graduação, como eu já tinha um título universitário, naquele tempo era possível fazer outro curso universitário sem precisar vestibular. Era tudo muito fácil naquele tempo, porque não havia nenhuma concorrência profissional. Eu fui talvez o último profissional que se aproveitou dessa circunstância de trocar de carreira (Costa Lima, 2004).

Vindo de uma profissão socialmente prestigiada, aquela mudança radical motivada por insatisfações pessoais, era injustificada. Não seria o primeiro, Thales de Azevedo, anos antes, havia deixado a medicina para se dedicar a sociologia. Assim “fui ler, fui verdadeiramente um autodidata nessas coisas porque eu decidi estudar a cultura

114 Carta enviada por Silva a Verger em 17 de novembro de 1959.

brasileira e a cultura baiana e, portanto, fui estudando candomblé e essas coisas todas” (Costa Lima In *Correio da Bahia*, 10/04/05). Por seu turno, adentrar no universo da pesquisa e do ensino sem as qualificações necessárias – tinha apenas a graduação – marcaria sua atuação, no início, por incertezas, descrédito. Isso também explica seu pronto ingresso no CEAO, uma instituição nascente que carecia mais de pessoas que nela acreditassem e estivessem dispostos a contribuir do que de rigores científicos. Conheceu Agostinho da Silva no IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, como já é possível perceber, um momento em que o futuro diretor do CEAO articulava uma rede de pessoas – conhecidos e novos – para implementar seu projeto de ligações entre Brasil e África. Na festa no terreiro de Olga do Alaketu, parte da programação do evento, em que foram apresentados.

Aqui, na Bahia, depois quando eu voltei fui convidado pelo Reitor Edgar Santos para participar do grupo formador do CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais, que foi um centro criado pelo Professor Agostinho da Silva. Essa iniciativa do Agostinho da Silva revolucionou realmente a metodologia da pesquisa entre nós, porque nós éramos muito livrescos naquele tempo, e foi Agostinho quem nos deu a oportunidade de viajar, fazer trabalhos de campo. Na época vivíamos uma situação política de aproximação com a África e com os países africanos, mas se tratava também de um aspecto cultural, não é? Fui eu o primeiro professor a ir para a África por conta da Universidade Federal da Bahia, para fazer pesquisas e estudos na Nigéria, na zona de influência cultural maior aqui na Bahia, da região onde vivem os chamados Nagôs, entre outras etnias. (Costa Lima, 2004)

Na correspondência do Centro, a primeira carta destinada a Vivaldo da Costa Lima tratava-se de uma divulgação formal das aulas de hebraico, primeiro curso de línguas no CEAO¹¹⁵. No mês seguinte, em novembro, Costa Lima enviou-lhe um manuscrito de seis páginas, apresentando ao CEAO seus planos de trabalho para o intercâmbio entre Brasil e África. No texto, fez um esforço em expor os estudos que vinha desenvolvendo sobre “as sobrevivências religiosas africanas no Brasil”. Referiu-se ao guia por ele preparado para os participantes do IV Colóquio e publicado num formato de livro, o qual faria parte de um estudo mais amplo sobre a “história de uma casa de santo”, tipo de estudo que considerava “indispensável” para compreender “o complexo afro religioso afro-baiano”. Sugeriu uma revisão dos estudos afro-brasileiros

115 Carta enviada por Agostinho da Silva a Vivaldo Costa Lima em 27 de outubro de 1959.

realizados na Bahia, “de Nina Rodrigues a Pierre Verger”, trabalho que já vinha realizando nos últimos meses. Costa Lima apresentava suas principais problemáticas a serem abordadas no campo da antropologia e que mobilizava os pesquisadores baianos daquele período. Dessa perspectiva, via o trabalho a ser desenvolvido pelo CEAO. Ao final sugeria um setor de estudos etnológicos que ficaria sob sua chefia. Mas asseverava que toda essa pesquisa seria “racional” e não “amadorística”¹¹⁶. Não esquecia a sugestão da criação de um curso de língua iorubá na Universidade, proposta no IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros.

Costa Lima não era um estranho. Estava integrado com os professores da universidade que trabalhavam com artes e cultura. Pertencia ao grupo de intelectuais baianos do candomblé. No IV Colóquio foi apresentado a Agostinho por Nelson Rossi, diretor do Instituto de Fonética da UBa¹¹⁷. Na carta ao CEAO referia-se a uma recente exposição realizada em São Paulo, na qual participou como “funcionário” do CEAO, a convite do diretor da Escola de Teatro Martim Gonçalves. Naquela oportunidade seu trabalho foi de “caráter etnológico”: “disposição, identificação das peças e objetos religiosos afro-brasileiros”.

Pessoalmente, Agostinho da Silva havia conversado com Costa Lima, explicou-lhe o trabalho a ser realizado no CEAO. Convidou para ir à África. Seu relato permite compreender melhor o que um convite como aquele significava numa época em que o continente africano parecia muito mais distante. Ao aceitar seguir naquela viagem internacional, arrumada inesperadamente, cujos acertos deveriam ser feitos em cerca de quinze dias, em fins de dezembro, Vivaldo da Costa Lima tornou-se o primeiro pesquisador a integrar o quadro do Centro de Estudos Afro-Orientais.

O CEAO é que entrou comigo, eu fui o primeiro pesquisador do CEAO. Mas eu contei pra vocês que o Professor Agostinho da Silva, que teve a idéia da criação do CEAO, estava procurando pessoas, meio assim “marginais” na Universidade e suficientemente loucas para aceitarem um convite, o qual feito em uma praia em Itapuã, onde ele estava morando, e eu fui passar um dia com ele e ele convidou-me dia quinze de dezembro para uma viagem no fim do mês, depois do Natal. Naquele tempo, era uma coisa espantosa ir para a África, aquele tempo não é como hoje, não tinha telefone, essa linhas diretas de avião, não é? Você tinha que viajar para Dakar e daí para a localidade

116 Carta enviada por Costa Lima a Agostinho da Silva em novembro de 1959.

117 Nelson Rossi era professor da Universidade da Bahia e prestou grande apoio ao estabelecimento do CEAO. Isso garantiu maior credibilidade ao Centro dentro da instituição.

que nos interessava pesquisar. O Agostinho conta isso de uma maneira curiosa num dos livros dele¹¹⁸. Eu fui o primeiro louco, eu fui o primeiro funcionário contratado por Agostinho da Silva. (Costa Lima, 2004)

O destino era a costa ocidental, mais especificamente a Nigéria.

No plano internacional, o funcionamento do Centro baiano envidava esforços em duas perspectivas. Por um lado para a instalação de Centros de Estudos Brasileiros nos países da “Comunidade Luso-Brasileira”. Por outro, para contato e desenvolvimento de pesquisas em países da África Ocidental, área de interesse dos pesquisadores localizados na Bahia. A justificativa estava no campo de estudos das ciências sociais na Bahia dos anos 1950, o qual Costa Lima enunciou em seu plano de trabalho para o CEAO. Tributários dos trabalhos de Nina Rodrigues, Edson Carneiro, a chamada “Escola Baiana”, interessavam-se em aprofundar pesquisas a respeito de candomblés baianos cujas raízes estavam localizadas nos povos iorubás, oriundos da costa ocidental africana, notadamente Nigéria. Se o interesse de Agostinho da Silva estava mais voltado para África portuguesa, sua equipe interessava-se na África Ocidental. Daí, a proposta de que Costa Lima para lá seguisse a realizar pesquisas.

Este campo era trilhado por Pierre Verger, em constante interlocução com o CEAO, a exemplo da articulação para contactar os candidatos para o curso de iorubá. Conhecedor com larga experiência nas terras ocidentais africanas, foi em sua companhia que Costa Lima seguiu na empreitada iniciando uma amizade que duraria longo tempo¹¹⁹. As sugestões de Verger aos poucos convencia o diretor do CEAO da importância das relações da Bahia com aquela região do continente.

[...] estamos com o maior interesse em reativar as relações Brasil-África Ocidental, inteiramente convencidos de que há que formar um conjunto afro-brasileiro, numa extensão a domínios sociais, pedagógicos, econômicos e políticos daquilo que afinal é a história de várias famílias da África e do Brasil¹²⁰.

118 Edson Farias, pesquisador que realizou esta entrevista, lembra que Costa Lima faz referência ao texto “Da existência do CEAO” publicado no livro SIEWIERSKI, Henryk (Org.). *Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios*/Agostinho da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, pp 127-32.

119 35 cartas da correspondência enviada por Verger a Costa Lima, entre os anos de 1961 e 1963, foram publicadas na revista *Afro-Ásia*, 37, pp. 241-288.

120 Carta enviada por Agostinho da Silva a Pierre Verger em 02 de maio 1960.

Pedro Moacir Maia seguiu para a Universidade de Dakar em 1960 tornando-se o segundo pesquisador do CEAO a seguir para o continente africano com a missão de divulgar a língua portuguesa e a cultura brasileira. “[...] Grande especialista em arte baiana, em arte de azulejaria e em história da arte religiosa, membro da Academia de Letras da Bahia” (Costa Lima, 2004). Este leitor brasileiro ministrou também aulas de Literatura Brasileira. Sua experiência no Senegal está pouco relatada na correspondência do CEAO. No ano de 1960, quando seguiu, não nenhuma carta. Conheceremos um pouco mais de sua experiência no ano de 1961, abordada no capítulo seguinte.

Essas foram as duas importantes experiências que inauguraram um intercâmbio de pesquisadores brasileiros e baianos para pesquisa de campo no continente africano. Cabe lembrar que antes de Vivaldo da Costa Lima e Pedro Moacir Maia, o único brasileiro a pesquisar em terras africanas havia sido Gilberto Freyre.

2. O Centro de Estudos Afro-Orientais e política africana do governo brasileiro em 1961

Em 14 de outubro de 1959, portanto já um mês em funcionamento, Agostinho da Silva, fundador e diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais redigiu uma carta enviada ao candidato de oposição à presidência da República no Brasil. O então deputado Jânio Quadros havia feito declarações na imprensa a respeito da “urgente necessidade de se firmarem as relações entre o Brasil e os países da África e da Ásia”. De pronto, Silva comunicava-lhe a criação recente do CEAO na Universidade da Bahia e expunha os

propósitos de trazer conhecimento das referidas áreas ao Brasil para “incentivar a criação de Centro de Estudos Brasileiros nos pontos de maior interesse”. Como fez nas diversas cartas enviadas naqueles meses iniciais, divulgou o funcionamento de um Centro de Estudos Brasileiros em Lourenço Marques e o breve início dos trabalhos de outro Centro em Díli, no Timor Leste.

Ambos, Agostinho da Silva e Jânio Quadros enunciavam no Brasil a importância do estabelecimento de relações com países da África. Faziam parte do grupo de intelectuais e políticos que reclamavam nova postura do governo brasileiro em relação àquele continente no fim da década de 1950 (Sombra Saraiva, 1996, p. 43). O professor luso-brasileiro articulava ações, a partir da UBa, para efetivar um intercâmbio acadêmico: busca de contatos, troca de correspondências, aproximação com representações diplomáticas no Brasil, incentivo à instalação de Centros de Estudos Brasileiros, envio de pesquisadores brasileiros a países africanos. O candidato à Presidência, atento as redefinições do cenário internacional e importância de uma revisão do posicionamento do Brasil, anunciava em sua campanha uma preocupação que marcaria sua atuação no governo brasileiro.

Agostinho da Silva tinha nítida clareza das implicações políticas e econômicas que a aproximação de natureza cultural entre os países poderia desencadear. Essas preocupações estão presentes no documento enviado ao futuro Presidente da República:

Consideramos ser indispensável que o Brasil tome parte importante no desenvolvimento cultural, social e econômico dos povos africanos e orientais, visto ser praticamente a única potência que se pode apresentar ante eles sem que desperte quaisquer reações de desconfiança ou hostilidade. Além de tudo, pelo sincretismo, que já em grande parte realizou, de valores fundamentais das mentalidades européia, africana e asiática, o Brasil se deve considerar como o precursor de uma futura civilização no mundo e, como tal, deve desde já preparar-se para a sua função de guia¹²¹.

Importante destacar que a carta enviada ao futuro presidente apontava para argumentos fundamentais no processo de aproximação que se gestava. Em primeiro lugar, o fato de o Brasil estar à parte das disputas da Guerra Fria, o que o aproximava da postura das nações recém-independentes não alinhadas¹²². Depois, a miscigenação

121 Carta enviada por Agostinho da Silva a Jânio Quadros em 14 de outubro de 1959.

122 Preceito estabelecido na Conferência Afro-asiática de Bandung em 1955.

brasileira – apresentada por Agostinho da Silva como *sincretismo* - grande diferencial do nosso país a ser ensinado àqueles povos.

O Centro de Estudos Afro-Orientais não obteve resposta imediata de Jânio Quadros, como ocorreu com diversas outras correspondências de contato e divulgação encaminhadas pelo Centro. Isso não significa que seu trabalho fosse desconsiderado numa conjuntura cada vez mais significativa para as relações Brasil-África. O desenrolar do ano de 1960, nomeado pela Organização das Nações Unidas como “Ano da África”, decorrente dos diversos países que se tornaram independentes no continente africano, e a campanha e posterior eleição de Jânio Quadros com proposta de aproximação motivaram os partidários desse posicionamento a endossarem apoio à causa.

O diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes, cujo trabalho *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano* marcou em 1956 o retorno das discussões da África no Brasil, destacou na introdução à segunda edição (1960) o aparecimento de “homens esclarecidos” como o candidato da oposição, que, tal como clamava o diplomata, propunha revisão na política externa em favor da África (Bezerra de Menezes, 1960, p. 9). Logo no primeiro capítulo da nova edição, intitulado *Aproximações históricas e contemporâneas entre o Brasil e o Mundo Ásio-africano* uma alteração. George Agostinho da Silva, o “erudito professor”, é citado como um dos “brasileiros¹²³ de visão que se preocupam com os problemas da Ásia e da África” sob “a guia de seu ilustre Reitor, o professor Edgard Santos”. Não se sabe como Bezerra de Menezes conseguiu mais informações acerca do CEAO, já que não há, a partir da correspondência, evidência de contatos. O fato é que o diplomata estava atualizado em relação às informações que o diretor do CEAO havia lhe mandado na primeira carta redigida pelo Centro¹²⁴ pois, se referiu aos cursos em andamento como o de iorubá, a troca de livros e objetos folclóricos com países africanos e do incentivo aos Núcleos de Estudos Brasileiros como Luanda, Macau e Dakar (Bezerra de Menezes, 1960, p. 27-8). Agostinho, que há muito buscava contato com o referido autor, divulgou no informativo que passou a ser circulado em 1961, em inglês e português, aquelas referências que

123 Desde 1958, Agostinho da Silva possuía nacionalidade brasileira.

124 Carta enviada por Agostinho da Silva a Bezerra de Menezes em 08 de setembro de 1959.

significavam o reconhecimento do trabalho em curso no Centro. Buscou ainda divulgar o livro, do qual comprou 100 exemplares¹²⁵.

Desde que se propôs a criar um centro de estudos africanos, Agostinho da Silva buscou contato com as instâncias oficiais brasileiras. Prova disso é a referência registrada na carta ao Chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, Wladimir Murtinho, que foi informado das idéias do professor quando este ainda se encontrava na direção da Secretaria de Cultura de Santa Catarina. Naquela oportunidade não houve resposta “aos expedientes enviados”. No novo contato com Murtinho, em 08 de outubro de 1959, desta vez como diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais, Agostinho da Silva é preciso em relação ao que esperava daquela Divisão. “Parece-nos que uma colaboração entre nosso Centro e a Divisão Cultural seria extremamente útil para a definição de uma política cultural do Brasil nas áreas africanas e orientais”.

A definição de uma política para a África era indispensável para articular ações visando aproximação com o continente. Esta reivindicação era entoada pelos intelectuais e políticos cientes da importância do posicionamento brasileiro. Para o professor na Bahia as relações culturais tinham primazia nesse processo. Mas, o objetivo final era uma posterior aproximação política. O CEAO seria um instrumento para efetivar tal empreitada. Nas palavras de Thales de Azevedo, para Agostinho da Silva o CEAO

[...] seria um laço, um ponto de apoio e de ação, entre outros, que se espalhariam por um vasto ecúmeno, para a reconstrução espiritual e quiçá política de uma comunidade cultural originada no papel histórico dos lusitanos da época dos descobrimentos, concebida, porém, como uma aliança de nações e povos soberanos, desvencilhados das peias do colonialismo e assim mais aptos a uma coligação espiritual consentida, espontânea e sólida (Azevedo. *Afro – Ásia*, 1969, p. 137-8).

No trabalho inicial do Centro, nos anos de 1959 e 1960, o estímulo para a conformação de uma ação política na África foi anunciada explicitamente. No primeiro aniversário do CEAO, comemorado em 11 de setembro de 1960, Waldir Freitas Oliveira pronunciou uma palestra intitulada *Importância atual do Atlântico Sul*, publicada como um pequeno livro, em 1961.

Na correspondência emitida por Agostinho da Silva, o assunto foi abordado com os diversos interlocutores. A Murtinho, em 21 de março de 1960, disse que continuava a

125 Comunicação feita por Silva ao Reitor Albérico Fraga em 05 de julho de 1961.

divulgar conhecimentos sobre a África e sobre o Oriente, “[...] o que ajudaria em muito a preparar no público em geral uma consciência da importância desses países para o futuro do mundo e da importância que junto deles pode vir a ter a presença de instituições culturais do Brasil”. No relatório enviado ao reitor da Universidade da Bahia, Edgard dos Santos, em 03 de junho de 1960, apontou como um dos óbices ao estabelecimento do Centro “a falta daquilo que poderíamos chamar de uma filosofia da posição cultural do Brasil perante ao mundo afro-oriental” e concluiu ressaltando o trabalho do CEAO, por meio do qual “[...] poderia a Universidade, e por ela o Brasil dispor de um incomparável instrumento de trabalho para apuração das definições de uma cultura nacional e para sua expansão nas áreas em que o Brasil será fatalmente chamado a influir”¹²⁶.

A presença brasileira nesses países, para Agostinho da Silva, aconteceria prioritariamente por meio das ações de natureza cultural. A Péricles Madureira escreveu “[...] Temos a esperança que estes Centros de Estudos Brasileiros cuja criação estamos incentivando junto a entidades culturais de África e Ásia possam desempenhar para o futuro um papel importante na penetração cultural do Brasil nas áreas mencionadas”¹²⁷. Sua prioridade eram os países sob colonização portuguesa, destacando-se entre eles, Angola, um dos que mais buscou estabelecer contatos. O fator de aglutinação principal era a língua portuguesa. Ao diretor de cultura de Luanda explicou seu interesse em Angola. “Por outro lado, interessa-nos muito poder levar ao conhecimento dessas regiões, principalmente das de língua portuguesa tudo que se faz no Brasil”. Destacou a importância da relação com esse país. “Teremos o maior gosto em incluir no boletim toda a informação possível sobre desenvolvimento de Angola, cujas relações com o Brasil precisam de se tornar cada vez mais intensas e fraternais”¹²⁸.

Através da correspondência é possível compreender o que Agostinho da Silva entendia como o resultado a ser conquistado depois de estabelecidas relações do Brasil com os países da África (portuguesa).

126 Relatório enviado ao reitor Edgard Santos em 03 de junho de 1960.

127 Carta enviada por Agostinho da Silva a Péricles Madureira em 31 de dezembro de 1959.

128 Carta enviada por Silva ao diretor de cultura de Luanda em 29 de dezembro de 1959.

Se tudo desenvolver conforme o previsto, poderá o Centro ter uma importante atuação no estabelecimento de bases culturais que de qualquer modo poderão ajudar o Brasil a desempenhar as funções que, ao meu ver, devem ser de liderança junto dos povos da África e da Ásia, que, libertos agora do colonialismo europeu e portanto em reação contra os valores da Europa, não estão por outro lado inteiramente confiantes na segurança de suas próprias tradições culturais¹²⁹.

Acho que os outros virão a pouco e pouco e que vai ser um dos nossos grandes interesses não só o de receber ainda o que eles tem de cultura para nos dar mas o de lhes transmitir o que poderemos fabricar de original na assimilação da cultura européia. Creio por outro lado que o papel essencial do Brasil vai ser o de fabricar alguma coisa que tenha o melhor de um lado e do outro e a nossa própria marca de fábrica. Não creio que isto se consiga por síntese ou ecletismo: acho que temos que fazer uma coisa original e que depois ela será o melhor de um lado e de outro e uma solução para os problemas do mundo¹³⁰.

Nesse ideal de construir uma comunidade com uma cultura comum, um “jeito de vida luso-brasileiro”¹³¹, Agostinho demonstra, à semelhança de outros que escreveram naquele período como Bezerra de Menezes, que o Brasil deveria exercer sua influência de modo a garantir que outras nações não o fizessem primeiro. Era difícil àquele momento acreditar que os povos africanos podiam auto-governar-se. Para o referido diretor, eles não estavam seguros de “suas próprias tradições culturais”¹³². Implica dizer que a influência direta de Portugal deveria ser substituída pela do Brasil. A citação abaixo, mesmo incompleta¹³³, dá uma medida mais exata do que pensava Agostinho a respeito.

Acho que esses Centros são importantes pelo agrupamento que puder fazer a volta do Brasil e porque a experiência histórica e o jeito de vida luso-brasileiro, em que tanta síntese útil se fez, poderão ser assim levados ao conhecimento desses povos *sem que haja qualquer*

129 Carta enviada por Agostinho da Silva a Cyro dos Anjos em 09 de outubro de 1959

130 Carta enviada por Agostinho da Silva. Destinatário desconhecido. Em 03 de dezembro de 1959.

131 Carta enviada por Agostinho da Silva. Destinatário desconhecido. Em 30 de dezembro de 1959.

132 Carta enviada por Agostinho da Silva a Cyro dos Anjos em 09 de outubro de 1959.

133 A referida carta encontra-se sem a segunda página.

das reações que poderia haver no caso de elas serem apresentadas por [...] ¹³⁴.

A preocupação com a não-reação dos povos que deveriam receber influência cultural do Brasil não deixa de remeter a um processo de dominação cultural. Analisando a natureza das ações que propunha através do CEAO – montagem de salas de exposição com objetos *folclóricos*, montagem de Centros para aprendizado das línguas e difusão da língua brasileira, conhecimento de línguas africanas – é necessário associar uma espécie de atividade missionária com a qual o diretor do CEAO se identificava.

Angola foi um dos países que Agostinho da Silva mais despendeu esforços para estabelecer contatos. Este país era a colônia economicamente mais rica e, por conseqüência, mais importante para o governo português. Por outro lado, suas relações com o Brasil remontam a longas datas, sendo do continente africano, historicamente, o que mais manteve tivera contato. A importância das relações entre Angola e Brasil não foram desconsideradas nas cartas.

Mais tarde, pensamos que o Centro poderá organizar cursos, com professores nossos e daí sobre assuntos brasileiros ou de interesse conjuntamente para Angola e Brasil; e servir de base para estudiosos nossos aos atuais interesse a cultura de Angola, nos seus vários aspectos, inclusive no de relações com o Brasil, ponto este que nos parece da maior importância. ¹³⁵

Se relações culturais e políticas estavam sempre sendo discutidas nas cartas de Agostinho da Silva, pouco se falou sobre economia. Entre 1959 e 1960, partindo do CEAO, há apenas uma citação objetiva em relação a esse aspecto. Novamente tratando-se de Angola.

Espero também que em breve tenhamos um Consulado em Luanda, embora me pareçam sempre muito mais fecundas as relações que se estabelecem de pessoa a pessoa e, quanto possível de povo a povo. Seria excelente a ligação aérea Rio-Luanda e também que se *acertassem todos os pontos de relação econômica* entre este país e Angola. Angola tem de ser a contrapartida do Brasil no Atlântico Sul e

134 Carta enviada por Agostinho da Silva. Destinatário desconhecido. Em 30 de dezembro de 1959. Grifo meu.

135 Carta de Agostinho da Silva a Henrique Duarte Fonseca em 05 de fevereiro de 1960.

para tal é necessário que haja, simultaneamente com a comunicação espiritual *o acertamento dos interesses econômicos*¹³⁶.

2.1 O CEAO e a política africana do Governo Jânio Quadros

O ano de 1961 marcou a história política do Brasil. A ascensão do presidente Jânio Quadros operou uma grande mudança nos direcionamentos da política externa brasileira. Durante a campanha, Quadros já havia exposto a necessidade de aproximação com a África e, antes mesmo de tomar posse, sua decisão no caso Santa Maria¹³⁷ antecipou o diferencial nas ações da política externa brasileira, provocando grande repercussão.

Ao tomar assento no Ministério das Relações Exteriores, o senador Afonso Arinos apresentou a orientação nas relações externas brasileiras. Seu discurso reiterou a “soberania, democracia e paz” como os princípios norteadores da política internacional do país, e apontou as novidades em relação aos povos africanos e asiáticos.

O exercício legítimo da nossa soberania nos levará na política internacional a apoiar sinceramente os esforços do mundo afro-asiático pela democracia e a liberdade através do *apoio a todas as posições anticolonialistas*, de resistência a todas as formas de pressão contra o princípio da livre determinação dos povos, pelo esforço enfim pelo progresso das áreas e povos economicamente subdesenvolvidos¹³⁸.

As diretrizes de seu governo em relação à África foram anunciadas na conhecida Mensagem ao Congresso, do presidente Jânio Quadros, em 15 de março. O presidente afirmou que os laços com a África e a Ásia não eram menos importantes do que com os outros países e asseverou que não aceitaríamos “qualquer modalidade de colonialismo ou imperialismo”. Em relação a este ponto, sublinhou que o Brasil empreenderia esforços para que todos os povos “repetimos, sem exceção, atinjam sua independência”.

136 Carta enviada por Agostinho da Silva a José Marques Ferreira Vicente em 16 de novembro de 1959.

137 “Horas antes de tomar o assento presidencial, ele anunciou que o barco Santa Maria, que havia sido seqüestrado por opositores do regime salazarista, tinha permissão para atracar no Recife justamente no instante de sua posse”. Sombra Saraiva, 1996, p. 59. Esse gesto contrariou a expectativas do governo português de que os opositores fossem presos, evidenciando nova postura nas relações com Portugal.

138 Discurso pronunciado pelo senador Afonso Arinos. Diário do Congresso Nacional, seção II – Fevereiro de 1961. Sessão de 02/03/1961. Arquivo do Senado. Grifo meu.

As novas missões diplomáticas permanentes nos países africanos e uma comissão de estudos das nossas relações com a África eram os encaminhamentos para fortalecer a aproximação¹³⁹.

A reorientação da política internacional fazia parte da Política Externa Independente (PEI). Quadros e Arinos lançavam uma tentativa de multilateralização da economia brasileira, buscando outros países, incluindo do leste europeu. Apoiava-se, essa política, “na autodeterminação, a não-intervenção nos assuntos internos de outras nações, uma política de paz, desarmamento e coexistência pacífica” (Vizentini, 1998, p. 22). Sua implementação objetivava uma política externa mais sintonizada com o desenvolvimento nacional que, mesmo não desfazendo o tradicional alinhamento com os Estados Unidos, intentava, ao aproximar-se dos povos do sul, construir espaços de autonomia. Mesmo sem intenção declarada, o Brasil acabou por confrontar-se com os Estados Unidos, devido à aproximação com Cuba e países socialistas na África e Ásia¹⁴⁰.

A política africana do governo foi lançada. Entre suas ações constaram uma reforma administrativa do Itamaraty que incluiu a Divisão da África, a inclusão de um capítulo para assuntos africanos no relatório do Itamaraty, a criação de um Grupo de Trabalho para formular propostas para estabelecer vínculos econômicos e culturais com o continente. Começaram a funcionar as embaixadas brasileiras em Acra, Tunis e Rabat. (Sombra Saraiva, 1996, 64-5).

O argumento que fundamentava a investida do governo em direção ao continente africano e asiático era a formação étnica e cultural brasileira. Quadros, na referida mensagem, citou a nossa sociedade multi-racial. Para Arinos, os brasileiros seriam “eticamente mestiços e culturalmente mesclados” devido aos “processos de miscigenação”, cujo resultado foi a “nossa democracia racial que se não é perfeita como desejaríamos é contudo a mais avançada do mundo” (Arinos, 03/02/1961).

Esse argumento, já apontado pelo livro *O Brasil e o Mundo Ásio-africano*, subjazia a investida do governo em direção ao continente africano. A nossa formação cultural mestiça seria a justificativa para aproximação com os povos africanos. Jocélio Teles do Santos (2008) explica que a utilização do elemento cultural na política externa

139 Discurso pronunciado pelo presidente Jânio Quadros. Diário do Congresso Nacional, seção II – março de 1961. Sessão de 15/02/1961. Arquivo do Senado.

140 Em 19 de agosto de 1961, Jânio Quadros condecorou o ministro em Cuba, Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

não era novo, o diferencial do governo Quadros é que neste “a cultura brasileira, mais especificamente a de origem africana, se tornou elemento prioritário na implementação da política externa voltada para África e outros continentes” (Santos, 2008, p. 66).

E o CEAO nesse novo contexto? O Centro de Estudos Afro-Orientais sofreria alguma alteração naquele ano decisivo para as relações entre o Brasil e África? Se tomarmos como parâmetro a quantidade da correspondência trocada pelo Centro é possível argumentar que não: em 1961 foram trocadas a mesma média de cartas que do ano anterior, 1960¹⁴¹. Sua correspondência iniciou no mesmo ritmo que o anterior, mas a expectativa em torno do novo presidente e de “um período sobremaneira auspicioso” foi comentada na carta enviada por Agostinho da Silva a Hajime Mizuno, Tóquio, em 02 de fevereiro daquele ano. Ao final do mês de fevereiro, um diálogo mais consistente foi surgindo com as instâncias federais.

Em 24 de fevereiro foi dirigida uma carta a Wladimir Murtinho, o Chefe da Divisão Cultural do Itamaraty. Agostinho da Silva agradecia as “penhorantes referências que teve a gentileza de fazer ao trabalho deste Centro nas suas excelentes declarações sobre a política cultural do Brasil”. Não há uma indicação mais precisa do momento em que tenham se encontrado, ou quando tenham se falado. Na carta, o diretor, animado, enriquecia a sugestão de Murtinho em trazer estudantes africanos ao Brasil.

Permita a V. Exa. que dê especial relevo à sua idéia de que os estudantes africanos deverão fazer como que um curso intensivo pré-universitário que lhes dê idéia do complexo cultural brasileiro. Vem este seu projeto ao encontro de esforços nossos no sentido de se criar nesta e noutras Universidades Centros de Estudos Brasileiros que funcionassem em regime de pesquisa e de cursos intensivos e que pudessem, entre outras atividades, dar a devida informação sobre o Brasil a todos os bolsistas estrangeiros que viessem freqüentar as nossas escolas superiores. Creio que um curso de seis meses seria suficiente para tal objetivo [...].¹⁴²

Obviamente, sugeriu que os cursos preparatórios a serem ministrados para os estudantes africanos ocorressem na Bahia e no Ceará¹⁴³. Pensava também no movimento

141 Entre 1960 e 1961, o acervo do CEAO contém a mesma média de correspondência, cerca de 700 páginas.

142 Carta de Agostinho da Silva a Wladimir Murtinho em 24 de fevereiro de 1961.

143 Agostinho da Silva havia trabalhado na Universidade Federal da Paraíba, contribuindo para a instalação da Faculdade de Filosofia. “(...) exerceu atividades como docente na Universidade, teve experiências enriquecedoras no sertão, em plena seca de 1952-1953, que muito contribuíram para provocar mudanças no seu pensamento (...)

contrário, onde alunos brasileiros seguissem para universidades africanas, exemplificando possibilidades na universidade em que o CEAO matinha um leitor, o professor Pedro Moacir Maia. “Parece, quanto a este domínio está disposta a Universidade de Dakar a entrar em entendimentos com Universidades brasileiras”. Não esquecia qual o objetivo maior desta atividade. “o programa [...] dará os melhores resultados quanto a essa aproximação”.

Na oportunidade, aproveitou para dar realce ao trabalho desenvolvido pelo Centro no continente africano e expôs o trabalho realizado por Vivaldo da Costa Lima.

Quero ainda comunicar a V. Excia. que enviamos para a universidade de Ibadan o professor Vivaldo Costa Lima que já tem dois cursos de Língua Portuguesa em pleno funcionamento, vai abrir um pequeno Centro de Estudos Brasileiros e conseguiu na Rádio Nigéria um programa do Brasil, além de estar realizando em várias cidades do interior e integrados no Extra Mural Department da universidade séries de palestras sobre a cultura brasileira [...] seu trabalho pode ser de alguma atividade para a futura representação diplomática em Lagos. [...] tomaria a liberdade de aproveitar a sugestão de que se estudasse qualquer fórmula de a Divisão Cultural nos ajudar neste empreendimento, além de tudo muito importante por¹⁴⁴.

Quase simultaneamente, Agostinho da Silva mandou uma carta a Costa Lima contando-lhe as novidades. Assim, Costa Lima soube que seria efetivado como leitor brasileiro em Ibadan, que os acordos culturais para a vinda de bolsistas iriam começar a ser negociados naquele momento e o Grupo de Trabalho do Itamaraty incluiria a Nigéria no seu plano. “Murtinho foi informado pessoalmente e de viva voz por mim de todo o seu trabalho na Nigéria e sabe perfeitamente qual o valor dele”. Recomendou-lhe que escrevesse diretamente ao Murtinho. “Tome as iniciativas que lhe parecer melhor, faça o que lhe parecer bem. Apoiarei tudo [...]”.

Sobre o intercâmbio de estudantes africanos para universidades brasileiras, apresentou-lhe a proposta inicial discutida no Itamaraty.

Vamos ver o que se consegue quanto a bolsa de particulares. Logo que haja possibilidade, verei se é possível dar-se qualquer apoio as escolas secundárias daí. A idéia do Itamaraty é trazer africanos para aqui uns seis meses antes da abertura da Universidade [de Brasília],

Tudo isso passou a influenciar ações futuras, tanto no plano pessoal como institucional e na sua produção intelectual (...). Depoimento de Francisca Neuma Fechine Borges In *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Op. Cit. p.151.

¹⁴⁴ Carta de Agostinho da Silva a Wladimir Murtinho em 24 de fevereiro de 1961.

para que eles recebam um Curso de Língua Portuguesa, um curso sobre o Brasil e as adaptações que tiverem que ser feitas quanto a currículo secundário. Mas calculo que aqueles sulinos são de tal ordem que pretendem levar o curso para Campinas. Está se tentando ainda que o curso se realize aqui em sistema de internato, ficando os vinte africanos (que virão da Nigéria, do Gana, do Senegal, do Togo e do Daomé) justamente com igual número de estudantes brasileiros. [...] Acho que se agüentarmos agora a frente, tal como ela está, teremos os cursos para o resto do planejamento. Oxalá consigamos logo pôr isso funcionando e se abram perspectivas para coisa semelhante quanto a estudos orientais.¹⁴⁵

Pelo exposto, Agostinho da Silva participou ativamente das discussões com o Itamaraty no referido Grupo de Trabalho, apresentando-lhe sugestões e ressaltando o desempenho dos pesquisadores do CEAO na costa ocidental. O esforço era garantir a participação nos projetos do Itamaraty, como assegurar na Bahia o curso preparatório para os estudantes africanos, bem como conseguir apoio para as ações que já encontravam-se em andamento. Neste sentido era importante que a Nigéria, país alvo do interesse de Verger e Costa Lima, integrasse o rol dos países a serem contemplados com iniciativas federais. Isso não se faria sem disputas com outros grupos. Na carta é explícita a presença de outro grupo, nomeado apenas por “aqueles sulistas”, que disputava a primazia de realizar as ações deliberadas pelo Itamaraty. Para Agostinho da Silva era imprescindível potencializar o trabalho que já estava sendo realizado. Daí o grande destaque dado às atividades realizadas por Costa Lima. Podiam, naquele novo contexto, dar vazão aos planos estabelecidos. Assim Silva fortalecia as idéias de Costa Lima. “Excelente a idéia de que o Departamento de Estudos Brasileiros na Universidade da Nigéria seja o ponto de comando de todas as atividades nos países da Costa”. Mas, recomendava “não quero a política fora de suas mãos”¹⁴⁶.

Com a publicidade nos jornais, Agostinho da Silva mantinha uma preocupação que expressou a Costa Lima. Naquele início de ano, parece que não estava satisfeito com a cobertura baiana. “Tudo que tem saído nos jornais de elogio à ação do Centro e chamado a atenção do Governo para a ação pioneira tem sido feito praticamente a nossa revelia [...]”. Assim, por não estar de acordo, Silva informava que havia tomado o hábito de “ir lançando para o lixo as referências e elogios” porque depois “se fará a

145 Carta de Agostinho da Silva a Vivaldo da Costa Lima em 25 de março de 1961.

146 Carta enviada por Silva a Costa Lima em 25 de março de 1961.

mesma coisa com as censuras”. Na correspondência encaminhada por Vivaldo Costa Lima tomaremos conhecimento de qual notícia jornalística se referia o diretor.

Após o diálogo com as instâncias federais, Agostinho da Silva parecia haver mudado de idéia em relação aos Centros de Estudo nas colônias portuguesas. O empenho grandioso que despendeu para efetivação dos mesmos nos anos anteriores notoriamente havia arrefecido. Na carta enviada à Costa Lima, não se falou sobre os territórios sob colonização portuguesa, nem nas cartas subseqüentes. Ana Rolão que havia informado em outubro de 1960 o surgimento de um novo Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros em Benguela (Angola), recebeu em fevereiro de 1961 um retorno, sem a empolgação que caracteriza as cartas de Agostinho da Silva¹⁴⁷. Maria Conceição Nobre, diretora do Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros em Lobito, cuja criação foi incentivada por Agostinho da Silva e com o qual manteve regular troca de cartas no ano anterior, foi rapidamente informada das negociações com as instituições oficiais em 22 de fevereiro de 1961.

Na correspondência trocada com Vivaldo da Costa Lima, depois da reunião com o Itamaraty, Agostinho da Silva evidenciava novas idéias em relação aos Centros de Estudos.

Parece-me que tudo se devia pensar em torno da temática religiosa; que este estabelecimento nosso na África Ocidental deve ser fundamentalmente para apurar qual a mensagem essencial que ela e o Brasil se tem que transmitir; que se devia ter depois um Centro de Estudos Muçulmanos situado no Oriente Médio (vamos restabelecer o Califado de Damasco) e que um terceiro devia exatamente estabelecido da Ásia do Sudoeste no Bangkok para budismos e semelhantes. O que me parece importante em tudo isto é a organização da convivência religiosa¹⁴⁸.

O diretor do CEAO passou a dedicar uma atenção especial à diversidade religiosa da África e Ásia. Na comunicação apresentada no IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, quando expressou seu pensamento a respeito das *Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira*, a religiosidade tinha um papel importante na conformação da referida comunidade. Somente uma missão religiosa podia aglutinar mundos tão diversos. “Só essa missão religiosa será capaz de ligar os dois mundos

147 Carta enviada por Silva a Ana Rolão Preto Martins Abamo em 1961.

148 Carta enviada por Agostinho da Silva a Vivaldo da Costa Lima em 25 de março de 1961.

adversos de Oriente e Ocidente, ou melhor, de Europa e não-Europa, que hoje se defrontam”. A referência de religião que subjazia seu pensamento era um cristianismo franciscano praticado pelos portugueses medievais que deveria ser retomado para influenciar os outros povos. “(...) a missão essencial dos portugueses foi a de cristianizar o mundo, unindo os homens, chamando-os a uma plena fraternidade, tendo por ideal capaz de trazer a definitiva Redenção e a recondução ao Paraíso” (SILVA, 2009, p. 107). Ao caminhar para um “mundo definitivamente católico”, outras religiões foram pensadas de maneira hierarquicamente inferior por Silva. Assim citou a “heresia muçulmana” e referiu que seria “inútil a herança hebraica” (SILVA, 2009, p. 108).

Na conjuntura de 1961, a idéia central que motivou a fundação do CEAO por Agostinho da Silva, ou seja o estabelecimento da comunidade entre os países de Língua Portuguesa como evidenciou a análise da correspondência dos anos anteriores, não recebeu destaque. No Itamaraty, as deliberações da política africana não contemplavam de modo significativo a parte do continente africano correspondente às colônias portuguesas. Embora o discurso do presidente Quadros tenha sido enfático contra o colonialismo, a África ocidental recebeu grande destaque em detrimento dos “territórios ultramarinos portugueses” que continuaram sendo o ponto de inflexão da política externa brasileira¹⁴⁹. É notório que os primeiros encaminhamentos do Grupo de Trabalho do Itamaraty, divulgado por Silva na correspondência a Costa Lima, priorizava os países da parte ocidental do continente. O intercâmbio proposto abarcaria estudantes de países da Nigéria, do Gana, do Senegal, do Togo e do Daomé.

O primeiro semestre do ano registra viva comunicação entre o CEAO, através de seu diretor George Agostinho da Silva, com o Conselheiro Murtinho e com José Aparecido de Oliveira, secretário do presidente da República. Ao fim de março, dia 27, escreveu-lhe para informar que havia solicitado a Costa Lima o envio de um relatório. Na oportunidade, apresentava um pedido especial que o pesquisador Pierre Verger havia trazido do Daomé, “com apoio do Governo”. Os descendentes de brasileiros em Uidá solicitavam que o Brasil enviasse um professor para que não esquecessem a língua e mantivessem em contato com a nossa cultura.

149 Angola e Moçambique tiveram embaixadas brasileiras instaladas em suas respectivas capitais em 1961. Entretanto, com o início da guerra de libertação, em fevereiro de 1961, o Brasil que, inicialmente, condenava todo tipo de colonialismo, um mês depois divulgou que tinha “obrigações internacionais” para com Portugal. Ver Sombra Saraiva, 1996, pp. 76-89.

Murtinho respondeu-lhe no dia 12 de abril, com uma ótima notícia. O orçamento do Ministério das Relações Exteriores reservaria para o ano de 1962, a quantia de 1 (um) milhão de cruzeiros para o Centro. Um leitorado no Daomé, pensado a partir da solicitação trazida por Verger, poderia ser pensado para depois. O diplomata lastimou que os dois não tivessem se encontrado em Brasília. Agostinho da Silva, no dia 17 de abril, lamentou o desencontro igualmente e agradeceu a notícia do valioso apoio do Itamaraty.

A ida de Agostinho à Brasília foi uma nova oportunidade para tratar das questões africanas no Grupo de Trabalho. Poucos dias depois escreveu a Rafael Bazan, Presidente do Instituto Peruano de Altos Estudos Islâmicos, com qual iniciou seus contatos e, para tanto, apresentava um balanço das atividades do CEAO. Não é difícil entender porque procurou a referida instituição dado o interesse de Agostinho da Silva, desta vez, pela religião. Do CEAO, falou do trabalho desenvolvido desde seu início, da tarefa de promover o interesse das instâncias oficiais pelo intercâmbio cultural com África e Ásia. “Já conseguimos que fosse criado o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) e que o MRE iniciasse um serviço de Bolsas para estudantes africanos; ao mesmo tempo foram criadas seis novas embaixadas na África.” Não esqueceu de citar os leitorados e os centros de estudos brasileiros em funcionamento, incluindo o de Lobito e Benguela. Explicou que se “organizará o trabalho em três campos fundamentais: estudos sudaneses, indianos e muçulmanos”. Mantinha o interesse em manter contato com aquela instituição¹⁵⁰.

A deliberação para a fundação do Instituto de Estudos Afro-Asiáticos, Agostinho da Silva anunciou a Costa Lima como uma idéia sua: “Foi criado, depois de duas entrevistas minhas com o Presidente”. O IBEAA ficaria diretamente subordinado a presidência da República com três departamentos – econômico, político e cultural, sendo este último a cargo do CEAO. “Logo depois ordenou o Presidente que se constituísse um grupo de trabalho para estudar o intercâmbio com a África; o grupo ficou constituído pelo Ministro das Relações Exteriores, pelo Ministro da Educação, pelo nosso Reitor, pelo Murtinho e por mim”¹⁵¹. Dessa reunião resultaram propostas

150 Carta enviada por Agostinho da Silva a Rafael Bazan em 20 de abril de 1961.

151 Carta enviada por Agostinho da Silva a Vivaldo da Costa Lima em 10 de maio de 1961.

para aproximação entre Brasil e África que priorizaram o intercâmbio acadêmico e cultural.

1. Redação da minuta de acordo cultural com o Senegal, acordo este a adaptar a outros países; por ele se cria uma cadeira de estudos brasileiros na universidade de Dakar; quatro cadeiras de ensino secundário; um Serviço de intercâmbio de informações científicas; bolsas de estudo para africanos aqui e postgraduados em África; ida anual de dois professores nossos interessados em política, antropologia ou ciências, inclusive a lingüística; estabelecimentos de programa de rádio. 2. Estabelecimento de um plano de estudos oceanográficos em geral para o Atlântico Sul com a colaboração de nossas estações e das estações africanas. 3. Ida do navio-escola “Custódio de Melo” transformando em Centro Cultural Brasileiro para um Périplo da África. (...) 6. Quanto ao meu nobre Amigo, o Itamaraty lhe atribuiu subsídio de Leitor desde janeiro do ano corrente e espera comunicação sua de trabalhos efetuados etc.¹⁵²

Deste modo, através das informações emitidas por Agostinho da Silva, sua participação foi efetiva na consecução de planos postos em prática pelo Itamaraty para efetivar a aproximação aos países africanos. José Aparecido de Oliveira, o secretário do Presidente da República, enfatizou em seu depoimento “a influência que o professor Agostinho da Silva teve na formulação da nova política exterior do Brasil no período” (Oliveira In. Amandio; Agostinho, 2007, p. 280) e lembrava a ausência dessa participação nos documentos do Itamaraty¹⁵³.

2.1.1 O CEAO e o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos

O IBEAA teve sua criação registrada naqueles dias. Segundo José Maria Nunes Pereira Conceição, isto se deu através do Decreto 50.465, de 14 de abril de 1961, tendo como função principal colaborar com o Itamaraty no planejamento de relações culturais entre o Brasil e os países da África e da Ásia (Pereira, 1991, p. 86). Sombra Saraiva (1996) destacou que o Itamaraty estaria, através desse instituto, ligado à academia para

152 Carta enviada por Agostinho da Silva a Costa Lima em 10 de maio de 1961.

153 No Arquivo de Documentação do Itamaraty (CDO), Setor de Séries, não há referência alguma sobre Agostinho da Silva.

acompanhar politicamente as conjunturas africanas e asiáticas (p. 94)¹⁵⁴. Através desta instituição, Agostinho da Silva e o CEAO manteriam ligações com a Presidência da República.

Entre março e abril, diversas foram as resoluções que colocavam em relevo o trabalho do CEAO na política africana. De modo contrário, o mês de junho seria marcado por importantes frustrações. A empolgação inicial de Agostinho da Silva com o instituto criado com seu incentivo, daria lugar em 08 de junho, à sua incompreensão em relação à “pessoa designada para África”. O assunto foi comentado na carta que escreveu a D. Lavínia Augusta Machado agradecendo-lhe sua franqueza. Sem citar nomes, o diretor do CEAO ponderou que as pessoas boas e más estavam misturadas e “o melhor ambiente para aquela pessoa não era, evidentemente, a Bahia”. Continuou

[...] por outro lado, para ela o candomblé não é como para nós um assunto de pesquisa religiosa ou social, mas efetivamente uma religião, e que é exatamente um dos lados bons do seu caráter o que o faz adotar por vezes atitudes francamente agressivas contra as pessoas que ele suspeita terem uma atitude de expectador. Eu próprio fui vítima de coisas semelhantes [...]¹⁵⁵

O contexto desta carta de Agostinho está ligado às designações das pessoas que integrariam o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, feitas pelo Presidente da República. Eduardo Portella foi o intelectual escolhido pelo presidente Jânio Quadros para dirigir o IBEEA, ou seja, a “pessoa designada para África”. A associação das afirmações da carta à Portella não se faz no vazio. Baiano, Portella estava ligado ao candomblé, religião a que Silva se refere na citação anterior. O crítico literário havia escrito naquele ano o livro *África: colonos e cúmplices* (1961) no qual apresentava “críticas mordazes” em relação à política exterior do período definida como “conservadora, estática e racista”¹⁵⁶.

Jarbas Maranhão publicou em 1962 dois pronunciamentos que fez no Senado Federal sobre às relações do Brasil com a África. Em *Brasil-África: o mesmo caminho* (1962) explicitava “inquietações” em relação à política exterior que deveria “buscar

154 Segundo Sombra Saraiva, O IBEEA incentivou o governo à aproximação com a África. Por sua simpatia aos governos africanos socialistas, sofreu grande oposição dos grupos contrários àquela aproximação. Sua existência foi interrompida com o golpe civil-militar de 1964. Ver Sombra Saraiva, 1996, p. 94.

155 Carta enviada por Agostinho da Silva a Lavínia Machado, em 08 de junho de 1961.

156 Ver Sombra Saraiva, 1996, p. 49.

critérios de convivência internacional próprios, independentes, e elaborados da perspectiva atual do nosso desenvolvimento”. O primeiro texto refere-se à fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos e a nomeação de Eduardo Portella como diretor. Sobre o IBEEA, ressaltou a função de estudar e se aproximar dos países africanos. Muitos elogios foram tecidos para o diretor. “A figura jovem, credenciada por todos os títulos para o cargo”; “uma das mais pujantes afirmações, entre os intelectuais brasileiros da nova geração”¹⁵⁷.

Destacou, na trajetória de Portella, a formação em direito no Recife, a especialização em universidades européias, a redação de ensaios como instrumento de ação, tanto os literários como políticos¹⁵⁸. Registrou com ênfase o trabalho como crítico literário anotando palavras de Gilberto Freyre: “um crítico literário com qualidades que raramente se combinam”¹⁵⁹. O livro de Portella discutindo diretrizes para a política externa brasileira parece uma exceção em sua obra. Há que se considerar influências do *Jornal do Comércio* onde trabalhou sob a direção de San Tiago Dantas, diplomata considerado o arquiteto da política externa implementada por Jânio Quadros. O fato é que Portella havia apresentado com tenacidade sua opinião em relação às relações Brasil-África, o que fatalmente corroborou para a escolha como diretor do IBEEA.

Uma boa oportunidade para entender a relação entre Eduardo Portella, Agostinho da Silva e Waldir Oliveira, é um episódio narrado por este último. Após o anúncio de que o governo federal enviaria pessoas para as embaixadas na África, Waldir Oliveira explicou que no Rio de Janeiro “um grupo de intelectuais brasileiros apropriou-se dessa idéia e tentou tirar proveito dessa idéia” (Oliveira, 2004b). Nesse momento não é possível delinear com maior precisão qual a natureza da relação entre Agostinho da Silva e Portella antes da nomeação deste, mas não há nenhuma carta partindo de Agostinho da Silva dirigida ao Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. Para Waldir Oliveira, à época chefe do setor de cursos do CEAO, os dois centros rivalizaram-se. Assim, narrou um episódio em que por pouco, devido a essa competição, os dois não chegaram à luta corporal.

157 Jarbas Maranhão. *Brasil-África: um mesmo caminho*. São Paulo, Editora Fulgor, 1962. p. 21.

158 Jarbas Maranhão, Op. Cit. p. 21.

159 Jarbas Maranhão, Op. Cit. p. 22.

[...] E, o CEAA¹⁶⁰ nasceu com um livro miserável, infame, chamado *África: colonos e cúmplices*, que foi assinado pelo primeiro diretor do CEAA, um homem que está vivo e que se chama Eduardo Portella. Bem, acontece que quando os dois centros começaram a funcionar, certa noite eu recebi um telefonema de Eduardo... De Heron de Alencar, que trabalhava nesse tempo no *Jornal da Bahia*. Disse “olha, sabe quem está na Bahia?” “não.” “Eduardo Portella e tá precisando falar muito com você. Venha aqui pro jornal e daqui do jornal nós vamos pro Hotel da Bahia onde ele está hospedado”. E aí fomos. Quando eu cheguei lá o Eduardo Portella me fez uma cantilânaria muito grande dizendo que o George Agostinho da Silva era um fascista, que tava querendo renovar o imperialismo... Do império português, não sei o quê, e pererê... E que a atitude digna de homens de esquerda era combater o George Agostinho e que ele estava me propondo o seguinte... Sabia que era uma pessoa da inteira confiança do George Agostinho, mas que ele me propunha eu passar a informá-lo de todos os passos de George Agostinho para que ele pudesse agir e então eu respondi a ele da seguinte maneira “Portella, eu o respeito muito como crítico literário e sei do seu valor, mas, você como africanista nunca escreveu nada que prestasse. Esse seu livro *África: colonos e cúmplices* é uma merda!”. Ele partiu para me agredir. Isso se deu num dos apartamentos do Hotel da Bahia e se não fosse Heron de Alencar, que entrou para apaziguar, nós tínhamos ido aos tapas. Então, ao mesmo tempo um grupo de intelectuais amigos do Portella estavam tentando sabotar de todas as maneiras o trabalho de Agostinho [...] (Oliveira, 2004b)

Naquele mês de junho de 1961, outra decisão de Jânio Quadros afetaria sobremaneira o trabalho de Agostinho da Silva e do CEAO: a nomeação de Albérico Fraga em substituição a Edgard Santos para a reitoria da Universidade da Bahia. No mesmo dia 08 de junho, quando escreveu à amiga Maria de Vilhena, funcionária no Instituto Rio Branco, a respeito “da pessoa designada para África”, Silva escreveu a outro amigo, desta vez sem identificação, para o qual disse “Meu Ilmo Amigo. Parece que desta vez tudo que foi carro andou realmente contra nós; o Reitor contou-me como o dele falhou e o mesmo aconteceu comigo [...]”¹⁶¹

160 Embora o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) tenha sido fundado na década de 1970 como uma nova versão do IBEEA que funcionou entre 1961 e 1964, tanto o depoimento de Waldir Oliveira como registros nas correspondências do CEAO fazem referências ao CEAA em 1961, o que, aparentemente são a mesma instituição. Sobre a criação do CEAA ver José Maria Nunes Pereira Conceição. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – Um Estudo de Caso: O CEAA (1973 – 1986)* 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

161 Carta de Silva enviada em 08 de junho de 1961. Destinatário desconhecido.

No mês seguinte, Agostinho da Silva escreveu ao secretário da presidência, José Aparecido de Oliveira agradecendo um telegrama recebido e comunicava que estava “de regresso do Rio [de Janeiro], onde entrei em entendimentos com Dr. Cândido Mendes de Almeida sobre a instalação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos[...]”¹⁶². A relação de Agostinho da Silva com o IBEEA foi apresentada ao novo reitor, em 25 de julho de 1961. O diretor do CEAO enviou-lhe um relatório resultante da reunião na qual esteve no Rio de Janeiro, a convite de Cândido Mendes de Almeida, Chefe da Assessoria Técnica da Presidência da República¹⁶³.

[...] tenho a honra de comunicar a Vossa Magnificência o seguinte: 1. Vai ser instalado imediatamente o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, com sede em Brasília e sob a presidência do Doutor Cândido Mendes de Almeida. 2. O Instituto é orientado superiormente por um Conselho em que estão representados a Presidência da República, à qual o Instituto subordina diretamente, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação e Cultura, o nosso Centro, a Universidade do Brasil, a Universidade de Minas Gerais, a Universidade de São Paulo e o Instituto Joaquim Nabuco; 3. O Instituto contará com três Departamentos dos quais dois, o Político e o Econômico, serão instalados em Brasília, funcionando na Bahia o Departamento Cultural a direção do Machado Neto; 4. Este último Departamento deverá ter ao seu cargo, entre outras tarefas, a coordenação das atividades de estudos africanos e orientais nas várias Universidades; 5. Ficou estabelecido em princípio, dada as afinidades culturais da Bahia, que o nosso Centro se especializasse em África Ocidental, Sudanesa e Banto, Índia e China. 6. É intenção do Itamaraty que os diplomatas africanos admitidos à preparação no Instituto Rio Branco, por expressa determinação do Senhor Presidente da República, façam seu estágio de adaptação no nosso Centro, conforme projeto que em separado apresentarei a Vossa Magnificência. 7. Para que o Centro possa cumprir as suas missões de especialização e preparação de pessoal, torna-se necessária dar especial atenção à Biblioteca, o que, também em separado, tratarei perante Vossa Magnificência. 8. Parece que haverá dificuldades no recebimento da verba que, sobre o total da de excedentes do trigo, nos atribuiu o Senhor Presidente da República; efetivamente, as autoridades americanas não desejam que nenhuma parte dessa verba seja empregada em serviços culturais. Crê, porém, o Dr. Cândido Mendes de Almeida que será possível modificar esta resolução em ocasião oportuna. 9. De qualquer modo, seria conveniente que o nosso Centro tivesse, além de seu estatuto próprio, orçamento especial dentro do orçamento geral da Universidade; peço permissão a Vossa Magnificência para apresentar um projeto nesse sentido. 10. Como o Itamaraty continua com o projeto de fazer vir a

162 Carta enviada por Silva a José Aparecido de Oliveira, em 25 de julho de 1961.

163 Cândido Mendes foi o segundo diretor do IBEEA, “até pouco depois da implantação do regime militar, quando o instituto passou para a alçada do Itamaraty e, depois, foi extinto.” Conceição, 1991, Op. Cit, p.87.

Bahia os bolsistas africanos que virão cursar [estudos] superiores no Brasil, vai ser necessário, logo que se receba do Itamaraty comunicação oficial, preparar alojamento para os referidos estudantes que devem ser em número de vinte. [...] 11. Para preparação dos bolsistas africanos e dos diplomatas em estudos brasileiros. Torna-se necessário organizar com urgência um curso especial, que pode ficar funcionando no Centro, até que se crie o Instituto Internacional de Estudos Brasileiros. Desde que haja a necessária autorização de Vossa Magnificência, poderei apresentar projeto de organização e indicar os nomes dos possíveis professores¹⁶⁴.

Através deste relatório conclui-se que mesmo excluído da diretoria do IBEEA o CEAO conseguiu garantir, a seu cargo, a realização dos cursos preparatórios para os bolsistas africanos que viriam. “As afinidades culturais” foram citadas para justificar a manutenção de um trabalho que já vinha sendo desenvolvido para pelo Centro baiano, o conhecimento de culturas africanas e asiáticas. A novidade ficou por conta das dificuldades com as verbas, o que deixaria a realização das atividades condicionadas à aprovação do reitor. Vale ressaltar que uma das grandes vantagens da ligação direta entre o CEAO e o Itamaraty, como queria Agostinho através do IBEEA, é que as ações seriam por aquele órgão financiadas e, diante da situação exposta, a Universidade da Bahia teria que apoiar o CEAO. Algo que se revelaria muito problemático como veremos no capítulo seguinte. Agostinho da Silva, ao final, citou a criação futura de um Instituto Internacional de Estudos Brasileiros, para oferecer os cursos aos bolsistas e diplomatas africanos. Seria a alternativa encontrada para vincular-se ao MRE?

2.1.2 A missão do navio-escola Custódio de Mello

A idéia de um navio realizando um périplo pelo continente africano, levando a diversos países aspectos do Brasil para que este se fizesse conhecido, foi outra proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho do Itamaraty. Essa exposição flutuante, organizada pelo Itamaraty e Ministério da Marinha, foi considerada a iniciativa mais espetacular da política africana para Sombra Saraiva (1996, p. 66).

Quando escreveu as novidades a Costa Lima, em 10 de maio de 1961, Agostinho da Silva apontou a “ida do navio-escola Custódio de Mello transformado em Centro

¹⁶⁴ Carta de Silva ao reitor Albérico Fraga em 25 de julho de 1961.

Cultural Brasileiro para um Périplo da África”. Destacou, portanto, a natureza cultural de suas atividades. Através dos jornais, Agostinho da Silva soube que a proposta do navio-escola itinerante havia sido aprovada. Assim, escreveu a um amigo, Diretor da Divisão Cultural no MRE, em 15 de maio, pondo-se a disposição para colaborar na “organização interna do navio como Centro Cultural, quer quanto a material, quer quanto a pessoal”. Seus colaboradores sairiam da Bahia. “[...] D. Lina Bardi, ao saber da notícia, disse que teria o maior gosto em dispor o que se referisse à arte baiana”. Lasebikam, o professor de Língua e Cultura iorubá “estaria disposto a ir no barco durante o seu percurso pelos portos da África Ocidental; dado o fato de que já tem estágio no Brasil, acho que seria elemento extremamente útil”¹⁶⁵.

Silva tentou contato com outro participante daquele evento. Em 31 de maio, escreveu ao Ministro Dr. Jose Américo de Almeida. “Diante da possibilidade de ser designado embaixador itinerante a África” desejou-lhe “os melhores votos”. Não deixou de evidenciar a natureza que a mostra levada através do navio deveria priorizar.

Com V. Excia coordenando essas relações haveria a certeza absoluta de que elas se manteriam fiéis a verdadeira missão do Brasil quanto ao Terceiro Mundo que desponta, isto é que não poriam como fundamental a assinatura de tratados de comércio ou arranjos políticos mas as bases de construção de uma civilização mais humana do que aquela que o mundo viu ate hoje¹⁶⁶.

Mesmo, mais uma vez, mantendo o CEAO à disposição, não houve participação alguma na viagem realizada pelo navio-escola Custódio de Mello que priorizou as relações comerciais, como disse Murтинho, revelando seu descontentamento com o rumo tomado¹⁶⁷.

2.2 Leitores brasileiros na África Ocidental

165 Carta enviada por Agostinho da Silva ao “diretor da Divisão Cultural do MRE” em 15 de maio de 1961. Assinalada como “particular”.

166 Carta de Agostinho da Silva a José Américo de Almeida em 3 maio de 1961.

167 Carta de Murтинho a Silva em 15 de junho de 1961.

O trabalho realizado por Pedro Moacir Maia e Vivaldo da Costa Lima nas universidades de Dakar e Ibadan, respectivamente, desde 1960, era resultado de esforços, articulações e redes próprias anteriores as deliberações governamentais. Entretanto, com os novos posicionamentos assumidos pelo governo em 1961, Agostinho da Silva tinha a oportunidade de vincular o trabalho dos professores às instâncias federais. Sabemos que uma política assumidamente estatal de aproximação com a África era um das reclamações verificadas no final dos anos 1950, na qual Agostinho da Silva não somente fazia coro, como buscava articular e desencadear através do CEAO.

Diversas cartas foram trocadas por Vivaldo Costa Lima com o CEAO e com Verger, o que permite conhecer melhor sua estada nas terras africanas em 1961 do que com Pedro Moacir Maia, cuja correspondência no CEAO é escassa. Ambos mantinham-se informados a respeito das resoluções no Brasil, através de outros interlocutores e não somente o CEAO.

2.2.1 O trabalho de Pedro Moacir Maia no Senegal

No Centro de Estudos Afro-Orientais, ao longo do ano de 1961, há apenas uma carta enviada por Pedro Moacir Maia, do Senegal. Isto não significa que não houvesse uma troca regular de sua correspondência com o Centro. O fato é que, a partir do acervo consultado, emergem mais interrogações do que respostas acerca da atuação do professor. Uma interessante fonte para o conhecimento de seu trabalho em Dakar está numa reportagem da revista *Visão*, em 14 de setembro de 1962, cujo objetivo foi visibilizar a atuação daqueles professores – Pedro Moacir Maia, Vivaldo da Costa Lima. O título, *Três baianos na África*¹⁶⁸.

O repórter Márcio Alves caracterizou Maia como o “magricela de Dakar”. O professor era “um sujeito pequenino e magricela, agitado que leva o trabalho a sério durante as vinte e quatro horas por dia e se considera como um escritório de propaganda brasileira unitário e móvel”. O jornalista não faz referência ao CEAO, mas sabemos que o objetivo dos professores que seguiram ao continente africano, motivados pelo Centro baiano, nutriam o objetivo de divulgar o Brasil na África.

168 O terceiro professor não foi identificado. A hemeroteca virtual do CEAO apresenta apenas a primeira página da reportagem. Ver www.afroasia.ufba.br/hemeroteca.

Visão destacou a diversidade de material que Maia se utilizava para fazer o Brasil conhecido: “coleções de revistas”, “obras dos principais romancistas, poetas e sociólogos brasileiros”, “exposições de fotografias e recortes sobre nossa arquitetura e artes plásticas”. E não parava na busca por mais informações: “anda doido para conseguir um bom material fotográfico sobre a Copa do Mundo, a fim de apresentar uma exposição sobre o futebol brasileiro, que no Senegal, juntamente com o café, é o nosso produto de exportação mais conhecido”¹⁶⁹.

A respeito do curso ministrado na Universidade de Dacar, a reportagem esclarecia que “o curso de Literatura brasileira da Universidade de Dacar faz parte da licença de estudos ibero-americanos da Faculdade de Letras”. Nesse ponto emerge uma luz sobre como se deu a vinculação de Maia àquela Universidade. No caso de Costa Lima, as dificuldades de remessa do salário pago pela Universidade da Bahia para o exterior, que era realizada por seu irmão, foi motivo de grandes dificuldades para o estabelecimento da Universidade de Ibadan, como está relatado em suas cartas no início de 1961. A ausência de preocupação semelhante de Agostinho da Silva para com Pedro Maia evidencia que a Universidade da Bahia não era a única responsável por sua manutenção no Senegal. Sobre a referida licença de estudos Ibero-americanos não há mais informações. Mas, ao narrar um episódio entre seus alunos em Dakar, conhecemos um pouco mais do formato de seu curso que incluía alunos africanos e outros vindos do Brasil.

Recomecei o meu trabalho aqui, de volta da Europa, com mais interesse que nunca, sobretudo porque a nova turma de português é bem boa, e há cinco ou seis africanos, quase todos do Togo e Daomé. Tudo esta indo bem: pois encontro-me chateado, e preocupadíssimo, com uma coisa. Imagine: quando só tinham chegado dois porretinhas brasileiros, tudo estava ótimo, encontravamos-nos de vez em quando, sentavamos-nos no refeitório ao lado de todo mundo, etc. No dia 6 chegaram três meninas, e outro rapaz: houve um avanço dos rapazes franceses e libaneses sobre as meninas, e para melhor eficiência deste avanço, cercaram também os rapazes. Daí, é claro, colóquios, passeios, cinemas, praias... O que estava bem, se não passasse a haver também exclusividade ao sentar a mesa das refeições... Ficou tão escandaloso o fato de os brasileiros só andarem em grupos, em só com os outros...brancos, que começaram os murmúrios, e graças ao Pinto Bull, fiquei informado do que estava se passando. No entanto, desde a chegada de todos, recomendei-lhes, entre outras coisas, e acima de todas, estas: não sentem todos juntos à mesa, não fiquem constantemente em grupos isolados ou só com as minorias francesas! Não deram ouvidos e agora... Escrevi uma circular, grave, urgente e

169 *Visão*, 14 de setembro de 1962. Disponível em www.ceao.ufba.br/hemeroteca

confidencial, chamando-lhes a atenção, há dois dias. E há poucos minutos, interromperam-me dois gaúchos, para trazer-me um bonito lenço de presente de Natal... Disse-lhes que o presente que esperava era a confraternização com seus colegas africanos [...] ¹⁷⁰.

O relato do problema que vivenciava com seus alunos brasileiros que evitavam aproximar-se dos africanos em favorecimento dos franceses, expressa uma preocupação recorrente nos professores que se dispuseram a realizar um trabalho de divulgação do Brasil em países do continente africano: a comprovação da democracia racial brasileira, principal argumento da imagem internacional do Brasil. Nesta oportunidade o professor revelou como esse problema partia também da embaixada brasileira, através do novo funcionário, “o substituto do Carvalho – que detesta isso aqui e os... pretos” cujas “opiniões e impaciências” poderiam ter influenciado os adolescentes. O esforço em direção ao continente africano, através do estabelecimento de novas representações, não foi acompanhado por seus funcionários, cuja distância e repulsa em relação ao continente era compartilhado pela instituição na qual recebiam a formação. Essa discussão viria à tona com Abdias do Nascimento que declarou, no ano seguinte, que o Itamaraty era o primeiro a adotar o racismo, pois não tinha negros em seus quadros (Nascimento In: Diário Carioca, 28/04/62).

Desde o início das propostas para aproximação com a África, o Senegal se fez presente. Uma das primeiras resoluções anunciadas por Agostinho da Silva, após as reuniões com Grupo de Trabalho do Itamaraty, foi a redação do acordo cultural com o Senegal por meio do qual

[...] se cria uma cadeira de estudos brasileiros na universidade de Dakar; quatro cadeiras de ensino secundário; um Serviço de intercâmbio de informações científicas; bolsas de estudo para africanos aqui e pos-graduados em África; ida anual de dois professores nossos interessados em política, antropologia ou ciências, inclusive a lingüística; estabelecimentos de programa de rádio ¹⁷¹.

Esse acordo também deveria servir como modelo para ser estabelecido com outros países e, por ter trabalhado em sua construção, dele se orgulhava o diretor do CEAO ¹⁷². Com esse expediente, Agostinho da Silva reuniu professores disponíveis para

¹⁷⁰ Carta de Pedro Moacir Maia para Costa Lima em 24 de dezembro de 1961.

¹⁷¹ Carta de Silva a Costa Lima em 10 de maio de 1961.

¹⁷² Agostinho da Silva. *Afro-Ásia*, n 16, 1995, p. 7.

seguir a Dakar e também Ibadan. Solicitou ao secretário de Educação do Estado, Wilson Lins, que Yeda Antonita Pessoa de Castro, professora do Instituto Normal Isaías Alves, fosse designada para o leitorado em Ibadan e para prestar serviços do Laboratório de Fonética da UBa, com o professor Nelson Rossi de quem foi aluna¹⁷³. Waldir Oliveira apresentou a Wladimir Murtinho, o nome da professora Ana Maria Borges Duarte para dar aulas de Português no Senegal. O encaminhamento dos nomes dos professores disponíveis objetivava incentivar a Divisão a estabelecer um plano de trabalho para ser executado pelos professores que, ao total, seriam em número de quatro, como previa o acordo.

Em 4 de julho apresentou os nomes das pessoas disponíveis para seguirem ao Senegal designados pelo governo do estado. Além das referidas Yêda Castro e Ana Duarte, citou o professor Raimundo José Correia Duarte com bolsa de estudo da embaixada da França.

O destino de Yêda, assim como de seu esposo de Guilherme Augusto de Souza Castro, cujo trâmite para liberação da Agência de Correio e Telégrafos encontrava-se em andamento, era seguir para Ibadan, na Nigéria, em substituição a Costa Lima que seria encaminhado para a Embaixada em Acra¹⁷⁴. Em 28 de julho o CEAO apresentou a Murtinho mais uma candidata ao Senegal, Dilza Galvão Segalá: “A referida funcionária tem se dedicado em nosso centro de pesquisa sobre assuntos de etnologia religiosa e de aculturação africana no Brasil”. Ressaltou a importância de sua candidatura diante da escassez de pessoas disponíveis “Dona Dilza Segalá seria elemento de suma importância no estabelecer em África de uma representação cultural brasileira realmente atuante e plenamente integrada no ideário geral em que ela se alicerça”¹⁷⁵.

Depois desta carta, no final de julho, o assunto da viagem dos professores ao Senegal não se fez presente na documentação. O desenrolar dos acontecimentos em agosto, mudaria os rumos do governo e as ações para África. Vale salientar que o acordo cultural com o Senegal foi proposto em 1961, mas sua assinatura ocorreria três anos depois, quando da visita do presidente Leopold Sedar Senghor ao Brasil¹⁷⁶. Ademais, o

173 Carta de Agostinho da Silva a Wilson Lins em 12 de junho de 1961.

174 Posteriormente, em 1962, Guilherme e Yêda Castro seguiram para a Nigéria.

175 Carta enviada por Silva a Murtinho em 28 de julho de 1961.

176 Em setembro de 1964, Leopold Senghor visitou oficialmente o Brasil e foi recepcionado pelo diretor do CEAO em Salvador.

departamento cultural não deu grande ênfase para a implementação desta atividade, motivada mais pelo CEAO. Na carta de Pedro Maia, em dezembro daquele ano, nenhuma referência a professores vindos do Brasil.

O incentivo do CEAO para o ensino de língua portuguesa no Senegal teve uma resolução inesperada, ainda em 1961. Senghor oficializou o ensino do português no currículo ginásial. Segundo a revista *Visão*, essa resolução deu-se por conta do interesse daquele presidente pelo Brasil e do reconhecimento da nossa importância internacional. Ademais teria funcionalidade, pois no Senegal, naquele momento, “mais de 100 mil pessoas originárias de Cabo Verde e Guiné que falam português ou seu dialeto crioulo”. O argumento da aproximação cultural para facilitar a de natureza política se fez presente. “Essa oficialização de ensino de português poderá ser muito proveitosa para o futuro de nossas relações culturais com o Senegal e, por intermédio desse país, com as demais nações africanas de língua francesa”¹⁷⁷.

2.2.2 Itinerários de Vivaldo Costa Lima na África Ocidental

No início do ano de 1961 o ânimo foi grande para todos, por conta das alterações na política internacional do Brasil. Agostinho havia pedido a Vivaldo da Costa Lima que se aproximasse do MRE, através de relatórios de seu trabalho pioneiro em Ibadan.

Assim, na primeira carta do ano a Wladimir Murtinho¹⁷⁸, chefe da Divisão Cultural do Itamaraty, a atuação de Costa Lima foi destacada por Agostinho da Silva como importante “para a futura representação diplomática em Lagos” e sugeriu que “estudasse qualquer fórmula de a Divisão Cultural nos ajudar neste empreendimento”. O trabalho de Costa Lima “tem despertado o maior interesse pelo Brasil [...]”. Para reforçar a importância da presença de pesquisadores na Nigéria, um país que não figurava inicialmente nos projetos de aproximação, Silva recorreu ao argumento que motivava os pesquisadores baianos àquele país, qual seja, a “numerosa” presença dos descendentes brasileiros “que ainda falam português” e complementa com a importância política do país que “parece poder vir a ser pelo equilíbrio de todas as suas condições líder de grande parte da África”.

177 *Visão*, 14 de setembro de 1962. Disponível em www.ceao.ufba.br/hemeroteca

178 Carta enviada por Silva a Murtinho em 24 de fevereiro de 1961.

Por fim, o diretor do CEAO interrogava sobre a possibilidade de custeio para o material utilizado por Costa Lima em seus cursos e para as despesas de viagem de colaboradores do CEAO, a exemplo de Lasebikam, o professor de Iorubá, e pesquisador Verger, que seguiriam “às expensas da universidade” para um Congresso em Abdijan.

Vivaldo Costa Lima já estava informado das novidades do governo brasileiro. Seu irmão, Sinval Costa Lima, havia lhe enviado um recorte de jornal informando a “notícia animadora” que “estudantes africanos estudarão em Salvador”¹⁷⁹. Em 10 de março, Vivaldo da Costa Lima enviou carta ao CEAO, em busca de maiores informações sobre a proposta governamental e fazendo um panorama do “problema das bolsas”, na Nigéria. Para ele, deveria ser mantida a proposta inicial de três a cinco bolsas oferecidas pela Universidade da Bahia, patrocinada por instituições públicas ou privadas, como a Petrobrás, que teriam “a melhor das acolhidas”. Expôs a dificuldade para o acesso a cursos superiores no país. “O esforço do povo daqui para obter qualquer grau de instrução é realmente comovente. Há uma verdadeira corrida para as escolas técnicas e universidade...” Na Universidade, “com quem já falei neste assunto, me disseram que nada seria mais grato ao povo da Nigéria do que receber do Brasil este tipo de ajuda”¹⁸⁰.

No entanto diversas interrogações pululavam a respeito de como se viabilizaria o apoio do Itamaraty. Era necessário delinear qual a participação do CEAO e das articulações em andamento em Ibadan naquela empreitada. Quem ministraria o curso de português, quem selecionaria os estudantes.... Por fim e não menos importante, Costa Lima perguntou como se poderia conseguir do governo brasileiro um subsídio como leitor. Sua situação financeira por lá era delicada. Através desta carta, surge a informação de que a última remessa de dinheiro havia sido realizada por seu irmão, a qual aparentemente em excesso, era para durar até o mês de abril, quando receberia nova remessa. Não tinha um escritório apropriado na cidade – teria que alugar. Trabalhava na Universidade. Acaso fosse vinculado como leitor brasileiro em Ibadan teria direito a casa mobiliada e carro financiado mas, “não quis ainda aceitar [...] dada a instabilidade de minha situação aqui”. Agostinho anunciou que ele seria efetivado como

179 Este recorte anunciando a vinda de estudantes à Bahia entre fevereiro e março de 1961, não se encontra nos recortes disponíveis na hemeroteca do CEAO. Ver site www.ceao.ufba.br/biblioteca/hemeroteca

180 Carta enviada por Vivaldo Costa Lima a Agostinho da Silva em 10 de março de 1961.

leitor pelo governo brasileiro e enquanto o subsídio não chegasse recomendava que “é essencial que meu amigo se mantenha dentro do orçamento que podemos garantir ainda por algum tempo, os noventa e cinco mil, os quais, como sabe, valerão cada vez menos libras”¹⁸¹.

A atividade de um leitor era o que, de fato, Costa Lima já realizava naquela Universidade. Sobre seu vínculo, relatou Agostinho da Silva, em 27 de fevereiro, num memorandum ao reitor Edgar Santos. O referido professor encontrava-se na Universidade de Ibadan, Nigéria como “membro honorário de um dos halls da Universidade de Ibadan e está regendo dois cursos de língua portuguesa, um deles para o “sênior staff”, tem uma agenda de conferências sobre cultura brasileira, em várias partes do interior da Nigéria até outubro do ano corrente.

A articulação para a ida de Vivaldo Costa Lima àquela Universidade encontra-se nos contatos estabelecidos por Verger, como destacou Ângela Luhning¹⁸². Em diálogo com Agostinho da Silva e Vivaldo da Costa Lima, Verger compartilhou e colaborou nas idéias de aproximação da Bahia com a África Ocidental. Uma evidência foi a vinda do professor de iorubá em 1960.

Em 1961, Costa Lima dava aulas de português vinculado ao Extra Mural Department da Universidade. Atividade que, reconhecia, não era o melhor preparado. “Embora eu não tivesse nenhuma formação pedagógica nem didática para ensinar português...” (Costa Lima, 2004). Na carta do dia 10 de março ao CEAO, comentava suas dificuldades nesta tarefa.

Embora esteja dando aulas de português para ‘5 beginners’, e reconheço que com bom aproveitamento dos 230 alunos da UCI dos diversos departamentos – não é isto precisamente o meu campo, e reconheço também que me falta a necessária base linguística para continuar este curso além da fase de ‘beginners’¹⁸³.

Um manuscrito na margem lateral desta carta diz em letras garrafais “Urgente: livros primários de português: cons. Rossi”. Sua experiência no trabalho com línguas

181 Carta enviada por Agostinho da Silva a Costa Lima em 25 de março de 1961.

182 Ver Ângela Luhning. “Pierre Fatumbi Verger e sua obra”. *Afro-Ásia*, n. 21-22, p. 315-353.

183 Carta de Costa Lima a Agostinho da Silva em 10 de março de 1961.

vinha exatamente de um trabalho realizado anteriormente com o professor Rossi, quando colaborou no Instituto de Fonética, antes de engajar-se no CEAO¹⁸⁴.

Em relação aos planos de trabalho na Nigéria, reiterava que as contribuições do Itamaraty deveriam corroborar nos objetivos que vinham articulando desde o início do funcionamento do CEAO, o que, por sua vez, deveria garantir o espaço destes pesquisadores que já trabalhavam neste projeto.

[...] Não haveria, no futuro – que deve ser o futuro próximo de nossos planos já tão bem iniciados aqui – a possibilidade de dar-se a este núcleo da Universidade da Bahia em África uma situação segura e estável dentro na organização da Universidade? Seria o Dep; de Estudos Brasileiros na Nigéria ou Centro de Estudos Brasileiros na Nigéria o ponto de convergência de toda a atividade cultural nossa no oeste africano (Nigéria, Togo, Dahomey e Ghana). Um escritório geral em Ibadan, correspondentes locais nos territórios citados, uma revista mensal de informações; fichário de instituições na Costa e no Brasil, para entendimentos diretos etc. O que pensa o nosso Dr. Edgard a respeito? O que estou fazendo aqui, ou tentando fazer, é, o senhor bem sabe, “estudos brasileiros” com suas implicações e o mínimo de fronteiras, mas, pergunto, poderá a Universidade manter dois representantes na Nigéria? Não creio que, com as limitações de verbas, etc, isto seja possível, por mais importante e necessário que seja a execução de todo o plano. (...) Sei perfeitamente que o senhor, neste exato momento (...) está aí lutando pela sobrevivência do seu plano para o Oriente. Não devo contudo deixar de lhe fazer estes comentários de como também eu, de cá, entendo a situação. Não é estabilidade para mim, que eu procuro, é segurança para os nossos propósitos. O senhor sabe que a minha situação só me importa na medida em que possa assegurar a concretização do que temos planejado, o senhor e eu, para aqui¹⁸⁵.

Para Costa Lima era importante garantir o reconhecimento de seu trabalho na costa ocidental africana. A semelhança do episódio relatado entre Waldir Oliveira e Eduardo Portela, disputas em torno de quem realizaria o trabalho na África, seria motor de grandes desavenças. No mesmo dia 10 de março, enviou novo escrito a Agostinho da Silva, desta vez um bilhete, com um tom recheado de ciúmes e certa agressividade, pois, relendo os recortes do *Jornal da Bahia* enviado por seu irmão “vejo explícita a referência à missão do Moacir e do Milton Santos em Dakar, na entrevista do Murtinho [...] não inclui o trabalho iniciado aqui na Nigéria”. Questionava quais informações

184 Ver entrevista com Costa Lima, 2004. Desta experiência com Nelson Rossi foi publicado o “famoso e clássico trabalho *Atlas [prévio] dos Falares Baianos*, sobre a linguagem popular na Bahia”. [s.l.]: MEC/INL, 1963.

185 Carta enviada por Costa Lima a Silva em 10 de março de 1961.

foram passadas ao conselheiro e se as ações ficariam restritas a “Universidade europeia de Dakar”. Contra Milton Santos desferiu sua indignação “O problema é dizer o que já estamos fazendo e não permitir que uma besta qualquer venha estragar tudo aqui”. Finalizava informando que tentava ser incluído entre os pesquisadores da Fundação Ford, para continuar na África “mesmo quando eu for dispensado do meu trabalho aqui por falta de situação ou publicização¹⁸⁶ oficial...” e pedia desculpas pelo tom “meio indignado”.

A Verger, em 25 de maio, o diretor do CEAO contou as novidades e ponderou em relação à imprensa. “Minha repugnância por publicidade e vedetismo me aconselha a andar um pouco de largo...”. Aproveitou para exaltar o trabalho de Costa Lima. “Nosso Vivaldo prosperando em África: já é Leitor do Itamarati, multiplica-se em conferências e cursos, relações e viagens: está fazendo o trabalho de quatrocentas pessoas, no mínimo”.

Após essas cartas de Costa Lima há uma lacuna na correspondência por ele remetida. Duas cartas enviadas por Agostinho da Silva a Murtinho em junho e julho esclarecem à Costa Lima que, ao contrário do que reclamava, não ficou de fora das resoluções acertadas em Dacar. Segundo as informações apresentadas em 20 de junho, Costa Lima seguiu para a capital senegalesa, “dia 22 ou 23” ao encontro da missão diplomática e depois veio para a Bahia, como já estava acertado. Em 04 de julho, Agostinho levava ao conhecimento do conselheiro Murtinho estar “naturalmente de pleníssimo acordo” com “todos os magníficos planos que foram traçados em Dakar”, os quais lhes foram informados por Costa Lima. Desse encontro havia sido resolvida a ida de Vivaldo da Costa Lima para Gana, para atuar como adido cultural da embaixada brasileira a ser instalada.

A ida do Prof. Vivaldo para Gana seria excelente no caso de ficar realmente estabelecido que é esse país e não a Nigéria o ponto ideal para se estabelecerem contatos culturais entre África Oriental e Brasil. Vivaldo, pessoalmente lhe fará um relato de prós e contras, visto serem importantes os fatores de tranquilidade política, estabilidade e confiança dos outros povos africanos. Excusado será dizer-lhe de tudo quanto combinaram o que mais me entusiasmou foi a possibilidade de se montar em África alguma coisa semelhante ao nosso SENAI.¹⁸⁷

186 Palavra inferida na referida carta manuscrita.

187 Carta enviada por Silva a Murtinho em 4 de julho de 1961.

Um cargo na embaixada era realmente uma resolução muito animadora para quem já tinha passado por grandes dificuldades nas terras africanas. Agostinho da Silva, naquele mesmo dia, escreveu ao secretário da presidência, solicitando uma entrevista de Costa Lima com o presidente para que pudesse explicar suas idéias a respeito da política com os países africanos.

Tenho a maior honra em apresentar-lhe o Sr. Prof. Vivaldo da Costa Lima, leitor de nossa língua e cultura na Universidade de Ibadan e que realizou não só na Nigéria como ainda em Gana, em colaboração com o Ministro Correa do Lago, uma obra que é fundamental para o intercâmbio das duas culturas e para a liderança do Brasil nos países do ocidente da África. Reputo inteiramente indispensável que *fosse ouvido por Sua Excelência o Senhor Presidente*, dada a sua experiência dos assuntos africanos e as numerosas sugestões que poderia apresentar nesse campo de nossa política externa¹⁸⁸.

Não há nenhuma referência que esse encontro tenha de fato acontecido.

Mobilidade era uma constante na vida de Costa Lima pela região efetivando contatos, realizando cursos e pesquisas, participando de eventos. Importante ressaltar que Costa Lima continuava a empreender esforços para aumentar os contatos com Universidades, personalidades em outros países. Na primeira carta, enviada em 10 de março, informava que viajaria dias depois para Gana como “observador do CEAO da UBa [...] para assistir ao Congresso da Sociedade de Línguas Orientais, de lá mandarei logo o que interessar ao Centro, sobretudo os contatos com gente que valha a pena”. Naquela oportunidade teria uma entrevista com o Ministro da Educação. Um dia após a reação por conta do recorte do *Jornal da Bahia*, redigiu um novo bilhete a Agostinho da Silva referindo-se a contatos e noticiou a chegada de um telegrama confirmando entrevista com ministro da Educação em Gana¹⁸⁹.

Um material fotográfico de divulgação da Bahia foi recebido por Costa Lima em 13 de junho. Além de requerer fotos que mostrassem o desenvolvimento da cidade como fábricas, escolas, da Universidade, afirmava:

Gostaria entretanto - e isso será um ponto que decerto discutirei com o senhor diretor do Dpto de Turismo – que as mesmas mostrassem nossa realidade étnica com mais pormenores. Explico: as ‘senhoritas baianas’ que, com sua graça enfeitam as fotos, estão muito longe de

188 Carta enviada por Silva a José Aparecido de Oliveira, em 04 de julho de 1961.

189 Carta enviada por Costa Lima a Agostinho da Silva, em 11 de março de 1961.

corresponder a nossa realidade étnica. E na será aqui na África que irei mostrar fotos de louras paulistas e cariocas como ‘senhoritas baianas’. Tudo isto será contornado com legendas neste estilo: “Turistas do Sul visitam a cidade de Salvador, pois, mesmo a 3 senhoritas efetivamente baianas que identificamos nas fotografias, estão, evidentemente, posando de turistas. A complexa situação política e social das novas nações africanas não nos permite cometer equívocos dessa natureza, que, aqui, podem despertar reações imprevisíveis para os nossos propósitos¹⁹⁰.”

Estava em pauta uma problemática que Costa Lima estava atento. Se retomarmos às sugestões apresentadas pelo diplomata Bezerra de Menezes, em 1956, para que o Brasil se aproximasse do mundo ázio-africano, era necessário o “envio de professores [...] de preferência mulatos que soubessem mostrar a par de seus ensinamentos, o ponto de vista brasileiro em questões raciais” (Bezerra de Menezes, 1960, 332). A imagem do Brasil que seria veiculada nos países africanos era crucial para alcançar os intentos de aproximação. No entanto, o que essa experiência de Costa Lima evidencia é que não havia elementos das populações negras nos veículos de divulgação internacional, como os cartões-postais baianos recebidos. O governo brasileiro não desprezaria essa importante questão.

2.2.3 Imagem racial do Brasil e aproximação com Gana.

Gana foi um país que respondeu positivamente aos contatos do Centro de Estudos Afro-Orientais. Ao longo do ano de 1960, diversas correspondências foram enviadas pelo CEAO, em direção a instituições de Educação na África. Vale ressaltar o esforço de Agostinho da Silva neste sentido, pois, não havia muitas instituições de ensino superior no continente¹⁹¹. Uma carta de apresentação do CEAO havia sido enviada para o Ministério da Educação de Gana e foi respondida por Drake, em 23 de março da Universty College of Ghana, Legon, do Departamento de Sociologia. Informou ser de Chicago, estando temporariamente em Gana. Conhecia o trabalho de

190 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Freitas em 13 de junho 1961. Através desta carta, somos informados que Costa Lima viajaria para Salvador dia 22 e retornaria no final de julho.

191 Em 16 de fevereiro de 1960, Agostinho da Silva enviou uma carta de apresentação ao Makerere College, em Kampala, Uganda. Nesta, cita o ensino da língua Ronga, que nunca houve!

(Lorenzo) Turner no Brasil, “fazendo pesquisa em Folclore e Lingüística e contatos entre pessoas da Nigéria e Brasil.” Elue Walker, da mesma universidade recebeu publicações como “Plano da educação em massa em Ghana” as quais Agostinho agradeceu em 16 maio de 1960. Como sempre fazia, o professor perguntou se estava interessado em receber publicações brasileiras e sugeriu que, talvez, no futuro, se pudesse criar um Centro Estudos Brasileiros para facilitar a troca de material.

Outra estratégia foi enviar correspondência ao Ministério da Educação ou de Relações Exteriores dos diversos países nascentes. Deste modo, o Ministério das Relações Exteriores de Gana recebeu uma carta datada de 01 de dezembro de 1959 que foi respondida atenciosamente por E. O. Amui, Secretário Permanente do Ministério da Educação, em 03 junho daquele ano. O secretário indicou nomes de instituições que poderiam colaborar nos serviços culturais com o CEAO: Ghana Museum; Ghana Library board e Universty College of Ghana. Essa carta informava que o Dr. Nketia do Departamento de Sociologia da Universidade de Ghana, estudioso de música, folclore seria informado do trabalho do CEAO. A receptividade do Ministério foi coroada com sugestão da ida de um pesquisador interessados nesses assuntos para Gana.

It is also possible that as the work of the Universit's Institute of African Studies develops, your University might be interested in attaching a Research Fellow to the Institute to work throught Portuguese sources in Ghana, and individuals from working on the data relating to the possible cultural influences of Ghanaian types on Brazilian Cultures¹⁹².

Agostinho da Silva escreveu ao Sr. Nketia referindo-se a possibilidade de um trabalho comum entre o Centro ganense e a Universidade da Bahia “onde, como você sabe, existem muitos afro-brasileiros que são originalmente de territórios de Gana” e perguntava a possibilidade de mandar estudantes dele¹⁹³.

Vivaldo da Costa Lima, aproveitou sua estada na Nigéria para aproximar-se cada vez mais de Gana. Em 16 abril, Verger agradeceu as duas cartas recebidas, a de Gana e de Costa do Marfim¹⁹⁴. Em 10 de setembro, Costa Lima enviou carta a Waldir Oliveira e mandou recortes de jornal para que o CEAO publicasse no seu boletim. “O nosso

¹⁹² Carta enviada por E. O. Amui a Agostinho da Silva em 03 de junho de 1960.

¹⁹³ Carta enviada por Silva a Nketia em 31 de agosto de 1960.

¹⁹⁴ Carta enviada por Verger a Costa Lima em 16 de abril de 1961. *Afro-Ásia*, n. 37, 2008, p. 249.

Centro foi o único do Brasil (universidades) a ser posto na agenda para participação direta no Congresso a ser (sic). Estive longamente com esta gente toda, e com o Nana Nketsia Cobina IV (um dos mais importantes chefes Akan e vice-chanceler da U. de Gana), tive entendimentos muito vantajosos”. E adiante explica que tipo de acertos fez. “Os convênios incipientes com Gana serão assentados definitivamente com a minha ida” e portanto avisava: “estou saindo depois de amanhã para Gana onde passarei mais ou menos uma semana”¹⁹⁵.

Após o término do seu leitorado em Ibadan, em setembro de 1961, Costa Lima seguiria em outubro para atuar como Adido Cultural na embaixada brasileira a ser inaugurada em Acra. Para tanto, aguardava a vinda dos professores Souza Castro que dariam continuidade ao trabalho na Nigéria e que esperava ambientá-los em Ibadan. Como eles já estavam em atraso e Costa Lima não sabia exatamente quando chegariam, avisou “meu endereço a partir de 1º de outubro será: Braziliam Embassy, Box 2918, Acra, Gana”¹⁹⁶.

Seu conhecimento e articulação em Gana seriam imprescindíveis para a instalação do mais novo embaixador naquelas terras. Raymundo de Souza Dantas havia sido designado para instalar a primeira embaixada brasileira na África. Sua nomeação, por ser um jornalista e escritor negro, foi bastante criticada, fosse por não ser considerada a pessoa ideal para o posto, já que não era embaixador de carreira, fosse por ser considerado racismo às avessas, ou ambas as situações¹⁹⁷. Contudo, a ação do governo brasileiro era bem calculada. Gana era o centro do panafricanismo. Sob a presidência de Kwame Nkrumah, que proclamava “África para os africanos” o Brasil esforçava-se numa ação inédita buscando aproximação diplomática através de seu primeiro e, até então, único embaixador negro. O governo brasileiro tinha percepção da imagem negra que queria divulgar no continente africano.

As dificuldades que Souza Dantas enfrentou no Brasil não foram menores que as encontradas no continente africano. Em *África difícil: missão condenada*, Souza Dantas relatou parte dos problemas que enfrentou no novo país, por conta da não assistência do Itamaraty, oferecendo elementos para a compreensão de como a política

195 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 10 de setembro de 1961.

196 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 19 de setembro de 1961.

197 Sombra Saraiva, 1996, pp. 90-1.

africana do governo brasileiro se dava na prática. Assim, destacou a contribuição de Costa Lima para instalar-se em Gana em 1961.

tenho com este homem cheio de arestas e nós pelas costas uma dívida de gratidão, pois sua colaboração foi-me de grande valia logo que assumi o posto. Recebi dele, que na oportunidade começava o seu chamado leitorado na Universidade de Gana, a assistência que outros, como o secretário Corrêa do Lago, deveriam me ter dispensado por obrigação (Dantas, 1965. p. 40).

Costa Lima tinha tranquilidade em relação ao compromisso assumido com Dantas. Em 02 de outubro, quando retornou a Ibadan para esperar os Souza Castro, escreveu, “Passei 3 dias em Gana com o novo Embaixador e, embora meu trabalho lá não dependa diretamente da Embaixada, prometi ajudá-lo nesse início de missão [...]”. As articulações do professor rendia frutos com o Ministério da Educação pois, naquela oportunidade acertou “o convênio entre o Instituto of Languages do Ministry of Education de Gana e a Universidade da Bahia¹⁹⁸”!

Souza Dantas estava, com razão, animado ao assumir a “Embaixada de Acra a primeira Missão Diplomática brasileira efetivamente instalada na nova África Independente”¹⁹⁹. Mas, Costa Lima logo revelou suas impressões não mais animadas a respeito do novo trabalho como Adido Cultural. “Estou aqui credenciado pela embaixada numa nebulosa situação de Adido Cultural, pura metafísica, de resto, pois do cargo só tenho o trabalho que vinha realizando na Nigéria e estou começando aqui, patrocinado pela Universidade da Bahia”. Suas atividades em Gana concentraram-se na Universidade, muitas pesquisas pelos países vizinhos²⁰⁰, o trabalho de selecionar os bolsistas africanos para virem ao Brasil. De “política e diplomacia... duas coisas para o que não nasci e de que não entendo” já devia estar mesmo farto. Na carta, enviada em fins de outubro, Costa Lima sinalizou algo sobre o “caso dos angolanos”. Ao investigar esta história descobre-se que naqueles dias se encerrava uma situação que se arrastava e desgastava o Adido Cultural há dias.

198 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 02 de outubro de 1961.

199 Telegrama enviado da Embaixada de Acra para Ministério das Relações Exteriores no Brasil em 03 ago. 1961. CDO, Secção de Séries, Embaixada de Acra – Telegramas, 1961/2.

200 Souza Dantas destacou o trabalho de pesquisa empreendido por Costa Lima na costa ocidental africana. Ver Souza Dantas, 1965, p. 40-1.

2.2.4 O caso dos bolsistas angolanos

Desde os contatos realizados entre Agostinho da Silva e Maria Conceição Nobre, a professora ressaltou, mais de uma vez, a possibilidade de envio de estudantes angolanos para o Brasil. Quando da ofensiva brasileira para aproximar-se do continente e africano, desencadeada pelo Ministério das Relações Exteriores em 1961, os países de língua portuguesa, sob dominação colonial, não foram o alvo da ação governamental. O CEAO, que tinha em seu principal integrante, o diretor Agostinho da Silva, luso-brasileiro e lusófono, ao articular-se naquele ano com as ações do Itamaraty priorizou as atividades em torno da África Ocidental, mudando o foco dos países de língua portuguesa, região que até então recebia sua maior atenção, como evidencia a seção de cartas enviadas internacionais ao longo do ano de 1961.

Se naquele ano Angola esteve ao lado das ações de intercâmbio promovidas pelo Itamaraty e pelo CEAO, acontecimentos naquele país conformariam uma situação que confrontaria os diferentes agentes que afirmavam querer aproximar Brasil e África.

Primeiro de outubro foi a data marcada pra que Vivaldo Costa Lima assumisse o posto como Adido Cultural na embaixada em Acra, Gana, junto ao novo embaixador. Raymundo de Souza Dantas apresentou-se ao presidente ganense no dia 02 daquele mês. Ambos já estavam em Gana há dias, Costa Lima nas idas e vidas a Ibadan e Souza Dantas havia assumido o posto em 25 de setembro daquele ano²⁰¹.

O novo embaixador brasileiro viajaria em missão numa situação bastante conturbada. Os dias de sua chegada a Acra, entre 24 e 25 de agosto, foram marcados pela renúncia do presidente Jânio Quadros que o nomeou. Outro evento em Gana se destacaria. Dois dias antes, em 23 de outubro, o secretário Sérgio Corrêa do Lago telegrafava ao Brasil informando a chegada naquele país de 40 refugiados angolanos, protegidos pelo governo ganense²⁰².

201 “Assumi hoje” escreveu Souza Dantas ao Brasil em 25 set. 1961. Telegrama enviado da Embaixada de Acra para Ministério das Relações Exteriores no Brasil. 1961. CDO, Secção de Séries, Embaixada de Acra – Telegramas, 1961/2.

202 Telegrama enviado por Correa do Lago ao Brasil em 24 ago. 1961. CDO, Secção de Séries, Embaixada de Acra – Telegramas, 1961/2.

A partir de então, o governo brasileiro foi chamado pelo novo Adido Cultural, Vivaldo da Costa Lima, a acolher aqueles estudantes que fugiam da guerra colonial em Angola. Àquela altura já estavam definidas as vinte bolsas de estudo a serem distribuídas entre alunos de Senegal, Nigéria e Gana, sob a responsabilidade de Costa Lima, responsável pela seleção, e para tanto nomeado “Reitor de Estudos Brasileiros” (Costa Lima, 2004). Em função da nova situação, Costa Lima informou detalhadamente o assunto através de um resumo da situação enviado em 29 de agosto e um completo relatório datado do dia 30 ao Wladimir Murtinho, chefe da Divisão Cultural do Itamaraty²⁰³. Aguardava encaminhamentos. Os “47 estudantes angolanos” se dirigiram a Embaixada “solicitando ajuda para prosseguirem ou terminarem seus interrompidos cursos, no Brasil”.

Uma inflexão estava posta. O governo brasileiro havia articulado uma ação sem precedentes, enviando um embaixador negro à Gana. Mesmo que em seu discurso de posse, em outubro de 1961, o embaixador reiterasse “a posição de franco anti-colonialismo e de combate a discriminação racial” – dois argumentos que embasavam a política externa independente – já era conhecida a posição brasileira ambígua, nas votações da ONU em relação ao colonialismo português. O apoio dado à Portugal, justificado devido às “obrigações internacionais” que o Brasil dizia reconhecer para com os portugueses era mantido, mesmo no decorrer do ano de 1961 quando as lutas anti-coloniais estouraram em Angola. Evidência disso era a busca de refúgio dos estudantes angolanos. A pressão internacional contra os portugueses era cada vez maior. “Após a renúncia de Quadros, a questão angolana estourou nas Nações Unidas” (Sombra Saraiva, 1996, p. 81). É exatamente entre a renúncia de Quadros e a próxima reunião a ser realizada na ONU, quando se aguardava com expectativa o posicionamento do Brasil frente a Portugal, ocorreu o pedido de bolsas de estudos dos angolanos refugiados em Gana.

Essas bolsas, propostas desde a primeira reunião do Grupo de Trabalho do Itamaraty, em março de 1961, parecia uma atividade que não traria maiores implicações políticas. Atenderiam a função de demonstrar o interesse brasileiro em cooperar com a África e para tanto foram designadas a países independentes da costa ocidental como Gana, Nigéria e Senegal. Mas, a emergência da descolonização de Angola, explicitada

203 Informações apontadas na carta de Costa Lima ao Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, Secretário Geral da Política Exterior no Brasil, em 23 de outubro de 1961.

ao mundo através do início das guerras, evidenciaria ser necessário o Brasil se posicionar diante de tal situação. Por sua vez, se mantivesse o apoio aos portugueses, seria a prova cabal da insustentabilidade do discurso anti-colonialista e comprometeria a aproximação com o continente, iniciada com o estabelecimento da embaixada em Gana. Especialmente este país, ardente defensor da libertação do continente, estava interessado em saber qual a resolução do Brasil para o caso dos angolanos. O governo brasileiro não foi em busca de estudantes angolanos, mas estes vieram até o governo através do acolhimento em Gana. Como procederia nesse caso?

No Centro de Estudos Afro-Orientais, para onde enviava correspondências, não há nenhuma carta enviada por Costa Lima tratando abertamente do assunto. Esse assunto aparece em cartas pessoais de Costa Lima a dois interlocutores do Centro de Estudos Afro-Asiáticos localizado no Rio de Janeiro²⁰⁴: Sérgio Albuquerque de Mello e Jorge Amado. Em 09 de setembro, Mello informava que fariam o que estivesse ao alcance para auxiliar os 47 angolanos e “precisam de dados precisos sobre a ação portuguesa em Angola, para que possamos fazer uma campanha em prol de sua libertação”. Mandava informes sobre as arrumações políticas no governo após a saída de Quadros. Em 12 de setembro, Jorge Amado narrava à Costa Lima algumas das incertezas resultantes da crise política que afetava também as ações para a África. Não se sabia os direcionamentos da política externa, do Instituto Brasileiros de Estudos Afro-Asiáticos, da posição em relação a Angola na reunião da ONU. Disse “Pra mim essa posição é decisiva, pois, de toda política externa de Jânio, a compreensão do problema africano era a parte mais brilhante e fundamental. E, nesse problema, tudo será mentira e falsidade se não apoiarmos Angola, de pedra e cal”. Amado, se comprometia a “soltar na imprensa algumas notas sobre os bolsistas angolenses e o problema geral”, e Eduardo Portela enviaria alguns recortes sobre o assunto.

Os estudantes angolanos também foram assunto de uma pequena carta enviada por Agostinho da Silva, de Santa Catarina, a Waldir Freitas, que o substituíra como diretor do CEAO. “Embora a política de África vai continuar esperando”, os bolsistas viriam. Silva refere-se ao acolhimento do Brasil aos cinquenta bolsistas, “os tais de Gana”, e, mesmo que o professor estivesse afastado do CEAO, disse que o Itamaraty o

204 As quatro cartas enviadas pelos integrantes do CEAA fazem parte da correspondência pessoal de Costa Lima. Interessante que estejam no acervo do CEAO na secção de “recebidas nacionais”. Outras cartas citadas que informam a situação dos estudantes angolanos e chegaram ou partiram da Bahia não estão no acervo.

queria por perto, ou seja, pela Bahia. A vinda dos bolsistas parecia acertada. Dias depois, em 30 de setembro, Agostinho da Silva escrevia novamente a Waldir Oliveira e interrogava “Será que a Bahia vai ficar com alguns?”. Sua preocupação parecia estar associada ao fato de que a Bahia não deveria estar excluída no intercâmbio acadêmico com a África.

Em outubro, os interlocutores do Rio de Janeiro aguardavam os angolanos e buscavam “dados precisos sobre a ação portuguesa em Angola”, estudavam o estatuto do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) recebido e pensavam em traduzir e reproduzi-lo para distribuir no Centro²⁰⁵. É provável que o estatuto do Movimento Popular de Libertação de Angola estivesse em inglês e tenha sido enviado por Costa Lima.

Essas cartas informam outras redes nutridas por Costa Lima, que passavam pelo CEAO. Eduardo Portela e Waldir Oliveira mantinham rivalidades, no entanto, isso não impediu que o primeiro mantivesse diálogo, mesmo indireto, com Vivaldo da Costa Lima. Lembremos que Jorge Amado e Vivaldo da Costa Lima eram integrantes do mesmo terreiro, o Axé Opô Afonjá. Mais importante ainda é que criaram um espaço para discutir e circular material sobre um tema que era crucial em relação à África no início dos anos 1960: as lutas pela libertação colonial de Angola e o posicionamento ambíguo do governo brasileiro.

Na embaixada brasileira recém inaugurada em Acra, o embaixador Souza Dantas não havia trazido uma resposta a respeito do “caso dos angolanos”. Isso deve ter sido mais uma problemática que corroborou na sua *difícil missão* como narrou, posteriormente, embora não se refira a esse assunto (Dantas, 1965). Costa Lima acreditava ser uma obrigação do Brasil acolher os angolanos, já que havia estabelecido uma política anti-colonialista de aproximação com a África. Numa carta enviada em 27 de outubro a Waldir Freitas, no CEAO, referiu-se “ao peso total do caso político dos angolanos”. E informava mandar anexa uma cópia da carta enviada ao Itamaraty. Ressaltava sua impaciência com a postura brasileira e afirmava “Pelo tom você vê que já estou cheio da hipocrisia desses anticolonialistas de araque”. A carta não se encontra no acervo do CEAO. Foi encontrada na seção de cartas do Centro de Documentação do

205 Cartas enviadas por Sérgio Albuquerque Mello a Vivaldo da Costa Lima nos dias 08 e 09 de setembro de 1961.

Ministério das Relações Exteriores enviadas pela embaixada de Acra ao Brasil, em 23 de outubro de 1961.

O tom do texto é definitivo. A carta enviada ao Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, relata a situação dos 47 angolanos e se refere às diversas cartas e telegramas enviadas à Divisão Cultural. Costa Lima argumentava que os estudantes foram “forçados a aceitar bolsas de países socialistas” diante da demora da resposta brasileira. Como Souza Dantas não havia trazido a resposta esperada, ficaram sem dar explicações às pessoas que “diariamente os procuram na embaixada”. Então, buscando encerrar a celeuma por conta da indecisão brasileira, o adido cultural foi direto e explicativo.

A situação política da África de hoje [...] não permite certo tipo de hesitações sem que dúvidas e suspeitas surjam no plano das futuras relações entre o Brasil e as Novas Nações Africanas. Posso afirmar, Vossa Excelência que o Governo de Gana, por exemplo, que dá total assistência aos angolanos em Acra, está muito interessado em saber como o Brasil resolverá o delicado problema – inegavelmente político – das bolsas de estudos para estudantes angolanos no Brasil. Não serão apenas os discursos em boa hora pronunciados na ONU, pelo senhor embaixador Afonso Arinos, e as reiteradas afirmativas do senhor Ministro de Estado sobre o assunto, isto é, a posição anti-colonialista do Brasil em relação às chamadas províncias ultramarinas de Portugal, que irão dar a esse povo expectante, atento a qualquer movimento ou ação política menos clara – a certeza de nossos propósitos. Uma atitude decisiva se impunha para não deixar dúvidas nesse plano. Parece-me, Excelência, que a concessão de bolsas a estudantes angolanos, à futura elite de uma Nação a ser, seria uma ato, não só de justiça e humanidade mas também o mínimo que se espera de um Governo que apóia, como o nosso, a luta pela autodeterminação dos povos coloniais²⁰⁶.

Depois disso o assunto foi encerrado. Nada mais na correspondência emitida pela embaixada de Acra ou nas cartas de Costa Lima a respeito. Vale ressaltar que diversas correspondências da embaixada de Gana encontram-se ainda sob o rótulo de confidencial e não está disponível para análise. Os estudantes angolanos não vieram – pelo menos oficialmente – e o Brasil manteve sua posição contraditória em relação ao colonialismo, expressa no pronunciamento de Afonso Arinos na reunião da ONU. O curioso é que em nenhum dos depoimentos dados em relação a esse período– seja por Waldir Oliveira, Vivaldo da Costa Lima ou Raymundo de Souza Dantas – há referências

206 Carta de Costa Lima ao Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, Secretário Geral da Política Exterior no Brasil, em 23 de outubro de 1961. Ofício enviado da Embaixada de Acra para Ministério das Relações Exteriores no Brasil. 1961. CDO, Seção de Séries, Embaixada de Acra – Ofícios, 1961/2.

ao caso dos estudantes angolanos. Pelo menos, para os dois últimos credenciados na embaixada de Acra, o silêncio pode ser justificado por se tratar de uma “questão de estado”.

2.3 África para o Centro de Estudos Afro-Orientais e África para a política externa brasileira

O caso dos estudantes angolanos defendido por Costa Lima não recebeu resposta da embaixada brasileira, não está enunciado abertamente na correspondência do CEAO, mas retoma uma importante interrogação. Qual a inserção de Angola nas relações com o CEAO, ou qual a importância deste país para Agostinho da Silva, seu diretor? Será que foi, de fato, invisibilizada nos interesses do CEAO em função dos encaminhamentos da política externa brasileira?

Desde a fundação do Centro de Estudos Afro-Orientais, pode-se afirmar que nele se encontravam duas perspectivas diferentes de aproximação com a África. Pierre Verger, colaborador fundamental do Centro de Estudos, animava as sugestões e contatos em direção à África ocidental, amparado na compreensão de que era importante identificar naquela região do continente africano as raízes da cultura iorubá praticada pelos candomblés da Bahia.

Agostinho da Silva olhava para o continente africano por outra perspectiva, apresentada no Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros. A África em sua opinião deveria conformar uma comunidade com o Brasil e Portugal e, para tanto, os países privilegiados nessa investida eram aqueles que viviam sob a colonização portuguesa. Essa comunidade abarcaria ainda os países na Ásia que de igual modo haviam sido colonizados por Portugal. No enunciado do professor não havia diferenciação entre os países, mas suas cartas enviadas no Centro permitem argumentar que Angola recebia grande destaque. Angola era o país mais importante para os portugueses. Angola era o país que ao longo da história mais havia mantido trocas e contatos com o Brasil.

Ambas as perspectivas não eram opostas e eram trabalhadas no estabelecimento do CEAO. Qual razão explicaria o silêncio em torno de Angola, em 1961?

A partir desse ano, as reformulações federais estimularam um debate em torno de como deveria se dar a aproximação com o continente africano e qual parte deveria ser privilegiada. Adolpho Justo Bezerra de Meneses já havia reeditado seu livro.

Eduardo Portella havia expressado sua opinião a respeito. Para ambos, a comunidade de língua portuguesa era a mais significativa. Como assinala Bezerra de Menezes, os “200 dias” do governo de Jânio estimulou diversos estudiosos a se ocuparem dos problemas africanos e asiáticos, “aos quais, até então, eles tinham permanecido completamente alheio” (Bezerra de Menezes, 1961, p.11). Neste novo livro, publicado em 1961, o diplomata tentava não deixar “diminuir o anseio popular pelo conhecimento dos assuntos pertinentes aos dois grandes continentes”. *África, Ásia e a Política independente do Brasil* (1961) retomava argumentos apresentados no livro anterior, em relação à importância dos países africanos na balança mundial, de que o fim do colonialismo só beneficiaria o relacionamento com Brasil (pensando na concorrência de produtos), fez considerações a respeito da importância do petróleo nas relações com a África, algo que não era de suma importância para o relacionamento com os outros países, e era “a bússola da política internacional” (p. 18). O curioso é que neste novo texto o autor não fez referência à comunidade dos países de língua portuguesa, a qual havia dedicado um capítulo no livro anterior.

José Honório Rodrigues, segundo Sombra Saraiva, foi um dos intelectuais mais influentes e respeitados nesse processo. Em 1961 o historiador publicou o livro *Brasil-África: outro horizonte* que se tornou um marco nas relações Brasil-África. Sua importância reside no cuidadoso histórico que traçou das relações entre Brasil e África, enfatizando os intensos contatos desde o início da colonização brasileira até aqueles dias. Ao fazê-lo, Rodrigues mostrou, amparado em argumentos históricos como o continente africano manteve intensas e significativas relações com o Brasil. Uma contradição em torno da “nova” política brasileira residia no desconhecimento amplo e generalizado a respeito do continente africano. Ivo de Santana (2004) chamou atenção para a carência de estudos nesse período e a exceção que o CEAO constituía. O texto de Rodrigues apresentava elementos que não partiam apenas de um desejo de aproximação, mas resgatava essas intensas relações negligenciadas e a novidade não estava apenas em reatá-las, mas em considerá-las importantes para o Brasil. Assim começava seu primeiro capítulo:

O Brasil desde seu nascimento até poucos anos depois da abolição de tráfico escravo teve as mais íntimas relações com a África, ou melhor ainda, com certas partes da África. Relações tão estreitas, que a África Portuguesa, já limitada nas suas fronteiras, era uma dependência administrativa do Brasil. Relações geográficas, étnicas, culturais, enfim, que duraram quase quatro séculos e se romperam,

desde 1850, quando a imagem da África só sobreviveu nos centros de cultura afro-brasileira, espalhados pelo território nacional (Rodrigues, 1961, p. 1).

“As certas partes da África” que haviam mantido mais estreitas relações com o Brasil estavam em Angola. “Angola foi mais ligada ao Brasil que a Portugal” (Rodrigues, 1961, p. XII). Embora o autor considere as relações coloniais escravistas do Brasil com a costa ocidental africana, é Angola que recebe destaque em sua abordagem. Rodrigues apresenta um histórico do ataque holandês simultâneo em Angola e no Brasil, no século XVII, a organização do contra-ataque saído do Rio de Janeiro mostrando como as duas áreas estavam de tal modo interligadas, apontando um argumento que mais recentemente Luiz Felipe de Alencastro esmiuçaria em seu livro *O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul* (2000). José Honório Rodrigues se utilizou de uma frase de Jaime Cortesão para sintetizar seu argumento. “Angola foi durante o século dezessete e dezoito uma província portuguesa no Brasil” (Cortesão In Rodrigues, 1961, p. 24)

O retorno da África às discussões nacionais, após o rompimento de relações por conta da cessação do tráfico negreiro e das imposições britânicas, era para Rodrigues marcado, desde os anos 1930, pela preocupação com a concorrência dos produtos africanos aos produtos brasileiros. Essa preocupação era das mais significativas para a aproximação brasileira no início dos anos 1960. O anúncio de uma nova postura nas relações internacionais estava diretamente ligado às necessidades econômicas internas do Brasil e a busca de novos mercados. A política externa devia estar atenta com a política interna. Jarbas Maranhão considerou este ponto numa tentativa de superação.

A África, entretanto, antes vista apenas como concorrente do Brasil nos mercados mundiais, tem sido reiteradamente indicada nos últimos tempos como mercado promissor para as manufaturas brasileiras. [...] Os fatos, porém, vieram confirmar a possibilidades de um comércio intenso entre o Brasil e a África. Os estudos do IBEEA são testemunhos irrefutáveis. (Maranhão, 1962, p. 33)

Para que o Brasil efetivasse uma aproximação com países do continente africano era necessário que tivesse ma postura anti-colonialista. Nesse momento chegamos ao ponto de defesa mais aguerrida de Rodrigues. A parte histórica de seu trabalho unia-se a uma parte política que tratava da contemporaneidade das relações com o continente africano e para o autor o posicionamento do Brasil a favor de Angola era fundamental

para efetivar a aproximação. O livro assumia o objetivo de “fornecer os fundamentos para uma ação atual”. Na introdução, afirmava

Nosso anticolonialismo deve ser coerente e defender a independência de Angola, pois de outro modo comprometeríamos o nosso destino político internacional diante de todas as novas nações africanas, com as quais teremos de manter no futuro século de cooperação e entendimentos indispensáveis. Esta é uma oportunidade única e se perdida será irreparável pois a História é irreversível (Rodrigues, 1961, p. XVI).

Nesse momento o autor é conclusivo em relação à questão. Acaso o Brasil mantivesse o discurso contraditório e não apoiasse Angola, comprometeria a aproximação com todo o continente. Bezerra de Menezes já havia relativizado o papel dos portugueses na construção da comunidade luso-brasileira em 1960. Rodrigues escancarou como não nos favorecia “porque 1) não tem fundamento econômico; 2) os interesses nacionais brasileiros não coincidem com os portugueses [...] 3) o sangue, também angolano e africano, que nos une a Portugal como à África, não aconselha políticas dependentes[...]” (Rodrigues, 1961, p. XIV).

Essa foi a grande inflexão da política brasileira na transição do governo de Quadros para João Goulart. Sérgio Albuquerque de Mello, do CEEA, destacou na carta a Costa Lima, em 09 de setembro de 1961, a expectativa em torno de qual encaminhamento o Brasil daria à questão na ONU. O que por sua vez afetaria, sobremaneira, o modo como estavam encaminhadas as relações com Angola em guerra pela libertação.

Por seu turno, as relações Brasil-Portugal, em detrimento das relações Brasil-África, também tinha seus defensores. O “nojento Alves Pinheiro” foi citado na referida carta de Sérgio Albuquerque de Mello como sendo a opinião que se veiculava em jornais no Rio de Janeiro. Tem-se uma dimensão de sua abordagem a partir de seu livro²⁰⁷ sobre Angola publicado em 1961. *Angola: terra e sangue de Portugal* (1961) é um depoimento do jornalista a respeito da colônia portuguesa que teve oportunidade de conhecer após haver participado das comemorações Henriquinas em Portugal. Suas

207 O livro informa que os artigos nele publicados são resultantes da cobertura jornalística das Comemorações Henriquinas (1959) para o jornal *O Globo* (RJ). Esteve neste evento a convite do governo português. Posteriormente publicou novo livro, desta vez sobre as relações com Moçambique chamado *Moçambique é Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, 1965.

crônicas, enviadas de Angola são uma verdadeira ode a colônia portuguesa misturada de “portugalidade e brasilidade”. Buscava apresentar ao leitor, através de uma voz “insuspeita”, a realidade daquele país. O esforço estava em mostrar aquela realidade através de aspectos como semelhanças geográficas. “Isto aqui é mistura de Lisboa, Rio de Janeiro e Salvador ou “Um pedaço do Brasil transportado para África”. A miscigenação é insistentemente mostrada através de exemplos. “Passam brancos com brancos, brancos com pretos, mulatos com brancos, todos conversam, sorriem e há uma azáfama de cidade grande, de capital”. Obviamente que neste mundo criado por Alves Pinheiro não existia racismo.

É uma pilhéria de mau gosto, sem nenhum sentido, falar aqui em racismo de negro ou isolacionismo de branco. Há um entrelaçamento que se manifesta nos pequenos episódios e nos grandes fatos mas que é, antes de tudo e sobretudo, rotina. Cenas de pretos com brancos, em trabalhos, no comércio, na indústria, nos serviços públicos, nos cinemas, são as mais corriqueiras e naturais porque é a própria vida, o funcionamento normal de tudo, e ninguém repara ou se detém para apreciar ou examinar porque isso é tão comum, tão instintivo, tão vulgar como, no Brasil, um brasileiro como um português (Pinheiro, 1961, p. 27).

Com um vocabulário recheado de sentimentalismo, tal como “a viagem foi uma romagem sentimental” ou “do alto do avião domina-me uma emoção que me sacode até as lágrimas”, o autor constrói um mundo que retrata uma Angola idílica, cuja situação de bem estar e harmonia só encontraria paralelo no Brasil. Escamoteia as tensões sociais e desigualdades próprias da ordem colonial cujos conflitos seriam expostos ao mundo em 1961. O autor preferiu não tratar do que nomeou como terrorismo em Angola, ou seja, as guerras pela libertação. Sua justificativa residia no fato de que tais ações não emanavam do povo angolano, o qual estaria “inteiramente alheio” dos supostos terroristas. Sem demorar-se na questão, mudou de assunto. “Não, não pretendo também identificar as origens dessa ordem de terrorismo que desceu do Congo Belga. Seria um esforço ocioso” (Pinheiro, 1961, p. 35). Localizava as insurgências vindas do norte de Angola como influência do Congo Belga.

Alves Pinheiro referiu-se, logo na “chegada a Luanda” às expectativas criadas em torno da viagem realizada por Negrão de Lima a Angola: “todos perguntam-me pelo relatório...”. O embaixador brasileiro em Lisboa havia sido designado, para elaborar um relatório detalhado acerca da colônia portuguesa. O jornalista, após entrevista com o embaixador, mesmo que este não lhe falasse nada sobre o assunto, confirmou

“excelentes impressões”. Assim o embaixador “teria ficado surpreendido e admirado com o que há de positivo no processo de colonização, recuperação e civilização de Angola (Pinheiro, 1961, p. 35). Negrão de Lima era assumidamente a favor das relações Brasil-Portugal. Ao tomar posse, na mesma linha sentimentalista que marcava a manutenção de relações com a ex-metrópole, disse que “amaria” Portugal. Sombra Saraiva confirma que o posicionamento público do embaixador, após a viagem realizada em maio, era de reiteração da amizade Brasil-Portugal. No entanto, embora o relatório não estivesse disponível até bem pouco tempo, há quem argumente que ele teria concluído pela necessidade de autonomia de Angola²⁰⁸.

Nas instâncias acadêmicas, políticas e jornalísticas, um debate borbulhava em 1961, a respeito das relações Brasil-África e sobre o posicionamento em relação a Angola. Como argumenta Sombra Saraiva (1996), o posicionamento brasileiro em torno de Angola era chave para definir sua posição frente ao continente. No Centro de Estudos Afro-Orientais, até o aparecimento do caso dos bolsistas angolanos em Gana, entre setembro e outubro, não há qualquer outra evidencia direta dessa discussão. No Informativo CEAO, um boletim que passou a circular no final de 1960, em português e depois em inglês, com informações sobre África, Ásia e as ações do Centro, esse debate não se faz presente. Nos números consultados no ano de 1961, sobre as colônias portuguesas, há apenas uma nota, em janeiro, informando da possibilidade da fundação de um centro de estudos brasileiros em Guiné Bissau, ou seja, uma continuidade das propostas começadas no ano anterior. No entanto, no decorrer do ano, nem os Centros de Estudos Brasileiros recebem destaque, nem novas discussões sobre as colônias portuguesas são apresentadas. Interessante é que o caso dos estudantes angolanos não aparece na correspondência no CEAO. Se essa questão era de suma importância e estava presente na sociedade, conclui-se que houve uma invisibilização do assunto no Centro de Estudos Afro-Orientais, durante a implementação da política africana de Jânio Quadros.

Não se pode deixar de refletir a respeito dessa postura por parte de Agostinho da Silva que, no momento anterior, tentava articular a comunidade luso-brasileira, através da instalação de centro de estudos para ativar um intercâmbio cultural. A justificativa

208 Negrão de Lima assumiu o lugar de Álvaro Lins, o embaixador que era a favor das relações diretas entre Brasil e África e questionava as relações com Portugal em detrimento dos interesses nacionais. Ver Sombra Saraiva, 1996, p. 46. Sobre o relatório de Angola ver pp 80-1.

para o referido silêncio não parece difícil, visto que se tratava de um assunto delicado, que configurava um impasse político. Ambigüidades certamente estiveram presentes para o diretor do CEAO que se afirmava contra o colonialismo, mas trabalhava em favor da manutenção dos valores portugueses, norteados pela língua, nos territórios africanos. Não há, no ano de 1961, um posicionamento declarado do diretor do CEAO, a respeito do guerras que iniciaram em Angola. Seria importante saber o que pensava o professor diante de movimentos de libertação que radicalizavam cada vez mais em função da insistência portuguesa, caminhando numa lógica oposta, por exemplo, às independências de países como Senegal que defendia uma integração com a ex-metrópole, no caso, a França.

O silêncio em relação às colônias portuguesas por parte de Agostinho da Silva se deu concomitante ao anúncio das ações para a África. O diretor do CEAO propunha que as instâncias federais assumissem a responsabilidade com ações para a aproximação da África dedicando-lhe uma política específica. Quando essa oportunidade surgiu, através do governo Quadros, Agostinho participou das reuniões que articularam propostas. O governo brasileiro, ambíguo em relação às colônias portuguesas, priorizou ações para os países da costa ocidental africana, como Gana e Senegal como evidencia a primeira carta sobre o assunto enviada por Silva a Costa Lima em 1961²⁰⁹. Vale considerar que oficialmente o Brasil não podia propor ações de intercâmbio para aqueles países que estavam sob governo português. Sombra Saraiva analisou como foram postas em prática duas políticas africanas.

Havia a política geral de aproximação ao continente, especialmente para a África Negra atlântica, sustentada na abertura comercial e na solidariedade política a descolonização. E havia uma segunda política, mais específica, de admissibilidade da continuação do colonialismo para o caso das colônias portuguesas na África (Sombra Saraiva, 1996, p. 88).

Como não foram previstas ações para a África Portuguesa, Agostinho e o Grupo de Trabalho focaram nos países da África Ocidental. Nesse momento, outras preocupações ganharam relevo para o professor. Além de expor e debater sua visão a respeito de como se daria o intercâmbio, era necessário garantir que o CEAO e a Bahia estivessem à frente das ações e que as propostas que já se encontravam em andamento, ganhassem apoio e financiamento do governo. Havia outros grupos que disputavam a

209 Carta enviada por Silva a Costa Lima em 25 de março de 1961.

primazia de realizá-las. É neste sentido que a cultura de matriz africana que norteava o olhar de pesquisadores como Verger e Costa Lima era destacada pelo diretor como importante conexão entre Brasil e África.

Recuperando passagens de cartas já aqui discutidas é notório como esse argumento se faz presente. Quando informou a Costa Lima do interesse federal, em março, Silva informou que o “Grupo de Trabalho ficou de incluir a Nigéria em seu plano”²¹⁰. No navio-escola Custódio de Mello tentou inserir o professor nigeriano Lasebikan, realçando seu conhecimento da Bahia “dado o fato de que já tem estágio no Brasil, acho que seria elemento extremamente útil”²¹¹. Quando apresentou o relatório ao reitor Albérico Fraga, com plano de trabalho estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, a relação entre cultura e aproximação com África ficou mais evidente. No documento, Agostinho da Silva citava que, por conta de sua natureza, o CEAO se especializaria nas “afinidades culturais” e, na seqüência, vem a informação que os bolsistas do Itamaraty fariam o estágio de adaptação no CEAO²¹².

Os trabalhos que advogavam a necessidade de aproximação entre Brasil e África - de Bezerra de Menezes a José Honório Rodrigues - tomavam como justificativa a formação étnica e cultural particular da sociedade brasileira, a democracia racial. Partindo disso, Jocélio Teles dos Santos argumentou como a cultura foi o substrato da política externa do governo de Quadros. E, mais ainda, como a cultura de matriz africana “se tornou um elemento prioritário na implementação da política externa voltada para África” (Santos, 2008, p. 34). Indo ao encontro desta análise é possível perceber como a africanidade baiana, apresentada na correspondência de Agostinho da Silva, jogou um papel fundamental para que a Bahia não ficasse excluída das ações de aproximação com a África que partiam do governo brasileiro. Ao contrário do que argumentou Gilson Brandão Oliveira Júnior (2010), ao se debruçar sobre parte da correspondência do CEAO, Agostinho da Silva não compartilhava do chamado *negocentrismo*.

O fato de Agostinho da Silva não ter sido designado diretor do IBEEA, assim como Edgar Santos não ter sido mantido na reitoria da Universidade da Bahia, foram importantes perdas para o CEAO. Deste modo, Agostinho da Silva não estaria numa

210 Carta enviada por Silva a Costa Lima em 25 de março de 1961.

211 Carta enviada por Silva a Murtinho em 15 de maio de 1961.

212 Relatório enviado por Silva a Albérico Fraga em 25 de julho de 1961.

instituição diretamente subordinada à Presidência da República, a partir da qual poderia melhor garantir seus planos para a aproximação com a África. O reitor, que lhe dava apoio incondicional para a realização das atividades que propunha, sendo seu aliado fundamental na Universidade, não estava mais na direção. Após essas duas resoluções, um projeto em curso foi logo inviabilizado. O CEAO organizava junto com Verger e Lina Bo Bardi o Colóquio África- Brasil. A idéia era organizar na Bahia uma exposição com peças africanas (da parte ocidental) e baianas. Em junho Verger em Paris esperava Lina para verem as peças.

Na exposição, claro que será interessante de apresentar peças que tem significação para o pessoal amigo, e que, fora da beleza das peças de Arte Negro em geral, temos que conseguir coisas da terra dos Orixás o mais que se pode. Estou esperando a Lina Bardi para saber o que quer fazer exatamente, porém creio que seria indispensável de ter muitas coisas da Nigéria em matéria de artesanato: loucas, panos, adire, esteras, e outras coisas semelhante as que na Bahia tem pra fazer uma comparação entre os dois²¹³.

No CEAO, o mês de julho registra quatro cópias de cartas de Verger enviadas a diferentes professores na Nigéria e Benin, informando sobre a organização da “Exposição de arte e cultura africana” e sobre a possibilidade de empréstimo de peças, como a enviada a Bernad Fagg do Departamento de antiguidades na cidade de Jos, Nigéria, em 31 de julho de 1961. Agostinho da Silva, em 28 de julho, enviou uma carta ao novo reitor, Albérico Fraga, informando detalhadamente desse evento que seria realizado em abril ou maio do ano seguinte, em homenagem aos trabalhos de Nina Rodrigues, com a exposição, simpósios e “trabalhos de campo com apresentação aos participantes do colóquio de todos os testemunhos de aculturação africana em nosso estado”. Sobre os orçamentos desse evento “nacional e internacional” poderiam contar com subsídios da presidência da república e do Ministério da Cultura e Educação. A última menção a esse evento está numa carta enviada por Waldir Oliveira, atuando como diretor do CEAO, ao reitor Fraga, solicitando licença para voltar a tratar do assunto²¹⁴. O ministro da Educação do Daomé, Michel Ahouanménou já havia confirmado presença, mas o evento não ocorreu.

²¹³ Carta de Verger a Costa Lima In. *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 251-2.

²¹⁴ Carta enviada por Waldir Oliveira a Albérico Fraga em 27 de setembro de 1961.

Após a mudança de reitores, Agostinho da Silva manteve contatos com Itamaraty e a presidência da República. Outro projeto de Silva fracassou com a renúncia de Jânio Quadros. Em 31 de maio, o diretor havia enviado uma carta ao secretário da presidência, José Aparecido de Oliveira, falando sobre o Núcleo de Estudos do Recôncavo que teria suas bases em Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco do Conde. Nesta última cidade solicitava liberação de uma escola.

Considera este Centro que é da maior importância fazer o levantamento cultural do Recôncavo, em todos os seus aspectos, não só em virtude de ter sido o ponto de encontro das civilizações européia, índia, africana e indiana, como também, pela estrutura que neste domínio se poderá erguer sobre a base econômica da Petrobrás²¹⁵.

Agostinho da Silva tinha o apoio do Reitor Edgard Santos e articulava um financiamento da Petrobrás. A justificativa estava num levantamento sociológico necessário àquela região diante do “desaparecimento dos fenômenos do recôncavo”. No final do mês de junho escreveu diretamente ao presidente Jânio Quadros para agradecer a autorização para a utilização da escola agrícola onde funcionaria o Núcleo de Estudos do Recôncavo. Enviou memorandos sobre a influência cultural do Brasil e reiterou um pedido de quatro milhões de cruzeiros para a publicação de um livro de Nelson Rossi²¹⁶. Da secretaria de Educação do Estado, conseguiu a liberação e disposição do professor Aurélio Ângelo de Souza para trabalhar no núcleo e o apresentou ao secretário Oliveira em 28 de junho²¹⁷. Disse: “Trabalhará [o professor] com a organização da pesca no Brasil e deseja expor os planos a Vossa excelência”²¹⁸.

Nesse mês de junho, quando houve a mudança de reitor, percebe-se uma tentativa por parte de Agostinho de estreitar os laços com o presidente. Escreveu diretamente ao excelentíssimo para agradecer a escola. Lembremos que nesses dias havia solicitado um encontro com Vivaldo Costa Lima que estava no Brasil.

215 Carta enviada por Silva a José Aparecido de Oliveira em 31 de maio 1961. A idéia do estabelecimento deste centro no Recôncavo baiano, aglutinando “diversas civilizações”, é mais uma evidência de que Agostinho da Silva não tomou a cultura iorubá como a mais significativa para a Bahia.

216 Carta enviada por Silva a Quadros em 27 de junho de 1961.

217 Carta enviada por Silva a Aparecido de Oliveira em 28 de junho de 1961.

218 Carta enviada por Silva a Aparecido de Oliveira em 28 de junho de 1961.

Mas, as dificuldades de continuação do trabalho do CEAO na Universidade já se anunciavam e Agostinho insistiu com o secretário Oliveira que o CEAO fosse integrado a uma estrutura diretamente subordinada a presidência. “Tomo a liberdade de sugerir novamente que o Instituto Brasileiro de Estudos Africanos Orientais fosse instalado logo, junto da Universidade, embora independente, com fusão deste Centro” [...] ²¹⁹. Nesse contexto solicitava a outras instituições uma bolsa de pesquisa para Lasebikam ²²⁰, e uma bolsa para o Senegal para sua colaboradora Dilza Segalá ²²¹. A seqüência das cartas emitidas por Agostinho da Silva enuncia uma tensão que, posteriormente, se justificaria. Somente tendo uma dimensão das disputas políticas dentro da Universidade, entre os grupos que apoiavam Edgar Santos e seus opositores, pode-se compreender os pedidos que Agostinho da Silva encaminhados à presidência de modo que o Centro e seus colaboradores não ficassem dependentes da nova gestão a ser estabelecida na UBa.

Em dois de julho estava marcada a posse do novo reitor e a inauguração da nova sede do Centro de Estudos Afro-Orientais que saía do prédio da reitoria para instalar-se no bairro do Garcia. Entre julho e agosto, Agostinho enviou cartas à secretaria da presidência informando a possibilidade de ser instalado um Centro de Estudos Daomé-Brasil ²²² e da visita de alunos do curso de Geologia à Nigéria ²²³. Os atritos com Albérico Fraga já haviam se iniciado com as explicações que o diretor foi obrigado a dar para manter seus colaboradores Maria Antonieta Frank e Dilza Segalá na folha de

219 Carta enviada por Silva a Aparecido de Oliveira em 05 de julho 1961.

220 Carta enviada por Silva ao diretor do IBECC em 05 de julho de 1961.

221 Carta enviada por Silva a Murtinho em 28 de julho de 1961.

222 Cartas enviadas por Silva a Aparecido de Oliveira em 31 de julho e 4 de agosto de 1961. Sobre as sugestões desse Centro, nesta última carta propôs. “A tarefa poderá ser muito facilitada pelo fato de ter sido São João Batista fundado realmente por brasileiros, embora tenha ficado com Portugal depois da Independência. Embora pareça não ter o enclave importância alguma, creio ser ele peça mestra numa futura confederação de povos realmente livres. O pequeno território poderia, como Centro cultural, ter um estatuto tri-partido: ser do Brasil, do Dahomé e de qualquer federação que venha a constituir-se com os territórios ultramarinos de Portugal situados no Atlântico sul”

223 Carta enviada por Silva a Aparecido de Oliveira em 04 de julho de 1961. Nesta carta solicita transporte e material para os alunos do professor Ramiro Porto Alegre até a Universidade de Ibadan, onde estava Vivaldo Costa Lima. Mais tarde, Ramiro Porto Alegre se mostraria importante colaborador na recepção aos estudantes africanos na Bahia.

pagamento²²⁴. A inclusão do reitor Fraga como membro do conselho de Estudos Afro-Asiáticos, designado pelo Presidente da República e anunciado em 18 de agosto por Agostinho da Silva, foi uma tentativa em mostrar que o apoio da UBa ao CEAO podia resultar em prestígio com o presidente, embora na carta haja evidente ironia quando escreveu que tal cargo era fruto do reconhecimento e apoio que vinha dispensando ao Centro.²²⁵

Com a renúncia do presidente em 25 de agosto, a última carta registrada de Agostinho da Silva à secretaria da presidência agradece a liberação de uma bolsa para Carlos Pereira Filho realizar pesquisas sobre o cacau em Gana e Nigéria no dia 30 daquele mês²²⁶. Sem o apoio do presidente que havia inaugurado uma política em direção a África e diante da crise política que se seguiu, aliado a dificuldades com a reitoria, Agostinho da Silva deixou o CEAO. No último dia do mês de agosto solicitou ao reitor permissão para tomar posse na Faculdade de Filosofia em Santa Catarina²²⁷, deixando como encarregado do Centro o professor Waldir Freitas Oliveira. A decepção de Agostinho era tamanha que no dia seguinte ao seu pedido de licença, encaminhou uma solicitação ao presidente do IBECC indicando o professor Waldir Oliveira para uma vaga no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, na França, ressaltando a especialização do professor que estaria “pronto pra partir”²²⁸. Será que cogitou que o CEAO não mais funcionaria?

Waldir Freitas Oliveira registrou em seus depoimentos o susto que tomou quando o professor Agostinho disse que ia embora para Santa Catarina deixando-lhe responsável pelo CEAO. Mas, estava disponível para auxiliá-lo no trabalho. “Não, eu vou, mas, o que você precisar eu estou lá em Santa Catarina. E lhe dou as orientações e você fica tomando conta” (Oliveira, 2004b). Agostinho acalmou-lhe usando termos náuticos. “Estou a confiar-te o leme deste barco, mas continuarei, enquanto for preciso, mesmo de longe, no seu comando” (Oliveira, 2000, pp. 362-3).²²⁹ Verger expressou as

224 Carta enviada por Silva a Fraga em 16 de agosto de 1961.

225 Carta enviada por Silva a Fraga em 18 de agosto de 1961.

226 Carta de Silva a secretaria da Presidência da República em 30 de agosto de 1961.

227 Carta enviada por Silva a Fraga em 31 de agosto de 1961.

228 Carta enviada por Silva a Renato de Almeida em 01 de setembro de 1961.

229 Waldir Oliveira registra em seus depoimentos que Agostinho decepcionou-se com a mudança do reitor e que a sua decisão em partir esteve associada ao fato de terem

incertezas pela qual o Centro passou naqueles dias. “[...] Voce sabe do que acontece, e que estraga bastante o trabalho do Centro, vá tudo adormecido e sem sabor[...] sem notícias de Agostinho, que não se sabe, se vai voltar o não.....Ora merda!!!”²³⁰

Waldir Freitas passou a assinar as cartas como diretor em exercício. Somente quando Agostinho da Silva renunciou a direção do CEAO, anunciando-a ao reitor numa carta em 30 de novembro, é que Waldir Oliveira passou a atuar como diretor efetivo.

Naqueles meses finais do ano de 1961, caberia a Waldir Freitas Oliveira cuidar da recepção dos estudantes africanos, que viriam fazer curso de língua portuguesa e cultura brasileira, a mais importante das deliberações da política federal para a África que o CEAO conseguiu garantir sob sua responsabilidade. Seria preciso ainda resolver o processo para a ida dos professores Guilherme Souza Castro e Yêda Pessoa de Castro para a Nigéria, cujos trâmites encontravam-se em andamento. A nova conjuntura desfavorável anunciava um novo momento para o CEAO, como será abordado no capítulo seguinte.

elaborado um regimento interno para o CEAO. Assim Silva teria dito “vou porque não sei trabalhar em nenhuma instituição que tenha regimento” (Oliveira, 2004b). No entanto, a correspondência registra que, em outubro, portanto após a saída de Silva, Waldir Oliveira havia informado ao reitor que por não haver regimento interno não seria possível “fazer oficialmente um novo diretor”. Carta enviada por Waldir oliveira a Albérico Fraga em 13 de outubro de 1961. Na entrevista, Oliveira não se referiu à crise política com a saída do presidente Quadros e como isso afetou o trabalho no CEAO.

230 Carta enviada por Verger a Costa Silva em 27 de setembro de 1961.

3. Intercâmbio no Centro de Estudos Afro-Orientais na Política Externa Independente (1961-1964)

Em oito de outubro de 1961, um jornal em Salvador noticiava a chegada de um grupo de africanos à cidade. Segundo o *Jornal da Bahia*, estudantes africanos, futuros diplomatas, participariam de um estágio de três meses para aprendizado da língua portuguesa no Centro de Estudos Afro-Orientais, na Universidade da Bahia²³¹, e, na seqüência, de um curso de extensão no Instituto Rio Branco. O periódico ressaltou a possibilidade de troca de idéias desses estudantes com os estudantes brasileiros e a participação ativa do Itamaraty no processo, através do pagamento de bolsas concedidas aos alunos. A proposta parecia ter tido receptividade entre alguns estados africanos, a exemplo de Serra Leoa e Camarões, os quais, segundo o jornal, teriam sinalizado positivamente para a consecução daquela experiência (*JB*, 08/10/1961).

A pequena nota, acaso tenha se diferenciado das informações costumeiramente veiculadas na capital baiana, já não era de todo estranha. Desde setembro de 1960 que as atividades do CEAO, em torno das relações entre Brasil e África, circulavam em alguns periódicos. Sobre a presença de estudantes africanos no Brasil, alguma notícia mais imprecisa, já havia circulado anteriormente²³². Em outubro de 1961 não era novidade ações do Ministério das Relações Exteriores no Brasil mobilizando-se para a realização de intercâmbio com o continente africano, cuja política de aproximação encontrava-se em curso desde fevereiro daquele ano. Na Bahia, o Centro de Estudos Afro-Orientais era responsável por promover trocas de experiências com países africanos no âmbito educacional. A presença de Ebenezer Lasebikam, o professor nigeriano de língua iorubá, e há mais de um ano em Salvador foi destaque em outra edição do *Jornal da Bahia* daquela mesma semana inicial de outubro, devido às comemorações do primeiro aniversário da independência da Nigéria, o que evidencia uma publicidade dedicada às ações do Centro²³³.

231

232 Costa Lima refere-se na carta enviada a Silva, em 10 de março de 1961, ao recebimento de um recorte de jornal com título “Estudantes africanos estudarão em Salvador”.

233 O CEAO comemorou o primeiro aniversário da independência da Nigéria em conjunto com a finalização da primeira turma do curso de iorubá. Uma cobertura especial sobre a Nigéria foi produzida pelo *Jornal da Bahia* nos dias 01 e 02 de outubro

Mesmo sendo conhecidas as atividades do CEAO, era a primeira vez que um grupo de africanos na condição de estudantes viria ao Brasil. Deste modo, o Estado protagonizaria essa modalidade de ações para o estreitamento das relações entre Brasil e África. Diversos autores que escreveram sobre o CEAO ou sobre a Política Externa Independente registraram a concessão dessas primeiras bolsas a estudantes africanos²³⁴. No entanto, a maior parte desses escritos limita-se a informar o acontecimento, creditado, sobretudo, à iniciativa governamental. Faz-se necessário dimensionar qual a participação das diferentes instituições envolvidas nesta empreitada, sem excluir os próprios estudantes.

Ao investigar a breve e singular trajetória desses bolsistas e graduandos na UBa, assim como os preparativos para a chegada, pode-se refletir como interesses, pretensões e expectativas em relação à África por parte do Itamaraty e da UBa, incluso o CEAO, dialogaram com essa experiência. Como os objetivos do Centro de Estudos Afro-Orientais, primeiramente culturais, dialogaram com perspectiva de aproximação econômica e política do Ministério das Relações Exteriores?

Ademais, essa concessão de bolsas cumpria o papel de propagandear ao continente a democracia racial brasileira. Seria uma ótima oportunidade para os negros “diplomatas”²³⁵ na capital baiana colocarem à prova o “poderoso” argumento da política externa brasileira estruturado na idéia de ausência de conflitos raciais (Santos, 2005, p. 41). Essa experiência de intercâmbio com os estudantes africanos, em última instância, revelaria que tipo de aproximação e distanciamento com África os diferentes promotores daquela atividade pretenderam.

A expectativa em torno da vinda dos estudantes africanos era grande, sobretudo para o Centro de Estudos Afro-Orientais. Waldir Freitas Oliveira, seu novo diretor, havia assumido o trabalho à frente do CEAO numa conjuntura marcada por incertezas resultantes de alterações na gestão da Universidade da Bahia e no governo brasileiro.

Na universidade, o reitor Albérico Fraga, cuja gestão iniciou-se em julho de 1961, fazia parte de um grupo politicamente oposto à gestão anterior de Edgard Santos.

de 1961.

234 Ver Conceição, 1991, p. 88-9; Sombra Saraiva, 1996, p. 91,95; Segura-Ramirez, 2000, p. 20; Bacelar, 2001, p.134; Kaly, 2007, p; 120, Castro s/d.

235 A nota publicada no *Jornal da Bahia*, em 08/10/1961, trazia o título *DIPLOMATAS africanos estagiarão na Bahia*.

As primeiras cartas entre o Centro e a nova reitoria, no período julho-agosto de 1961, expressam uma tensão em torno da manutenção do funcionamento do CEAO. Essa tensão permaneceria na atuação de Waldir Oliveira em face da recomendação do reitor, solicitando “moderação” na execução orçamentária²³⁶ e das sucessivas cartas do diretor em exercício solicitando recursos aos diversos expedientes²³⁷. Na correspondência não há registro de respostas da reitoria aos pedidos encaminhados.

No governo as incertezas eram maiores. Seguiu-se uma crise política à renúncia do presidente Jânio Quadros. Por conta das disputas em torno de quem assumiria o poder e em quais condições, não havia garantia alguma que a política em direção ao continente africano, marco no governo anterior, permaneceria. Essa situação contribuiria para a limitação de recursos na Universidade.

3.1 Propostas do Itamaraty, articulações para bolsas a estudantes africanos no CEAO

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou ao Brasil em dezembro de 1961. Pelas indicações que Pierre Verger forneceu em carta encaminhada a Vivaldo da Costa Lima, em 11 de dezembro, o grupo desembarcou na Bahia, numa quinta-feira, dia 07. Essa carta foi escrita exatamente para noticiar a Costa Lima, que se encontrava em Acra (Gana), a consecução da empreitada. Ambos deveriam estar bastante satisfeitos com aquela realização, pois foram importantes articuladores. A leitura da correspondência entre os pesquisadores, ao longo daquele mesmo ano, indica que não foi fácil reunir a turma de estudantes e fazê-la desembarcar no Brasil²³⁸.

Sabemos que a circulação e troca de experiências entre professores e estudantes do Brasil e de países da África era um dos objetivos de Agostinho da Silva quando concebeu o Centro de Estudos Afro-Orientais. Para o referido professor, esta atividade

236 Carta enviada por Fraga a Silva em setembro de 1961. Dita “confidencial”.

237 No mês de setembro, Waldir Oliveira solicitou a reitoria pagamento de publicações belgas, reajuste no salário de Lasebikam, pagamento para o tradutor de inglês Russel Hamilton e permissão para tratar do I Colóquio que seria financiado pela Universidade. Cartas enviadas respectivamente nos dias 14, 21, 25 e 27 de setembro de 1961.

238 Sobre dificuldades para a consecução do intercâmbio, ver cartas enviadas por Verger na *Afro-Ásia*, n. 37, 2007, dias 20, 24 e 27 de outubro. p. 254-56.

era parte importante de seu intento em projetar o Brasil frente aos países afro-asiáticos. Em seu pensamento

pela convivência de alunos brasileiros e alunos estrangeiros, poderão os primeiros ter melhor idéia do interesse dos outros povos quanto à nossa cultura, poderão os segundos apreender melhor o que há na mensagem brasileira de sentido de uma autêntica confraternização humana e de entendimento de raiz comum na linguagem diversas das culturas²³⁹.

Ao longo do ano de 1960, Agostinho da Silva concentrou-se no estabelecimento de Centros de Estudos Brasileiros em países africanos e asiáticos. No CEAO havia a realização de diversos cursos de língua estrangeira. Naquele momento o Centro enfatizava troca de pesquisadores. Lembremos dos leitores brasileiros que seguiram em 1960. A circulação de estudantes não recebia maior destaque.

Uma proposta de trazer africanos para estudar no Brasil foi anunciada na primeira reunião do Grupo de Trabalho do Itamaraty que discutia ações para aproximar Brasil e África. Na primeira carta que enviou a Wladimir Murtinho, chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, após a reunião, em 24 de fevereiro de 1961, o então diretor do CEAO, destacou essa possibilidade:

Permita a V. Exa. que dê especial relevo à *sua idéia* de que os estudantes africanos deverão fazer como que um curso intensivo pré-universitário que lhes dê idéia do complexo cultural brasileiro. Vêm este seu projeto ao encontro de esforços nossos no sentido de se criar nesta e noutras Universidades Centros de Estudos Brasileiros que funcionassem em regime de pesquisa e de cursos intensivos e que pudessem, entre outras atividades, dar a devida informação sobre o Brasil a todos os bolsistas estrangeiros que viessem freqüentar as nossas escolas superiores. Creio que um curso de seis meses seria suficiente para tal objetivo [...] ²⁴⁰.

239 Agostinho da Silva. Relatório enviado ao Reitor da UBA, Edgar Santos, em 03 de junho de 1960.

240 Carta enviada por Agostinho da Silva a Murtinho, 24 de fevereiro de 1961. Grifo meu. Nessa carta, Agostinho da Silva refere-se a uma experiência na UBa^a com bolsistas norte-americanos, realizada no ano anterior, em 1960, cujos excelentes resultados estariam relatados na revista *Uma experiência pioneira*. Não encontrei maiores informações sobre essa experiência.

Em 25 de março do mesmo ano, Agostinho da Silva escreveu a Vivaldo da Costa Lima, leitor brasileiro em Ibadan, para informar-lhe sobre as discussões realizadas no referido grupo. Assim, apontou a idéia em “trazer africanos para aqui uns seis meses antes da abertura da universidade, para que eles recebam um curso de língua portuguesa, um curso sobre o Brasil”. E completava que a tentativa era que “fosse realizado em sistema de internato ficando os vinte africanos com número igual de brasileiros”²⁴¹. Pouco mais de um mês depois, em 10 de maio, em nova carta a Costa Lima, o diretor informou que, dentre outras resoluções tomadas pelo Grupo de Trabalho, houve a liberação de bolsas de estudos para africanos no Brasil²⁴². Havia propostas de que o intercâmbio se realizasse no sudeste. Coube a Agostinho da Silva trazê-lo para a Bahia²⁴³.

Inicialmente a proposta englobava bolsistas para cursos de graduação em universidades brasileiras e para futuros diplomatas africanos no Instituto Rio Branco. Agostinho da Silva deu mais destaque à vinda dos estudantes para graduações, como explicita o excerto anterior. Sobre os futuros diplomatas, não houve maiores articulações. A idéia não foi levada a cabo. Esse assunto é tratado por Agostinho da Silva, numa carta em junho de 1961, endereçada ao secretário do palácio do Itamaraty, Geraldo Eulálio do Nascimento Silva, na qual esperava instruções acerca da possibilidade do CEAO “receber, para sua adaptação ao Brasil os diplomatas africanos que frequentarão o instituto Rio Branco”²⁴⁴. Assim, a nota do *Jornal da Bahia*, em 08 de outubro, fez uma mescla de informações ao divulgar que “bolsistas africanos”, “futuros diplomatas”, fariam estágio na Universidade da Bahia.

241 Carta enviada por Agostinho da Silva a Vivaldo da Costa Lima em 25 de março de 1961.

242 Carta enviada por Agostinho da Silva a Vivaldo da Costa Lima em 10 maio de 1961.

243 Através das referidas cartas, enviadas por Silva a Costa Lima em 25 de março e 10 de maio de 1961, depreende-se que a idéia era que no Centro de Estudos Afro-Orientais fossem realizados cursos preparatórios para os posteriores cursos superiores. Numa outra reunião, em maio, surgiram outras propostas, como a idéia de que as graduações fossem realizadas na Universidade de Brasília, naquele momento em construção, e que os cursos iniciais de línguas pudessem ser realizados em Campinas, sendo Agostinho da Silva, em relação à esta última proposta, terminantemente contrário.

244 Carta enviada por Silva a Geraldo Eulálio do Nascimento Silva em 26 de julho de 1961.

Informado da proposta do Itamaraty, a vinda de estudantes africanos, mais especificamente da África Ocidental, começou a ser articulada por Vivaldo da Costa Lima, em Ibadan. Na primeira carta enviada em 10 de março de 1961, quando havia recebido informações de seu irmão Sinval acerca do intercâmbio dos estudantes para o Brasil, através do Itamaraty, Costa Lima lembrava ao diretor do CEAO que seria “ótimo” se o Governo Federal “assumissem” a proposta, mas era melhor manter a idéia que havia dado e “ir se entendendo” com a Petrobrás e o Instituto do Cacau para aquisição de bolsas para estudantes nigerianos²⁴⁵. Isso mostra uma desconfiança inicial de Costa Lima acerca do apoio efetivo por parte do Governo Federal.

Vivaldo da Costa Lima foi um dos responsáveis em arregimentar estudantes disponíveis para vir ao Brasil. Suas considerações expõem as dificuldades de ensino superior na Nigéria onde as bolsas de estudo do Brasil teriam “uma grande recepção e a melhor das acolhidas, já que o esforço do povo daqui para conseguir qualquer grau de instrução é realmente comovente”²⁴⁶. E reforça “[...] o ensino universitário é pago e os estudantes disputam com dificuldades bolsas dadas pelos governos federal e estadual e por instituições particulares e governos estrangeiros”²⁴⁷. Numa entrevista, Costa Lima dimensionou a importância das bolsas brasileiras na Nigéria.

Lá na África os estudantes ficavam “caçando”, a expressão é essa, caçando bolsas de estudos fora do país. Naturalmente, a preferência era para os países ricos. Estes países tinham interesse em ter esses alunos. A Inglaterra, por exemplo, era ligada à Nigéria pela tradição colonial. Os Estados Unidos sempre tiveram interesses políticos em ter africanos formados em suas universidades, por uma questão de dominação política que continua até hoje. A colonização francesa na África foi muito grande, também. Porém, o Brasil era completamente ignorado, porque não tinha tradição de bolsistas. Os primeiros bolsistas vieram para aqui em 1961. Foi eu quem os acolheu, por conta do Itamaraty. A essa época, eu já havia sido nomeado Reitor de estudos brasileiros lá na África, no caso da Nigéria e depois em Gana. Cabia a mim escolher os alunos que preencheriam as vinte vagas oferecidas pelo Itamaraty (Costa Lima, 2004).

Os candidatos foram escolhidos entre os alunos que assistiam às aulas de Português com Costa Lima na Nigéria. O referido professor divulgou a existência das

245 Carta enviada por Costa Lima para Agostinho da Silva em 10 de março de 1961.

246 Carta enviada por Costa Lima para Agostinho da Silva em 10 de março de 1961.

247 Carta enviada por Costa Lima para Agostinho da Silva em 10 de março de 1961.

bolsas e solicitou aos interessados que remetessem cartas ao CEAO. Desde março, há cartas de nigerianos falando do interesse em vir estudar no Brasil. Em 16 de março, Rufus Bamikole Omotoxo, da cidade de Akure, diz que é aluno de Vivaldo e gostaria de vir estudar medicina na Universidade da Bahia²⁴⁸. Em 25 de março I. J. Ekaete, desta vez de Abeokutá, escreveu no mesmo sentido e elogiou muito o trabalho de Costa Lima. “Professor Lima is going a very good job here and his lectures are in great demand”²⁴⁹. Essas cartas eram formas de mostrar ao CEAO e ao Departamento Cultural do Itamaraty, para onde esses estudantes eram orientados a escrever, o interesse dos nigerianos em estudar no Brasil.

Em 09 de junho, Agostinho da Silva apresentava a Wladimir Murtinho, os estudantes Akinkunmi Oladepo Akimpelu e Amos Abiodun Fashina, informando que estavam interessados em freqüentar universidades brasileiras. “Tenho a impressão, pelo grande número de cartas recebidas aqui, que haverá numerosos pedidos de bolsistas nigerianos. Talvez se pudesse um dia conseguir da Presidência da República qualquer crédito especial destinado a aumentar a quota destes estudantes”. Agostinho tentava, deste modo, ampliar a quantidade de bolsistas oriundos da Nigéria, principal alvo do intercâmbio intermediado pelo CEAO. O argumento, sabemos, assentava-se especialmente “influência africana neste estado”. Como Fashina interessava-se pelo curso de matemática, Agostinho acrescentou que além da “fisionomia da cidade”, no CEAO este aluno estaria próximo “dos grandes centros culturais do Rio de Janeiro” para onde sugeria que ele realizasse seu curso²⁵⁰.

Mesmo que o chefe do departamento cultural lhe confirmasse o número de vinte bolsas a serem distribuídas entre Gana, Senegal e Nigéria²⁵¹, Silva voltaria a sugerir o aumento de bolsistas pois “calculo que também haverá muitos no Senegal”²⁵².

248 Carta enviada por Rufus Omotoxo a Agostinho da Silva em 16 de março de 1961.

249 Carta enviada por Ekaete a Agostinho da Silva em 25 de março de 1961.

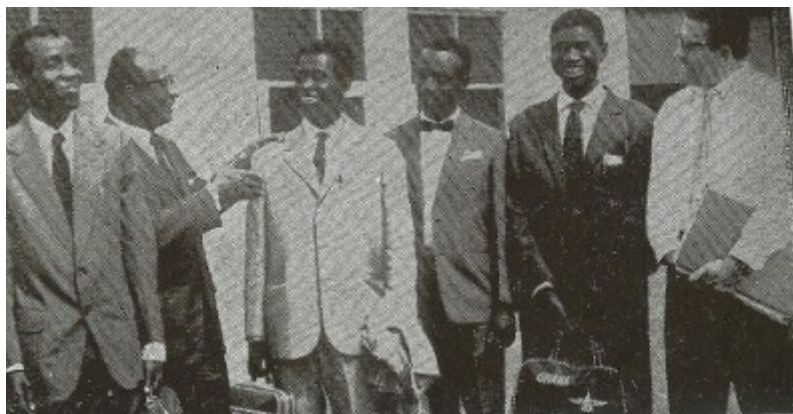
250 Carta enviada por Silva a Murtinho em 09 de junho de 1961. Nesta carta Agostinho refere-se a um subsídio para o Sr. Josephus Olubunmi McFoy do Departamento de Música, na Nigéria que pretendia “vir ao Brasil fazer pesquisas de música afro-brasileira ao mesmo tempo que seria possível conseguirmos também aqui para ele, desde que estudasse na nossa Escola de Musica com uma pequena bolsa”

251 Carta enviada por Murtinho a Silva em 15 de junho de 1961.

252 Carta enviada por Silva a Murtinho em 20 de junho de 1961. Essas cartas foram trocadas às vésperas da viagem que Murtinho faria por Dakar, na qual, esperava Agostinho, saísse “logo o plano geral” das ações na África.

A seleção dos estudantes na Nigéria foi a mais tranqüila. Costa Lima não fez maiores referências a esse processo²⁵³. Problemática foi a seleção de estudantes oriundos de Gana, chamada de “laboriosa luta”²⁵⁴. A deliberação das bolsas estava submetidas à Kwane N’Krumah. O presidente do país era “o *chairman* do Comitê de Bolsas de Estudo” e primeiro chanceler da Universidade (University College of Gana). Ele sacramentou a distribuição, ao que parece, a partir de uma lista de cursos previamente estabelecida. Assim a questão das bolsas era um “caso decisivamente político”²⁵⁵. Mas a possibilidade de vir ao Brasil foi divulgada na Universidade. Raymundo de Sousa Dantas, o embaixador brasileiro, contou que certa vez, ao sair da Universidade de Gana, onde passava tardes realizando leituras, alguém o interpelou à procura de Costa Lima e de bolsas de estudo para o Brasil (Dantas, 1965, p. 78).

O jornal ganense *The Ghanaian Times* registrou, em 05 de dezembro de 1961, os estudantes selecionados embarcando para o Brasil. O recorte foi enviado da embaixada em Acra para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores no Brasil.



Recorte da fotografia que ilustrou o jornal ganense *The Ghanaian Times*, em 05/12/1961. Nele podemos ver o embaixador Raymundo de Souza Dantas (segundo da

253 A relativa tranqüilidade na seleção dos bolsistas tem relação com a inserção de Costa Lima numa ocupação marcadamente acadêmica. Situação diversa da vivida em Gana, onde atuou como adido cultural.

254 Carta enviada por Costa Lima para Waldir Oliveira em 30 de novembro de 1961.

255 Carta enviada por Costa Lima para Waldir Oliveira em 27 de novembro de 1961.

esquerda para a direita) e o Adido Cultural e leitor brasileiro Vivaldo da Costa Lima (último à direita) em meio aos estudantes ganenses de partida para o Brasil²⁵⁶

O outro responsável pela seleção de bolsistas foi Pedro Moacir Maia, leitor brasileiro em Dakar, Senegal. Em 1961, ano da articulação para a vinda dos estudantes, há apenas uma carta sua, com seis páginas, datada de 24 de dezembro, enviada a Costa Lima, na qual ponderou a respeito de diversos temas: seu trabalho em Dakar, suas viagens pessoais, o envio dos bolsistas do governo brasileiro²⁵⁷. Das 20 bolsas designadas, 10 estavam a cargo de Maia. “cinco para senegaleses com curso secundário completo, que quisessem fazer estudos superiores no Brasil; e cinco para diplomados pela Université de *qualquer país*, que quisessem fazer especialização de qualquer assunto”²⁵⁸. Logo veremos como seus bolsistas estavam fora do perfil aguardado na Bahia. A ausência de notícias em torno da confirmação da viagem, por parte do Itamaraty, as viagens que o professor realizou a passeio na Espanha, e a conseqüente desistência de seus escolhidos daomeanos, levaram o professor Maia a escolher seus bolsistas na última hora.

No caso dos selecionados no Senegal, Costa Lima irritou-se com o atraso na organização da documentação dos bolsistas que deveria está pronta em outubro. “O turismo europeu do Moacir Maia atrasando todo o plano, pois seus alunos só serão escolhidos na sua volta das Espanhas sabe Deus quando. E querem com gente assim fazer política cultural na África”²⁵⁹. A carta de Maia à Costa Lima explicou que os quatro daomeanos escolhidos para virem ao Brasil haviam desistido, na última hora, em função dos atrasos do Itamaraty, o que lastimou mais que qualquer outro²⁶⁰.

A despeito do processo que se encaminhava na Nigéria, Senegal e Gana, no Brasil, a renúncia de Jânio Quadros, havia criado um momento de grande indefinição no

256 Fotografia retirada da notícia jornalística anexa ao ofício da embaixada de Acra ao Brasil, n 60, em 1961. Ofício enviado da Embaixada de Acra para Ministério das Relações Exteriores no Brasil. 1961. CDO, Secção de Séries, Embaixada de Acra – Ofícios, 1961/2.

257 Carta enviada por Pedro Moacir Maia a Costa Lima em 24 de dezembro de 1961.

258 Carta enviada por Pedro Moacir Maia a Costa Lima em 24 de dezembro de 1961. p. 2. Grifo do autor.

259 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 02 de outubro de 1961.

260 Carta enviada por Pedro Moacir Maia para Costa Lima em 24 de dezembro de 1961.

país acerca das ações voltadas para África. Após a liberação das bolsas em maio, seguiram-se vários meses de silêncio. Não há cartas, entre Agostinho da Silva e Costa Lima, desde meados de maio até setembro de 1961²⁶¹. O assunto dos bolsistas voltaria a ser tema de cartas somente em 05 de setembro, quando Agostinho da Silva, ainda como diretor do CEAO, respondeu a uma série de três cartas sobre pedido de bolsas realizado por nigerianos, aos quais ele encaminhou que escrevessem a Costa Lima em Acra, Gana²⁶².

A mudança no governo havia gerado uma crise. Durante algum tempo não se sabia de informação alguma sobre África, muito menos sobre as bolsas. Em 19 de setembro Costa Lima escrevia a Waldir Oliveira, novo diretor do CEAO, reclamando a ausência de comunicações: “Não sei de nada, nem daí, nem do Itamarati. Data de viagem dos bolsistas [...]”²⁶³. Dez dias depois a resposta: “Nenhuma notícia do Itamarati, estamos mesmo apreensivos [...] Quanto ao programa dos bolsistas, a situação ainda é pior. Não sabemos se eles virão, quando virão – ou para onde virão. E se vierem mesmo para aqui, nada existe preparado para recebê-los”²⁶⁴. Um dos interessados, I. J. Ekaete, da cidade de Abeokuta, Nigéria, que já havia escrito ao Centro, o fez novamente em busca de informações ao que Waldir Oliveira respondeu, em meados de outubro, que enviasse correspondência a Costa Lima ou a Wladimir Murtinho, chefe do Departamento Cultural do Itamaraty²⁶⁵. Talvez o ministro pudesse dizer algo a respeito. Waldir pensou ainda em solicitar que o próprio reitor telegrafasse ao Murtinho já que o nome da Universidade encontrava-se envolvido “nisto tudo”²⁶⁶. O afastamento de Agostinho do CEAO naquele mês de setembro contribuía para aumentar as inseguranças acerca do intercâmbio, como expressava Verger, na carta em 27 de

261 Durante o mês de julho, Costa Lima esteve na Bahia.

262 Cartas enviadas por Agostinho da Silva a Akinkummi Oladepo Akinpelu e Francis Abiodun Oni, ambos em Ibadan, Nigéria; outra carta foi enviada a I. J. Ekaete em Abeokuta, Nigéria. Todas em 05 de setembro de 1961.

263 Carta enviada por Costa Lima para Waldir Oliveira em 19 de setembro de 1961.

264 Carta enviada por Waldir Oliveira a Costa Lima em 29 de setembro de 1961.

265 Carta enviada por Waldir Oliveira a I. J. Ekaete, em 18 de outubro de 1961.

266 Carta enviada por Waldir Oliveira a Costa Lima em 29 de setembro de 1961.

setembro onde questionava a Costa Lima: “Que será de venida (vinda) dos bolsistas da Nigéria aqui”²⁶⁷?

Pouco depois as coisas pareciam resolvidas e Waldir Oliveira revelou otimismo. Em 25 de outubro disse a Costa Lima que aguardava os bolsistas nigerianos e que “tudo estava se arrumando para que o curso funcionasse cem por cento”²⁶⁸. Nos dias seguintes falou em jornais com maior precisão a respeito do intercâmbio. Os bolsistas de Gana e Nigéria chegariam à Salvador no dia 15 de novembro. A vinda estava a cargo da divisão cultural do Itamaraty e a Universidade da Bahia era responsável pela hospedagem e pelos cursos de português a serem realizados no Gabinete de Fonética e pelo curso de cultura brasileira, a ser realizado na nova sede do Centro de Estudos Afro-Orientais²⁶⁹. Ficariam durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro e, posteriormente, matricular-se-iam em qualquer universidade brasileira para realizar cursos de graduação (*Estado da Bahia*, 28/10/61).

A crise política pela qual passava o Brasil afetou as atividades do Itamaraty. A continuidade que a política africana experimentou após a mudança de governo, não significou uma retomada enérgica das ações. Ao contrário, no caso dos bolsistas, a vinda foi muito menos resultado do trabalho do Itamaraty que dos promotores da idéia, como Costa Lima, que, mesmo sem confirmação oficial sobre a efetivação das bolsas, havia preparado os bolsistas para irem no mês de outubro a Dakar, de onde partiriam para o Brasil. Em 02 de outubro, “quando tudo estava arrumado”, Costa Lima escreveu a Waldir Oliveira relatando o transtorno que o adiamento da viagem para novembro causou aos bolsistas, os quais haviam deixado o trabalho com um mês de antecedência. Do Itamaraty não houve “sequer um telegrama” para informá-lo, afirmou²⁷⁰. Do CEAO, Waldir Oliveira escrevia em 16 de novembro a completa desinformação sobre a chegada

267 Carta enviada por Verger a Costa Lima em 27 de setembro de 1961. *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 253.

268 Carta enviada por Waldir Oliveira a Costa Lima em 25 de outubro de 1961. Nesta mesma carta, Oliveira refere-se as dificuldades na Universidade e seu conseqüente pedido de demissão. “As coisas aqui andaram ruins e foi esta a razão da demora; cheguei a ter que pedir demissão da direção do Centro dada a incompreensão com que estava sendo olhado o nosso trabalho, e a demora em resolver-se o caso de Souza Castro... Mas felizmente tudo passou e um armistício foi firmado”.

269 Em 02 de julho de 1961 ocorreu a inauguração da nova sede do CEAO, transferida da reitoria para um prédio no bairro Garcia, a princípio alugado pela universidade.

270 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 02 de outubro de 1961.

dos africanos. “Imagine Vivaldo, que hoje são 14, amanhã deveriam estar chegando os bolsistas africanos, e nenhuma notícia temos nem do Itamarati, nem do Agostinho [...] Não tenho pois notícias a lhe dar a respeito”²⁷¹.

Num bilhete enviado de Lagos, Nigéria, enquanto acertava os passaportes, Costa Lima passava por problemas semelhantes aos de Moacir Maia. Das seis bolsas conseguidas – “a duras penas” – um estudante não pode mais esperar e desistiu em função de uma bolsa na Hungria e outro estava por desistir²⁷². As “mancadas e atrasos” do Itamaraty não pararam por ali. Vejamos o relato de Costa Lima em 27 de novembro:

Fui à Nigéria dar o Visa nos passaportes. Este Itamarati é das Arábias... Avisa para os estudantes estarem sem falta até o dia 30 em Dakar. Os rapazes marcam a passagem (com grande dificuldade, pois o Govêrno, ainda por culpa do Itamarati, não deu passagens para êles) – passam por aqui hoje 27, estarão em Dakar a 28, e ontem, 26, telegrafa o Itamarati dizendo que o avião só sairá de Dakar a 7 de dezembro²⁷³!

Não houve jeito. Vivaldo da Costa Lima embarcou-os para Dakar no dia 28, onde passaram uma semana tendo aulas improvisadas de português com Pedro Maia. Este, após desistências dos seus selecionados, reuniu uma turma bastante heterogênea.

3.1.1 O desembarque na Bahia

Após tantas dificuldades o grupo chegou a Salvador, em início de dezembro, dia 07, última data marcada pelo Itamaraty, numa quinta-feira. Recepcionados por Oliveira, o grupo teve o primeiro final de semana agitado. Na sexta-feira, um passeio com Pierre Verger na Conceição da Praia, em 08 de dezembro, dia de tradicional festa popular; no sábado, um encontro com Nelson Rossi, futuro professor de português; no domingo, uma festa preparada especialmente para os recém-chegados no Axé Opô Afonjá, terreiro de mãe Senhora. Na segunda-feira, início do curso.

271 Carta enviada por Waldir Oliveira a Costa Lima em 16 de novembro de 1961.

272 Carta enviada por Costa Lima a Oliveira em 18 de novembro de 1961.

273 Costa Lima. Carta enviada a Waldir Oliveira em 27 de novembro de 1961.



Nota publicada pelo *Jornal da Bahia* em 10/12/1961, anunciando a chegada à Bahia, do primeiro grupo de estudantes africanos

Os estudantes foram assim identificados por Verger:

5 YORUBAS em traje nacional, todos bastantes simpáticos, 5 de Gana, conscientes e reservados, 4 do Senegal (1 francês, branco como neve, 1 moça mestiça de peuhl e de francês com algum outro sangue, um cabo-verdiano, (ou mais exatamente um filho de um cabo-verdiano e uma descendente da Bahia), e finalmente um camaronês [...] representativo do Senegal)²⁷⁴.

Os jornais noticiaram a chegada de quinze estudantes. Verger apresentou quatorze e, de fato, essa foi a quantidade inicial. Um pouco reduzido em relação à proposta inicial de vinte pessoas, o grupo tinha a concentração de pessoas oriundas de países da África Ocidental para onde foram liberadas as bolsas²⁷⁵. Para lá convergia o

274 Verger. Carta enviada a Costa Lima em 11 de dezembro de 1961. *Afro-Ásia*, 2007, n. 37, p. 259. Destaque do autor.

275 Agostinho da Silva, lembrando suas ações no CEAO, e referindo-se a vinda dos estudantes africanos, informou, equivocadamente, que no primeiro ano chegaram *cinquenta bolseiros*. Agostinho da Silva. *O nascimento do CEAO*. *Afro-Ásia*, n. 16, 1995, p. 8.

interesse dos pesquisadores do CEAO e parte das ações da política externa, além da presença de Costa Lima e Pedro Maia.

Os estudantes a cargo de Costa Lima vieram da Nigéria e Gana. Os nigerianos Abiodun Fashina, Olufeni Onajin, Francis Abiodun Oni, Olumuyiwa Opaleye e Akimkunmi Akimpelu eram iorubás. Na ficha feita no CEAO, apenas o último deste não registrou que, além do inglês, falava a língua iorubá. Registraram que queriam estudar arquitetura, medicina, economia e “agricultura”. Sobre a escolaridade, os que informaram haviam terminado o “high school”²⁷⁶ em Ibadan, onde Costa Lima ministrava as aulas de português.

Os ganenses eram Francis Quaye, Osei Akuamoá, Samuel Cobbold, Yan Offe Boateng e George Frempong. Como os anteriores, alguns anunciaram serem falantes além do inglês, das suas línguas nacionais como o gã, o twi e o fanti, e também haviam concluído o High School. Como opções de cursos, além de medicina e economia, registraram a odontologia e geologia.

A turma vinda do Senegal, segundo o registro nas fichas, possuía apenas uma senegalesa. Collete Simone Diallo veio realizar curso de pós-graduação. Tinha certificado de espanhol e línguas hispano-americanas da Faculdade de Letras de Dakar e havia estudando português durante cinco meses com Pedro Maia. Seu interesse residia em estudar filologia portuguesa e literatura brasileira e preparar tese sobre um autor brasileiro. Como registrou a descrição de Verger, tratava-se de uma “mestiça”. Este diferencial aliava-se ao fato de ser a única mulher da turma

276 Cursos equivalentes ao ensino médio no Brasil.



Primeira turma de estudantes africanos no CEAO. Acervo do CEAO, nº 87

As novidades na turma vinda do Senegal não paravam por aí. O segundo bolsista para curso de pós-graduação era Claude René Cros, que na ficha é registrado como francês, “branco como a neve”. Maia teve que explicar a Costa Lima que nos critérios estabelecidos pelo Itamaraty não havia restrição para as bolsas de pós-graduação para pessoas oriundas da Universidade de Dakar. De acordo com matéria organizada pelo jornalista Flávio Costa – chefe do setor de informação e intercâmbio do CEAO – e publicada na revista *Fatos e Fotos*, em 20 de janeiro de 1962, o branco “também era um africano”, mas Waldir Oliveira teve que dar explicações a mãe Senhora sobre o que “aquele branco estava fazendo em meio aos africanos dela” (Oliveira, 2004) o qual não está registrado na histórica fotografia feita naquele dia.

A ficha que registra a formação de Cros evidencia diversidade de cursos superiores, diferenciando bastante do perfil dos demais bolsistas. Falava inglês, francês e noções de alemão.

Tem certificado de estudos literários modernos (Universidade de Torlouse), Curso de Sociologia Geral (um ano - Paris); Curso de Psicologia Social (um ano); Curso de economia política (Faculdade de Direito de Dakar (03 anos). Próximos estudos: deseja fazer tese sobre a estrutura e evolução das cidades brasileiras e apresentar aqui ou em Paris; quer conhecer outras cidades para o trabalho²⁷⁷.

²⁷⁷ Ficha de Claude René Cross no CEAO. 1961.



Fotografia anexada à ficha de Claude Cros. Bolsista de pós graduação vindo da Universidade de Dakar, em 1961. Único branco da delegação

Sobre Paul Etamé Ewane, oriundo de Camarões, há menos informações. Sua ficha registra o certificado de dois anos de estudo em ciências econômicas e direito administrativo, desejando continuar o primeiro curso em São Paulo, além de se especializar em Português.

Cristóvão Morais era cabo-verdiano e estava a quatro anos no Senegal. Registrou nacionalidade senegalesa. Estudava medicina e “passou em Lisboa até o 3º ano de licenciado”. Um diferencial do perfil de Morais residia no fato de ser bolsista oriundo de país sob colonização portuguesa. Se morava em Dakar à quatro anos, depreende-se que havia se afastado do curso em Lisboa. Em se tratando de um país que insistia no colonialismo, o afastamento do estudante de Cabo Verde e de Lisboa pode estar relacionado à repressão colonial. Desejava continuar seus estudos no Brasil.

O perfil do décimo quinto bolsista, um estudante guineense corrobora as interrogações acerca da mobilidade de Morais. Fidelis Cabral D’Almada chegou por último. Embarcado em Dakar ainda em dezembro, o bolsista contaria suas dificuldades para fugir da perseguição colonial portuguesa²⁷⁸. No Brasil desejava continuar seus

278 Fidelis destacou-se na luta anti-colonial contra os portugueses, sendo um nome importante em seu país. Posteriormente, assumiu o cargo de ministro da Educação e, por tudo isso, foi motivo de orgulho para alguns no CEAO, como a futura diretora Yêda Castro. Ver Yêda Castro. *A experiência do CEAO*. Datilografado. s/d. Waldir Freitas, em seu relato sobre os bolsistas, não se refere a presença de Fidelis. Entrevista Gravada,

estudos em direito e estudar ciências políticas e sociais em São Paulo²⁷⁹. Falava português, francês, crioulo e inglês. As viagens registradas em sua ficha evidencia como estava se preparando para a luta anti-colonial.

Frequentou as faculdades de direito de Coimbra e Lisboa. Teve intenso treino das línguas mencionadas durante as frequentes viagens que fez ao estrangeiro. Visitou todos os países da Europa Ocidental durante cinco anos consecutivos. Realizou todas estas viagens durante as férias grandes. Frequentou cursos de férias e campos de trabalho em diversos países.²⁸⁰



Fotografia de Fidélis Cabral D'Almada. Guineense, bolsista do CEAO em 1961. Posterior destaque na luta anti-colonial em Guiné Bissau

3.1.2 Estudantes africanos na África “baiana”

2004b.

279 A vinda ao Brasil de Cristóvão Morais e Fidélis Cabral D'Almada resultam de fugas da política portuguesa, fosse nas colônias ou metrópole. No entanto, os diversos registros da liberação de bolsas de estudos por parte do governo brasileiro, ao assinar a inclusão de estudantes de Guiné Bissau e Cabo Verde, leva a equivocada conclusão de que o governo brasileiro teria liberado bolsas para esses países, quando isto não aconteceu. Ver Sombra Saraiva, 1996, p. 95.

280 Ficha de Fidélis Cabral D'Almada no CEAO. 1961.

A expectativa em torno da chegada dos africanos a Salvador não era compartilhada apenas pelos intelectuais envolvidos na empreitada. Mãe Senhora, líder religiosa de importante terreiro em Salvador, o Ilê Axé do Opô Afonjá, também aguardava a chegada daqueles “parentes”. O destaque para os iorubás, feito na descrição de Verger, tinha uma razão. Eles eram o alvo principal do intercâmbio com África. Esperados pelos pesquisadores da religiosidade de matriz africana e pela comunidade religiosa em Salvador, trazê-los significava reativar laços culturais, mais precisamente religiosos, com o povo-de-santo da Bahia. Agostinho da Silva, quando discutiu com o Itamaraty sobre a necessidade do intercâmbio cultural com África – primordial para ele - já havia se convencido que, pelo menos na Bahia, a maior influência era dos povos iorubá. Entendeu que esse viés de aproximação era caro ao governo brasileiro.



Recepção no terreiro Ile Axé Opô Afonjá, em 10/12/1961, preparada para os estudantes africanos recém-chegados em Salvador. Ao centro a ialorixá Maria Bibiana do Espírito Santo, Mãe Senhora de Oxum, cercada por alguns estudantes ²⁸¹

281 Fotografia extraída da revista *Fatos e Fotos*, em 20/01/1962. Recorte consultado na hemeroteca do Centro de Estudos Afro-Orientais. Ver www.ceao.ufba.br/biblioteca/hemeroteca

Pierre Verger em sua correspondência com Vivaldo Costa Lima apontou, mais de uma vez, que o CEAO ao promover esse intercâmbio estaria reativando laços religiosos. O contato com os iorubás significava para o povo-de-santo e para alguns pesquisadores, como Verger, o contato com os “ancestrais”. Estava sempre em contato com eles. Em Londres...“Encontrei bastante Yoruba aqui, asi tem ocasioes de falar e saudar a gente na nobre língua dos encantados”²⁸². Portanto, quando soube das intenções do governo em patrocinar o intercâmbio para o Brasil, Verger sugeriu que os iorubás deveriam ficar em Salvador, os “outros” poderiam ir para outros estados. Esta longa citação, retirada da carta enviada à Costa Lima, em 16 de abril de 1961, quando Verger tomou conhecimento da iniciativa estatal, fornece a dimensão dessa perspectiva na promoção do intercâmbio. Não sem motivos, uma festa no terreiro de uma importante mãe-de-santo fora preparada para recepcioná-los.

Me dice também das instenções das autoridades Brasileiras de promover um intercambio de bolsistas e querer ter muitos Africanos ir nas Universidades do Brasil. Oxalá que seja você que seja encarregado de determinar para cual Universidade seria desejavél mandar os varios Nigerianos, porque so você podria ter na mente a oportunidade desse intercambio para mandar gente da terra Yoruba a Bahia, aonde podem encontrar gente com cual comunicar... e ... oxalá [“comungar”]... porque você sabe por experiencia passada (Oniegbuta), a actitude de gente de outras nações na vista de um bonito “sire de candomblé”. E seria bem dedagradavel ter gente do Norte e do Este na Bahia aonde ficariam sem laços e até com certo desden, e que estos podem ir com muito proveito para São Paulo, Bello Horizonte, o Rio de Janeiro. Porem que so Yoruba pode gozar e apreciar a su justo valor o milagro de fidelidade e de dignidade dos nossos “parentes” da boa terra, e tirar uma proveitosa conclusão de tal constatação. Creio que seria bom você escrever neste sentido a nosso Agostinho que você puxou já um pouco do lado da seita.²⁸³

O viés religioso era uma perspectiva pela qual intelectuais localizados na Bahia olhavam para os africanos. A ligação entre esses intelectuais e os terreiros tradicionais já foi apontada no discurso de Jorge Amado na abertura da festa do IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros. Verger não se furtou em destacar informações dos primeiros momentos na Bahia, especialmente, para os estudantes da Nigéria. “Passei com os 5

282 Carta enviada por Verger a Costa Lima em 27 de fevereiro de 1961. *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 247.

283 Verger. Carta enviada a Costa Lima em 16 de abril de 1961. *Afro-Asia*, 37, 2008, p. 249-250. Destaques do autor.

iorubas em Conceição no dia seguinte a sua chegada[...] Infelizmente, nem Oni Abiodum, nem Kaindé estavam na festinha [no terreiro de Senhora] porque algum xato os levou a Feira de Santana e não voltaram a tempo”²⁸⁴.

Beatriz Góis Dantas, em seu livro *Vovó Nagô, Papai Branco. Usos e abusos da África no Brasil* (1988), analisou como intelectuais que realizaram estudos sobre as populações negras na Bahia, desde o final do século XIX, construíram e sedimentaram a idéia de que os povos oriundos da África Ocidental, notadamente os chamados iorubás ou nagôs, teriam tido as contribuições mais significativas para a cultura brasileira²⁸⁵. Essa influência, verificada através de práticas culturais africanas, associadas à idéia de pureza, podia ser observada nos candomblés. Assim, os terreiros identificados como nagôs eram tidos, pelos estudiosos, como “puros” em contraposição aos que tinham outras matrizes culturais – angola, indígena – tidos “misturados”, “impuros” e, portanto, não associados a uma religião, mas a “prática maléfica de feitiçaria” (Dantas, 1988, p. 182-192). Deste modo, a idéia de África, vista a partir do recorte de determinados países da África Ocidental, como Nigéria e Daomé, foi reproduzida no CEAO. O nagocentrismo fez-se presente nos trabalhos publicados na *Afro-Ásia*, revista do CEAO, importante instrumento para a divulgação de suas pesquisas²⁸⁶.

Pode se compreender, assim, a empolgação de Verger diante da possibilidade de trazer os estudantes iorubás para a Bahia, promovendo um reencontro com uma cultura que estaria viva²⁸⁷ neste estado. Ao chamá-los de “parentes”, Verger acreditava que eles

284 Carta de Verger a Costa Lima em 11 de dezembro de 1961. *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 259.

285 Raimundo de Nina Rodrigues, primeiro a dedicar-se a estudos “afro-brasileiros”, observava, desde fins do século XIX, a presença da cultura africana na Bahia. Outros foram Manoel Quirino, Silvio Romero. A partir dos anos 1930 destacaram-se Édson Carneiro, Artur Ramos e Jorge Amado referindo-se as contribuições africanas para a cultura baiana. Ver Jeferson Bacelar. *Hierarquias das Raças: Negros e Brancos em Salvador*. Rio de Janeiro, Pallas, 2001. pp. 125-141 e, Beatriz Góis Dantas. *Vovó Nagô, Papai Branco. Usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1988. Ordep Serra teceu críticas ao trabalho de Dantas em relação a supervalorização do papel dos estudiosos na supremacia nagô. Ver Ordep Serra. *Águas do Rei*. Petrópolis, Vozes, 1995.

286 Ver revista *Afro-Ásia*, números 2-3; 4-5; 6-7, 8-9, 10-11, de 1965 a 1971.

287 Os estudiosos e os religiosos que buscavam em países da África as expressões culturais presentes na Bahia estavam imbuídos de uma perspectiva que tomava cultura como algo estável, estanque. Trabalhava-se a partir do conceito de que cada grupo étnico possuía uma cultura (um povo=uma cultura) e, portanto, essa cultura poderia ser transposta de um lugar para outro, como os intelectuais dos anos 1960 acreditavam que havia acontecido com “a cultura iorubá” em Salvador. Manuela Carneiro da Cunha, ao

não se sentiriam estrangeiros diante da forte presença da religiosidade iorubana em Salvador. Mais ainda, esta idéia tem relação com a própria religiosidade, através da qual, após iniciados, os adeptos tornam-se parentes rituais. Pierre Verger, ao ser iniciado no culto a Ifá, no Benin (antigo Daomé), recebeu o nome de Fatumbi, que significa “o renascido por Ifá”, e assumiu a postura de um interlocutor entre o mundo sagrado e o mundo dos homens ou, como atuava entre o povo-de-santo e os intelectuais, agindo como porta-voz, um “mensageiro entre dois mundos”²⁸⁸. Nessa condição, Verger, um homem branco e francês, conseguiu grande inserção nos candomblés da Bahia. A relação entre os intelectuais e a religiosidade afro-brasileira era tão expressiva que até mesmo o português Agostinho da Silva, em sua passagem pela Bahia, assumiu um cargo no terreiro do Alaketu, sob a direção de Olga²⁸⁹. Enquanto aguardava a chegada dos estudantes africanos, Waldir Oliveira levou Lauro Escorel, o chefe da Divisão Cultural do Itamaraty, a uma festa na casa de Mãe Senhora. “Este último *gostou da brincadeira*”, disse a Verger²⁹⁰. Nessa festa estava também Lasebikam, o professor nigeriano, que também se aproximava da religiosidade afro-brasileira.

Referências a religiosidade de matriz africana – expressões em iorubá, rituais e festas nos terreiros de candomblé - estavam sempre presentes nas cartas de Verger a Costa Lima. Em 20 de outubro dizia “Obrigado pelo icôidê, eu o instalei sobre a cabeça do Xango pintada por Caribe, e ele flutua ao vento da Bahia, impregnando-o de muito ashé vindo de oluaiye. Veo regularmente Sinval nas cerimônias do opo Afonja, faz dous dias era a festa de Xango, faltao três para a de Ogun”²⁹¹. Quatro dias depois narrou realizar pesquisas com a comunidade brasileira em Lagos (Nigéria), concluiu que a cultura, longe de imutável, era “manipulada para novos fins”. Ver Manuela Carneiro da Cunha. 1987. *Antropologia do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. pp.87-88.

288 *Pierre Verger: Mensageiro entre dois mundos* é o nome do documentário do diretor Lula Buarque de Holanda sobre a importância de Verger para a cultura africana e afro-brasileira.

289 Olga do Alaketu foi ialorixá do terreiro do Alaketu e manteve grande contato com pesquisadores ligados ao CEAO. Sobre a passagem de Agostinho da Silva em seu terreiro, ver depoimento de Olga do Alaketu num DVD anexado a Silva, Amândio & Agostinho, Pedro (orgs.). 2007. *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.

290 Carta enviada por Verger a Costa Lima, em 27 de dezembro de 1961. Ver *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 258. Grifo do autor.

291 Carta de Verger a Costa Lima, em 20 de outubro de 1961. *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 254-5.

“ontem, ogun estava entre nós no Ashé do Opo Afonjá em cinco exemplares; Moacyr estava esplendidamente vestido [...] O Xango de Rubelino ficou emocionado quando cantavam para Ogun onire”²⁹². Ao enviar um a nota jornalística sobre o reitor Albérico Fraga informou que no dia anterior “estava na roça de Dona Senhora o Domingo das Ayaba, juntamente com Jorge (Amado). Ontem foi o bori della, com 8 galinhas, 4 garrafa de vinho Venecedor tipo reserva, e um montão de acarajé, abará, acassa e outras “friandises”²⁹³. Outras pessoas ligadas ao CEAO também compartilhavam ou se aproximavam desses espaços como “mestre” Lasebikam e seus alunos que “foram vestidos de Abadás (que tinham feito para a apresentação dos filhos de Oduduwa), na cada de Dona Menininha que festejava seu santo nesse dia”²⁹⁴. Essa apresentação não deixou de mostrar a Lauro Escorel, o chefe do departamento cultural do Itamaraty, a intrínseca relação na Bahia entre a religiosidade tradicional e as relações com a África.

Nesse universo religioso afro-baiano, marcado pela integração entre as pessoas – segundo Costa Lima, uma civilização – que os estudantes africanos deveriam ser inseridos. O professor fez recomendações neste sentido.

Aí vão meus negrinhos, todos bem dotados, e ávidos de civilização baiana. Isto sei que eles terão aí na Bahia, sob as vistas do Centro e dos amigos.[...] Os ingleses criaram uma ética estúpida para esses rapazes. Precisamos reafricanizá-los na Bahia e mostra-lhes o que realmente é importante. (Espero saber o que realmente importa) [...] Veja que a turma do curso de ioruba convide para suas casa (não importa o tipo nem nada) os estudantes. É bom que eles logo se virem em toda a parte e se misture com toda a gente²⁹⁵.

É notório que Costa Lima e Verger buscavam no continente africano a África tradicional para fazer convergir com a África existente na Bahia. Mesmo focado nos iorubás, Costa Lima destacou as contribuições que os ganenses poderiam dar, uma vez em Salvador. “Os estudantes de Gana estão interessados e muito em colaborar com o trabalho do Centro. Palestras sobre seus países, costumes tradicionais etc, e mesmo

²⁹² Carta de Verger a Costa Lima, em 24 de outubro de 1961. *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 257.

²⁹³ Carta de Verger a Costa Lima, em 27 de outubro de 1961. *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 256.

²⁹⁴ Carta enviada por Verger a Costa Lima em 25 de novembro de 1961. *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 256.

²⁹⁵ Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira, em 27 de novembro de 1961.

ensino do Twi!”. Do grupo, destacou Yaw Boateng oriundo “de uma das famílias mais tradicionais ashanti”. Conhecedor das tradições, o referido bolsista “oficiou na Embaixada a cerimônia de Libação quando os estudantes foram conhecer o embaixador ontem de tarde”²⁹⁶. Ainda conhecia os tambores tradicionais. Costa Lima logo queria essa expressão no CEAO: “providencia a feitura de um par dos tambores para o Centro, para estudos e demonstração”. A todos os bolsistas ganenses recomendou que desembarcassem usando “Kente” em Salvador, as roupas usadas em cerimônias, festas²⁹⁷.

Se Costa Lima enxergou semelhanças entre os dois grupos, outras diferenças seriam muito significativas entre eles. “Recomendo o maior cuidado com os estudantes de Gana, gente bem diferente dos nigerianos, portanto menos abertos, menos talvez cordiais, mas de igual categoria e ambição. Recomendo que use o Cobbold como contato com o grupo, por mais maduro”²⁹⁸. Isso também foi alvo de considerações por parte de Pedro Maia que passou uma semana com o grupo.

Há, não esquecer-me: achei uma diferença enorme entre os nigerianos e os ganeanos: os primeiros, mesmo com meu inglês (mas servia-me de intérpretes aqui, em inglês e ioruba), já estavam íntimos no dia seguinte, e sempre dispostos a rir, a brincar, às esculhambações; e os putos dos ganeanos, reservados, só o Quaye ria um pouco, muito dignos, e distantes, e um deles teve o topete de, no aeroporto, depois de eu dar ordem ao garçom de servi-los (com dinheiro meu), de interpelar-me porque faltara pão para ele! Queria falar inglês como Joyce, naquele instante... E naquele instante os nigerianos se reuniram, fizeram um círculo, agradeceram-me as atenções... e os outros porretas... neca²⁹⁹!

A diversidade de pessoas que chegaram à Bahia através do intercâmbio deu uma pequena mostra das diferentes Áfricas que buscavam contato com o Brasil. Ficaremos sem saber o que os estudantes, iorubás, ganenses ou a senegaleza, acharam ao serem aproximados a essa dimensão da africanidade baiana. Pode-se observar, a partir da

296 Costa Lima explica que “é uma cerimônia tradicional aqui realizada sempre que se parte ou se chega de algum lugar distante”.

297 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 3 de dezembro de 1961.

298 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 03 de dezembro de 1961.

299 Carta de Pedro Maia a Vivaldo Costa Lima, em 24 de dezembro de 1961.

recepção dada aos estudantes enviados por Pedro Maia, que se afastavam dessa africanidade iorubá.

Cristóvão Morais, o cabo-verdiano, e Fidelis Cabral D'Almada, o guineense criticariam veementemente o colonialismo português praticado nas terras africanas,³⁰⁰ importante assunto político que o governo brasileiro escamoteava em sua aproximação com a África e que o CEAO, ao priorizar as relações culturais, não dava relevância. A presença de Claude Cros, um branco, incomodou não apenas a ialorixá. De acordo com o pensamento motivador do intercâmbio promovido pelo CEAO, assentado na idéia de pureza racial e cultural que se encontraria na África, Cros não possa uma legitimidade africana pois era branco. Sua presença em meio aos estudantes não recebeu destaque. Na cobertura jornalística dada aos estudantes, um dos poucos registros fotográficos está na revista *Fatos e Fotos*, já citada. Basta voltar à reportagem do *Jornal da Bahia*, para verificar que Cros não foi fotografado. Após as aulas no CEAO, não há informações para onde teria seguido. Na ficha com seus dados, feita quando chegou ao CEAO, há apenas um escrito a lápis avisando que “voltou”³⁰¹.

Colette Diallo, ao contrário de Cross, figurou nas notícias jornalísticas. A nota que anunciou a chegada dos estudantes informava a presença de “uma bela moça”. A professora de línguas teve sua opinião registrada sobre o colonialismo (*DN*, 10/12/61) e o intercâmbio Brasil-África (*Visão*, 12/01/62). Além da foto principal, a senegalesa pode ser vista num detalhe na reportagem da revista *Fatos e Fotos* (abaixo). Embora o destaque fosse sempre dado ao fato de ser a única “moça” do grupo, acredito que sua tez “mestiça”, mesmo fora do padrão de africanidade “puro” esperado, apresentava uma clara correlação com a mestiçagem brasileira. Pode-se inferir que Diallo era a mais “brasileira” dos que aqui chegaram, daí sua evidência.

300 Sobre isso ver a reportagem “Estudantes falam sobre racismo e independência falsa que existe em África”, publicada no *Diário de Notícias*, em 10/12/1961. Disponível no site www.ceao.ufba.br/biblioteca/hemeroteca

301 Paulo Farias registrou que Cross casou-se com uma baiana chamada Maria Helena, aluna de sua então esposa Rena, e moravam em Dakar. Ver entrevista de Paulo Farias, 2010.



Foto de Colette Diallo, estudante senegalesa que integrou o primeiro grupo de estudantes africanos na Bahia, em 1961. Detalhe da reportagem da revista *Fatos e Fotos*, em 20/01/62³⁰²

Mas, o que a oportunidade de estudar no Brasil significava para alguns deles? O que tinham a dizer sobre seus países? As fontes disponíveis para conhecer um pouco de seus pensamentos e perspectivas estão em jornais locais.

3.1.3 “Entrevista com os africanos”: Colonialismo, relações com o Brasil

Em 10 de dezembro de 1961, num domingo, o *Jornal da Bahia* trouxe uma pequena nota sob o título *Estudantes africanos fazem estágio na Uba*, acompanhada de

302 Recorte da Revista *Fatos e Fotos*, disponível no site www.ceao.ufba.br/biblioteca/hemeroteca

uma foto de parte do grupo. Além de dar informações sobre a chegada dos estudantes, origem e o que eles fariam, o jornal ressaltou o entusiasmo com o Brasil, a “repulsa ao colonialismo europeu na África e informou que alguns tomaram parte nas manifestações de protesto contra a morte de Lumumba” (*JB*, 10/12/1961).

A cobertura da imprensa baiana registra alguma informação a respeito do continente africano. Uma única pesquisa é datada no início da década de 1970. Anani Dzidzienyo, ganense que veio realizar pesquisas no Brasil – no Centro de Estudos Afro-Orientais - analisou a cobertura dada pelo *Jornal da Bahia*. Em *África vista do Brasil (Afro-Ásia, 1970)*, o autor aludiu a destaques pontuais que o continente passou a receber nos anos sessenta. De acordo com Dzidzienyo, a independência de países ou informações geográficas foram apontados rapidamente e sem contextualização; discussões mais significativas passaram a ser apresentadas neste jornal por Pimentel Gomes, jornalista, que na coluna *África de hoje* abordava o tema da retomada das relações Brasil-África e criticava a interferência de Portugal e seu colonialismo. Segundo Dzidzienyo, esse tema apareceu ao longo de 1960/1961, narrando a expectativa de retomada de relações com países africanos prometidas com a candidatura e, posteriormente, a eleição de Jânio Quadros.

Para os que acreditavam na necessidade de se rever tais relações havia grande expectativa de que o Brasil rompesse com a política salazarista. Estes debates chegaram a ser tema de um editorial do *Jornal da Bahia*, em 26 de janeiro de 1961. Naquele mesmo ano, o tema das relações com África emergiu a partir das ações do Centro de Estudos Afro-Orientais, como a nota a respeito dos estudantes africanos na Bahia. De acordo com o trabalho de Dzidzienyo, através do *Jornal da Bahia*, a capital baiana participou do debate em torno do posicionamento que o Brasil deveria assumir nas relações com países do continente africano, e o conseqüente rompimento com a nação portuguesa. As notas e matérias jornalísticas publicadas a partir de entrevistas com os novos bolsistas, em fins de 1961 e início de 1962, trouxeram alguns desses debates.

Naquele mesmo domingo, o primeiro dos africanos na Bahia, em 10 de dezembro de 1961, o *Diário de Notícias*, contemplou numa nota um pouco maior que a anterior. Em *Estudantes falam sobre racismo e independência falsa que existe em África*, a colonização, especialmente a portuguesa, foi o tema em evidência. Cristóvão Morais, o estudante cabo-verdiano do grupo, foi o primeiro a denunciar o racismo português, em Cabo Verde. Collete Simone Diallo, a “única moça”, depois de destacar sua intenção em estudar literatura brasileira, também referiu-se ao colonialismo

português, ao lembrar que o Senegal, país de onde viera, foi o primeiro a expulsar a embaixada portuguesa diante de sua insistência colonialista. Cristóvão Morais acusou Portugal lembrando seu “subdesenvolvimento”, a conivência com o atual governo de Cabo Verde e a exploração que realizava de trabalhadores cabo-verdianos e angolanos. A pós-colonização foi discutida por Akin Akinpelu, estudante nigeriano que falou da independência política, mas não econômica, vivida pelo seu país. Segundo ele, a Nigéria era “o país mais democrático do mundo”. O estudante de Camarões, Paul Etamé, trouxe uma mensagem de seus colegas camaroneses, dizendo que a independência do país “não corresponde às aspirações do povo e eles lutam para que o mundo saiba que a independência não seja somente no papel” (*DN*, 10/12/1961).

Conheceremos mais o primeiro grupo de bolsistas africanos na Bahia através de uma matéria de página inteira, feita pela revista *Visão*, publicada em 12 de janeiro de 1962. Depois de informações sobre a chegada à Bahia, o primeiro a falar foi Cristóvão Morais que destacou a importância de relações bilaterais entre o Brasil e a África. “A África Portuguesa, particularmente, está de olhos abertos para este país; não apenas o admira como sabe que só ele poderá ajudá-la em sua libertação”. Morais evidenciou que importantes relações econômicas podiam ser estabelecidas com os países de seu continente, mas não pôde deixar de ressaltar o apoio indispensável do Brasil para a independência dos países ainda mantidos sob domínio português. Destacou o “atraso” da população cabo-verdiana em função da falta de assistência portuguesa, da falta de escolas e direitos negados para os negros. Terminou revelando que não viu discriminação racial “ponderável” no Brasil e citou uma expressão cultural cabo-verdiana semelhante ao samba do carnaval brasileiro: a “coladeira”.

Paul Etamé, o camaronês, revelou a intenção em estudar ciências econômicas em São Paulo. *Visão* referiu-se a sua “impressionante” semelhança física com Patrice Lumumba do qual o jovem disse ser fã. Interessava-se pela história e literatura brasileira e veio com o objetivo de “estudar as soluções que o Brasil tem utilizado para seus problemas de país subdesenvolvido, as quais pretende levar para sua pátria”. Enfatizou a dependência econômica de Camarões em relação à França. Segundo ele, o francês era a língua oficial e de sessenta por cento da população. Concluiu, acreditando nas possibilidades de seu país, apesar dos sérios problemas do subdesenvolvimento, e citando os diversos produtos disponíveis para exportação.

Colette Diallo – sempre definida como a “bela e única” moça do grupo – não quis, desta vez, segundo *Visão*, comentar problemas de seu país. De acordo com o texto

jornalístico, a senegalesa falou “com orgulho” da Universidade de Dakar, “uma das mais importantes da África”, cujo número de matrículas era ascendente, figurando alunos de vários países. Informou ser licenciada pela Faculdade de Filosofia e se referiu ao grande contingente populacional e aos principais produtos nacionais. A língua oficial era o francês e o dialeto mais importante o uolof. Em relação ao intercâmbio cultural Brasil-África definiu-o “como um grande passo para a libertação total dos países africanos”. *Visão* ressaltou esta afirmação como ponto de convergência entre os entrevistados. George Frempong, de Gana, que pretendia estudar medicina na Bahia, “crê que o Brasil poderá desempenhar papel importantíssimo no processo de independência total, política e econômica da África, a qual não dispensa o nosso auxílio”. Destacou, este último, as possibilidades econômicas de seu país e o desenvolvimento no plano educacional: “Já temos um número razoável de escolas secundárias e duas universidades”.

Olufemi Onajin, nigeriano, “também tem grande confiança no futuro de sua terra”. Como nas matérias anteriores, foram destacados dados populacionais, produtos de exportação e a progressão educacional com o aumento no número de universidades e escolas. Informou que, na Nigéria, além do inglês, são falados o iorubá, o haussá e o ibo.

O último entrevistado, o guineense Fidelis Cabral, o último ao chegar ao Brasil, disse a revista

[...] que, para sair de Lisboa, onde cursava o 4º ano de bacharelato, teve que lançar mão de um estrategema, dadas as dificuldades que as autoridades portuguesas opõem à saída de negros. Primeiro conseguiu uma viagem, de avião, para a Guiné, sob o pretexto de visitar a família, que há muito não via. Na Guiné, alegou que a mãe se encontrava no Senegal e conseguiu permissão para voltar a Lisboa com escala naquele país. Teve de comprar a passagem com seu dinheiro. Uma vez no Senegal, obteve a bolsa do governo brasileiro (*Visão*, 12/01/1962).

Depois de citar dados sobre a situação educacional em Guiné, os produtos nacionais e as línguas por lá faladas, *Visão* concluiu sua reportagem afirmando que “Fidelis se manifestou radicalmente contra a política colonialista de Salazar na África Portuguesa”.

Se o depoimento de Cristóvão Morais enfatizava, com veemência, a difícil situação em Cabo Verde, Fidelis D’Almada chegou a ratificar a impossibilidade da

manutenção do sistema colonialista português³⁰³. A narração de sua experiência para sair do país é demonstrativa das duras limitações impostas às populações locais. O debate acerca da situação das colônias portuguesas na África e da necessidade de permanência do colonialismo português apareceu em um dos jornais locais. A chegada dos estudantes africanos trouxe a possibilidade de dialogar com pessoas oriundas daquelas terras que pudessem expor suas experiências. Os depoimentos, a revolta, as denúncias comuns aos dois rapazes, oriundos de Cabo Verde e Guiné Bissau, permitiu a setores da sociedade baiana tomarem conhecimento de outras versões a respeito da presença portuguesa no continente africano. De acordo com as matérias aqui apresentadas, alguns periódicos estavam mesmo interessados em fazer os estudantes falarem sobre colonização/descolonização, tema em destaque por conta das independências alcançadas no continente africano e da aproximação brasileira.

Outro tema recorrente nos depoimentos dos estudantes é a crença no interesse brasileiro em aproximar-se do continente africano. O fato deles já se encontrarem no Brasil para realizar seus estudos patrocinados pelo nosso governo, fazia-os acreditar nessa possibilidade. Eles evidenciam como essa proximidade era importante para ajudá-los a resolver os problemas do subdesenvolvimento. O argumento do governo brasileiro para por em curso a política africana apresentava o Brasil como “moderna nação tropical”, ou seja, um país subdesenvolvido que conseguira resolver seus problemas e caminhar rumo ao desenvolvimento. Se assim fosse, poderia ajudar países do outro continente. A propaganda estatal brasileira, norteadada pela questão econômica, buscava, ao invés de encarar os países como concorrentes, vê-los como possíveis parceiros comerciais (Sombra Saraiva, 1996, pp. 138-148). Este entendimento fez-se presente

303 O governo português de Salazar, insistente em manter o colonialismo praticado em países africanos, buscou convencer os outros países de que sua ação era benéfica. Um exemplo dessa iniciativa foi a substituição, em 1951, do termo “colônia” por “províncias ultramarinas”. O governo brasileiro, que não se posicionava contra esse colonialismo, funcionou como um de seus aliados até meados da década de 1970. Intelectuais brasileiros também foram seduzidos pela ideologia salazarista. A tese lusotropicalista de Freyre é o maior indício disto. No entanto, essa influência nos meios acadêmicos deve ser melhor investigada já que há indícios de que além de influenciar textos de Waldir Freitas Oliveira e Adonias Filho, intelectuais baianos, o governo português foi um dos responsáveis pela organização, por exemplo, do Colóquio Luso-Brasileiro, realizado na Universidade da Bahia, em 1959. Ver Luiza Reis. *Relações comerciais e políticas entre Brasil e Angola: uma possibilidade em Luanda, Beira, Bahia de Adonias Filho*. In. Daniela Galdino (Org.). *Tessitura Azeviche: diálogos entre literaturas africanas e afro-brasileiras*. Ilhéus, Uniafro, Editus, 2008 e entrevista com Waldir Oliveira, 2004.

entre os estudantes oriundos dos países ainda sob colonização – Guiné Bissau e Cabo Verde – bem como daqueles oriundos de países já independentes. Assim explica-se a constante referência dos estudantes, provavelmente, em resposta às perguntas do jornalista, acerca dos produtos que tais países disponibilizavam para exportação.

Os crescentes índices da educação – básica e superior – nos referidos países procuravam indicar seu desenvolvimento em curso, o que por sua vez justificaria o intercâmbio educacional e, enfim, o comercial. No caso das colônias portuguesas, a difícil situação narrada especialmente no depoimento de Cabral para conseguir vir ao Brasil estudar, é decisivo para reforçar uma opinião desfavorável a presença portuguesa e seu colonialismo em África. Em relação ao tema, Fidelis Cabral afirmava: “O povo está a míngua e a ignorância campeia em todos os quadrantes. Basta dizer que, para uma população de 900 mil pessoas, existiam na Guiné, em 1957, apenas 12 escolas”. As informações que todos os entrevistados por *Visão* dão a respeito das línguas ficam por conta de curiosidades sobre cada um dos países que estavam representados pelos estudantes. A afirmação de Moraes sobre as semelhanças culturais foi mais um elemento para reforçar a idéia de proximidade cultural entre Brasil e África.

3.1.4 Negociações para um convênio educacional entre Universidade da Bahia e o Itamarati

Instalados na Bahia, a Universidade ficou responsável por efetivar para seus novos bolsistas, por três meses, os cursos de língua portuguesa ministrados pelo professor Nelson Rossi, no Instituto de Fonética, e o curso de Cultura Brasileira, realizado no formato de palestras, na sede do Centro de Estudos Afro-Orientais. Esteve à cargo da Universidade da Bahia o alojamento e alimentação. Os estudantes ficaram instalados no Hotel Real, localizado do Centro da Cidade³⁰⁴ e se alimentavam no “magnífico”³⁰⁵ Restaurante Universitário na Vitória. Costa Lima afirmou que gostaria de estar na Bahia para recepcionar e instalar os estudantes. Como não podia, mandou

304 Os bolsistas foram alojados num hotel por conta das férias na Universidade e o conseqüente fechamento das *residências* universitárias, explicava Waldir Oliveira em carta a Costa Lima, em 25 de outubro de 1961. Grifo do autor.

305 Informação registrada por Pedro Maia em carta a Costa Lima em 24 de dezembro de 1961.

diversas recomendações na carta trazida com o grupo. “Procure evitar ao máximo pequenos problemas materiais, alojamentos, comidas diferentes, etc. Procure resolver esses galhos sem dar-lhes a importância que, de resto, estas coisas não tem”³⁰⁶. Sugeriu ainda que Verger atuasse como um “conselheiro financeiro” para eles. Segundo Pedro Maia, após a chegada, Cristóvão Morais mandou-lhe uma carta dizendo que todos os estudantes estavam “satisfeitíssimos”³⁰⁷. Ao Itamaraty, coube o transporte até o Brasil, executado num avião da Força Aérea Brasileira, e uma bolsa mensal para a manutenção no valor de 20 mil cruzeiros.

Resolvidas questões estruturais, as aulas foram realizadas como programadas nos meses subseqüentes. No dia 27 de dezembro de 1961, vinte dias após a chegada, o *Diário de Notícias* mostrava numa fotografia Colette Diallo em uma comemoração natalina, em trajes típicos do Senegal, cantando com os outros colegas (DN, 27/12/1961). Após cerca de um mês, o periódico voltaria a informar as atividades dos estudantes, noticiando uma palestra ministrada pelo professor Thales de Azevedo (DN, 25/01/1962). Nos finais de semana, os alunos conheciam localidades na cidade e em seus arredores, a exemplo da visita à colônia japonesa instalada em Mata de São João, em 07 de janeiro.



306 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 27 de novembro de 1961.

307 Carta de Maia a Vivaldo em 24 de dezembro de 1961.

Collete Diallo foi destaque em festa natalina realizada no CEAO, noticiada em 27/12/61³⁰⁸

Ao fim destas aulas, os estudantes seriam encaminhados para realizar cursos superiores no país. As opções começaram a ser pensadas ainda na África. Vivaldo da Costa Lima tentou articular de lá – entre Gana e Nigéria – as universidades e cursos para os quais estudantes ingressariam aqui. “O estudante Abiodun Oni, que vai fazer arquitetura, precisa de um curso de desenho [...] O Onajim quer vagamente fazer “economics”, tire isto da cabeça dele e veja se o convence a fazer coisa menos vaga [...]”³⁰⁹. Em 30 de novembro de 1961, últimos dias de preparativos para o embarque do grupo ao Brasil, Costa Lima informava a Waldir Oliveira: “Um dos alunos isto é, dos bolsistas de Gana, Yaw Offe Boateng, quer estudar engenharia de Minas e deve ser encaminhado para essa Escola”. E mais adiante diz que um outro dos bolsistas estará disposto a fazer Geologia [...] “Convém apresentá-lo imediatamente ao Ramiro Porto”³¹⁰. Havia grande expectativa que boa parte dos bolsistas optassem por continuar seus estudos na Bahia, já que foi o Centro de Estudos Afro-Orientais o maior envolvido na realização do intercâmbio. No dia 4 de dezembro, em relação à questão disse: “Faça força para que a maioria dos estudantes fique na Bahia. Insista com o Dr. Albérico Fraga e com o Itamarati a respeito. É da maior conveniência que este programa inicial seja realizado em sua maior parte na Bahia”³¹¹.

O Centro de Estudos conseguiu manter, inicialmente, boa parte do grupo na Universidade Federal da Bahia. *A Tarde*, em 21 de fevereiro de 1962, estampou: “Sete dos quinze africanos preferiram a Bahia”. Na matéria, o diretor do CEAO, Waldir Freitas Oliveira, havia declarado que mesmo os estudantes livres para realizarem os cursos onde desejassem, “sete dos quinze decidiram estudar e viver na Bahia. [...] Os que aqui ficarão três vão estudar Medicina, um Antropologia, um, Arquitetura, um, Geologia e um Odontologia. Quatro vão para São Paulo estudar economia e dois medicina e direito” (*AT*, 21/02/62). Isto decidido, em finais de fevereiro, os estudantes

308 *Diário de Notícias*, em 27 de dezembro de 1961. Disponível no site www.ceao.ufba.br/biblioteca/hemeroteca.

309 Carta enviada por Costa Lima a Oliveira em 27 de novembro de 1961.

310 Carta enviada por Costa Lima a Oliveira em 30 de novembro de 1961.

311 Carta enviada por Costa Lima a Oliveira em 04 de dezembro de 1961.

deveriam iniciar as aulas em março. Para tanto, havia uma séria questão a ser resolvida. Finda a primeira etapa do projeto – o curso de Português e de cultura brasileira – quais seriam os responsáveis pelos estudantes durante os cursos de graduação ou pós-graduação, nos casos de Colette e de Cros? Essas inquietações preocupavam Waldir Oliveira desde a chegada dos estudantes.

Seguindo a referida nota jornalística, depois do sucesso do curso de português, o jornal aludiu a importantes indefinições sobre o modo como se daria o ingresso dos referidos alunos nas universidades, pois não havia nenhuma regulamentação específica. Eles realizariam as provas de vestibular? Se as fizessem seriam em português ou em língua de domínio dos estudantes? A manutenção dos estudantes no Brasil ficaria por conta do Itamaraty, da universidade na qual ingressassem, ou de ambos? A nota finalizou com a informação de que o professor Oliveira seguiria para a Divisão de Ensino Superior no Ministério da Educação no Rio de Janeiro, para solicitar resoluções imediatas a respeito (*AT*, 21/02/62). Em janeiro, Oliveira preocupado com esses problemas vindouros, escrevia para Agostinho da Silva sobre a necessidade de ser estabelecido um “Estatuto do Bolsista”³¹².

Os oito estudantes que estudariam no centro-sul do país seguiram no avião da Força Aérea Brasileira, em 04 de março. Os que ficaram na Bahia cobraram uma postura do Ministério das Relações Exteriores, diante da indefinida situação deles. Uma carta enviada pelo diretor do Centro a Lauro Escorel³¹³, em 23 de março de 1962, fornece uma dimensão dessa problemática. Waldir Oliveira levava, ao novo chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, demandas do grupo de alunos que estudariam na UBA, os quais já se encontravam matriculados e com o pagamento do mês de março em dia. Porém, era “necessário expor a situação atual dos fatos” e seguiram-se duas páginas reunindo diversas reivindicações sistematizadas, após reunião com o “insatisfeito” grupo de estudantes. Eles, os estudantes, não aceitavam perder a hospedagem onde estavam em troca de cinco mil cruzeiros mensais. Queriam a manutenção da hospedagem e alimentação gratuita e a bolsa de vinte mil cruzeiros que vinham recebendo. Reclamavam do governo brasileiro um tratamento idêntico ao que os

312 Carta enviada por Waldir Oliveira a Agostinho da Silva em 11 de janeiro de 1962.

313 Ministro do Departamento Cultural do Itamaraty, desde outubro de 1961, em substituição a Wladimir Murtinho.

estudantes estrangeiros recebiam na África, além de pagamento em dia, assistência médica, patrocínio para os livros necessários.

Todas aquelas reivindicações eram fruto de longa conversa, surgida após dificuldades que os estudantes enfrentavam para conseguir alugar apartamento. Por força das circunstâncias, o próprio Oliveira se apresentou como fiador dos mesmos. Mas, persistiam problemas em relação à aquisição de móveis e, para tanto, solicitavam adiantamento das mensalidades seguintes. Explicitava-se com tal documento a ausência de uma regulamentação precisa acerca das responsabilidades do governo brasileiro e da(s) universidade(s), sem as quais “não será possível aceitar-se uma nova leva de bolsistas”. Para que não se queixassem aos governos de seus países, os estudantes “desejam um entendimento direto com o Itamarati, a fim de saber até que ponto as promessas que tiveram em África serão cumpridas”. Solicitava Waldir Oliveira a presença na Bahia de um funcionário do Ministério para tratar diretamente com o reitor da Universidade, Albérico Fraga³¹⁴.

Se, ao longo do ano de 1961, a concretização do intercâmbio foi a maior preocupação entre os professores do CEAO, em 1962, a troca de correspondências nacionais do Centro de Estudos revela a insistência, junto ao Ministério das Relações Exteriores, em regulamentar aquela atividade acadêmica, através de um documento que sistematizasse as responsabilidades do Itamaraty e da(s) universidade(s) envolvidas, no caso, a Universidade da Bahia. A idéia era formalizar um convênio entre as duas partes.

Paulo da Costa Franco foi o conselheiro do Departamento Cultural do Itamaraty que esteve na Bahia entre março e abril de 1962 para conversar com as partes envolvidas³¹⁵. Oliveira agradeceu a Lauro Escorel, em 04 de abril, a sua vinda. Disse a ele que todas as dificuldades haviam sido vencidas. Dentre as resoluções, destacava a urgência no envio de uma verba suplementar para quitar débitos referentes a hospedagem dos estudantes durante o mês de março, o qual a universidade não era mais obrigada a pagar. Ficou acertado, ainda, que na próxima leva de bolsistas os custos do curso de português seriam divididos entre o Itamaraty e a Universidade. Sugeriu que o Ministério enviasse uma ajuda de custo para a posterior instalação dos alunos na cidade e para a criação de um curso de Estudos Africanos a ser ministrado pelo CEAO.

314 Carta enviada por Oliveira a Lauro Escorel em 23 de março de 1962.

315 Vivaldo da Costa Lima participou desta reunião já que, encontrava-se na Bahia por motivos pessoais, na oportunidade, o falecimento de seu pai.

A conversa foi bastante animadora, mas Waldir Oliveira não poderia deixar de destacar que “tudo isso, porém só poderá concretizar-se com a assinatura de um convênio entre o Itamarati e a Universidade da Bahia que *ruge* ser feito[...]”. Sem a assinatura do documento, não havia garantias de que as decisões da reunião fossem efetivadas³¹⁶. Quando contou as novidades para Agostinho da Silva, com o qual sempre se comunicava, o diretor do CEAO escreveu, a respeito da conversa com Paulo Franco, “tudo acertado em linhas gerais, nada concreto, nada escrito”³¹⁷. O dinheiro solicitado para quitar a hospedagem no hotel chegou no mês seguinte, em meados de maio de 1962.

A carta na qual Oliveira levou as demandas dos estudantes ao Itamaraty foi uma tentativa de evitar que entrassem em contato com suas respectivas embaixadas e criassem um impasse diplomático com o Brasil. Porém, nas articulações que o Centro vinha tentando estabelecer com o Itamaraty, houve uma tentativa de interlocução direta. O cabo-verdiano Cristovão Morais foi terminantemente desautorizado por Oliveira, em 06 de abril de 1962, a “parlamentar” com o Itamaraty em nome dos demais colegas instalados na Bahia. Havia o Centro de Estudos para fazer isso por eles. Falasse ele em nome próprio³¹⁸.

A necessidade da assinatura do convênio foi constantemente lembrada nas diversas cartas enviadas por Waldir ao Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, como assunto principal – discutia-se, além da situação dos bolsistas, o estabelecimento de Guilherme Souza Castro e Yêda Pessoa de Castro como leitores brasileiros na Nigéria, a instalação de um Centro de Estudos Brasileiros no Benin, à época, Daomé, e a liberação de uma verba suplementar para o CEAO³¹⁹. A situação complicou-se a partir de meados do ano, quando Oliveira referiu-se, mais de uma vez, a uma crise no governo que deixara instável o cargo de San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores, favorável a aproximação Brasil-África. Já havia sido definida a quantidade de dez bolsistas para o próximo grupo, mas, em julho, Waldir

316 Carta enviada por Oliveira a Lauro Escorel em 04 de abril de 1962.

317 Carta enviada por Oliveira a Lauro Escorel em 10 de abril de 1962. Destaque do autor.

318 Carta enviada por Oliveira a Cristovam Morais em 06 de abril de 1962.

319 Esses outros episódios de professores do CEAO em terras africanas serão abordados posteriormente.

Oliveira reclamava em carta para Agostinho da Silva que não havia boas notícias “face a situação financeira da Universidade e do silêncio do Itamaraty”³²⁰. Não havia qualquer perspectiva de assinatura de um convênio, embora Oliveira remetesse ao Itamaraty todos os pedidos de bolsa de estudos que chegavam de estudantes nigerianos.

Em setembro de 1962, terceiro aniversário do Centro de Estudos Afro-Orientais³²¹, Waldir Freitas Oliveira convidou Lauro Escorel para comparecer à Bahia, realizar uma palestra sobre a política de aproximação Brasil-África e, destacar o trabalho desenvolvido pelo CEAO. Para ele, seria uma ótima oportunidade para discutir as bases do convênio. O ministro não pode comparecer, por estar em viagem ao Chile, e nem mandou representante. A partir de então, o tom amistoso do diálogo mantido por Oliveira mudou em relação ao intercâmbio. Antes mesmo da realização do aniversário, em 05 de setembro, Waldir Oliveira formalizou uma série de interrogações nas quais questionava o efetivo interesse do Governo Brasileiro em aproximar-se do continente africano já que não via ações concretas³²².

Em primeiro de outubro, Oliveira mandou seus cumprimentos ao recém empossado Ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima³²³, ao qual apresentou o trabalho do Centro de Estudos Afro-Orientais e solicitava colaboração e análise do anteprojeto do convênio entre o Itamaraty e a Universidade da Bahia que o mesmo redigiu e enviou ao Departamento Cultural³²⁴. No dia seguinte, nova carta para Escorel. Esta, por sua vez, lembrava, todas as correspondências que foram enviadas ao longo do ano, relativas aos estudantes africanos no Brasil. Citava cada pedido e sugestão feitos àquele Ministério, bem como os silêncios e ausências de respostas efetivas. Insistia o remetente que sem a vinda dele à Bahia haveria estagnação e possível “morte” do Centro de Estudos. Em relação aos novos bolsistas disse: “[...] não sei ao menos quantos bolsistas virão, de onde virão, quando chegarão, enfim estou completamente alheio ao que se passa de referência aos mesmos”. E antes de finalizar a carta com a atípica frase

320 Carta enviada por Oliveira a Silva em 31 de julho de 1962.

321 Nos primeiros anos de funcionamento do CEAO, seu aniversário era comemorado no dia 11 de setembro.

322 Carta enviada por Oliveira a Lauro Escorel em 05 de setembro de 1962.

323 Em substituição a San Tiago Dantas, um dos articuladores da Política pró-Africa do Governo Federal.

324 Carta enviada por Oliveira a Hermes Lima em 01 de outubro de 1962.

“Responda-me algo, por favor!”, relacionou a falta de apoio do CEAO com a perda de oportunidade, por parte do Brasil, em aproximar-se do continente africano. “Enfim deploro ver o Brasil a não querer ocupar na história, o papel decisivo que poderia ocupar, como o país melhor colocado para uma aproximação cultural forte e decisiva com o mundo africano”³²⁵.

O apelo se completou numa outra carta, muito dramática, em relação à necessidade urgente de passagens aéreas para o retorno de Guilherme Souza Castro e Yeda Pessoa de Castro que, por uma série de problemas assumidos por Oliveira, conseguiam se estabelecer como leitores na Nigéria³²⁶. Diante de tamanho e desesperado apelo, Lauro Escorel respondeu com alguma resolução. Enviou as passagens para os professores na Nigéria e confirmou a vinda de 10 bolsistas entre os dias 15 e 20 de novembro. Oliveira agradeceu o “ânimo e tranqüilidade” e lembrou todas as resoluções acertadas no mês de abril com o conselheiro Paulo da Costa Franco, a respeito das responsabilidades financeiras com o novo grupo de estudantes africanos³²⁷. As distâncias do Itamaraty, ao longo do ano de 1962, evidenciam visíveis dificuldades no apoio às ações voltadas para o continente africano. A política africana do governo brasileiro continuava, porém, naquele ano de mudança de governo, com sérias limitações.

Nas últimas correspondências daquele ano ao Itamaraty, a assinatura do convênio não foi mais citada. No início de dezembro, antes da chegada dos novos bolsistas, o diretor do Centro de Estudos partiu para o Senegal, Nigéria, Daomé e Gana, onde participaria com Vivaldo da Costa Lima como representante brasileiro no I Congresso de Africanistas, entre 12 e 17 de dezembro, em Dakar. Na seqüência, passaria seis meses em Paris, para estudos de especialização acerca de países subdesenvolvidos, com ajuda financeira concedida pelo Departamento Cultural do Itamaraty³²⁸.

325 Carta enviada por Oliveira a Lauro Escorel em 02 de outubro de 1962.

326 Carta enviada por Oliveira a Lauro Escorel em 09 de outubro de 1962.

327 Carta enviada por Oliveira a Lauro Escorel em 23 de outubro de 1962.

328 Ajuda negociada em cartas específicas ao Departamento Cultural paralelas às que discutiam o assunto dos estudantes.

3.1.5 O segundo grupo de estudantes africanos no Brasil

19 de dezembro de 1962 foi o primeiro dia de aula, no CEAO, para os novos estudantes africanos na Bahia. Chegaram a Salvador três nigerianos e um serra-leoano que puderam ser vistos no *Jornal da Bahia* naquele mesmo dia. Kaijade Adelaia, Oludatun Orija e Edwin Onwawoma vinham da Abeokuta Grammar School, em Abeokutá, Nigéria, para completarem estudos que já vinham realizando, os dois primeiros em Medicina e o terceiro em Engenharia. Akin Tubaku-Metzger, o quarto estudante era diplomado em Arquitetura pela Universidade de Manchester, na Inglaterra, e viera, por conta própria, fazer estudos de pós-graduação no Brasil (*JB*, 19/12/1962). Mais tarde, em 23 de dezembro, o jornal anunciou a chegada de outros três estudantes. Oriundos de Gana, Bejamim Clottey, Adelaide Adu e Hope Bediaco foram escolhidos pelo governo de seu próprio país, mas estavam no Brasil custeados pelo Itamaraty, informava o periódico (*JB*, 23/12/1962).



Nota publicada pelo *Jornal da Bahia* em 19/12/1962 anunciando a chegada de parte do segundo grupo de estudantes africanos a Salvador

A segunda leva de bolsistas demonstra sensíveis alterações em relação ao grupo anterior. O Departamento Cultural do Itamaraty havia confirmado a existência de dez bolsas para os estudantes que chegariam em meados do mês de novembro. Um mês depois, em dezembro de 1962, chegaram apenas sete. Bastante diminuta, a quantidade de alunos era um dos reflexos de alterações nas ações estatais. As cartas de Costa Lima do período não se referem ao assunto dos bolsistas como havia acontecido no ano anterior. O jornalista Flávio Costa, antigo chefe do setor de Informação e Intercâmbio no Centro de Estudos Afro-Orientais e que, desde dezembro de 1962, atuava como diretor, face a ausência de Waldir Freitas, havia recebido instruções acerca do compromisso do Itamaraty. O Ministério das Relações Exteriores pagaria a cada bolsista o valor de 20 mil cruzeiros mensais e custearia por aluno, metade do curso de português, avaliado em cerca de 40 mil cruzeiros por cada estudante. Isto foi acertado na reitoria da UBA, com a presença do conselheiro Paulo da Costa Franco e de Vivaldo da Costa Lima.

Em 15 de janeiro de 1963, o novo diretor do CEAO solicitou ao Itamaraty esclarecimentos acerca dos valores enviados para o pagamento de despesas com os bolsistas. A quantia não era suficiente. Informou ser necessário enviar as bolsas dos outros sete estudantes africanos que já estudavam na Bahia³²⁹. É possível que Flávio Costa desconfiasse, mas pelo tom de sua correspondência não havia tido nenhuma comunicação oficial de que o diferencial não eram os 450 mil cruzeiros enviados pelo Itamaraty. A surpresa estava na quantidade de bolsistas do governo brasileiro, um total de apenas três. O serra-leoano veio por conta própria e os três ganenses eram bolsistas do governo de Gana³³⁰. Após corresponder-se com a embaixada de Gana no Brasil, em nova correspondência a Lauro Escorel, a 28 de janeiro, o diretor informou que as bolsas dos ganenses seriam pagas pelo respectivo governo³³¹. Esta reconfiguração certamente

329 Carta enviada por Flávio Costa a Lauro Escorel em 15 de janeiro de 1963.

330 No segundo semestre de 1961, quando Costa Lima resolvia com o presidente N'Krumah a liberação dos bolsistas de Gana, naquele momento custeados pelo governo Brasileiro, havia a idéia de estabelecer um Convênio Cultural do Itamaraty com a Universidade de Gana, em cujas negociações Vivaldo da Costa Lima participou como representante da Universidade da Bahia. Ver Carta enviada por Costa Lima a Waldir Freitas Oliveira em 30 de novembro de 1961.

331 Carta enviada por Flávio Costa a Lauro Escorel em 28 de janeiro de 1963.

acarretou mais custos para a Universidade da Bahia que tivera de arcar com o curso de português³³².

O Senegal, que havia participado com o envio de cinco bolsistas no ano anterior, não participou da nova seleção. Na reportagem da revista *Visão*, em 1962, que abordou *Três brasileiros na África*, Pedro Maia refere-se a um professor de portuguesa que trabalhava com ele, Pinto Bull, e que queria vir estudar no Brasil. Mas, como ocorrido no ano anterior, Pedro Maia estava de férias na Europa e não chegou a tempo de selecionar novos bolsistas.

Mudanças também puderam ser percebidas na imprensa baiana, a qual não deu a mesma atenção aos novos estudantes. Numa comparação com a cobertura jornalística oferecida com a chegada da primeira turma de bolsistas na Bahia, em 1961, quando o continente africano era alvo da política de Jânio Quadros, parece que, entre fins de 1962 e início de 1963, os periódicos não estavam interessados em noticiar os estudantes africanos. Somente próximo da finalização do curso de línguas, em 15 de fevereiro, o jornal *A Tarde* publicou uma interessante matéria. Sob o título *Itamarati não cumpre compromisso: Estudantes africanos não poderão ficar na Bahia*, o repórter produziu um texto a partir de entrevista com estudantes que se recusavam a falar sobre o assunto. “O começo da entrevista com os estudantes africanos não foi, de certo modo, muito fácil”. A princípio, informações gerais acerca dos estudantes na Bahia e elogios à equipe do CEAO que ministrava as aulas de português. A reportagem dizia que a reserva dos estudantes com a imprensa era decorrente de artigos nos quais a escritora Zora Seljan estaria escrevendo sobre os estudantes na Bahia³³³, e se referiu a um desses artigos no qual a autora afirmou que Akimpelu – nigeriano vindo no primeiro grupo de bolsistas – tinha duas famílias. A respeito disso, o grupo de estudantes entrevistados negou num tom de indignação. O repórter finalizou o parágrafo comentando que aquele grupo trazia

332 Em carta enviada em 16 de outubro de 1962, Oliveira, atuando como diretor do CEAO, respondeu a um telegrama de Costa Franco no qual dizia ser possível receber cinco bolsistas do governo de Gana, desde que a Universidade não fosse obrigada a cobrir os custos extras com o curso de português.

333 Santos refere-se ao espaço que o tema África obteve no Jornal *A Tarde*, o qual manteve por quase um ano a Coluna assinada por Zora Seljan, entre julho de 1962 a maio de 1963. Em relação ao texto que causou indignação nos estudantes africanos, a autora pediu desculpas em artigo publicado na edição de 17/04/1963. Ver Santos. *O poder da cultura*. Op.Cit. p. 72.

“angustiante competição” resultante de rivalidade existente entre seus países (Gana e Nigéria).

Continuando a reportagem, no tópico seguinte, o repórter indagou aos estudantes a quantidade de universidades nos seus países e o que conheciam da cultura afro-brasileira; ao que Oludotum Orija teria respondido secamente. Depois de comentar sobre a existência de cidades universitárias na Nigéria, não responderam a pergunta em relação à hospedagem dada na Bahia. Neste silêncio, o repórter concluiu que os “estudantes não estão se sentindo muito bem alojados em pensões”. Os estudantes também se calaram quando o assunto foi a política brasileira para África, título do último tópico. O texto foi concluído com a afirmação de que em razão do Itamaraty não cumprir compromissos assumidos, os estudantes não poderiam ficar na Bahia “causando transtornos que são visíveis no semblante e nas atitudes dos estudantes africanos” (AT, 15/02/1963).

O silêncio dos estudantes pode ter se dado por diversos motivos. Podiam, por exemplo, não estar dispostos a falar para uma imprensa que não se mostrava tão interessada em conhecê-los, haja vista os referidos textos africanos “impressionistas” da escritora Zora Seljam. Os estudantes deviam estar indignados com as questões citadas no jornal relativas a não assistência devida ou proposta pelo Itamaraty. A diminuição do número de bolsistas, a mudança no tipo de alojamento, os constantes atrasos no pagamento das bolsas, a difícil interlocução com aquela instituição federal. Por seu turno, o jornalista responsável pela matéria tentou, aproveitando da indignação e silêncio dos estudantes, atribuir a eles a afirmação que deu título à matéria.

Flávio Costa, nada satisfeito com tal publicação, enviou três dias depois uma carta ao redator-chefe do jornal, o professor Jorge Calmon. A matéria deve ter causado constrangimentos entre os estudantes africanos que assinaram em conjunto outra carta para o mesmo jornal. Ambas foram publicadas na íntegra no dia 21 de fevereiro. A breve justificativa desta nova reportagem salientou que aquelas cartas vieram esclarecer o “mal-entendido” da matéria anterior, feita por uns dos profissionais mais categorizados daquela folha e que “jamais o nosso corpo editorial teve intenção de *arruinar a reputação e estabilidade do intercâmbio cultural Brasil-África*” (AT, 21/02/1963. Grifo do autor). O diretor Costa agradeceu os elogios dispensados à equipe do Centro e ponderou sobre algumas informações acerca do tratamento que os africanos estavam a receber na Bahia. Apenas três eram bolsistas do Itamaraty, ainda que a UBA fornecesse a todos os sete alimentação e alojamento em “pensão de ótima categoria”.

Lembrou que ao final do curso de português poderiam seguir para a Universidade que escolhessem e tal ação era parte de um convênio a ser firmado entre o Itamaraty e a Universidade da Bahia. Deste modo, como as responsabilidades do Itamaraty estavam sendo cumpridas à risca, era infundada a informação contrária estampada na reportagem da semana anterior. A opção de seguir para outras Universidades no país não tinha relação com o tratamento aqui dispensado, segundo asseverava Flávio Costa, então diretor do CEAO.

Os estudantes declaravam que a maioria das afirmações contidas na matéria eram inverídicas e, para tanto, lembravam que aqui estavam para aprender português e cultura brasileira, poderiam fazer opção para onde seguirem, e assim podiam deixar a Bahia, mas não por conta da assistência do Itamaraty. Afirmavam que os estudantes do segundo grupo seguiriam para outros estados, pois já haviam escolhido seus cursos previamente, e que o jornalista que havia entrevistado um dos estudantes “malentendeu inteiramente suas palavras”. Destacaram que nenhum deles conversou com outras pessoas assuntos referentes ao Itamaraty e a afirmação de que deixariam a Bahia causou “aborrecimentos e lamentáveis embaraços”. Negaram o equívoco da existência de rivalidade entre ganeses e nigerianos e a informação de que Akimkuami Akimpelu tinha duas famílias, já que o mesmo era solteiro. Finalizaram a carta dizendo-se “satisfeitos com a Bahia, não somente pelos traços e relíquias da cultura e costumes africanos que aqui encontraram, mas também pelo clima tropical que possibilita uma fácil e pronta adaptação”. Assinaram o documento treze estudantes, seis da turma anterior e os sete da turma seguinte (*AT*, 21/02/1961).

As cartas que se seguiram em resposta e esclarecimento não deixaram de tentar passar imagens sobre a vivência dos estudantes. A carta de Flávio Costa foi bastante esclarecedora em relação às responsabilidades da UBa e do Itamaraty na promoção do intercâmbio, embora a participação do Ministério estivesse muito aquém do que foi acordado no ano anterior. A carta dos estudantes, além de não confirmar queixas contra o Itamaraty, afirmava uma situação de bem-estar na Bahia. Embora eles afirmassem que não deixariam a Bahia, o diretor interino do CEAO, Flávio Costa, já havia enviado ao Itamaraty, em 07 de fevereiro, os nomes e as respectivas universidades para as quais seguiria o novo grupo de estudantes. Três para Universidade de Brasília e três para Universidade de São Paulo. Nenhum do novo grupo de bolsistas permaneceria na Bahia. Não obstante, seguiu no mesmo documento nomes de três estudantes da turma anterior que solicitavam transferência da Universidade da Bahia para São Paulo, Porto Alegre e

Minas Gerais. Ou seja, os estudantes da turma anterior, ao contrário do que haviam publicado no jornal, intencionavam deixar a Bahia.

Somente as dificuldades do Itamaraty em efetivar ações em direção ao continente africano no ano de 1962/1963 não eram suficientes para que os estudantes solicitassem transferência. Outros elementos devem ter pesado para a opção pelos estados do centro-sul. Não há maiores informações acerca da trajetória dos estudantes africanos que seguiram para a Universidade de São Paulo e a relação deles com o Itamaraty³³⁴. A partir de uma correspondência enviada por Flávio Costa, em 15 de janeiro de 1962, desconfia-se de uma relação mais próxima por parte do Itamaraty. Nessa correspondência ao ministro Lauro Escorel, Costa informava que os estudantes na Bahia alegavam que os estudantes africanos instalados no centro-sul haviam sido contemplados com um aumento de 5 mil cruzeiros na bolsa, elevada para 25 mil cruzeiros, enquanto eles continuavam a receber o valor sem reajuste e, como sabemos, com constantes atrasos³³⁵. Até o mês de março de 1963, houveram pedidos do diretor do Centro na Bahia para regularizar o pagamento das bolsas dos estudantes da UBA. Após isso, não há mais informações desse assunto na correspondência.

Para compreender a solicitação de Samuel Cobbold, Yaw Boateng e Francis Abiodun Oni em deixar a Bahia, após mais de um ano de instalação, faz-se necessário observar outros aspectos da vivência desses estudantes na justificativa por tal decisão. Deste modo, é contraditória a afirmação enfática ao final da carta de que estariam “satisfeitos com a Bahia”.

3.1.6 Vivências da democracia racial na *civilização baiana*.

Desde o ano de 1961, observa-se nos jornais a afirmação de que a Bahia, e mais especificamente a cidade de Salvador, seria o local mais adequado para receber os estudantes oriundos do continente africano.

334 Eles colaboraram na fundação do Centro de Estudos Africanos, da Universidade de São Paulo, em 1965. Ver José Maria Nunes Conceição. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – Um Estudo de Caso: O CEAA (1973 – 1986)* 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 84/85.

335 Carta enviada por Flávio Costa a Lauro Escorel em 15 de janeiro de 1963.

Os pesquisadores na Bahia que trabalharam para a realização do intercâmbio acreditavam na existência de um estreito vínculo religioso entre Golfo do Benin e Bahia. A relação entre a presença da religiosidade afro-brasileira e a provável receptividade aos africanos em Salvador não ganhou ênfase nos periódicos baianos. Mesmo que o candomblé obtivesse cada vez mais destaque na imprensa, jornais não estabeleciam uma conexão entre esta religião e a realização do intercâmbio³³⁶. Apenas duas referências foram encontradas. O jornal *A Tarde*, ao divulgar informações a respeito do futuro intercâmbio, numa nota em 27 de novembro de 1961, assim expressou: “Salvador é, seguramente, a cidade mais adequada, por muitas e variadas razões, para receber os jovens d’além Atlântico...” (AT, 27/11/61). A reportagem da revista *Visão*, em 12 de janeiro de 1962, trazia como título “Vieram com muita fé: quinze bolsistas africanos estagiam na Bahia” (*Visão*, 12/01/62). A existência de ligações religiosas entre África e Bahia fica de fato implícita em ambas as afirmações. A “fé” de que falava *Visão* seria, portanto, uma das maiores “razões”, segundo o jornal *A Tarde*, para a vinda dos estudantes.

As teses freyrianas, que vigoraram como ideologia no início da década de 1960, serviram para embasar a aproximação do Brasil com países africanos. Ao preconizar a harmonia racial na sociedade brasileira – apoiado na ideia do caldeamento de suas três raças, cada uma correspondente a uma cultura – o governo mostrava o modelo de país que havia superado seus problemas raciais rumo ao desenvolvimento e que poderia ensinar as jovens nações africanas a resolverem dificuldades comuns. Por sua mestiçagem racial e cultural, o Brasil apresentava-se como país em melhores condições para aproximar-se dos países africanos. Isto levou Santos (2005) a argumentar que, embora os interesses maiores dessa aproximação com a África fossem econômicos e políticos, seu substrato era cultural. O Ministério das Relações Exteriores fazia deste importante argumento o “elemento prioritário” no processo de aproximação com a África (p. 34).

Nesta perspectiva, uma grande interação entre brasileiros e africanos, propiciada pela realização do intercâmbio, era preconizada nos jornais que especulavam sobre a

336 Jocélio Santos, ao discutir a ascensão do candomblé como símbolo maior da cultura baiana, observa que em comparação à década anterior, nos anos 1960 houve mudanças tanto na quantidade quanto na abordagem a respeito do candomblé em dois jornais da imprensa baiana. Ver Santos, Jocélio. *O poder da Cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança negra no Brasil*. Salvador: Edufba, 2005.

vinda do grupo. Em 05 de agosto de 1961, o *Jornal da Bahia*, ao anunciar a resolução que determinara a vinda do grupo, destacou que o futuro curso “[...] tem por objetivo não só fazer com que se restrinja o campo dos professores, como também favorecer maior aclimatação e maior troca de idéias entre os estudantes brasileiros e africanos que estudarão juntos” (JB, 05/08/61). *A Tarde* destacou, em 27/11/1961, a “acolhida cordial e um ambiente simpático” que os estudantes encontrariam em Salvador. Com o grupo já instalado na cidade, o *Jornal da Bahia* informou, em 10/12/61, a visita dos estudantes brasileiros que foram ver uma apresentação de dança africana, mostrando a interação entre ambos os grupos.

A crença de que a presença dos africanos no Brasil na cidade de Salvador seria um momento ímpar para convivência e interação harmoniosa com os baianos era especulada por aqueles que se envolveram na realização do intercâmbio. Agostinho da Silva já havia escrito isto no relatório enviado ao reitor em 1960. Vivaldo da Costa Lima ofereceu diversas recomendações a Waldir Oliveira para recepcionar a primeira turma de estudantes. Disse: “Chegarão eles em plena Conceição, o que será ótimo para uma iniciação democrática e popular na mais civilizada das cidades do Brasil (sem falsa modéstia)”³³⁷. Pierre Verger escreveu a Costa Lima que “eles têm muito sucesso, e estão muito ocupados. Em geral parecem encantados pelo acolhimento que encontraram aqui”³³⁸.

A trajetória dos dois grupos na Bahia mostrou que as relações não foram tão harmoniosas assim como se acreditava e se esperava. A dinâmica do racismo em Salvador e no Brasil apresentaria diferentes facetas para os bolsistas. Considerada, como disse Costa Lima, “uma das cidades mais democráticas do país”, os que nela conseguiam enxergar racismo consideravam atos isolados, residuais. Antes mesmo dos estudantes chegarem a Salvador, Pierre Verger, em suas cartas a Costa Lima, referiu-se mais de uma vez à oposição que Albérico Fraga, recém-empossado reitor da Universidade da Bahia, estabelecia à consecução deste intercâmbio que fora acertado antes de sua gestão. Em fins de outubro de 1961, quando se faziam necessários os acertos finais para a chegada dos estudantes, Verger disse que “o Magnífico não estava

337 Carta enviada por Costa Lima a Oliveira em 27 de novembro de 1961. Destaque do autor.

338 Carta enviada por Verger a Costa Lima em 23 de novembro de 1961. *Afro-Ásia*, n. 37, 2008, p. 260.

disposto a fazer nada por pessoas, consideradas por ele como de raça inferior”³³⁹. Dias antes ele já havia informado a seu amigo que a situação no CEAO estava confusa, sendo necessária a vinda de Agostinho da Silva para tratar com o novo Magnífico, pois

[...] parece bem que por temperamento e inclinações pessoais, o dito magnífico não possui nenhum interesse por pessoas de cor diferente daquela que ele exhibe. [...] Ele, o magnífico, parece mesmo ficar irritado diante da possibilidade de alguém se interessar por pessoas de cor e pretos em específico... então, o CEAO lhe deve parecer uma espécie de pesadelo... uma coisa inoportuna, pelo menos³⁴⁰.

“Espantosamente”, Costa Lima destacou lugares onde sabia que os bolsistas não deveriam ser levados.

Convém evitar lançamentos no “society” por enquanto nem afetações neo-racistas dos falsos brancos da Bahia... Nada de levar os rapazes aonde eles não iriam se não fossem “estudantes africanos”... Nada, sobretudo, de Associação Atlética, onde há segura discriminação contra pretos³⁴¹.

A impossibilidade de acesso de negros a determinados clubes da capital baiana foi um dos exemplos concretos de atos de discriminação sofridos pelos estudantes africanos. Azevedo citou em seu livro *Democracia Racial: ideologia ou realidade?* (1975) um episódio em que os estudantes não puderam participar de uma festa natalina em determinado clube na Bahia sob alegação de que poderiam “sentir-se constrangidos na ceia” (Azevedo, 1975:40-41). Uma nota com foto dos estudantes jantando em meio a personalidades da sociedade baiana no Rotary Clube, em 04 de maio de 1963, foi a forma encontrada de sugerir que não havia problemas raciais envolvendo africanos e clubes tradicionais baianos (JB, 05/03/63).

339 Carta enviada por Verger a Costa Lima em 24 de outubro de 1961. *Afro-Ásia*, n. 37, 2008, p.255. Em entrevista, Waldir Oliveira (2004b) afirmou que não houve oposições, na Bahia, para a vinda dos estudantes. Registrou que o reitor Albérico Fraga fez uma *brincadeira* dizendo que já havia muitos negros na Bahia para trazer mais. Antonio Maurício Freitas Brito (2008) investigando atas do Conselho Universitário da UFBA, destacou na primeira ata após a instalação do golpe de estado em 1964, a demissão autoritária de dois professores, um deles “negro analfabeto, que não sabe assinar o nome direito”. p. 86-7.

340 Carta enviada por Verger a Costa Lima em 20 de outubro de 1961. *Afro-Ásia*, n. 37, 2008, p. 254.

341 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 27 de novembro de 196.

Atos de discriminação contra os estudantes foram noticiados fora da Bahia, no Rio de Janeiro. Mais uma vez, o acesso a clubes. Em 28 de abril de 1962, diversos jornais na capital carioca e um em São Paulo noticiaram um episódio ocorrido na noite anterior, quando estudantes foram impedidos de entrar em duas boates no bairro de Copacabana. O dono alegou que não havia mais espaço no recinto e o Itamaraty enviou cópia da lei Afonso Arinos “fazendo-se sentir a consideração que merecem esses como quaisquer outros estudantes estrangeiros que estejam no Brasil” (DN, RJ, 28/04/1962)³⁴². Enquanto algumas notícias lembravam a harmônica convivência brasileira, o *Diário Carioca* trouxe uma nota que relatava o ocorrido e citava a opinião de Abdias do Nascimento, já naquela época importante ativista contra o racismo no Brasil.

Nascimento chamou a atenção para o contexto de aproximação com a África e o fomento do intercâmbio acadêmico, mas a atitude do Itamaraty era “ridícula”, pois este órgão não podia combater o racismo já que era um dos primeiros a adotá-lo. “Por mais paradoxal que pareça, sempre houve racismo no Brasil. E a coisa vem de dentro, do próprio Itamaraty, onde o homem de cor não entra, por melhor que seja”. Lembrou as pressões necessárias para a nomeação de Raymundo de Souza Dantas, primeiro embaixador brasileiro negro designado para atuar em Acra, Gana, em 1961. Segundo Nascimento, não haveria pior notícia para aquelas nações africanas, das quais o Brasil tentava se aproximar, do que problemas de discriminação envolvendo os estudantes. Finalizou com a afirmação de que ninguém precisava ensinar aos “senhores do Itamaraty” como fazer para acabar com a discriminação racial (*Diário Carioca*, 28/04/62).

Na Bahia, uma pequena notícia, publicada em 17 de abril de 1963, no *Jornal da Bahia*, trouxe a dimensão de outra problemática vivenciada pelos estudantes. Em “Diretor da Politécnica recusou matrícula do bolsista africano”, o nigeriano Edwin Onwawoma informou que sua matrícula fora definitivamente recusada pelo diretor da Escola Politécnica, Alceu Hiltner, mesmo após solicitação do Ministério da Educação e Cultura em ofício encaminhado ao reitor Albérico Fraga. Segundo a nota, o estudante

342 A Lei Afonso Arinos, de 03 de julho de 1951, incluiu entre as contravenções penais o preconceito de raça ou de cor. Entre estes estão a recusa em receber em estabelecimentos públicos ou particulares, incluindo hospedagens, hotéis e restaurantes, sob a alegação de raça ou cor. As penas variam entre prisão e pagamento de multas, ou ambos.

estranhou a atitude, já que outros colegas seus já estavam matriculados; porém, o estudante que optou pela Faculdade de Medicina estava em situação idêntica (JB, 17/04/1963).

Depois que o aluno enviou um telegrama ao Itamaraty e a imprensa noticiou o acontecido, Flávio Costa, numa de suas últimas cartas enviadas ao Departamento Cultural do Itamaraty, em 26 de abril de 1963, comunicou o fato ao novo ministro empossado naquele mês, o embaixador Jorge Maia, solicitando que o diretor da Politécnica fosse informado a respeito do convênio a ser firmado, o que permitia matrículas de aluno estrangeiro sem vestibular. Segundo o diretor, a matrícula de Onwawoma ainda não era definitiva e estava sendo mantida enquanto o aluno providenciava documentos que lhe dessem direito a ela sem vestibular. Costa enviou ainda recortes de jornais noticiando o fato³⁴³.

Distante do tipo de interação que os promotores do intercâmbio imaginaram acontecer e que algumas notas na imprensa insistiam em ilustrar, a discriminação racial na Bahia permeava diversos lugares e instituições, notadamente as duas principais responsáveis pela realização do intercâmbio: a Universidade da Bahia e o Itamaraty. A primeira demonstrou, desde antes da chegada dos estudantes, a existência de forte oposição. Não estava a UBA, através de seu gestor maior e de diretores de faculdades, interessada em ter estudantes negros ou africanos. As dificuldades para efetivar a matrícula definitiva dos alunos evidenciam isto. O diretor da Politécnica argumentava não haver um instrumento jurídico que regulamentasse o ingresso, sem vestibular, dos alunos oriundos de países do continente africano como havia para alunos latino-americanos.

O Itamaraty, por sua vez, não manteve as ações impulsionadas na gestão de Jânio Quadros no sentido de efetivar e fortalecer atos que resultassem em condições regulares e satisfatórias no intercâmbio de estudantes. A vinda dos africanos aconteceu a duras penas, muito mais por obstinação de Vivaldo da Costa Lima, na Nigéria e em Gana, do que por decisão do Departamento Cultural do Itamaraty. A insistência do diretor Waldir Oliveira, através das diversas correspondências enviadas ao Itamaraty, ao longo do ano de 1962, para que fosse assinado um convênio entre o Itamaraty e a Universidade da Bahia não resultou em nenhuma ação concreta. Sequer houve uma

343 Carta enviada por Flávio Costa a Jorge Maia em 26 de abril de 1963.

menção ao assunto nas cartas em resposta ao Centro encaminhadas por aquele Departamento, menos ainda uma análise do anteprojeto que foi enviado.

Ações que permitissem aproximação efetiva entre Brasil e países africanos, como a presença dos estudantes africanos no Brasil, traziam outra importante demanda. Não podia o Ministério das Relações Exteriores, ao se aproximar da África, escamotear assuntos prementes para a população negra no Brasil. Problemas enfrentados na UBa, como atos de repulsa e racismo, não estavam distantes da postura do Ministério em relação à população negra, a mesma que teve com Raymundo de Souza Dantas que foi, até então, o único embaixador negro designado pelo Brasil. Isto corrobora a fala de Abdias do Nascimento quando criticava duramente o Ministério das Relações Exteriores, para ele, “um dos setores tradicionalmente mais discriminadores contra o negro” (Nascimento, 2002, p.135). A nomeação do escritor e jornalista Souza Dantas foi a forma encontrada pelo MRE para respaldar seu discurso de miscigenação e a ausência de racismo diante de cobranças que partiam do movimento negro no Brasil, como mostra Nascimento. Kwane Nkrumah, o presidente ganense, atento à situação, comentou “que a melhor prova da integração racial brasileira seria a indicação de um embaixador negro para países brancos” (Sombra Saraiva, 1996, p.90).

Mesmo em uma oportunidade para refletir quais relações poderiam manter com o continente africano, o Ministério das Relações Exteriores e a Universidade da Bahia vivenciaram as “ilusões” engendradas pelo discurso da africanidade brasileira, assentado na imagem de harmonia racial (Sombra Saraiva, 1996, p. 89). O estado da Bahia, representado por sua capital Salvador, seria o lugar onde a mestiçagem melhor se verificaria. Seu expressivo contingente de população negra, junto à intensa prática de expressões culturais e religiosas de matriz africana – notadamente o candomblé iorubá, que desde a virada do século recebia a atenção de estudiosos nacionais e estrangeiros – fez com que os pesquisadores do Centro de Estudos Afro-Orientais, no início da década de 1960, acreditassem que uma nova leva de africanos, através do intercâmbio, seria muito bem-sucedida.

O CEAO esforçou-se em integrar os alunos na UBA, desenvolver os cursos iniciais, superar as dificuldades com a universidade e com o Itamaraty e, conseqüentemente, com os próprios alunos. As matérias jornalísticas em torno da primeira turma destacaram momentos que denotavam tranquilidade na passagem por Salvador. A identificação esperada com o candomblé, que não foi observada, deu lugar ao esforço de ilustrar circunstâncias do curso e integração na cidade. Para o Ministério

das Relações Exteriores, a experiência era uma oportunidade de proporcionar aproximações culturais com países do continente africano em relação aos quais se nutriam outros interesses.

A atenção dispensada ao processo para a chegada dos estudantes, a estadia na Bahia, as resoluções feitas sempre à última hora, o distanciamento quanto a problemas enfrentados pelas turmas demonstram um tratamento muito pontual com a empreitada. Como favorecia sua imagem internacional, o Itamaraty tentou potencializar o discurso da africanidade baiana que partia de Salvador apoiando a vinda dos estudantes, mas sua postura notoriamente distanciada revelou os impasses que ações voltadas para a África sofriam dentro do Ministério, mostrando não ser o intercâmbio com os africanos ou, de modo mais amplo, uma aproximação com alguns de seus países, uma prioridade daquela agenda estatal.

Para os estudantes, a vinda para este país aparecia como a oportunidade para a realização de cursos superiores. A ausência de uma melhor assistência do Itamaraty e as dificuldades para a efetivação de matrículas na UBA levou a maioria absoluta dos estudantes a optar por realizar seus cursos em outros lugares no Brasil ou a buscar outros países. O discurso de que a Bahia seria um lugar privilegiado “por muitas e variadas razões” para receber os jovens africanos não encontrou respaldo num cotidiano dificultado por práticas de racismo. Não podia a “África voltar à Bahia³⁴⁴”, marcada pela exclusão da população negra em diversos espaços da universidade, especialmente naquele momento. O olhar determinado pela religiosidade que partia do CEAO e de terreiros baianos para os estudantes e se expressava através da equação africano é igual à iorubá não se verificou diante das diversidades não somente religiosas, mas étnicas, linguísticas, políticas, dentre outras, dos que aqui desembarcaram. Para os que não eram iorubás, a maioria deles, essa identificação deve ter sido grande incômodo³⁴⁵.

Após as experiências das duas turmas, Waldir Freitas Oliveira, ao retornar à direção do CEAO em meados de 1963, escreveu ao Departamento Cultural que o intercâmbio no formato para curso de graduações não era mais possível. Melhor seria pensar uma experiência que envolvesse alunos de pós-graduação, pois ficariam menos

344 A reportagem da revista *Fatos e Fotos*, em 12/01/62, trazia como título *África volta à Bahia*. Disponível no site www.ceao.ufba.br/hemeroteca.

345 Anani Dzidzienyo, ganense que realizou pesquisas no CEAO no ano de 1970, conta o espanto que causava às pessoas em Salvador o fato de não ser iorubá, ou oriundo da Nigéria, ou ainda praticante do candomblé. Entrevista realizada em 02/10/2008.

tempo no país³⁴⁶. Ademais, Vivaldo da Costa Lima, um dos maiores articuladores em África, já estava de volta à Bahia. Na Universidade da Bahia, dos sete estudantes da primeira turma que optaram por realizar os cursos superiores, Waldir Oliveira afirmou que somente dois os concluíram (Oliveira, 2007b). Samuel Cobbold diplomou-se em odontologia e George Frempong, em medicina. Os dois ganenses foram motivo de bastante “orgulho” para os que apostaram e lutaram pela consecução do intercâmbio (Oliveira, 2004). O *Jornal da Bahia* noticiou a formatura de Cobbold como um grande evento na história daquela universidade (JB, 03/12/65). No entanto, Olumuyiwa Opayele e Akim Akimpelu também concluíram o curso de medicina em 1967. O CEAO, sob a direção temporária de Guilherme Castro, tentou organizar uma recepção em comemoração à formatura dos graduados nigerianos mas, aparentemente por ausência de confirmação, os homenageados não compareceram e receberam cartas constrangedoras assinadas “por certo alguém”³⁴⁷.



346 Carta enviada por Oliveira a Paulo da Costa Franco em 05 de agosto de 1963.

347 Em 10 de janeiro de 1968, Olumuyiwa Opayele enviou uma carta a Waldir Oliveira desculpando-se pelo desentendimento. Akim Akimpelu, em 05 de fevereiro de 1968, agradeceu a recepção e acolhida na Bahia. Ambos ressaltaram o constrangimento causado pelas cartas recebidas do CEAO em dezembro do ano anterior cujo remetente e teor não foram identificados.

Samuel Eduku Cobbold. Primeiro estudante africano, graduado em odontologia na Universidade da Bahia, em 1965. Acervo do CEAO, nº 85

Com a vinda da segunda turma, a experiência do intercâmbio finalizou sua primeira tentativa. Um convênio entre o Itamaraty e a Universidade da Bahia, através do CEAO, seria assinado cerca de dez anos depois, em 1974, outro importante momento para as relações Brasil-África³⁴⁸.

Sobre os graduados africanos na UBa, destinos diversos. Opayele seguiu para o Universidade de Brasília e Akimpelu para o Rio de Janeiro. Cobbold retornou para seu país. Frempong radicou-se na Bahia, não mais retornando a Gana.

3.2 O “caso dos Souza Castro”

O casal Yêda Antonita Pessoa de Castro e Guilherme Augusto de Souza Castro desde o ano de 1961 estava disponível para seguir para o continente africano. O nome de Yêda Castro está presente no IV Congresso Luso Brasileiro, em 1959, quando, tendo sido aluna do professor Nelson Rossi, no Instituto de Fonética, participou como secretária de uma mesa redonda. Isso revela sua proximidade com a equipe que participaria ativamente da instalação do CEAO.

No início do ano de 1961, Agostinho da Silva solicitou ao Presidente da República, Jânio Quadros, que Guilherme Castro fosse colocado à disposição da Universidade da Bahia para seguir para o continente africano. Não foi encontrado no acervo do Centro de Estudos um documento que ateste essa deliberação, no entanto ele escreveu diversas vezes aos Correios e Telégrafos da Bahia, instituição onde o referido professor trabalhava, para que as providências necessárias fossem tomadas no sentido de desligá-lo e a ordem do Presidente fosse cumprida³⁴⁹.

348 O *Convênio de Cooperação Cultural entre o Brasil e Países Africanos e para o Desenvolvimento dos Estudos Afro-Brasileiros* foi assinado entre o Itamaraty e a UFBA em 1974. O executor era o CEAO.

349 Em 19 de maio e 12 de junho de 1961, Agostinho da Silva enviou carta aos Correios e Telégrafos da Bahia solicitando providências para a liberação de Guilherme Augusto de Souza Castro. Em 24 de maio de 1961, Agostinho da Silva escreveu diretamente ao secretário do presidente, José Aparecido de Oliveira, lembrando o não desligamento do referido professor, o que “impede que ele receba o treinamento

Yêda Castro igualmente estava disposta a seguir para a África. Sua candidatura ao posto na Universidade de Ibadan foi comunicada ao secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia, Wilson Lins, em 12 de junho de 1961. A justificativa residia na necessidade de que além de professores secundários para ensinar no Senegal, como seria estabelecido através de um acordo específico, era necessário professores para “coadjuvar o trabalho de nossos leitores nas universidades locais”. Além disso, “seus serviços também são solicitados no Instituto de Fonética pelo professor Nelson Rossi”³⁵⁰. Dias depois, o diretor do Departamento Cultural Wladimir Murtinho era informado da disponibilidade dos dois professores para seguirem para a África³⁵¹.

Após a liberação, Guilherme Castro encaminhou uma carta ao CEAO sistematizando uma série de questionamentos acerca das funções que ele e sua esposa assumiriam no Centro de Estudos³⁵². Buscava assim informações mais precisas acerca das funções que exerceria. Vale lembrar que, no início de agosto, Agostinho da Silva já vivenciava as dificuldades decorrentes da mudança do reitor e se aproximava a crise da renúncia do presidente da República. Qual garantia podia ele assegurar aos novos integrantes da equipe do Centro de Estudos Afro-Orientais?

Se no segundo semestre de 1961 o próprio funcionamento do CEAO, ante a conjuntura que se estabeleceu na UBa e no cenário nacional, seria marcado por incertezas, a ida de Guilherme Augusto de Souza Castro e Yêda Antonita Pessoa de Castro não seria diferente. Sem o apoio federal, quem garantiria as passagens dos professores? Mesmo que Agostinho da Silva informasse em 24 de agosto de 1961 que Guilherme Castro partiria rumo ao continente africano levando material de propaganda do Brasil, a ida a Nigéria só se efetivaria após seis meses³⁵³.

necessário para o cargo a desempenhar e África”.

350 No dia 12 de junho de 1961, duas cartas foram encaminhadas ao Secretário de Educação e Cultural da Bahia, Wilson Lins. A primeira, citada no texto, explicava mais detalhadamente a função que a professora assumiria em Ibadan. A segunda, mais formal, anunciava a disponibilidade da professora.

351 Carta enviada por Agostinho da Silva a Wladimir Murtinho em 20 de junho de 1961.

352 Carta enviada por Guilherme de Souza Castro a Agostinho da Silva em 02 de agosto de 1964.

353 Carta enviada por Agostinho da Silva a Wladimir Murtinho em 24 de agosto de 1961. Vale lembrar que este dia era a véspera da inesperada renúncia do Presidente da República.

Vivaldo da Costa Lima, instalado na Universidade de Ibadan até setembro de 1961, quando seguiu para Gana, a fim de ser credenciado como Adido Cultural, aguardou em seus últimos dias na Nigéria uma confirmação da ida do professor que assumiria o leitorado. Sua intenção era ambientar os professores na nova Universidade. O ano letivo iniciava-se em outubro, momento em que já deveriam estar lá. Em 19 de setembro Costa Lima escreveu: “Espero daí entretanto a notícia da vinda do Souza Castro. Repito, as coisas aqui são feitas com grande antecedência, e a Universidade não sabe ainda nada a respeito da data da chegada do Souza Castro”.

Às vésperas de se mudar para Gana, a paciência do novo Adido Cultural havia se esgotado.

Estou de volta a Ibadan para arrumar livros, arquivos, etc, e naturalmente esperar o Souza Castro que deveria ter chegado no fim de setembro. Reconheço as tais “contingências políticas” etc do momento, mas creio que elas não podem apenas ser responsabilizadas, pois tudo deveria estar acertado antes da famosa crise do Jânio, e, se depois parece que a normalização do país já se processa a ponto de não perturbar a simples vinda de um professor para a África. De todo modo, estou aqui como um palhaço (sem metáfora), sem saber o que dizer à Universidade, e o que é pior, sem saber o que pensar. Pedi que me telegrafassem avisando se ou quando viria o Souza Castro. Um telegrama me animaria agüentar as coisas aqui. Nada. A essa altura, os melhores apartamentos disponíveis tomados, as casas mais bem localizadas distribuídas, se o Castro vier terá de contentar-se com o que lhe derem e não mais com o que eu escolhi há 3 (três) meses! Por outro lado, devo viajar para Gana logo que saiba de qualquer coisa. E não sei de nada.³⁵⁴

3.2.1 A viagem à Nigéria

A liberação das passagens para Yêda e Guilherme de Souza Castro, através da reitoria, ocorreu em 10 de janeiro de 1962. Waldir Oliveira anunciou a Agostinho da Silva aquela “data memorável”, já que, de acordo com suas palavras, havia conseguido “a mais difícil de todas as coisas até agora, junto ao reitor – a ida do Guilherme.” E a viagem não mais tardaria. “Acredite que foi uma tarefa difícil a cumprir, mas que já no próximo sábado seguirão o Guilherme e a mulher para o Rio de Janeiro, donde

354 Carta de Costa Lima enviada a Waldir Oliveira em 02 de outubro de 1961.

embarcação para a Nigéria, provavelmente no domingo”³⁵⁵. Se não perdermos de vista as dificuldades encontradas pelo Centro de Estudos Afro-Orientais para obter pareceres favoráveis a seus projetos junto a nova reitoria, a ida dos professores para a Nigéria havia sido realmente um grande feito. De uma só vez havia sido liberada uma quantia de dinheiro bastante expressiva. “Ele receberá cem mil cruzeiros mensais [...] Passarei agora a pleitear cem mil cruzeiros para o Vivaldo que recebe noventa e cinco; mas só pedirei qualquer coisa ao Reitor após um período de descanso, uma vez que só com esta viagem, desembolsou a reitoria cerca de 550 contos”³⁵⁶.

A esperada e sonhada viagem dos Souza Castro rumo à Nigéria, logo nos seus primeiros dias, foi marcada por uma inesperada recepção. Em 29 de janeiro, Waldir Oliveira escrevia a Costa Lima. Referia-se a um carbograma enviado pela Universidade de Ibadan, informando que a Universidade da Bahia deveria pagar a hospedagem dos mesmos, cujo valor totalizava 200 dólares mensais³⁵⁷. A situação se mostrava diferente quando Costa Lima havia sido leitor na mesma universidade e Oliveira não entendia nem aceitava o motivo da nova resolução: “...não devemos, aceitar a exigência de Ibadan. Estamos prestando um serviço, afinal de contas, e será justo que a Nigéria dê aos Souza Castro o mesmo tratamento que deu a você”. O diretor do CEAO encarou a situação como uma falta de cooperação daquele país para com uma universidade que, excepcionalmente, em toda a América Latina, matinha cinco estudantes nigerianos. “Onde pois a cooperação dos nigerianos? Será que apenas nós devemos fazer esforços no sentido de uma aproximação maior com a África?”³⁵⁸

Dias depois a situação dos Souza Castro era comunicada a Agostinho da Silva. Waldir Oliveira recebeu em 05 de fevereiro uma “aflita” carta de Guilherme e imediatamente escreveu a Silva comentando a negativa da hospedagem ao casal e a possibilidade de alojá-los em Gana, “mesmo com o sacrifício de Raymundo e senhora”. Assim pedia uma opinião a Silva acerca do conselho dado ao colega. “E recomendei a

355 Carta enviada por Waldir Oliveira a Agostinho da Silva em 11 de janeiro de 1962.

356 Carta enviada por Waldir Oliveira a Agostinho da Silva em 11 de janeiro de 1962.

357 O referido carbograma não se encontra no acervo do CEAO.

358 Carta enviada por Waldir Oliveira a Costa Lima em 29 de janeiro de 1962. No rodapé desta carta explicava a Costa Lima que não o havia informado da viagem dos Souza Castro “por falta de dinheiro para passar o carbograma”, portanto, Costa Lima em Acra não os aguardava em Acra, Gana.

Guilherme que ficasse na Nigéria o máximo de tempo possível e depois fosse para Acra, e se *agarrasse* lá de qualquer jeito, enquanto eu providenciava por este lado de cá”³⁵⁹. [A ausência de respostas de Costa Lima e de Guilherme Souza Castro](#) aflingia Waldir Oliveira que relatava a Agostinho da Silva as limitadas providências que podia tomar.

Agora, aguardo, inquieto, a solução para o caso Souza Castro; até hoje não recebi qualquer notícia de Vivaldo, nem novas notícias do casal. Pedi, implorei, é a verdade, que o Reitor telegrafasse a Ibadan, em termos mais ou menos enérgicos, cheguei a redigir o carbograma, mas nada até agora foi feito, achado o Magnífico que devemos esperar a chegada de uma carta anunciada por Ibadan em carbograma, mas que não chegou até agora e não sei quando chegará. E enquanto isto, o Souza Castro deve estar em palpos de aranha pela África. E isto é para o Centro, para a Universidade e para o Governo do Brasil, uma situação desagradável³⁶⁰.

Vivaldo Costa Lima escreveu apressada carta ao reitor da UBa, Albérico Fraga, em 3 de fevereiro de 1962, explicando-lhe o motivo para o “lamentável impasse”. Os professores não podiam ser alojados na Universidade de Ibadan porque “os orçamentos de acomodação de professores de fora já está(vam) pronto(s) desde outubro” do ano anterior, quando havia começado o ano letivo naquele país. Costa Lima, sugeria ao magnífico que telegrafasse a Universidade “esclarecendo a obrigação de Ibadan alojar o professor como a sua parte no acordo”. O casal de professores se encontrava como hóspedes daquela Universidade em período que não ultrapassaria um mês. Assim, 26 de fevereiro, era o prazo para resolver tal situação. Como alternativa, Costa Lima sugeria que “além do telegama de Ibadan dizendo que lamenta não poder concordar com a proposta de Ibadan etc, o Senhor me passaria um telegrama para que eu aqui em Acra acertasse a vinda dos Castro para cá onde eles ficariam na Universidade e no Instituto of Languages”³⁶¹.

Costa Lima reproduzia, ao final da correspondência, o texto da carta de apresentação a Universidade de Idaban, assinada pelo embaixador do Brasil em Ghana, Raymundo de Souza Dantas, acusando diversas falhas que concorreram para a conformação daquela inesperada situação. “A distancia, dificuldade de comunicação etc.

359 Carta enviada por Oliveira a Silva em 05 de fevereiro de 1962. Grifo do autor. A referida carta enviada por Guilherme Castro, que seria a primeira enviada da Nigéria, não foi encontrada no acervo do CEAO.

360 Carta enviada por Waldir Oliveira a Agostinho a Silva em 12 de fevereiro de 1962.

361 Carta enviada por Costa Lima a Albérico Fraga em 03 de fevereiro de 1962.

concorrem para esses malentendidos mas permito-me [...] que lhe expresse o meu espanto com o sucedido, a falta de respostas a cartas de que dependeriam absolutamente a vinda do Castro”³⁶².

Foi exatamente a ausência de respostas às cartas enviadas pelo “registrar” de Idaban que fez com que os professores não fossem mais aguardados. No carbograma escrito por Guilherme Souza Castro, no dia seguinte a sua chegada a Idaban, além de narrar rapidamente a situação em que se encontrava, há o registro do impasse que as tais cartas criaram. “O homem mostrou-se duro. Vingou-se em mim da falta de resposta à sua carta. Prometeu-me até mandar-me cópias de toda a correspondência sobre o meu caso”³⁶³. Numa carta enviada em 15 de fevereiro, Costa Lima desfazia todo o mal entendido, explicando a Waldir Oliveira que longe de discriminação com a Universidade da Bahia o que sucedera foi a falta de confirmação oficial e a antecipada ida dos professores. “O fato claro que causou tudo isto foi, não há que negar, a falta de atenção nossa (vá lá que seja nossa) à carta do Registrar, que, se respondida a tempo, não teria causado toda esta insólita e desagradável situação”³⁶⁴. A referida carta foi enviada de Ibadan ao professor Tales de Azevedo, vinculado ao departamento cultural da Universidade. Todo o impasse foi resolvido com a ida de Guilherme e Yêda Pessoa de Castro para a Universidade de Ifé, também localizada na cidade de Idaban, que comunicou a Costa Lima a disponibilidade em receber um leitor brasileiro.

A partir de então, Guilherme Castro, em longas e diversas cartas no decorrer do ano, narrou as inúmeras dificuldades por qual passava em sua “aventura africana”. Já instalado em Ifé, em 20 de fevereiro enviou uma carta manuscrita em papel “não muito apropriado”, na qual expunha com um pouco mais de detalhes a sua saga nos primeiros dias no continente. “Em Ghana, almocei e jantei durante dez dias (eu e Yeda, naturalmente) na casa do embaixador, enquanto esperava o Vivaldo que, sem aviso da nossa vinda, estava na Ivory Coast”³⁶⁵. Informava que o dinheiro levado havia acabado. “Vamos comendo *como Deus é servido*.” Lembrou os “quinze angustiados dias de humilhação gastos no UCI” e, enfim, a instalação na Universidade de Ifé. Sobre isso

362 Carta enviada por Costa Lima a Albérico Fraga em 03 de fevereiro de 1962.

363 Carta enviada por Guilherme Castro a Waldir Oliveira em 20 de setembro de 1962.

364 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 15 de fevereiro de 1962.

365 Carta enviada por Guilherme Castro a Waldir Oliveira em 20 de fevereiro de 1962.

explicava a necessidade de ser enviada uma carta da Universidade da Bahia para regularização da situação deles na nova universidade e começarem o trabalho. O reitor receberia um relatório. Em 11 de março, Souza Castro voltaria a escrever questionando a carta de apresentação que não havia chegado da Universidade da Bahia sem a qual qualquer atividade dele estaria inviabilizada na Universidade de Ifé. Como exemplo citou uma exposição de fotografias que não conseguia realizar sob diferentes alegações. O tom da carta, diferente da anterior, evidenciava uma ironia. “Mande-me ao menos dizer que tudo mudou, que já não interessa fazer coisa alguma por cá, que nos retiramos. É só mandar as passagens”³⁶⁶.

No acervo do CEAO, não encontrei a correspondência internacional do primeiro semestre de 1962. Certamente elas apresentariam as respostas de Waldir Oliveira às cartas de Guilherme. O tom de animosidade entre os dois professores tornou-se mais evidente quando, em 23 de março, Guilherme Castro enviou da Nigéria um relatório ao CEAO. Em relação às atividades desenvolvidas “nada podia” dizer “pela razão muito simples que o leitorado *de fato* não existe”. Em seguida narrou com riqueza de detalhes a chegada ao continente africano, de modo a explicar os motivos de não mais possuir dinheiro. Assim sabemos que chegaram inicialmente em Dakar, onde nenhuma pessoa estava a esperá-los. Pedro Moacir Maia espantou-se ao vê-los. Sem contar a hospedagem, somente a corrida de taxi custou-lhe 3 mil francos. Em Acra, para onde partiram no dia seguinte, foram recebidos pelo funcionário da embaixada brasileira porque haviam telegrafado no dia anterior. E mesmo com toda a receptividade do embaixador, com quem almoçaram e jantaram durante os dez dias em que passaram a esperar Vivaldo Costa Lima regressar das pesquisas, a hospedagem custou-lhes 40 libras ou 40 mil cruzeiros. “[...] se não fora a perfeita assistência a nós prestada, pelo embaixador Souza Dantas, teríamos *ficado sem níquel* para prosseguimento da viagem”. Por fim narrou os (des)entendimentos com a Universidade de Ibadan e a solução encontrada na Universidade de Ifé, cuja carta de apresentação para iniciar os trabalhos ainda aguardava.

Falta de dinheiro e a justificativa para a aquisição de um carro foram os pontos abordados na carta enviada por Guilherme em 05 de abril. Nesta, o leitor brasileiro alegava, com um tom amistoso, uma situação drástica, em suas palavras, “quase passando fome”. Nem o dinheiro da UBa remetido pelo irmão nem o do Itamaraty

366 Carta enviada por Guilherme Castro a Waldir Oliveira em 21 de março de 1962.

havia chegado. Sobre o carro, insistia que não era um artigo de luxo como muitos pensavam na Bahia. Sua argumentação apresentava a inviabilização de uma série de atividades, desde as do cotidiano até as pesquisas por conta da impossibilidade de locomoção, já que não havia um sistema de transporte público. As possibilidades de financiamento oferecidas pela Universidade estavam inviabilizadas para Guilherme Castro, diante do aumento que os preços sofreram por aqueles dias. Assim, sugeria que a Universidade arcasse com as prestações do carro.

Em 14 de abril, Guilherme espantava-se por somente no dia anterior haver recebido cartas postadas por Waldir Oliveira, quando dos incertos dias na Universidade de Ibadan. Pensava em sabotagem e achava a discussão em torno da falta de resposta da universidade fosse apenas um pretexto dos “ingleses (tanto faz sejam pretos ou brancos)” que “não escondem seu rancor para com o Brasil”. Além da reiterada falta de dinheiro, Guilherme expunha a receptividade que recebia na universidade.

Saiba você, que o dep. de estudos extra-Murais, que convida Deus e o Mundo para dar aulas, agarrando gato e cachorro, simplesmente nos ignora... E a sua diretora foi a primeira pessoa que procuramos aqui em Ibadan. E Vivaldo lhe fez uma carta pedindo o seu interesse por *nosso caso*. Em tal o *gelo* em que ficamos? Um tal linguísta – o Spencer – por quem Vivaldo se mostrava tão entusiasmado, dizendo ser o homem próprio para nos auxiliar nas pesquisas que quiséssemos fazer, nem sequer fala conosco³⁶⁷!

Ao final do mês de abril, Guilherme pedia que Waldir esquecesse os agravos passados e lembrava que a disponibilidade de Yeda Pessoa, como servidora do Estado da Bahia, terminava ao dia 02 de julho sendo necessário renová-la³⁶⁸.

Em junho, uma extensa carta do professor Guilherme Souza Castro assim foi iniciada: “De logo as minhas desculpas pela demora em lhe fazer esta. Infelizmente é certo o adágio que diz: *saco vazio não se põe de pé*. A causa dessa demora não é outra senão as dificuldades financeiras de que você tem conhecimento”³⁶⁹. Na carta reafirmava que suas atividades na universidade só se iniciariam em outubro, quando começaria o ano letivo. Estava portanto de “quarentena”. Sobre a sua chegada na

367 Carta enviada por Guilherme Castro a Waldir Oliveira em 14 de abril de 1962.

368 Carta enviada por Guilherme Castro a Waldir Oliveira em 25 de abril de 1962.

369 Carta enviada por Guilherme de Souza Castro a Waldir Oliveira em 28 de junho de 1962. Grifo do autor.

Universidade, o professor retomava as difíceis circunstâncias pelas quais passava para reafirmar indisposições mantidas na Universidade.

Agora, um exemplo de indisposição oficial: o Departamento de estudos Extra-Murais da UCI. Que, por enquanto, é comum às duas universidades, e por meio do qual eu poderia ter iniciado um curso *livre* de Português, não obstante saber-se em Ibadan, integrado ao corpo de leitores de línguas da U.I., simplesmente ignora minha presença. Esse procedimento da UCI nem sequer leva em conta o fato de que o Departamento de Estudos Extra-Murais não é exclusivo dele; no entanto foi meu primeiro contato na Nigéria, quando da minha chegada, contato que se repetiu por mais de uma vez³⁷⁰.

Após deter-se no problema das correspondências como forma de justificar sua difícil inserção em Ibadan, Guilherme trouxe novidades em relação às pesquisas que havia iniciado junto com Yeda. “Fazemos uma pesquisa sobre o vocabulário português remanescente na Nigéria”. Antes de finalizar, referia novamente ao atraso da correspondência enviada pela UBa para UCI, que só havia chegado seis meses depois, relatava informações sobre o interesse do Brasil pela Nigéria e atualidades sobre a política local.

Vivaldo da Costa Lima apresentaria uma interpretação diferente para a situação dos Souza Castro na Nigéria. Após sua inesperada estadia na Bahia, entre março e maio de 1962, devido ao falecimento de seu pai³⁷¹, Costa Lima esteve na Nigéria. Acertou a vinda dos três bolsistas nigerianos que viriam para Bahia e foi ver os Souza Castro em Ibadan. “Levei-lhes 450 dólares do trimestre, bem recebidos, naturalmente. O fato é que parece faltar no jovem casal – em que pese a considerável organização de Yêda – certo planejamento econômico”. Para tanto, informava que o carro foi comprado utilizando todo o dinheiro recebido. E concluía que a situação “nunca foi tão assustadora nem tão crítica”.

O mais é falta de ímpeto, de arrojo, do Guilherme. Mesmo o lamentável caso de Ibadan teria sido resolvido se ele tivesse mais peito. [...] tudo isto são fracas razões para seus iniciais receios,

370 Carta enviada por Guilherme de Souza Castro a Waldir Oliveira em 28 de junho de 1962. Grifo do autor.

371 Na carta enviada a Costa Lima, de Paris, no dia 30 de março de 1962, Pierre Verger lamentou a notícia. “Não encontro palavras que não me pareçam imediatamente convencionais ou friamente educadas para dizer-lhe o quanto estou triste pelo que aconteceu com você, gostaria que transmitisse à sua mãe também toda a minha simpatia”. *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 265.

dificuldade de expressar-se em inglês etc etc. [...] O relatório de Extra-Mural da Universidade está cheio de referencias ao meu trabalho em Ibadan em 61, e até agora eles não procuram o Extra-Mural para se oferecerem, como eu fiz, para palestras e debates sobre o Brasil. Esperam convite do Extra-Mural [...] ³⁷².

Dois dias depois, numa carta assinalada como *confidencial*, Costa Lima tratava com Waldir Oliveira pormenores sobre um Centro Brasileiro a ser instalado no Dahomey e aproveitou para dizer algo mais sobre Guilherme Souza Castro. O tom de chateação que vai num crescente ao longo da citação, decorre do fato de Guilherme ter comentado que uma palestra realizada por Vivaldo Costa Lima, em Ibadan, não foi bem recebida ³⁷³, quando os dois lingüistas já estavam a quase seis meses na Nigéria sem realizar palestra alguma.

O conhecimento do inglês é indispensável. Os Castros tiveram nisso o handicap que não confessaram. Estão *sentidos* porque Miss Bown não os convidou imediatamente à vista de minha carta de apresentação para fazer as palestras que eu vinha fazendo no Extra-Mural.[...] Vale repetir isto e repetirei quantas vezes for necessário para inclusive esclarecer certas coisinhas baianas no procedimento do nosso caro amigo de Ibadan sempre disposto a insinuar má vontade da Universidade de Ibadan em relação a ele, ao Brasil, má vontade que só ele sentiu ou descobriu.[...] A burrice do Guilherme o impediu de manejar a situação na Universidade de Ibadan. Nada Mais. E basta ³⁷⁴.

Em 23 de julho, Guilherme escreveu informando da compra do carro e apresentando um plano de trabalho das cidades a serem visitadas. Em 30 de julho enviou um carbograma para explicar ao diretor do CEAO que o ministro Lauro Escorel, diante das cartas e relatórios dramáticos que havia recebido, solicitou uma carta da Universidade de Ifé, confirmando que o referido professor havia sido aceito com leitor. A Universidade de Ifé, por sua vez, aguardava uma carta da Universidade da Bahia, confirmando que Guilherme permaneceria na Nigéria por todo o período letivo a ser iniciado em outubro. Em 06 de agosto, novo carbograma vindo da Nigéria, referia-se que a “inopinada disposição do Itamaraty de cortar a subvenção que me paga [...] irá

372 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 05 de julho de 1962.

373 Segundo Costa Lima “(Imagine que ele teve o desplante de me dizer que minha conferência sobre Fidel Castro dada em Ibadan a convite da União dos Estudantes – único leitor estrangeiro a ser convidado pelo ultra-nacionalista (da) União – causou espécie aos ingleses e africanos conservadores de Ibadan... Quando a Nigéria acaba de mandar 45 estudantes para a Rússia com bolsa de estudo do Governo...)

374 Carta enviada por Costa Lima a Oliveira em 07 de julho de 1962. Grifos do autor.

complicar mais ainda as coisas”. Naquele mês, o CEAO recebeu uma carta do ministro Escorel, explicitando sua opinião a respeito. Depois de “um quadro tão cheio de dificuldades”, apresentando pelo Souza Castro, “não vejo muito bem o que poderá estar fazendo se útil na Nigéria. Se a Universidade de Ibadan e de Ifé não estão, como parece, interessadas em incrementar os estudos brasileiros, parece-me sem propósito manter um leitor lá”³⁷⁵.

Waldir Oliveira, Costa Lima, Agostinho da Silva e Verger³⁷⁶ concordavam que as reclamações de Guilherme de Souza Castro, desde que chegou à Nigéria, pareciam bastante exageradas. No entanto, no segundo semestre daquele ano, o diretor do CEAO dialogou com o ministro Escorel, no sentido de fazê-lo compreender a dificuldade de envio de verbas do Brasil e, por conseguinte, a importância que a verba do Itamaraty assumia, tanto para Guilherme quanto para Vivaldo da Costa Lima.

Em 10 de setembro de 1962, Guilherme Castro desistia “de tudo”. Sua carta nos apresenta as justificativas.

Sinto que chegamos a uma situação de tal maneira insustentável que eu lhe mentiria se dissesse ainda ter ânimo para continuar a luta aqui. Passados oito meses de nossa chegada na África, ainda não tivemos um só dia isento de apreensões. Isto, como você bem compreende, não só nos desgasta a saúde física e moral, como, principalmente, tem prejudicado o nosso trabalho. Ademais, não me parece honesto ganhar um dinheiro que não tem correspondência ao trabalho que de nós se espera, mesmo quando não seja nossa culpa o seu não desempenho. [...] legalmente, pela interpretação que a Universidade de Ifé deu à (única) carta da Universidade da Bahia que chegou aqui, a minha missão deverá encerrar-se em janeiro do próximo ano. Com isto, naturalmente, encerram-se também as obrigações da Universidade de Ifé para comigo. [...] Além disso, há um outro aspecto que se me afigura também fundamental para minha permanência aqui. Trata-se da continuação do pagamento da ajuda do Itamaraty, e da regularidade que deve presidir à chegada do meu ordenado. [...] Não fosse o mais drástico equilíbrio de nossas despesas durante todo esse tempo [...] não teríamos chegado, como conseguimos chegar, ao mês de julho. [...] Assim, retornamos, depois de um pequeno intervalo de dois

375 Carta enviada por Lauro Escorel a Waldir Oliveira em agosto de 1962.

376 Em 24 de outubro de 1962, Agostinho da Silva escreveu a Waldir Oliveira que acreditava estar o professor mais desconfortável com a frieza encontrada que com a reiterada “fome”. Pierre Verger escreveu em 22 de novembro daquele ano que ao encontrar ligeiramente o Souza Castro em Ibadan, “Chorou novamente sobre o que a Embaixada o chamava para Lagos amanhã, e já é certo que era para le decir que não havia possibilidade de receber dinheiro do Brasil. Tenho a impressão que o Castro deve ter algum complexo de *sevrage*”. Ver *Afro-Ásia*, n. 37, 2008, p. 286. Grifo do autor.

meses, ao regime de apenas uma refeição por dia.[...] Em todo o caso, essa parte dos meus cuidados não é a principal. O mais importante de tudo é a definição do meu status aqui, na Universidade de Ifé.[...] Ajunto só um pedido: mande-me as passagens de volta. Renuncio a tudo o que, por ventura, de bom a minha estadia aqui possa trazer-me; deixo o nosso trabalho já iniciado para outro, ou outros, com melhor espírito de sacrifício; entrego os pontos³⁷⁷.

Waldir Oliveira pediu mais explicações em relação ao pedido das passagens³⁷⁸ e tentou convencer Souza Castro que retornar naquele momento seria uma importante perda para o CEAO e para a UBa. Culpava assim o Itamaraty: “Se o Brasil estivesse realmente interessado na política de aproximação cultural com os países africanos, outra atitude teria tomado, desde quando os problemas começaram a surgir”³⁷⁹. A carta dramática para o Lauro Escorel já foi apresentada neste trabalho. Lembremos que, ao mesmo tempo em que os professores solicitavam o retorno da Nigéria, Waldir Oliveira encontrava-se farto da ausência de informações acerca dos novos bolsistas africanos que deveriam chegar em novembro. É necessário compreender que as dificuldades do Itamaraty em melhor apoiar as ações do intercâmbio no continente africano tinham relação direta com as alterações sofridas no ministério das Relações Exteriores.

Sobre a situação dos professores, Waldir Oliveira reconheceu o completo fracasso em relação ao envio e manutenção: “...após quase um ano de lá chegados não se adaptaram de modo algum, e agora lá estão, endividados, sem que até hoje fossem aceitos pela universidade de Ifé, a despeito da condição de leitor do Guilherme Castro em pleno desespero, pedindo passagens de volta, com urgência”³⁸⁰. Como a Universidade não possuía recursos, o diretor do CEAO pedia, através da compra das passagens, o adiantamento de uma verba garantida pelo Itamaraty ao Centro³⁸¹.

377 Carta enviada por Guilherme de Souza Castro a Waldir Oliveira em 10 de setembro de 1962.

378 Carta enviada por Waldir Oliveira a Guilherme Castro em 26 de setembro de 1962.

379 Carta enviada por Waldir Oliveira a Guilherme Castro em 17 de outubro de 1962.

380 Carta enviada por Waldir Oliveira a Lauro Escorel em 09 de outubro de 1962.

381 O departamento Cultural do Itamaraty havia garantido uma verba de um milhão de cruzeiros ao CEAO, a qual, por um erro no nome do Centro, não pode ser recebida naquele ano.

As passagens foram enviadas e Escorel foi agradecido pelo CEAO³⁸². No entanto, dado a discussão entre Guilherme e Waldir Oliveira, ante as explicações e cobranças por conta do pedido de retorno à Bahia³⁸³, entrou em cena a correspondência de Yêda Pessoa de Castro, a qual até então não havia escrito ao CEAO. Em sua carta, enviada em 12 de outubro, agradeceu o apoio de Waldir Oliveira na regularização de sua licença como professora do estado e pelo aumento que receberiam. Continuava a fazer suas pesquisas e enviava em anexo, uma “espécie de introdução a uma série de outros (artigos) sobre os iorubás e a Nigéria, mas no que se liga à Bahia”, do qual esperava críticas e possivelmente publicação. Em 06 de novembro, a professora informou o recebimento das passagens para o Brasil e comentou sobre o bom andamento das pesquisas e dos artigos que estavam escrevendo. A respeito da decisão de permanecerem até dezembro, Waldir Oliveira comentou com Agostinho da Silva sua incompreensão: “Como entender tal tipo? Será que a fome por ele chegada já se tornou um hábito, ou nunca foi tão grande como dizia”³⁸⁴? Eles puderam conversar pessoalmente em dezembro, pois Waldir Oliveira seguiu rumo ao continente africano para participar do Congresso Internacional de Africanistas com Costa Lima, que já se encontrava em Acra e programou para passar o Natal com o casal de professores³⁸⁵.

3.3 O “Centro de Estudos Daomey – Brasil”

A ligação que Vivaldo da Costa Lima tinha com a embaixada brasileira em Acra não impedia de continuar a realizar suas pesquisas pelos países da costa ocidental da

382 Carta enviada por Waldir Oliveira a Lauro Escorel em 23 de outubro de 1962.

383 A carta enviada por Guilherme Souza Castro a Waldir Oliveira em 08 de outubro de 1962 explica, desta vez num tom de discussão, porque precisava de passagens e como suas cartas não teriam sido responsáveis pelo retraimento da ação de Escorel.

384 Carta enviada por Waldir Oliveira a Agostinho da Silva em 16 de novembro de 1962.

385 O convite para o CEAO mandar representante ao I Congresso Internacional de Africanistas, realizado em Acra, entre os dias 12 e 17 de dezembro de 1962, foi feito por intermédio do Costa Lima. Oliveira conseguiu as passagens com reitor em setembro, num momento em que o reitor estava *uma verdadeira seda*, por conta de um artigo escrito por Odorico Tavares. Carta enviada por Verger a Costa Lima em 13 de setembro de 1962.

África. Ao contrário, isto facilitava o trânsito naquela região. Em meio a esses países, o Dahomey (atual Benin) sempre teve um lugar de importância, por conta do interesse primordial desse pesquisador em conhecer as ligações entre a Bahia e a África. Vale lembrar as longas pesquisas empreendidas por Verger neste período.

A idéia do estabelecimento de um Centro de Estudos Brasileiros no Daomé ganhou força em 1962³⁸⁶. Em 28 de maio, Pierre Verger parabenizou Costa Lima, emitindo-lhe um “Bravo pelo Centro de estudos daomeanos-brasileiros”³⁸⁷ e citou uma série de pessoas que podia encontrar naquele país para estabelecer contatos. Costa Lima acabava de retornar à Gana e, ao que parece, havia levado a novidade da Bahia. Na carta enviada a Waldir Oliveira em 5 de julho perguntava ao final “em que ficou a Casa do Porto-Novo?[...] Precisaria é claro de uma verba mínima para instalação de 200 mil e mais a verba mensal de 50 mil para manutenção da coisa”. Esse assunto seria tratado detidamente na carta *confidencial* enviada em 07 de julho. Assim instruíra Waldir Oliveira a conversar com Verger sobre o Daomé, explicando-lhe que não concordava com a indicação de determinada pessoa feita pelo mesmo para atuar no Centro, e que seria necessário reajustar os valores citados na carta anterior. Avisava que sairia de Gana, no fim de julho, para lá instalar-se e contava com o apoio de Waldir.

Em 19 de julho esperava informações do diretor do CEAO e falava de seus planos.

Sei que não será fácil conseguir verbas para Porto Novo. Mas o plano é tão viável que será uma pena não o tentarmos com coragem e grandeza.[...] Portanto mande-me só a ordem de partir, para que eu parta. Irei de novo ao Daomé no dia 24 de julho por 3 ou 4 dias (que para mais a gaita³⁸⁸ não chega) para dar os retoques finais na coisa.

386 Outro elemento motivador para que Vivaldo da Costa Lima resolvesse estabelecer o Centro de Estudos Brasileiros no Daomé foi a designação de Antônio Olinto como Adido Cultural na embaixada de Lagos, Nigéria, em 1962. Diversas citações dispersas na correspondência do CEAO revelam a idéia de perda de espaço que essa nomeação causou aos pesquisadores do CEAO. Evidência dessa rivalidade foi a vinda da “brasileira” Romana da Conceição ao Brasil, em 1963, organizada por Olinto, que não recebeu destaque nas atividades do CEAO. Romana havia sido entrevistada nas pesquisas realizadas por Yêda Castro, em 1962. Em 1964, Olinto publicou o livro *Brasileiros na África* e, em nenhum momento, referiu-se aos pesquisadores do CEAO na costa ocidental africana.

387 Carta enviada por Pierre Verger a Costa em 28 de maio de 1962.

388 Expressão utilizada para referir-se a dinheiro.

[...] Não quero comprometer-me com o governo dahomeano (que está muito interessado na coisa) sem saber o que o Centro fará para manter o esquema³⁸⁹.

Agostinho da Silva estava informado dos planos de Vivaldo Costa Lima, sabia que ele se afastaria de Gana, mantendo o salário, para implantar o Centro no Daomé³⁹⁰. Waldir apresentou o plano em efusivas palavras ao chefe do Departamento cultural, Lauro Escorel. “Trata-se da oferta que fez o Governo do Daomé de uma casa em Porto Novo, onde se instalaria a Casa do Brasil em África, filiada a este Centro. Trata-se de uma operação de alta envergadura, que consolidaria ainda mais a presença do Brasil em África [...]”³⁹¹. Com a ida de Costa Lima ao Daomé, no início de agosto como previa, conseguiu do governo a uma “casa velha por uns meses”, na cidade de Porto Novo, para instalar o Centro³⁹².

De retorno à Gana explicou melhor como foi sua passagem no Daomé. “Fui recebido muito bem pelas autoridades e descendentes de famílias brasileiras [...] todos entusiasmados com a instalação de Centro de Estudos Brasil-Dahomey”. Sobre o lugar para o funcionamento, preferiu alugar uma casa em Cotonu, cidade mais importante após a capital, entendendo que assim estaria melhor localizado e aguardava um dinheiro a ser enviado por seu irmão Sinval “para não atrasar o plano”. Insistia no recurso a ser enviado pela Universidade para instalação mínima e esperava a resposta se poderia “contar com um suplemento solicitado para pagar um empregado para o escritório”. Pedia que o diretor do CEAO anunciasse imediatamente a criação do novo centro. “Precisamos nos antecipar em tudo que é, na verdade, plano e idéia nossa, consequência de nosso trabalho pioneiro aqui na África”. Sua carta finalizava asseverando que “O Centro do Dahomé já existe! Só faltam os meios para seu funcionamento pleno”. Aguardava, no entanto, notícias da Universidade da Bahia e, ainda, do departamento cultural do Itamaraty³⁹³.

389 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 19 de julho de 1962.

390 Carta enviada por Agostinho da Silva a Waldir Oliveira em 13 de maio de 1962.

391 Carta enviada por Waldir Oliveira a Lauro Escorel em 31 de julho de 1962.

392 Carta enviada por Vivaldo da Costa Lima a Waldir Oliveira em 02 de agosto de 1962.

393 Carta enviada por Costa Lima para Waldir Oliveira, em 04 de agosto de 1962. Nesta, informa da possibilidade da vinda ministro da Educação do Daomé, Michel

O mês de agosto transcorreu em meio a muitas expectativas em relação ao novo centro do Daomé. Costa Lima sabia das dificuldades da obtenção de verbas com o reitor Albérico Fraga³⁹⁴ mas, aguardando uma resposta, expunha sua chateação no dia 10, quando questionava “[...] se vale a pena eu continuar ou alguém por mim aqui – ou se é melhor acabar de vez com esta história de África”. Para Costa Lima o estabelecimento de uma “agência na África” era um ponto fundamental no projeto do CEAO, sem o qual a realidade do CEAO “por mais sólida que seja, será sempre algo falhado, pois não terá conseguido realizar um dos pontos essenciais”. Então reafirmava que já havia alugado uma casa e, somente sendo desautorizado oficialmente, voltaria para a Bahia³⁹⁵. Em 21 de agosto, num carbograma para tratar de uma concessão de bolsa de estudos a Paulo Farias, para a Universidade de Gana, apenas uma pergunta manuscrita na lateral da carta “Você está resolvendo o caso da remessa de dinheiro para cá”³⁹⁶? A última carta enviada naquele mês, era um meio pedido de desculpas a Waldir por suas “malcriações – pois seu ‘estilo’ o impedia de pedi-las diretamente”. Reconhecia o esforço que este fazia na Universidade da Bahia que vivia uma conjuntura diversa do anos anteriores. “...quero que você saiba que mesmo de longe avalio e compreendo sua luta e chateação maior. As notícias da Universidade de alarmam. E o patrimônio (em todo o sentido) que o Velho Edgar deixou? O que fizeram de tudo isso, até do espírito de criar coisas aparentemente loucas como o nosso Centro”³⁹⁷? Infelizmente, a correspondência enviada por Waldir nesse mês não se encontra no acervo do Centro de Estudos Afro-Orientais, por conta da estada de Waldir Oliveira em Brasília onde ministrava um curso para complementar seu orçamento.

Waldir Freitas transcreveu-lhe a resposta de Escorel, dizendo ser impossível um auxílio financeiro para tal empreitada³⁹⁸. Costa Lima, ainda estava em Acra, por conta

Ahouemenou, ao Brasil e à Universidade da Bahia. Verger havia comentado dessa possibilidade na carta enviada a Costa Lima em 04 de junho de 1962. Ver *Afro-Ásia*, n 37, 2008, p. 270.

394 Carta enviada a Waldir Oliveira a Costa Lima em 30 de julho de 1962.

395 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 10 de agosto de 1962.

396 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 21 de agosto de 1962.

397 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 31 de agosto de 1962

398 Carta enviada por Waldir Oliveira a Costa Lima em 05 de setembro de 1962. Refere-se à resposta de Escorel recebida em agosto. Ver carta enviada por Escorel a Waldir Oliveira em agosto s/d, 1962.

de suas febres e necessidade de repouso, e programava-se para dia 25 de setembro seguir para Porto Novo³⁹⁹. Verger reiterava as dificuldades com o magnífico reitor para a instalação do Centro no Daomé. “He pena que o nosso Agostinho não seja mais por aqui, porque para enfrentar as incompreensões as magnificências tem que ter muita fibre”⁴⁰⁰. A recepção com a reitoria parecia ter se alterado favoravelmente ao CEAO, por conta de um certo artigo, escrito por Odorico Tavares que deixou o reitor “uma verdadeira seda”, informava Verger em 13 de setembro⁴⁰¹. No dia seguinte o diretor do CEAO buscava acalmar Costa Lima avisando que estava empenhado na obtenção de dinheiro para permitir a continuidade do trabalho e aguardava um documento oficial sobre a concessão da casa em Porto Novo para negociar com o reitor⁴⁰².

Ao fim do mês de setembro, Costa Lima acertava a vinda dos poucos bolsistas africanos ao Brasil, esperava uma literatura brasileira em francês solicitada a Verger⁴⁰³ para seguir ao Daomé e iniciar as atividades do novo Centro de Estudos. Seu plano era passar os três meses restantes no Daomé, e caso não houvesse nenhuma contribuição da Universidade da Bahia, retornaria à Bahia. Já havia salientado em cartas anteriores que o custo de vida no Daomé era cerca de cinquenta por cento mais alto que em Acra e, portanto, não teria sequer como se manter naquele país, mais difícil ainda um centro. “Não posso absolutamente me manter lá em janeiro em diante com o dólar a 600 e mais cruzeiros. Providencie pois ou mais dinheiro para que eu sobreviva ou minha passagem de volta de navio”⁴⁰⁴. [Ainda assim estava otimista quando a mudanças que poderiam inverter aquela situação desestimuladora.](#)

399 Carta enviada por Waldir Oliveira a Costa Lima em 10 de setembro de 1962.

400 Carta enviada por Verger a Costa Lima em 06 de setembro de 1962. Ver *Afro-Ásia*, 2007, n 38, p. 277.

401 Carta enviada por Verger a Costa em 13 de setembro de 1962.

402 Carta enviada por Waldir Oliveira a Costa Lima em 14 de setembro de 1962. Nessa carta informou que havia conseguido as passagens para seguir ao Congresso de africanistas em Acra.

403 Nas cartas enviadas por Verger a Costa Lima em 26 e 29 de setembro de 1962, Verger lista os livros que encontrou, notadamente romances entre os quais destacam-se obras de Jorge Amado. Ver *Afro-Ásia*, n. 37, 2008, pp. 279-81.

404 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 20 de setembro de 1962.

O mês de outubro de 1962 traria alterações que dificultariam ainda mais a presença desses pesquisadores brasileiros na África: a assunção de Hermes Lima como novo Ministro das Relações Exteriores em substituição a Afonso Arinos, que havia posto em curso a política africana. Em resposta ao pedido desesperado dos professores Souza Castro para retornar ao Brasil e a insistente solicitação de informações sobre a vinda dos novos bolsistas africanos, o ministro Escorel dizia a Waldir Oliveira: “Você pode imaginar que as constantes mudanças verificadas e a incerteza reinante não favorecem soluções rápidas”.

Outro pedido, não atendido, referia-se à concessão de passagens para a Paulo Farias, jovem professor que havia assumido no início daquele ano o setor de estudos históricos do Centro e pleiteava, a partir de um diálogo com Costa Lima, uma bolsa para seguir a Gana. Diante da situação dos Souza Castro, o reitor pedia provas de que o novo professor havia de fato conseguido a bolsa em Ghana⁴⁰⁵.

Costa Lima escreveu de Porto-Novo em 15 de outubro de 1962 para mandar seu novo endereço naquela cidade e contar as notícias últimas acerca do Centro de Estudos. A casa, cedida pelo governo daomeano, havia sido devolvida ao dono. Assim o governo, oficialmente havia lhe cedido outro espaço e para sanar os transtornos, ajudava-lhe a mobiliar. A casa alugada em Cotonou teve que ser devolvida, ante a falta de verbas brasileiras para mantê-la. Como sempre, mais novidades. Chamava atenção sobre “a bomba que ele [o embaixador do Daomé] vai lançar”: “a reconstrução do Forte de São Batista de Ajudá em Uidá [...] e entrega do monumento [...] à Universidade da Bahia para lá manter seu centro de estudos, biblioteca, museu afro-brasileiro, hospedagem dos bolsistas e pesquisadores, uma escola primária etc!!!” Uma antiga idéia de Agostinho da Silva parecia ser, enfim, posta em curso. Mas, ignorando as adversidades, Costa Lima solicitava uma intervenção junto ao reitor para saber que ajuda imediata podia a universidade fornecer e, mais ainda, solicitava um aumento no seu ordenado visto que o custo de vida era altíssimo e não podia complementar seu orçamento com aulas, pois não havia Universidade. “Repito: se não houver um suplemento urgente de verba da Universidade para mim, terei que abandonar tudo aqui e ir embora de volta, pois estou aqui vivendo às minhas custas inteiramente e sem as facilidades que tinha em Ghana[...]”⁴⁰⁶.

405 Ver cartas enviadas por Waldir a Costa Lima nos dias 18 e 26 de outubro de 1962.

406 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 15 de outubro de 1962.



Vivaldo da Costa Lima no Forte São Batista de Ajudá, no Daomé (atual Benin) em 1962. Acervo do CEAO, nº 225

Do “Centro de Estudos Dahomey-Brasil” veio uma única carta em 31 de outubro. De atividades empreendidas pelo centro propriamente não há informação. Os assuntos giraram em torno do retorno de Guilherme Souza Castro, da ausência de informações sobre o apoio ao “Centro-Museu brasileiro” no Forte de Ajudá, da falta de informações sobre os bolsistas ganenses. Escorel havia mandado uma ajuda extraordinária de 300 dólares e prometia ajuda para o ano de 1963⁴⁰⁷.

De Porto Novo o acervo do CEAO guarda duas últimas correspondências. Em 12 de novembro, Costa Lima comentava um pouco mais o “fco” de Guilherme Castro, solicitava que Waldir conseguisse e levasse consigo dinheiro da reitoria e transportasse uma quantia a ser enviada por seu irmão. Costa Lima esperava apoio de Agostinho da Silva e da Universidade de Brasília para efetivar a reconstrução do forte de Uidá mas, uma carta de Agostinho dizia de sua situação delicada: o Centro de Estudos Portugueses que havia instalado na capital federal estava “comprometido” com o “governo de Portugal”, logo não podia auxiliar na reconstrução de um forte que os portugueses

407 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 31 de outubro de 1962.

jamais aceitaram entregar ao Daomé. “Imaginei que Brasília seria a Universidade capaz de se encarregar da responsabilidade do projeto”⁴⁰⁸.

Em 22 de janeiro de 1963, Costa Lima escrevia a Flávio Costa, o diretor em exercício do CEAO: “Waldir já lhe deve ter escrito com os detalhes de sua viagem e do que ficou decidido aqui: minha volta à Bahia, devido à impossibilidade de eu continuar aqui”. Esperava encontrar sua passagem quando chegasse em Gana, de onde partiria para Dakar, por uma semana, para realizar pesquisas.

A experiência de Costa Lima pelo continente africano, que chegava ao fim no início de 1963, é bastante expressiva para compreendermos mais os meandros da política africana do governo brasileiro. Pode-se argumentar que o pesquisador levou a extremos as intenções em levar o Brasil até a África. Isso resultou em ações como a tentativa de estabelecimento de um Centro de Estudos Brasileiros nas condições mais adversas possíveis e que suas ações explicitaram os contornos da política brasileira em direção a África, que havia tido, em 1961, grande impulso, experimentava muitas limitações nos anos seguintes.

No início do ano de 1963, enquanto Waldir aprofundava estudos na França, as atividades do CEAO, a cargo do jornalista Flávio Costa, foram marcadas pela manutenção do programa dos bolsistas africanos. Sobre a situação dos leitores, Flávio informou a Oliveira que, diante de uma longa carta enviada por Costa Lima ao reitor, contando todas as mazelas que os leitores estavam passando na África, o magnífico diante da drástica situação exposta e da responsabilidade que lhe era atribuída, assumiu que nunca havia incentivado tais viagens e ordenou que todos voltassem imediatamente sob pena de terem seus salários cortados⁴⁰⁹. A permanência de Guilherme e Yêda até junho de 1963 deu-se pelo fato de já terem recebido o ordenado do Itamaraty referente ao último trimestre, até junho, quando terminava o ano letivo na Universidade de Ifé. Segundo o novo diretor do departamento cultural, Costa Franco, “não ficaria bem, para a imagem do Brasil, que ele retornasse sem antes terminar o curso”⁴¹⁰.

Antes de retornar da França, Waldir Oliveira da França aceitou um convite para conhecer as colônias portuguesas de Angola e Moçambique, por quase 30 dias. Essa viagem faria o professor dedicar maior atenção para as referidas regiões, quando da

408 Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 12 de novembro de 1962.

409 Carta enviada por Flávio Costa a Waldir Freitas em 04 de fevereiro de 1962.

410 Carta enviada por Flávio Costa a Waldir Freitas em 25 de março de 1962.

retomada da direção do CEAO. O segundo semestre daquele ano foi marcado por um maior diálogo, especialmente com Angola. Oliveira retomou a correspondência com a professora Maria da Conceição Nobre, em Lobito, a quem agradeceu a hospitalidade recebida⁴¹¹. Ao cônsul do Brasil em Lourenço Marques, Itajuba de Almeida Rodrigues, igualmente agradeceu a hospitalidade e informou ter sugerido ao Itamaraty “que sejam concedidas 5 bolsas para estudantes e intelectuais de Angola e 5 bolsas para Moçambique”⁴¹². Desses contatos reativados resultaria o pedido da professora do Lobito para que a delegação da Academia de Estudos Angolanos Brasileiros viesse conhecer o Brasil e que Ana de Souza Santos viesse realizar uma exposição de bonecas em trajes típicos angolanos, e o escritor Oscar Ribas lançasse um livro pelo Centro de Estudos Afro-orientais em 1964: *Usos e costumes angolanos*⁴¹³.

O ano de 1963 terminaria com o retorno de Vivaldo da Costa Lima, que assumiu o setor de pesquisas sociológicas e antropológicas do Centro e Guilherme Souza Castro que assumiu o setor de bolsas e assistência aos bolsistas. Waldir Oliveira ainda tentou retomar o diálogo com o Itamaraty sem repostas frutíferas. Em 21 de novembro, Hélio Sacaraboto, chefe da divisão de cooperação intelectual do Itamaraty, com quem Waldir passou a corresponder-se, esclareceu, em relação aos acordos culturais que “nada há de firmado” com os países africanos recentemente autônomos: “Mesmo no plano de simples assinatura, não existe nenhum acordo cultural entre o Brasil e qualquer nação africana, a exceção da República Árabe Unida”⁴¹⁴.

Com o retorno de Vivaldo Costa Lima, os pesquisadores baianos do CEAO começavam a voltar da África. Não que intencionassem lá ficar por todo o tempo - Costa Lima já havia dito da necessidade de voltar ao Brasil para datilografar os resultados de suas pesquisas - mas, a forma como isso se deu é revelador do modo como o Itamaraty manteve as ações empreendidas no continente africano a duras penas. Se o tom do professor Guilherme de Souza Castro nas cartas enviadas ao chegar no

411 Carta enviada por Waldir Freitas Maria Conceição Nobre em 22 de agosto de 1963.

412 Carta enviada por Waldir Freitas a Itajuba Rodrigues em 23 de agosto de 1963.

413 Em 19 de set 1964, Oscar Ribas informava a Waldir Freitas que havia tratado do assunto do professor de quimundo e informado em entrevista a respeito das duas bolsas para estudantes angolanos.

414 Carta enviada por Hélio Scarabotolo a Waldir Oliveira em 21 de novembro de 1963.

continente africano foi considerado pelos colegas como dramático⁴¹⁵, esse mesmo adjetivo foi tomado pelo embaixador Raymundo de Souza Dantas para caracterizar o desenrolar da política africana após a renúncia de seu maior entusiasta, o presidente Jânio Quadros. Cerca de vinte anos após aquela experiência, afirmava

Enfim, quando nos preparávamos para a ação em África, já criadas as Embaixadas do Senegal, da Guiné, Gana, Nigéria, Costa do Marfim, Togo, Alto Volta, Mali etc., veio a renúncia. E com ela uma nova fase, esta dramática, de nossa política africana. Os escolhidos pelo Presidente Jânio Quadros foram mantidos e a orientação assegurada. Contudo, já não era a mesma coisa; já não era mais possível atender a tudo que fora pensado e estruturado; e se tivermos oportunidade de - através de nossas representações ao Sul do Saara - desenvolver um discurso em África que deu a medida de nossas intenções e de nosso compromisso com a África livre, frustrados foram os pontos altos da política pretendida, não demorando para que nos sentíssemos, em África, sem a cobertura necessária para levá-la a bom termo. (Dantas. "Notas sobre as relações Brasil-África no início dos anos 60". In. *Estudos Afro-Asiáticos*, 6-7, 1982, p. 166)

Falta de assistência era exatamente o que os professores bradavam para a Universidade da Bahia e ao Itamaraty. O desenrolar do ano de 1962 mostrou a impossibilidade deles continuarem no continente africano. Essa situação seria diferente para Pedro Moacyr Maia, que manteve seu trabalho realizado na Universidade de Dakar ao mesmo tempo em que se tornou Adido Cultural da embaixada brasileira naquele país, atuando até o ano de 1968.

Uma circular expedida pelo diretor do CEAO Waldir Freitas Oliveira direcionada aos chefes dos setores em funcionamento, em 14 de janeiro de 1964, denunciava o quadro de atividades do Centro de Estudos. Oliveira utilizou-se de sete páginas para dar uma ampla e incisiva declaração. Confessava estar "decepcionado" devido ao "nada ou quase nada" que se realizou no campo da pesquisa científica. "Não consigo explicar com segurança os fatores que concorrem para que o trabalho de pesquisa esperados não houvessem surgido de maneira nebulosa e incipiente". E convocava a todos: "... se desejamos uma universidade nova e digna de seu nome, só poderemos lutar por isso, se trabalharmos e cumprirmos os nossos deveres de maneira

415 Vivaldo Costa Lima, em relação a postura de Guilherme Souza Castro, "Mas que precisam de babá precisam". Carta enviada por Costa Lima a Waldir Oliveira em 05 de julho de 1962.

eficiente”⁴¹⁶. Evidenciava-se com isto a ausência de atividades no CEAO e mais ainda o desânimo com a administração da Universidade.

Esse documento é resultado das cobranças da reitoria que ao, organizar o quadro de pessoal da Universidade “em bases que reflitam(issem) as reais necessidades dos vários serviços e tendo em conta os altos interesses do ensino”, havia solicitado em novembro de 1963, em caráter de urgência, a relação dos funcionários e do pessoal lotado nas “folhas internas”. Regularização do pessoal para o Centro de Estudos foi assunto da maioria da correspondência emitida para a reitoria nos meses iniciais de 1964. Aos estrangeiros, professores de línguas, foi necessário assinatura de contratos. Nesse caso há que se registrar a situação em que ficou Ebenezer Lasebikam, o professor nigeriano de iorubá, que tendo seguido em janeiro de 1964 para uma missão em diversos países africanos a convite da UNESCO, não pode assinar o contrato com a UBa e sua esposa, mesmo de posse de uma procuração específica para esse fim, não pode receber seu salário. Waldir Oliveira teve que emprestar dinheiro pessoalmente. Até Waldir Oliveira teve seu salário revisto, e diminuído. Foi-lhe retirada a gratificação como diretor do Centro. Alegando necessidade de complementar sua renda, esteve durante o mês de agosto na Universidade de Brasília para ministrar um curso de geografia na Universidade de Brasília.

Essas reconfigurações orçamentárias na Universidade da Bahia não estavam fora de uma crescente crise inflacionária no país. O governo do presidente João Goulart experimentou o auge de uma crise que se anunciava desde o governo Jânio Quadros e era resultado da política econômica adotada no governo Juscelino Kubtischek. Em meio a essa conjuntura político-institucional, o país foi surpreendido pelo golpe civil-militar de 31 de março. O novo regime, autoritário, mudou a orientação de estado brasileiro em relação à política externa, as relações Brasil-África, configurando uma nova conjuntura para a atuação do Centro de Estudos afro-Orientais na promoção do referido intercâmbio.

416 Circular confidencia expedida por Waldir Oliveira no CEAO. Em 14 de janeiro de 1964.

CONCLUSÃO

A investigação da trajetória dos primeiros anos do Centro de Estudos Afro-Orientais, no que diz respeito à suas ações voltadas para o intercâmbio com países do continente africano, permitiu dimensionar como seu funcionamento institucional esteve vinculado à compreensão de como deveria se estabelecer as relações entre o Brasil e

África, preconizada pelo seu idealizador e fundador Agostinho da Silva. Intelectual português radicado no Brasil, Agostinho da Silva pensava que o Brasil deveria aproximar-se culturalmente dos países de língua portuguesa, com vistas a exercer influência política, de modo a estabelecer uma comunidade de países independentes. Seu trabalho, com a criação do Centro na Universidade da Bahia, buscou estabelecer contatos de natureza acadêmica, não apenas com as então colônias portuguesas, mas com todos os países africanos com os quais pudesse contactar.

As inúmeras correspondências trocadas entre Agostinho da Silva e dezenas instituições e personalidades no Brasil, e em diversos países do mundo, em busca de contatos, trocas de informações, livros e objetos para exposições foram o principal meio de articulação utilizado pelo diretor do CEAO. Não sem razão essa correspondência em grande parte depositada no acervo do CEAO constitui a principal fonte de pesquisa para este trabalho.

O apoio institucional oferecido pelo reitor da universidade da Bahia, Edgard Santos, foi de fundamental importância para a consecução das atividades previstas por Agostinho da Silva. Interessado num fortalecimento das artes e culturas na Universidade, Santos articulou a criação do CEAO como dispôs financiamento para as custosas e, naquele momento, inimagináveis viagens ao continente africano. Assim foi possível Vivaldo da Costa Lima seguir como pesquisador do CEAO, em 1959, rumo à Nigéria, e a vinda do professor nigeriano de Ebenézer Latunde Lasebikan, em 1960 para ministrar curso de língua iorubá.

Essas as viagens revelam como o estabelecimento do CEAO dialogou muito com a perspectiva da África presente na Bahia, marcada por uma leitura que localizava as raízes da influência neste estado baiano na África Ocidental, notadamente da Nigéria.

Agostinho da Silva trabalhou, entre 1959 e 1960 para o estabelecimento de um museu ou salas de exposição que representassem diversos países. O diálogo mais profícuo deu-se com a Companhia de Diamantes de Angola, a DIAMANG, mantenedora do Museu do Dundo do qual Agostinho da Silva tinha vivo interesse em manter uma sala no CEAO. A criação de Centros de estudos era outra dimensão das ações do CEAO que o diretor fundador esforçou para fazer surgir em diversos países, especialmente nas colônias de língua portuguesa como Angola e Moçambique. Deste esforço, resultou algumas experiências, sendo a mais profícuo o Núcleo de estudos Angolano-Brasileiro, situado em Lobito, Angola, e organizado pela professora Maria da

Conceição Nobre Basílio Príncipe que desenvolveu algumas ações culturais para a divulgação do Brasil.

A análise da correspondência evidencia com muita clareza como os esforços de aproximação acadêmica e cultural do CEAO caminhava, entre os anos de 1959 e 1960, em duas direções. Por um lado o diretor buscava estreitar laços com os países colonizados pelos portugueses. Por outro, dialogava com pesquisadores localizados na Bahia interessados em estreitar laços com países da África Ocidental, como Pierre Verger. Deste último direcionamento resultou as ações de maior visibilidade do CEAO - o intercâmbio dos professores. Cabe acrescentar a ida de Pedro Moacir Maia para a Universidade de Dakar, no Senegal, em 1960, para ministrar curso de língua portuguesa.

Através dessas ações, Agostinho da Silva intentava levar a presença e a influência cultural do Brasil aos países africanos. O intuito maior em estabelecer uma comunidade política entre esses países, especialmente os de língua portuguesa, fez parte dos objetivos de Agostinho da Silva. Este esforço apresenta-se com muita clareza, desde os primeiros momentos da instituição, a partir do diálogo mantido com diplomatas brasileiros. Se Adolpho Justo Bezerra de Menezes, responsável por anunciar a necessidade de uma política africana no Brasil foi o primeiro a receber uma carta do CEAO, Wladimir Murtinho que pouco depois seria o chefe do departamento cultural do Itamaraty, já havia recebido carta de Agostinho quando um “Centro de Estudos Africanos” era apenas uma idéia. Desde o ano de 1959, Silva somava-se aos poucos no Brasil que entendiam a necessidade de uma aproximação oficial do governo com países do continente africano.

O ano de 1961 assinalou no Brasil um momento de redefinição em relação ao continente africano. O governo brasileiro, sob a presidência de Jânio Quadros, anunciou a Política Externa Independente que previa ações para a aproximação com o continente africano. Nesse momento Agostinho da Silva pode levar suas idéias às instâncias federais tendo dialogado fortemente com a Presidência da República. Neste momento ganhou relevo a aproximação com os países da África Ocidental em detrimento dos países ainda colônias. Agostinho da Silva acreditava que as relações culturais deveriam ser prioridade em relação às econômicas ou políticas. Embora tenha dialogado em todos esses sentidos, trabalhou para ficar a cargo do CEAO o intercâmbio cultural que também era pleiteado por outros grupos no país. Assim, a vinda de estudantes africanos para aprenderem a língua portuguesa e cursarem universidades brasileiras foi a mais

importante dessas deliberações federais a cargo do CEAO. A primeira turma desembarcou na Bahia em dezembro de 1961.

No final de 1961 tanto o governo brasileiro como a Universidade da Bahia passavam por mudanças que afetaram o CEAO. Na Presidência da República já não estava mais o presidente Quadros e na Universidade da Bahia, Edgard Santos não era mais o reitor. Agostinho da Silva que dialogara com ambos para empreender as diversas ações para aproximação entre Brasil e África, diante de visíveis e significativas dificuldades, deixou a direção do CEAO, ainda que não cortasse os laços com a instituição.

A direção foi assumida por Waldir Oliveira, funcionário do CEAO que atuava no setor de informação e intercâmbio. Coube a este levar adiante as ações já deliberadas pelo governo federal como a vinda dos estudantes africanos e a ida de professores baianos como leitores em universidades africanas. A conjuntura diversa da que permitiu tais deliberações dificultou, sobremaneira, a consecução de tais atividades. A vinda dos estudantes deu-se muito mais por conta da presença e articulação de Vivaldo da Costa Lima que era leitor brasileiro na Universidade de Ibadan na Nigéria e, mais tarde, adido cultural na embaixada de Acra, em Gana, do que por apoio federal. A mudança de governo havia gerado uma crise que não permitia definições em relação à aproximação com a África tão questionada no governo que a pôs em curso.

No Brasil, a trajetória dos estudantes mostrou que além das dificuldades por conta da irregular assistência governamental, houve expressões do racismo de personalidades na Universidade, o que resultou a continuidade dos cursos superior em outros estados brasileiros, em detrimento da Bahia. Por outro lado, a receptividade dos setores interessados numa aproximação do Estado com a cultura ioruba fez com que os pesquisadores e terreiros tradicionais de candomblé, tivessem oportunidade para experienciar parte da diversidade do continente africano.

Em relação aos leitorados de professores baianos em universidades africanas, destaca-se a experiência de Costa Lima, que passou a receber o subsídio como leitor depois de já se encontrar na Nigéria, e que, a partir da ofensiva governamental, atuou como adido cultural em Gana, ao tempo em que foi leitor na Universidade daquele país entre fins de 1961 e 1962, quando seguiu para o Daomé, com o intuito de estabelecer um Centro de Estudos Brasileiros. Em 1962 seguiram para a Nigéria Guilherme Augusto de Souza Castro, como leitor brasileiro em Ibadan, acompanhado de sua esposa Yêda Antonita Pessoa de Castro. As dificuldades na confirmação desta viagem e

certa precipitação, mediante o custeio foi feito pela Universidade da Bahia, resultou em transtornos como dificuldades para serem alojados e inseridos na Universidade prevista, para a remessa dos salários, atrasos no subsídio do Itamaraty e de adaptação que estão registradas em cartas dramáticas enviadas ao Centro de Estudos Afro-Orientais ao longo do ano de 1962.

O ano de 1963 foi marcado pela interrupção dos principais projetos do intercâmbio com os países do continente africano. O programa de estudantes bolsistas africanos foi finalizado com a segunda turma, chegada em novembro de 1962. Os leitores Guilherme e Yeda Castro, após ultimato da Universidade da Bahia e do Itamaraty, foram convidados a retornar ao Brasil. Costa Lima, que tentava articular um Centro de Estudos Brasileiros no Daomé, sem financiamentos que garantiam sequer sua própria instalação, foi igualmente obrigado a retornar. Tornava-se impossível manter ações internacionais mediante a crise do governo brasileiro e a saturação dos pesquisadores do CEAO obrigados a remediarem continuamente as dificuldades estruturais apresentadas.

Em 1964, marco final deste trabalho, o Centro de Estudos Afro-orientais mantinha regular funcionamento de cursos de línguas, como o iorubá sob responsabilidade de Lasebikam, e cursos de curta duração, como o de história africana, ministrados pelo responsável pelo setor de Estudos Históricos, Paulo Fernando de Moraes Farias. Seu funcionamento seria, assim como as das diversas instituições no país, afetados com a instalação do golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS E FONTES

AGOSTINHO, Pedro. “Agostinho da Silva: pressupostos, concepção e ação de uma política externa do Brasil com relação à África”. *Afro-Ásia*. 16 (1995). p. 9-23.

_____. *Agostinho da Silva. Pensamento à solta: um manuscrito autógrafo*. Salvador: Edufba, 2006.

ALENCASTRE, Amílcar. *O Brasil, a África e o Futuro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES PINHEIRO. *Angola: terra e sangue de Portugal*. Rio de Janeiro: Jozon Editor, 1961.

_____. *Moçambique é Portugal: depoimento sobre a presença lusa na África*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio, 1965.

ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

AZEVEDO, Tales de. *Democracia racial: ideologia ou realidade?* Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. "Décimo aniversário do CEAO". *Afro-Ásia*. 8-9 (1969). P. 137-138.

BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio (Orgs.). *Vivaldo da Costa Lima: intérprete do Afro-Brasil*. Salvador: Edufba, CEAO, 2007.

BARBOSA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BEZERRA DE MENESES, A. J.. *O Brasil e o mundo ázio-africano*. 2. ed. Rio de Janeiro: GDR, 1960.

_____. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

BRAGA, Júlio. "Novos estudos afro-brasileiros na Bahia". In: FORMIGLI, A. L. M. et al. (Orgs.) *Parque Metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura*. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998. p. 115-121.

BRITO, Antonio Maurício Freitas Brito. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese (Doutorado em História Social). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

"Cartas de Pierre Verger a Vivaldo da Costa Lima". *Afro-Ásia*. 37 (2007). p. 241-288.

CARVALHO, Juvenal de. *Veja: um olhar sobre a independência de Angola*. Dissertação (Mestrado em História Social). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A experiência do CEAO*. Datilografado. [s.l: s.n., s.d.].

_____. *Falares africanos no Bahia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CERVO, Amado Luiz (Org). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: EdUnB, 1994.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CHACON, Vamireh. *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. (col. Cadernos do povo brasileiro).

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

COSTA LIMA, Vivaldo da. *Atlas [prévio] dos falares baianos*. [s.l.]: MEC/INL, 1963.

COSTA LIMA, Vivaldo da; OLIVEIRA, Waldir. *Cartas de Edson Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 87-88.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. *As relações econômicas Brasil-Angola, 1975-1988 (um estudo de caso sobre as relações sul-sul)*. Dissertação (Mestrado em Economia). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. *O Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia: um estudo de caso sobre musealização da cultura afro-brasileira*. Dissertação (Mestrado em Informação estratégica). Salvador: Universidade da Bahia, 1999.

DANTAS, Raymundo de Sousa. *África difícil: missão condenada*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

_____. “Notas sobre as relações Brasil-África no início dos anos 60”. *Estudos Afro-Asiáticos*. 6-7, 1982. p. 166.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DIAS, André Luis Mattedi. “A universidade e a modernização conservadora na Bahia: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobrás”. *Revista da SBHC*. 3, 2 (2005). p. 125-145.

DZIDZIENYO, Anani. “África Vista do Brasil”. *Afro-Ásia*. 11-12 (1970). p. 79-97.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. *O golpe de estado de 1964 na Bahia*. Disponível no site http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

_____. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GOMES, José Maria Sintra. *Estudantes na terra dos outros: vivência dos angolanos no Brasil*. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007. (col. Dissertar).

KALY, Alain. “À procura de oportunidades ou desembarque por engano: migração de africanos para o Brasil”. In: PAIVA, Odair da Cruz (Org.). *Migrações internacionais: desafios para o século XXI*. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.

LASEBIKAN, Ebenézer Latunde. “Stronghold of youruba culture”. *Negro digest*. XII, 2 (1962). p. 37-40.

_____. *Learning Yorubá*. London: Oxford University, 1962.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro, seguido de Imagem e miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 2004.

LUHNING, Ângela. “Pierre Fatumbi Verger e sua obra”. *Afro-Ásia*. 21-22 (1998-1999). p. 315-353.

Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Afro-Orientais. “Apresentação”. In: *Mapeamento dos terreiros de Salvador*. Salvador: CEAO, 2008. Disponível em: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/apresentacao>. Acesso em: 30/09/2009.

MARANHÃO, Jarbas. *Brasil-África: um mesmo caminho*. São Paulo: Fulgor, 1962.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

MENDES, Cândido *et al.* *Senhora em diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiros de Estudos Afro-Asiáticos, 1965. (série Depoimentos e reportagens).

NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na mira do Panafricanismo: O genocídio do negro brasileiro e Sitiado em Lagos*. Salvador: Edufba, CEAO, 2002.

“O legado de Agostinho da Silva”. *Nova Águia: revista de cultura para o século XXI*. 3 (2009).

OLINTO, Antonio. *Brasileiros na África*. Rio de Janeiro: GDR, 1964.

_____. *A casa da água*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel; Brasília: INL, 1978.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Importância atual do Atlântico Sul*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 1961.

_____. “A pesquisa sobre os afro-brasileiros: entrevista de Waldir Freitas Oliveira”. *Estudos Avançados*. 18, 50 (2004a). p. 127-134.

_____. “Agostinho da Silva”. In: Rodrigo Leal Rodrigues (Coord.). *Agostinho*. São Paulo: Green Forest do Brasil, 2000.

_____. “Grata lembrança de Agostinho da Silva”. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: EdUnesp; Bauru: EdEdusc, 2003.

PENNA FILHO, P. “O Brasil e África nos anos Kubitschek – 1956-1961”. In: Wolfgang Döpcke (Org.). *Crises e reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos*. Brasília: Linha, 1998.

PEREIRA, Cláudio Luís; SANSONE, Livio (Orgs.) *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: Edufba, 2007.

PINHEIRO, Juçara. *Edgard Santos e a origem da escola de dança da Universidade Federal da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Educação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994.

PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961.

RAMPINELLI, Waldir José. “A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português”. *Lutas sociais*. 17-18 (2005). p. 83-98.

REIS, Luiza Nascimento. “Relações comerciais e políticas entre Brasil e Angola: uma possibilidade em Luanda, Beira, Bahia de Adonias Filho” In: Daniela Galdino (Org.). *Tessitura azeviche: diálogos entre literaturas africanas e afro-brasileiras*. Ilhéus: Uniafro, Editus, 2008. p. 35-48.

_____. “O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), 1959-1964: primeiros momentos de uma aproximação acadêmica Brasil-África”. In: JOSE, W. D. *Ações afirmativas na UESC: o programa Bantu-Iê*. Brasília: SECAD; Ilhéus: Editus, 2008. p. 178- 188.

_____. “África volta à Bahia: o Centro de Estudos Afro-Orientais e o intercâmbio de estudantes africanos”. In: TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia, 2009. p. 141-169.

RIBAS, Óscar. *Usos e costumes angolanos*. Salvador: Universidade da Bahia, Centro de Estudos Afro-Orientais, Setor de Publicações Luogo, 1963.

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: relações culturais, identidade e alteridade*. Tese (Doutorado em Comunicação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999.

_____. “IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece...” In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: EdUnesp; Bauru: EdEdusc, 2003. p. 29-37.

RISÉRIO, Antônio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.

_____. *História da cidade da Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

_____. “África, Angola e Brasil”. *Revista de Cultura Vozes*. LXX, 4 (1976). p. 39-46.

SANTANA, Ediane Lopes. *Em nome da família, da moral e da propriedade: amém! As mulheres baianas na organização da Marcha da Família em Salvador (1962-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

SANTOS, Deoscóredes Maximiliano dos (Mestre Didi). *História de um terreiro nagô*. 2. ed. São Paulo: Max Limonard, 1988.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança negra no Brasil*. Salvador: Edufba, 2005.

SEGURA-RAMIREZ, Hector Fernando. *Revista Estudos Afro-Asiáticos (1978-1997) e relações raciais no Brasil: elementos para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SERRA, Ordep. *Águas do rei*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, George Agostinho. *Condições e missão da comunidade luso-brasileira e outros ensaios*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. “O nascimento do CEAO”. *Afro-Ásia*. 16 (1995). p. 5-8.

_____. Da existência do CEAO (Originalmente publicado em 6 de novembro de 1970 no *Correio Brasiliense*). In: SIEWIERSKI, Henryk (org.). *Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro (Orgs.). *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2007.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: EdUnB, 1996.

_____. “Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais”. In: PANTOJA, Selma; SOMBRA SARAIVA, José Flávio (Orgs.). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIZENTINI, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

ACERVO DO CEAO

Caixa de correspondências - cx cor 01 - 1959
 Caixa de correspondências - cx cor 02 - 1960
 Caixa de correspondências - cx cor 03 - 1961
 Caixa de correspondências - cx cor 04 - 1962
 Caixa de correspondências - cx cor 05 - 1963
 Caixa de correspondências - cx cor 06 - 1964

Periódicos (Recortes):

Jornais (BA)⁴¹⁷

- *A Tarde*

AFRICANOS estudarão na Bahia. *A Tarde*, Salvador: [s.n.], 25 nov. 1961.

- *Diário de Notícias*

CEAO diz que Reitor apoia seu programa e vinda dos bolsistas já é ponto certo. *Diário de Notícias*, Salvador, 27 out. 1961.

ESTUDANTES africanos que se encontram em Salvador ouviram ontem sua 1a. aula. *Diário de Notícias*, Salvador: [s.n.], 12 dez. 1961.

ESTUDANTES falam sobre o racismo e independência falsa que existe na África. *Diário de Notícias*, Salvador: [s.n.], 10 nov. 1961.

417 Disponíveis no site do Centro de Estudos Afro-Orientais. Ver www.ceao.ufba.br/biblioteca/hemeroteca.

PAPAI Noel dá presentes aos africanos que o saúdam até em português. *Diário de Notícia*, Salvador: [s.n.], 27 dez. 1961.

AFRICANOS dão "show" de trajes típicos. *Diário de Notícia*, Salvador: [s.n.], 24 nov. 1961.

- *Estado da Bahia*

ESTUDANTES africanos serão bolsistas da UB: manter um maior intercâmbio cultural. *Estado da Bahia*, Salvador, 28 out. 1961.

- *Jornal da Bahia*

DIPLOMATAS africanos estagiarão na Bahia. *Jornal da Bahia*, Salvador: [s.n], 5 ago. 1961.

ESTUDANTES africanos fazem estágio na UBa. *Jornal da Bahia*, Salvador: [s.n.], 10 nov. 1961.

ESTUDANTES africanos fazem estágio na UBa. *Jornal da Bahia*, Salvador: [s.n.], 10 nov. 1961.

Jornais (RJ)

- *Diário de Notícias*

CONTRA discriminação racial. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro: [s.n], 28 abr. 1962.

- *Gazeta de Notícias*

BOLSISTAS africanos: racismo. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro: [s.n], 28 abr. 1962.

- *Jornal do Brasil*

ITAMARATI escreve aos racistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: [s.n], 28 abr. 1962.

- *Diário Carioca*

AVISA a boites que racismo é proibido. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro: [s.n], 28 abr. 1962.

Jornais (SP)

- *O Estado de São Paulo*

DISCRIMINAÇÃO racial contra estudantes de países africanos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo: [s.n], 28 abr. 1962.

Revistas ⁴¹⁸*Afro-Ásia* (1965-1995)*Visão* (recorte)

VIERAM com muita fé: quinze bolsistas africanos estagiam na Bahia . *Visão*, [S.l: s.n.], 12 jan. 1962.

TRÊS baianos na África. *Visão*, [S.l: s.n.], 14 set. 1962.

ARQUIVO DO SENADO

ARINOS, Discurso pronunciado pelo senador Afonso Arinos. Diário do Congresso Nacional, seção II – Fevereiro de 1961. Seção de 02/03/1961. Arquivo do Senado.

QUADROS. Discurso pronunciado pelo presidente Jânio Quadros. Diário do Congresso Nacional, Seção II – março de 1961. Sessão de 150/02/1961. Arquivo do Senado.

FUNDAÇÃO PIERRE VERGER

Festa para um Obá de Xangô. *Correio da Bahia*, 10/04/05.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Telegrama enviado da Embaixada de Acra para Ministério das Relações Exteriores no Brasil em 03 ago. 1961. CDO, Secção de Séries, Embaixada de Acra – Telegramas, 1961/2.

Telegrama enviado por Correa do Lago ao Brasil em 24 ago. 1961. CDO, Secção de Séries, Embaixada de Acra – Telegramas, 1961/2.

Telegrama enviado da Embaixada de Acra para Ministério das Relações Exteriores no Brasil em 25 de set. 1961. CDO, Secção de Séries, Embaixada de Acra – Telegramas, 1961/2.

Carta de Costa Lima ao Embaixador Carlos Alfredo Bernardes em 23 de outubro de 1961. Ofício enviado da Embaixada de Acra para Ministério das Relações Exteriores no Brasil. 1961. CDO, Secção de Séries, Embaixada de Acra – Ofícios, 1961/2.

418 Idem.

The Ghanaian Times, em 05/12/1961. Recorte anexo ao telegrama n 60 da embaixada de Acra ao Brasil, em 1961. CDO, Secção de Séries, Embaixada de Acra – Telegramas, 1961/2.

“The plight of blacks in Brazil”. Recorte de jornal *Sunday Observer* anexo a ofício enviado da embaixada de Lagos ao Brasil, em 03 de março de 1977. CDO, Secção de Séries, Embaixada de Acra – Telegramas, 1961/2.

ENTREVISTAS

COSTA LIMA, Vivaldo da. Entrevista concedida a Edson Farias, 2004.

DZIDZIENYO, Anani. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2009.

FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2010.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Entrevista concedida a Cláudio Pereira, 2004b. 58 min.

_____. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2010.

SOUMONNI, Elisée. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2009.

FILMES

MATTOS, João Rodrigo de. *Agostinho da Silva: um pensamento vivo*. Portugal, Brasil: Alfândega Filmes, 2004. 79 min.

HOLANDA, Lula Buarque de. *Verger: mensageiro entre dois mundos*. Brasil: Europa Filmes, 1998. 84 min.